

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO  
MESTRADO EM DIREITO**

**João Pedro Seefeldt Pessoa**

**“VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE À LUTA”: A  
CONTRAVIGILÂNCIA NA SOCIEDADE EM REDE E A NOVA AÇÃO  
CONNECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Santa Maria, RS  
2018**

**João Pedro Seefeldt Pessoa**

**“VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE À LUTA”: A CONTRAVIGILÂNCIA NA  
SOCIEDADE EM REDE E A NOVA AÇÃO CONECTIVA DOS MOVIMENTOS  
SOCIAIS DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), sob Área de Concentração “Direitos emergentes na sociedade global”, com ênfase na Linha de Pesquisa “Direitos na Sociedade em Rede: atores, fatores e processos na mundialização”, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Direito**.

**Orientador: Prof. Dr. Rafael Santos de Oliveira**

**Santa Maria, RS  
2018**

Pessoa, João Pedro Seefeldt

"Verás que um filho teu não foge à luta": a contravigilância na sociedade em rede e a nova ação conectiva dos movimentos sociais do século XXI / João Pedro Seefeldt Pessoa.- 2018.

192 p.; 30 cm

Orientador: Rafael Santos de Oliveira  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Direito, RS, 2018

1. Sociedade em rede 2. Ação coletiva conectiva 3. Movimentos sociais 4. Vigilância social 5. Contrapoder I. Oliveira, Rafael Santos de II. Título.

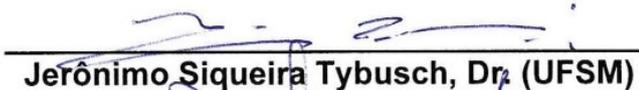
João Pedro Seefeldt Pessoa

**“VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE À LUTA”: A CONTRAVIGILÂNCIA NA  
SOCIEDADE EM REDE E A NOVA AÇÃO CONECTIVA DOS MOVIMENTOS  
SOCIAIS DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), sob Área de Concentração “Direitos emergentes na sociedade global”, com ênfase na Linha de Pesquisa “Direitos na Sociedade em Rede: atores, fatores e processos na mundialização”, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Direito**.

**Aprovado em 03 de setembro de 2018:**

  
\_\_\_\_\_  
**Rafael Santos de Oliveira, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
**Jerônimo Siqueira Tybusch, Dr. (UFSM)**

  
\_\_\_\_\_  
**Vera Lucia Spacil Raddatz, Dr.<sup>a</sup> (UNIJUÍ)**

Santa Maria, RS  
2018

*Aos indignados e esperançosos que saíram às ruas.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimento especial aos professores, colegas, familiares e amigos, que contribuíram com a minha formação acadêmica, acompanharam essa jornada, depositaram em mim a confiança necessária para perseverar, colaboraram com uma caminhada acadêmica crítica, reflexiva e diferenciada, dividiram comigo momentos de entusiasmo e euforia, entenderam a minha ausência em determinadas ocasiões e me inspiraram a buscar cada vez mais conhecimento.

***Do you hear the people sing?  
Singing a song of angry men  
It is the music of a people who will not be slaves again  
When the beating of your hearts  
Echoes the beating of the drums  
There is a life about to start when tomorrow comes.***

*("Do you hear the people sing", canção do musical Les Miserables, de 2012)*

## RESUMO

### **“VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE À LUTA”: A CONTRAVIGILÂNCIA NA SOCIEDADE EM REDE E A NOVA AÇÃO CONECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI**

AUTOR: João Pedro Seefeldt Pessoa  
ORIENTADOR: Rafael Santos de Oliveira

Na sociedade em rede, as relações sociais - e de poder - são estruturadas de modo multidirecional, numa distribuição horizontal de interações, em que as redes competem e cooperam entre si. O Estado em rede é apenas um nó nesse jogo de poder, que, para manter a dominação imperial, usa dispositivos de controle e vigilância institucionais e totais. Essa mudança paradigmática também possibilita o compartilhamento de ideias entre atores sociais, especialmente movimentos sociais, fortalecendo redes de contrapoder para refutação de discursos hegemônicos, inclusive por meio de mecanismos de contravigilância. Assim, a presente pesquisa estuda a contravigilância, isto é, a alteração do sentido de vigilância para transformar o objeto de vigilância em sujeito de vigilância, problematizando em que medida a contravigilância, como expressão de contrapoder na sociedade em rede, pode representar um exercício de democracia, especialmente a partir da nova ação conectiva dos movimentos sociais do século XXI. Para tanto, o presente trabalho é dividido em três grandes blocos: o primeiro sobre o recrudescimento das técnicas de vigilância sobre indivíduos e populações; o segundo sobre os atores e processos de contravigilância emergidos essencialmente em virtude da reconfiguração dos movimentos sociais no século XXI, especialmente a partir da Primavera Árabe; e o terceiro sobre a resignificação da teoria dos movimentos sociais, a partir de novos conceitos, especialmente no que tange à vigilância e à reivindicação de direitos. Quanto à metodologia de abordagem, utiliza-se o método dialético, porque se realiza uma conexão relacional entre os temas mediante a justaposição e contraposição de conceitos: de poder ao contrapoder, de vigilância à contravigilância, de velha ação coletiva à nova ação conectiva. No que se refere à metodologia de procedimento, emprega-se, eminentemente, o método monográfico, porquanto o objeto de pesquisa é detalhadamente estudado, analisando-se a vigilância social desde um viés da razão governamental dominante e também a partir da ação coletiva dos movimentos sociais do século XXI. Para tanto, aplicam-se as técnicas de pesquisa de documentação direta e indireta. Conclui-se que a nova ação coletiva (conectiva) dos movimentos sociais do século XXI, mobilizada pelas tecnologias de informação e comunicação, fez expandir, uma contravigilância em desfavor da vigilância global arquitetada pelas redes de poder imperial, de tal forma que, caso utilizada como articulação social para contestar discursos hegemônicos e mudar narrativas dominantes, expressa um contrapoder na sociedade em rede e representa um exercício de democracia, a partir da reinvenção da esfera pública em favor de projetos políticos alternativos de uma multidão digitalmente conectada.

**Palavras-chave:** Sociedade em rede. Ação coletiva conectiva. Movimentos sociais. Vigilância social. Contrapoder.

## ABSTRACT

### "YOU WILL SEE THAT YOUR CHILD DOESN'T RUN FROM A FIGHT": THE COUNTER SURVEILLANCE IN THE NETWORK SOCIETY AND THE NEW SOCIAL MOVEMENTS CONNECTIVE ACTION OF THE 21ST CENTURY

AUTHOR: João Pedro Seefeldt Pessoa

ADVISOR: Rafael Santos de Oliveira

In the network society, social relationships - and power relationships - are structured in a multidirectional way, in a horizontal distribution of interactions, where networks compete and cooperate with each other. The network State is only a node in this power play, which, in order to maintain imperial domination, uses institutional and total control and surveillance devices. This change of paradigm also enables the sharing of ideas among social actors, especially social movements, strengthening networks of counter power to refute hegemonic discourses, including through counter surveillance mechanisms. The present research studies the counter surveillance, that is, a shift in the direction of surveillance to transform the object of surveillance into the subject of surveillance, problematizing in which extent counter surveillance, as an expression of counter power in the network society, may represent an exercise of democracy, especially from the new social movements connective action of the 21st century. For this, the present work is divided into three large blocks: the first one about the intensification of surveillance techniques on individuals and populations; the second one about the actors and processes of counter surveillance emerged essentially because of the reconfiguration of social movements in the 21st century, especially since the Arab Spring; and the third one about the re-signification of the theory of social movements, from new concepts, especially with regard to surveillance and the claim of rights. As for the methodology of approach, the dialectical method is used, because a relational connection is made between the themes through the juxtaposition and contraposition of concepts: from power to counter power, from surveillance to counter surveillance, from old collective action to new connective action. Regarding the methodology of procedure, the monographic method is eminently used, since the object of research is studied in detail, analyzing the social surveillance from a bias of the dominant governmental reason and also from the social movements collective action of the 21st century. To do this, the direct and indirect documentation techniques of research are applied. It is concluded that the new social movements collective (connective) action of the 21st century, mobilized by information and communication technologies, has expanded the counter surveillance against global surveillance engineered by the imperial power networks, in such a way that, if used as a social articulation to challenge hegemonic discourses and change dominant narratives, expresses a counter power in the network society and represents an exercise of democracy, from the reinvention of the public sphere in favor of alternative political projects of a digitally connected multitude.

**Keywords:** Network Society. Connective collective action. Social movements. Social surveillance. Counter power.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Manifestações em Reykjavík, Islândia .....	69
Figura 2 Manifestações em Túnis, Tunísia.....	70
Figura 3 Manifestações em Cairo, Egito .....	72
Figura 4 Manifestações em Madri, Espanha .....	74
Figura 5 Manifestações em Atenas, Grécia.....	75
Figura 6 Manifestações em Istambul, Turquia.....	76
Figura 7 Manifestações Occupy Wall Street, em Nova York, Estados Unidos .....	78
Figura 8 Manifestações na Cidade do México, México .....	79
Figura 9 Manifestações em Santiago, Chile .....	80
Figura 10 Protestos em Brasília - DF .....	86
Figura 11 Protestos em São Paulo, em 18 de junho .....	87
Figura 12 Protestos no Rio de Janeiro, no dia 20 de junho.....	88
Figura 14 Protestos favoráveis ao processo de impedimento, em Brasília - DF .....	93
Figura 14 Protestos contrários ao processo de impedimento, em Brasília - DF .....	93
Figura 15 Manifestante transmite ao vivo às redes sociais protesto nas Jornadas de Junho de 2013.....	105
Figura 16 Praça Austurvöllur, em Reykjavík, Islândia .....	141
Figura 17 Praça Mohamed Bouazizi, em Sidi Buzid, Tunísia .....	141
Figura 18 Praça Tahrir, em Cairo, Egito, com o Mogamma ao fundo .....	142
Figura 19 Praça Puerta del Sol, em Madri, Espanha .....	143
Figura 20 Praça Syntagma, em Atenas, Grécia .....	143
Figura 21 Praça Taksim, em Istambul, Turquia.....	144
Figura 22 Parque Zuccotti, em Nova York, Estados Unidos .....	144
Figura 23 Avenida Paulista, São Paulo .....	145

Figura 24 Avenida Paulista, São Paulo, com destaque para o MASP.....	145
Figura 25 Praça dos Três Poderes, Brasília, Distrito Federal (Congresso Nacional ao centro; Supremo Tribunal Federal à esquerda; e Palácio do Planalto à direita).....	146

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 REDES DE CONTROLE: VIGILÂNCIA E PODER NA SOCIEDADE EM REDE</b> ..	<b>17</b>
1.1 DA SOCIEDADE DE DISCIPLINA E A VIGILÂNCIA INSTITUCIONAL: O CONTROLE DO CORPO-INDIVÍDUO .....	22
1.2 DA SOCIEDADE DE CONTROLE E A EMERGÊNCIA DA BIOPOLÍTICA: O CONTROLE DO CORPO-POPULAÇÃO.....	34
1.3 “O GRANDE IRMÃO ESTÁ DE OLHO EM VOCÊ”: O IMPÉRIO E A VIGILÂNCIA NA SOCIEDADE EM REDE .....	47
<b>2 REDES DE INDIGNAÇÃO: CONTRAVIGILÂNCIA E CONTRAPODER NA SOCIEDADE EM REDE</b> .....	<b>61</b>
2.1 A PRIMAVERA ÁRABE FLORESCEU: A INDIGNAÇÃO E OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI.....	66
2.2 O GIGANTE ACORDOU DO BERÇO ESPLÊNDIDO: OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI NO BRASIL.....	81
2.3 DO CONTRAPODER DE RESISTIR NA SOCIEDADE EM REDE: RELAÇÕES DE CONTRAVIGILÂNCIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI.....	95
<b>3 REDES DE ESPERANÇA: MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA NA SOCIEDADE EM REDE</b> .....	<b>113</b>
3.1 DA RESSIGNIFICAÇÃO DE CONCEITOS: A NOVA TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	119
3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E(M) LUTA: O ATIVISMO NA SOCIEDADE EM REDE .....	129
3.3 PARA ALÉM DA DEMOCRACIA: A NOVA AÇÃO CONECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI.....	147
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>159</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>167</b>

## INTRODUÇÃO

Na sociedade em rede, novos atores sociais e novas relações sociais são inseridas, de modo transversal e multidirecional, proporcionando um maior fluxo de comunicação e uma distribuição nodal de interações, inclusive no que se refere às relações de poder. As redes, formadas por nós, arestas e *clusters*, competem ou cooperam entre si, marcadas pelo uso de novas tecnologias da informação e comunicação, numa horizontalização da comunicação em grande escala, à medida em que as novas plataformas permitem uma interação expansiva, sem a necessária intervenção de canais de comunicação ou lideranças.

O Estado, antes ente centralizador do poder e detentor da normatividade, vê-se obrigado a se submeter à essa dialética, mudando sua estrutura e funções para obter mais fluidez e interação entre outros atores sociais, cooperando com específicas redes e competindo com tantas outras, tanto no plano interno, quanto internacional. O Estado em rede é apenas um nó nesse emaranhado de forças, numa espécie de jogo de poder, acabando por sucumbir a pressões políticas, empresariais, internacionais ou fatores escusos para manutenção do poder e de determinados interesses, muitas vezes em desfavor de causas comuns, pautas menos favorecidas e ditas minoritárias.

A democracia, que, por sua excelência, é um regime político onde todo o poder emana do povo, diretamente ou por meio de representantes eleitos, na sociedade em rede, acaba por assumir contornos muito diferentes daqueles projetados, servindo à lógica mercantil e às vontades de grupos da elite. Emerge, pois, uma crise de representatividade e indignação política, sendo notório que oligopólios políticos procuram meios de se perpetuarem no poder, em detrimento de classes e grupos menos favorecidos, utilizando-se, para tanto, de instrumentos de biopolítica e controle de massas.

No século XX, com a profusão das tecnologias de informação e comunicação, os mecanismos de controle e vigilância, especialmente estatais, aperfeiçoaram-se e tornaram-se ferramentas úteis para uma vigilância geral e espalhada, de forma institucional. Na sociedade em rede, a vigilância é líquida, onipresente e, por vezes, passa despercebida pelos vigiados, exercendo sobre estes um controle sobre as formas de viver: câmeras de monitoramento, registro e gerenciamento de dados em

grande quantidade, superendividamento, manipulação de informações, notícias e imagens, aceitação incondicional e forçosa de termos e condições de aplicativos e serviços, dentre outras.

Ocorre que essa mudança paradigmática procedida com o aperfeiçoamento das tecnologias de informação e comunicação também possibilitou a reflexão e o compartilhamento de ideias entre indivíduos, independentemente do lugar em que estejam fisicamente, fortalecendo redes de contrapoder para questionamento e refutação das formas de controle e vigilância institucionalizada. Ainda, acabou por empoderar indivíduos e coletivos que se indignam, se associam e promovem uma contravigilância, isto é, invertem o vetor de vigilância, passando de vigiados a vigilantes, exercendo uma cooperação em rede de contrapoder, de modo que passam a reivindicar direitos e refletir criticamente sobre os ideais democráticos.

Nesse panorama, a presente pesquisa tem por temática perquirir acerca de democracia, vigilância e movimentos sociais na sociedade em rede. E, de forma delimitada, trata-se, então, do estudo de uma contravigilância, isto é, da alteração do sentido de vigilância para possibilitar que o até então vigiado passe a vigilante, como expressão de contrapoder, para questionar as relações de poder na sociedade em rede e para reivindicar direitos e garantias individuais e coletivos em favor de interesses de grupos politicamente excluídos ou menos favorecidos, por meio da nova ação conectiva dos movimentos sociais do século XXI, especialmente a partir da Primavera Árabe e localizados e conectados ao redor do globo.

Dessa forma, se a contravigilância é a inversão do vetor de vigilância numa tentativa de neutralizar e resistir à vigilância estrutural dominante, a utilização dessa nova modalidade, especificamente pelos movimentos sociais que, diante das tecnologias de informação e comunicação, passaram por reformulações em sua própria essência e existência, merece uma melhor análise frente a esse novo tempo-espço democrático. Portanto, indaga-se em que medida a contravigilância, como expressão de contrapoder na sociedade em rede, pode representar um exercício de democracia, especialmente a partir da nova ação conectiva dos movimentos sociais do século XXI?

O objetivo geral desse trabalho é analisar a contravigilância, a partir da nova ação coletiva dos movimentos sociais do século XXI, como expressão de contrapoder, para representar um exercício de democracia. No que tange aos objetivos específicos,

pretende-se: a) investigar o recrudescimento de técnicas de vigilância sobre indivíduos e populações, apresentando, historicamente, uma evolução da disciplina e controle de corpos para compreender o biopoder na sociedade em rede; b) identificar atores e processos de contravigilância permitidos com o aperfeiçoamento das tecnologias de informação, em virtude da reconfiguração dos movimentos sociais no século XXI, especialmente a partir da Primavera Árabe; e, por fim, c) discutir sobre a ressignificação de uma teoria dos movimentos sociais, a partir de novos conceitos, novos espaços, novas ações e novos processos de ação conectiva no século XXI, especialmente no que tange à vigilância, à tomada de espaços públicos, à reivindicação de direitos e de esperança voltada à democracia.

A pesquisa justifica-se porque intenta avançar nas investigações já realizadas sobre movimentos sociais, a partir de uma análise interdisciplinar, envolvendo ciência da informação, da comunicação e jurídica, para compreender a utilização democrática das tecnologias de informação e comunicação na sociedade em rede para vigilância. Em outras palavras, o estudo, por trazer uma análise da contravigilância, como expressão de contrapoder, isto é, a apropriação dos mecanismos de vigilância para neutralizar e fazer frente à vigilância estrutural vigente, reflete sobre o próprio exercício da democracia, a fim de reivindicar direitos e garantias individuais e coletivos, humanos e fundamentais, afetados pela postura institucional.

Sinala-se que o objeto principal do presente escrutínio é a contravigilância sob a perspectiva de uma nova ação conectiva dos movimentos sociais, que, por si só, compreende uma série de atores, processos e formas para contrabalancear as relações de vigilância e poder na sociedade em rede, de modo que se delimita o estudo, quanto ao tempo, a partir do século XXI, e quanto ao espaço, na sociedade global. Isso, pois é no século XXI que as tecnologias de informação e comunicação e as redes sociais reformularam a ação coletiva dos movimentos sociais e possibilitaram uma maior contravigilância; e, porque é na sociedade global que esses movimentos sociais estão localizados, interagindo e compartilhando informações e resistência. Assim, considerando que a contravigilância assume diferentes formas, atuações e resultados, a depender da utilização, não se mostra ideal visualizá-la somente pelo viés de um movimento social, o que poderia, inclusive, pela análise preliminar já realizada, induzir conclusões não gerais e não universais.

Em termos sociais, a pesquisa parte do pressuposto que as redes de poder dominantes, representadas pelo Estado e pelas grandes corporações empresariais, praticam uma vigilância total e controladora, ameaçando sobremaneira direitos e garantias individuais e coletivos, especialmente o direito à liberdade, o direito à privacidade, o direito à intimidade, o direito à reunião, o direito à associação, dentre outros tantos, o que acaba por ferir o ideal democrático quando da utilização da própria democracia para perpetuação no poder de pequenos grupos favorecidos. Ademais, este estudo também ajuda a entender, por determinada perspectiva, as expressões populares que tomaram conta do espaço público, especialmente a partir da Primavera Árabe e ganharam o mundo, mudando o próprio conceito de movimento social, agora também indignado com essa competição entre redes de poder.

Por outro lado, não há como dissociar que esse projeto justamente por analisar criticamente a postura estatal e corporativa de vigilância política do povo, analisando, dessa forma, a luta dos novos movimentos sociais pela reivindicação de direitos, é, por si só, um instrumento de contravigilância e exercício de contrapoder. Isso, pois, de um modo ou outro, liga-se em rede com demais estudos e manifestações nesse sentido para produzir ciência – no sentido científico e de consciência – para fazer frente às violações mencionadas.

Nessa linha de pensamento, essa investigação também possui importância político-governamental, visto que evidencia a vontade política dos novos movimentos sociais e a possibilidade de ligação em rede dessas forças de poder para criticar, refutar, neutralizar e competir com as redes de poder dominantes. De igual forma, demonstra cientificamente a sistemática violação de direitos e garantias do povo, por meio da vigilância institucional perpetrada. Trata-se, pois, de um estudo que, ao discutir essa violência, permite refletir sobre os espaços democráticos e repensar a própria democracia.

Ainda, a pesquisa revela importância à academia, uma vez que remanescem lacunas importantes a serem discutidas teoricamente, embora o debate e a produção acadêmica nessa linha de pesquisa tenham crescido ultimamente. Assim, cada vez mais necessário estudar a própria refundação do conceito de movimento social e a utilização do adjetivo “novos” ou “novíssimos”, a qualificação desses movimentos sociais, especialmente no presente século e no contexto das tecnologias da informação e comunicação, as semelhanças e diferenças com outras ações coletivas,

organizações sociais ou projetos de mobilização social e as teorias que circundam essa construção literária.

Por fim, a presente pesquisa expressa conexão com o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria, pois se alinha à Área de Concentração institucional “Direitos Emergentes na Sociedade Global”, uma vez que analisa a ação social de movimentos globalmente conectados, mas localmente atuantes, em desfavor de posturas de vigilância poderosas e constantes das complexas relações sociais, que pode pôr em risco a segurança de direitos e garantias humanas. Nessa mesma perspectiva, o projeto se enquadra na Linha de Pesquisa institucional “Direitos na Sociedade em Rede: atores, fatores e processos na mundialização”, porquanto traz discussões acerca da ação conectiva de movimentos sociais do século XXI, organizados em rede e atuantes numa sociedade conectada por relações tais como nós e arestas, especialmente ampliada a partir do uso das redes sociais virtuais e em função do aperfeiçoamento das tecnologias de informação e comunicação.

Por iguais razões e pela organização destes novos movimentos sociais e da contravigilância ampliada pelo uso da internet, o trabalho também se filia ao Centro de Estudos e Pesquisas em Direito e Internet da Universidade Federal de Santa Maria (CEPEDI), do qual o pesquisador faz parte, cadastrado na plataforma de pesquisas do CNPq/MCTIC. Neste grupo, fez-se parte do projeto de pesquisa “Ativismo digital e as novas mídias: desafios e oportunidades da cidadania digital”, onde, ao longo da participação no grupo de pesquisa, pode-se entrar em contato com diversas temáticas envolvendo as redes, inclusive a internet, como, por exemplo, acesso e acessibilidade digital, educomunicação, vigilância, direitos da privacidade, cibercultura, dentre outros.

Quanto à metodologia de abordagem, utiliza-se o método dialético, porque se realiza uma conexão relacional entre os temas tratados, a partir do pressuposto de que o mundo é um conjunto de processos, em constante movimento e relacionamento, em ação recíproca, inclusive no que tange às contradições internas, lado positivo e negativo, passado e futuro, retrocessos e avanços. Em outras palavras, investiga-se a nova ação conectiva dos movimentos sociais do século XXI num cenário eminentemente dialético: de vigilância à contravigilância, de poder ao contrapoder, de velha ação coletiva à nova ação conectiva.

Quanto à metodologia de procedimento, emprega-se o método monográfico, a fim de analisar detalhadamente a vigilância social, desde um viés da razão governamental dominante e também a partir do estudo da ação coletiva dos novos movimentos sociais do século XXI. Para tanto, por meio do estudo científico de atores, processos e fatores envolvendo a vigilância, especialmente na sociedade em rede, a partir do século XXI, pretende-se obter generalizações em relação ao tema e investigar criticamente uma relação com a democracia. Ainda, em momentos específicos e de forma subsidiária, faz-se o uso dos métodos histórico, comparativo e estatístico, para visualizar historicamente a consolidação da vigilância e a revolução dos movimentos sociais, inclusive por meio de dados estatísticos e comparativos.

Para tanto, aplica-se as técnicas de pesquisa de documentação indireta e documentação direta. Nesse ínterim, usa-se da pesquisa documental e bibliográfica, haja vista que grande parte da revisão bibliográfica a ser realizada no presente estudo advém da literatura especializada no tema, especificamente na grande área de sociologia dos movimentos sociais; outra parte virá de normativas internacionais e nacionais, referências culturais, dentre outras.

A teoria de base adotada traz aportes teóricos e empíricos trazidos por, principalmente, Manuel Castells, Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer-Warren, Antonio Negri, Michael Hardt, dentre outros, já que pretende-se analisar o impacto da expansão das tecnologias de informação e comunicação na comunidade global e brasileira, evidenciando-se as relações de poder e vigilância perpetradas na sociedade em rede, bem como estudar o papel dos (novíssimos) movimentos sociais como mecanismos de contrapoder e resistência aos *standards* dominantes.

Em termos estruturais, a pesquisa, à esteira das concepções dialéticas, está desenvolvida em três capítulos, demonstrando a luta entre ideias para gerar uma nova realidade. O primeiro capítulo lança algumas teses sobre a consolidação de uma vigilância institucional e estrutural em favor das redes de poder dominantes nos últimos anos; por outro lado, o segundo capítulo evidencia algumas antíteses sobre ações conectivas de contravigilância a partir de redes de contrapoder, especialmente de movimentos sociais; por fim, o terceiro capítulo demonstra algumas sínteses desse ciclo de relação, procurando analisar uma própria reformulação da democracia como resultado desse embate entre vigilância e contravigilância. A metodologia específica de cada capítulo está delineada nas seções que antecedem a discussão produzida.

## 1 REDES DE CONTROLE: VIGILÂNCIA E PODER NA SOCIEDADE EM REDE

*“Em todos os patamares, diante da porta do elevador, o pôster com o rosto enorme fitava-o da parede. Era uma dessas pinturas realizadas de modo a que os olhos o acompanhem sempre que você se move. ‘O grande irmão está de olho em você’, dizia o letreiro, embaixo.”. (ORWELL, 2017, p. 9)*

A epígrafe que antecede esta seção faz referência à vigilância marcada da Oceania, cenário de fundo para as reflexões do personagem principal, Winston Smith, e a uma das frases mais conhecidas da obra “1984”, de George Orwell: “o Grande Irmão está de olho em você”. Em diferentes lugares das cidades, pôsteres enormes, com uma imagem do Grande Irmão, líder do Partido, que exerce o poder na sociedade distópica, relembram, a todo momento, que os cidadãos estão sendo observados, cujo aviso e lembrete constantes desempenham, sobre cada indivíduo e, conseqüentemente, sobre toda a sociedade, um controle disciplinar para que se comportem como definido pelas fontes de dominação.

A significação de poder e a compreensão das relações sociais sempre se mostraram um produtivo campo de estudo, sendo objeto de pesquisa de filósofos, sociólogos, historiadores, cientistas políticos, juristas e pensadores de outras áreas do conhecimento humano, cuja pluralidade de percepções e lugares de fala impediu uma conceituação única ou unânime. Para umas teorias, o poder é um objeto que pode ser obtido e transferido; para outras, é um atributo, uma capacidade, ou, ainda, uma vantagem; ainda, outras acreditam ser produto de uma interação social.

Numa das concepções mais clássicas sobre o tema, Weber define poder como sendo “a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra toda resistência e seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (2000, p. 33). Em termos de mandato-obediência e legitimidade do poder, Weber explicita uma forma bem específica, fácil de ser assimilada quando analisada a realidade social, qual seja, a dominação, que, por sua vez, pode, nas palavras do sociólogo, ser uma dominação jurídica racional – crença na ordem legal -, uma dominação tradicional – crença no caráter sagrado das tradições -, ou uma dominação carismática – crença no carisma de alguém (WEBER, 2000).

Foucault, diferentemente das classificações tradicionais da ciência política, entende que o poder não pode ser localizado ou centrado em uma pessoa ou em uma instituição ou em um Estado, não podendo, de igual forma, ser transferido por meio de contratos jurídicos ou políticos, como se fosse um objeto (FOUCAULT, 2004). O poder é, para o filósofo, uma prática social construída ao longo do tempo, de forma heterogênea e dinâmica, como resultado de uma relação de forças em uma determinada sociedade em um determinado momento, estando dissolvido por todo o tecido social (FOUCAULT, 2004).

Em sentido parecido, Norberto Bobbio apresenta três teorias acerca do poder, filiando-se à última: substancialista, subjetivista e relacional. A corrente substancialista, defendida por Thomas Hobbes, percebe o poder como qualquer substância material possuída pelo homem capaz de atingir determinado objetivo; por outro lado, a corrente subjetivista, elucidada por John Locke, prediz que o poder é mais do que a coisa utilizada para determinado fim, mas a capacidade do sujeito em obter certa vantagem. Por fim, a corrente relacional identifica o poder como uma relação entre dois sujeitos, sendo que um consegue do outro algo que, em caso contrário, não ocorreria (BOBBIO, 2000, p. 251).

O ponto de convergência entre as correntes tradicionais e modernas em relação à conceituação do tema parecer ser que os mecanismos para exercício de poder influenciam seguramente as relações sociais, dependendo de um processo relacional. Castells, em síntese parecida, afirma que o poder é “a capacidade relacional que permite ao ator social influenciar de forma assimétrica as decisões de outro(s) ator(es) social(is) no sentido do favorecimento da vontade, interesses e valores do ator com poder” (CASTELLS, 2013, p. 41).

Para tanto, uma relação de poder, dizem os autores, só se sustenta mediante a dominação de um pelo outro, isto é, pela predominância de um significado sobre outro, utilizando-se, como mecanismo de influência, o discurso e a violência. Ora, se a relação de poder é a sobreposição de valores sobre outros, o discurso disciplinador das instituições sociais e totais serve como definição dos significados preponderantes e, como instrumento decisivo para subjugar um sobre o outro, utiliza-se a violência legítima, ou pelo menos, considerada legítima, ou, ainda, mais legitimamente preparada para dominar (CASTELLS, 2013; FOUCAULT, 2004; WEBER, 2000).

Necessário verificar, ainda, conforme antes mencionado, que as relações de poder dependem das características da arquitetura social em que os atores sociais interagem entre si num dado contexto histórico. Nessa perspectiva, impera-se a análise dessas relações sociais no século XXI, marcado pela interação global, nacional e regional, pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação, pela diminuição das fronteiras, pela volatilidade das estabilidades organizacionais e pela construção espaço-temporal por meio de redes: a sociedade em rede (CASTELLS, 1999; 2002; 2013).

Para Castells, a sociedade em rede é “aquela cuja estrutura social é composta de redes ativadas por tecnologias digitais de comunicação e informação baseadas em microeletrônica”, cuja arquitetura social pode ser compreendida pelos “acordos organizativos humanos na relação com a produção, o consumo, a reprodução, a experiência e o poder expressos por uma comunicação significativa codificada pela cultura” (CASTELLS, 2013, p. 59). Dessa maneira, a sociedade em rede abraça as atividades básicas que definem a vida humana, num emaranhado de interações e redes globais, num sem-tempo e sem-espaço: relacionamento humano, mercado financeiro, relações intergovernamentais, produção e consumo de bens e serviços, meios de comunicação, cultura, instituições, crenças, valores, movimentos sociais, dentre outras programações.

A evolução das redes está na possibilidade de flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de sobrevivência destas (CASTELLS, 2013, p. 57). Num primeiro momento, as redes podem alterar-se em função de mudanças no ambiente, encontrando novas ligações, embora existam pontos de bloqueio ou novos componentes; num segundo momento, as redes não possuem um tamanho fixo, permitindo-se uma expansão ou redução sem a perda de componentes importantes; e, num terceiro momento, as redes podem se configurar num sem número de possibilidades por não haver determinado centro, resistindo a ataques e malformações.

Especificamente nas relações sociais, as redes podem ser organizadas a partir de estruturas comunicativas, sendo as arestas dos grafos entendidas como fluxos de informações entre diferentes atores sociais num determinado panorama, os quais programam, reprogramam e configuram a rede social a todo mundo, a depender de critérios denominados de protocolos de comunicação (CASTELLS, 2013, p. 53). Nas

redes sociais, essa arquitetura social se regenera a partir de cada comunicação efetuada entre os atores sociais, tendo em vista que a troca realizada entre estes cria significações e reações por outro lado, numa retroalimentação de valores, crenças e percepções de mundo, de forma que, um nó pode acabar se conectando ou decidir se desconectar ou acabar sendo desconectado em favor de um sentimento de pertencimento ou lealdade à rede num “contexto comum de significados” (CAPRA, 2002, p. 86).

Nesse diapasão da sociedade em rede, as relações de poder adquirem uma nova perspectiva, de modo que se perpetuam numa necessária troca de informações entre redes globais e locais, numa disposição organizacional nodal de interação de indivíduos, grupos e instituições, já que, conforme Capra (1996, p. 19), “a estrutura ideal para exercer esse tipo de poder [como influência de outros] não é a hierarquia, mas a rede”. Assim, importa trazer à baila que o poder na sociedade em rede, segundo Castells, pode ser compreendido de quatro formas diferentes: poder de ligar-se em rede; poder da rede; poder em rede; e poder para criar redes.

O poder de ligar-se em rede trata acerca da capacidade dos atores, grupos e organizações sociais de determinadas redes de se ligarem a atores, grupos e organizações sociais que porventura não estejam conectados, verificando-se uma lógica de inclusão-exclusão. É, ainda, a possibilidade de programar filtros de redes para permitir ou impedir a conexão ou desconexão de outras redes, uma vez que, se, num determinado momento, os atores, grupos e organizações sociais podem criar redes, podem, em outra circunstância, instituir estratégias, mecanismos e valores para incluir redes que intentam se conectar, afastar redes que nada acrescentam ou perigam a existência da arquitetura já formada (CASTELLS, 2016, p. 81).

O poder da rede é, por excelência, a potência da rede, visto que, por meio do compartilhamento e distribuição de protocolos de comunicação por cada vez mais nós dentre das redes, as regras que devem ser seguidas vão se recrudescendo quando se está em determinada rede. Em outras palavras, trata-se de um regime de autoafirmação e sobrevivência da própria rede, haja vista que, se os protocolos de comunicação transmitem as informações pelos nós, a difusão de determinados valores por essa arquitetura social pode influenciar no poder dessa rede para ditar programações de inclusão ou exclusão de nós, atores, grupos, organizações ou outras redes (CASTELLS, 2016, p. 82).

Por sua vez, o poder em rede leva em consideração um próprio conceito do tema que define o poder como “a capacidade relacional para impor a vontade de um ator sobre a de outro a partir da capacidade estrutural de dominação integrada nas instituições da sociedade” (CASTELLS, 2016, p. 82). Não existe, pois, apenas uma única fonte de poder localizada em específica parte do espectro, mas, pelo contrário, uma gama de formas de dominação e de imposição de regras entre nós e entre redes, de forma que, como sabido, o poder se torna resultado da interação entre essas conexões e desconexões.

Por derradeiro, o poder para criar redes compreende pelo menos duas modalidades: a possibilidade de programar e reprogramar redes e a possibilidade de conectar e desconectar redes de cooperação. Na primeira hipótese, determinados nós da rede exercem um papel decisivo, chamados programadores, que definem a arquitetura social e os objetivos comuns da rede, criando projetos de poder; na segunda hipótese, os comutadores – *switchers*, no original – são capazes de identificar outras redes, classificando e avaliando possíveis redes para cooperação ou competição dentro de um emaranhado, podendo induzir sinergias ou impedir contradições nos significados a serem trocados nos protocolos de comunicação (CASTELLS, 2016, p. 86).

O presente capítulo, intitulado “Redes de controle: vigilância e poder na sociedade em rede”, parte do pressuposto de que uma das formas de perpetuação no poder – nesta frase entendido como *locus* de dominação embora se saiba que não se trata de um lugar ou posição ou instituição específica - de determinados atores ou grupos sociais na atual conjuntura é representada pelas relações de controle de outros atores ou grupos sociais por meio de uma vigilância estrutural e contínua, permitindo-se a inclusão e exclusão de determinadas redes, graças a programações de dominações violentas. Dessa forma, pretende-se investigar o aperfeiçoamento dos mecanismos de vigilância social, fazendo-se uma construção histórica dos dispositivos de biopoder para entender a disciplina e controle de corpos na sociedade em rede.

Para isso, o primeiro capítulo deste trabalho, que pretende introduzir teses sobre a vigilância, é subdividido em três partes: a primeira, intitulada “Da sociedade de disciplina e a vigilância institucional: o controle do corpo-indivíduo”, aborda especificamente o controle exercido sobre a individualidade da pessoa; a segunda,

nomeada “Da sociedade de controle e a emergência da biopolítica: o controle do corpo-população”, trata especialmente do controle desempenhado sobre o conjunto de pessoas; e, por fim, a terceira, com título “O Grande Irmão está de olho em você: o Império e a vigilância na sociedade em rede”, traz notadamente o controle perpetrado sobre todas as formas da vida no referido contexto histórico.

## 1.1 DA SOCIEDADE DE DISCIPLINA E A VIGILÂNCIA INSTITUCIONAL: O CONTROLE DO CORPO-INDIVÍDUO

A sociedade disciplinar ou sociedade de disciplina pode ser verificada a partir do século XVIII até meados do século XX, sendo a Segunda Guerra Mundial representativa de uma mudança nesse paradigma quando da ascensão da sociedade de controle (DELEUZE, 1992, p. 220). Para esse momento de disciplinas, a submissão, transformação, docilização e controle do corpo, por intermédio de práticas de individualização, classificação, isolamento e hierarquização, representaram uma nova forma de visualizar as relações de poder (FOUCAULT, 2013, p. 195).

Se nas sociedades monárquicas o poder se originara no soberano e as normas eram feitas sob a vontade real<sup>1</sup>, nas sociedades disciplinares o poder era temporalizado e territorializado, com o objetivo de melhor controlar o sujeito, de modo que o sistema normativo se tornava muito mais artificioso e se espalhava por toda a esfera social. O poder disciplinar, então, não retirava o indivíduo do convívio social, tal como na era monárquica e na sociedade do banimento<sup>2</sup>, mas, sim, adestrava o homem e fabricava o sujeito para melhor apropriação e instrumentalização do corpo social e do próprio poder (FOUCAULT, 2013, p. 195).

---

<sup>1</sup> A frase “o Estado sou eu” (no original, “L’État, c’est moi”) é uma frase comumente atribuída a Luís XIV, rei francês absolutista, para representar a primazia da autoridade real sobre os demais.

<sup>2</sup> A expressão remete ao ostracismo grego, medida desenvolvida em Atenas, na Grécia Antiga, no século VI, com a intenção de retirar do convívio ateniense aqueles que poderiam possuir mais chances para destruir ou corromper a democracia, seja por motivos de riqueza, de imponência, de preeminência, de ideais compartilhados ou porque os pares assim votaram, “se, no entanto, houver uma pessoa, ou mais de uma, embora não suficiente em comparação com o total do Estado, cuja virtude é tão preeminente que as virtudes ou capacidades políticas de todo o resto, que não admite comparação com os demais, ela ou elas não podem mais ser considerados como parte de um Estado” (ARISTÓTELES, 1997, s/p).

No regime feudal, o poder estivera centrado nas pessoas que detinham mais privilégios ou honrarias, mais marcadas por discursos, rituais ou representações artísticas, em evidente centralização do poderio (FOUCAULT, 2013, p. 150). Por outro lado, na sociedade disciplinar, o poder se difundiu de modo mais anônimo, porquanto oriundo de diferentes dispositivos; bem como mais funcional, uma vez que a sua aparição individualizava fortemente a pessoa, já que essa individualização estava centrada nas fiscalizações em detrimento às cerimônias; nas observações em desfavor das histórias comemorativas; mas também nas normas em prejuízo das referências ancestrais, de forma eminentemente institucional (FOUCAULT, 2013, p. 217).

Não se desconhece que outras diversas formas de controle social foram exercidas ao longo dos séculos passados<sup>3</sup>, porém a sociedade disciplinar inaugurou uma nova metodologia de cuidado do corpo, a partir do momento em que não mais se tratava o corpo somente como uma unidade indissociável, mas se trabalhava sobre este em máximos detalhes, exercendo uma coerção sem fim, um “poder infinitesimal sobre o corpo ativo” (FOUCAULT, 2013, p. 164). Exsurgiu, pois, a partir de uma série de processos disciplinares, uma “anatomia política”, a fim de fazer com que o corpo operasse à maneira que se queria, numa docilização da subjetividade, de forma rápida, sincrônica e eficaz, em prol do capital estatal e de uma economia produtiva, de tal forma que “uma sociedade disciplina é[era], portanto, uma sociedade-fábrica” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 264).

Na análise dessas relações, Foucault estudou que o poder guardava inerentes conexões com determinados dispositivos, isto é, “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2004, p. 138), que possuíam uma função dominante para determinar a força condicionante que

---

<sup>3</sup> Em diferenciação, Foucault explica que os processos disciplinares já existiam há muito tempo, mas “diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes. Diferentes também da domesticidade, que é uma relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma da vontade singular do patrão, seu ‘capricho’. Diferentes da vassalagem que é uma relação de submissão altamente codificada, mas longínqua e que se realiza menos sobre as operações do corpo que sobre os produtos do trabalho e as marcas rituais da obediência. Diferentes ainda do ascetismo e das ‘disciplinas’ de tipo monástico, que têm por função realizar renúncias mais do que aumentos de utilidade e que, se implicam em obediência a outrem, têm como fim principal um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo” (FOUCAULT, 2013, p. 164)

intervinha em determinada racionalidade e sociedade. Dispositivos eram, portanto, “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2004, p. 139), como se fossem caminhos, formas e meios de exercício do poder, sendo que, dentre eles, pode-se citar a vigilância, a punição, a disciplina, a sexualidade, a loucura, o exame.<sup>4</sup>

Em um primeiro momento, o poder disciplinar pressupunha um dispositivo que docilizava o corpo humano por meio de um jogo de olhares, sendo necessário elevar a visão à categoria de técnica controladora, a fim de que fosse possível visualizar aqueles sobre quem se ingeria a coerção ao mesmo tempo em que tais mecanismos eram evidentemente visíveis aos olhos a quem se devia sujeitar. A vigilância assumia, então, papel de destaque na geometria das sociedades disciplinares, sendo constantemente amplificada e aperfeiçoada, com o fim de imprimir, em larga escala, nos sujeitos vigiados os processos de adestramento (FOUCAULT, 2013, p. 196).

Nesse sentido, a arquitetura dessa sociedade ia adiante de uma simples exibição do fausto dos palácios ou de uma estratégia de defesa para observar o exterior para além das fortalezas, uma vez que necessitava controlar também o interior, de forma articulada e detalhada<sup>5</sup>, agindo e dominando não aquele que chegava de fora, mas aquele que fazia parte do próprio corpo social (FOUCAULT, 2013, p. 197). As instituições começaram a se dispor de modo a permitir tal vigilância, sendo as prisões, os hospitais, as fábricas e as escolas estruturadas como maquinarias de controle microscópico de comportamento, para observação, registro e adestramento, seja por meio de jogos de luz e sombras, de aberturas em paredes, de disposição circular e celular, dentre outros artifícios engenhosos (FOUCAULT, 2013, p. 198).

Em determinado momento, percebeu-se que o olhar disciplinar na forma piramidal era melhor e mais útil que o olhar disciplinar circular, visto que podia ser tão insidioso a ponto de montar uma rede sem lacunas para vigiar espaços espalhados e discrição suficiente para não se tornar um obstáculo à atividade a ser disciplinada e

---

<sup>4</sup> O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam (FOUCAULT, 2004, p. 139).

<sup>5</sup> Aliás, a disciplina era, conforme Foucault, uma “anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 2013, p. 166).

um estímulo às revoltas (FOUCAULT, 2013, p. 199).<sup>6</sup> Nesse ínterim, a vigilância disciplinar acabou se tornando parte da própria economia institucional, perpetrada por agentes de dentro da própria instituição vigiada, funcionando como uma rede de relações de observações e como uma máquina de distribuição de sujeitos nesse campo social (FOUCAULT, 2013, p. 201-202). Assim, interessante notar que a vigilância compreendia relações de poder que se autossustentavam com os próprios mecanismos, seguindo as leis da física óptica e de outras pequenas técnicas que não utilizavam, num momento sumário, a força e a violência, sendo cada vez menos corporal, embora mais fisicamente poderosa (FOUCAULT, 2013, p. 201-202).<sup>7</sup>

Pode-se referir que um dispositivo importante para o exercício de poder era a punição, que foi detalhadamente estudada por Michel Foucault, especialmente na obra “Vigiar e Punir”, onde o autor fez uma retomada histórica dos métodos coercitivos e punitivos praticados pelo ente estatal, desde a violência física dos suplícios às instituições de correções penais. O sistema punitivo da sociedade disciplinar foi, para o autor, oriundo do discurso da criminologia oficial marcada pelas ideias iluministas, passando-se de uma criminalidade de sangue, isto é, de violência lesiva corporal, para uma criminalidade de fraude e de patrimônio, em razão das complexas relações de propriedade, acúmulo de riquezas e desenvolvimento da produção (FOUCAULT, 2013, p. 105).

No entanto, esse apreço pela humanidade do infrator nada mais foi que um discurso oficial falso, porquanto o ente público não estava genuinamente preocupado com a ressocialização do indivíduo, mas, pelo contrário, interessado na docilização do sujeito, já que a punição acabou por ser um ótimo mecanismo de exercício de poder, por meio da vigilância e do adestramento. E, além disso, o ente estatal adquiriu,

---

<sup>6</sup> Nasciam as figuras dos inspetores, que, por meio de apenas um olhar, desenvolviam um controle contínuo e intenso sobre todo o processo de docilização, numa posição privilegiada, capazes de fazerem o sujeito olhado interiorizar o pesar do olhar, passando a vigiar a si próprio (FOUCAULT, 2013, p. 199).

<sup>7</sup> Dessa banda, se a organização piramidal constitui uma série de superiores hierárquicos prontos para vigiar e disciplinar, então todo o aparelho produz poder contínua e permanente, permitindo “ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente ‘discreto’, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio”, de modo que a disciplina cria um “poder relacional que se autossustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados”, graças às técnicas de vigilância, especificamente “a ‘física’ do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica e de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência” (FOUCAULT, 2013, p. 202).

pelo menos nessa época, um direito de punir, em defesa da sociedade, já que a infração criminosa opunha o indivíduo contra todo o corpo social, como se fosse um inimigo comum, que merecia ser adestrado e corrigido (FOUCAULT, 2013, p. 110).<sup>8</sup>

Compreende-se, então, uma objetivação do criminoso e do crime, tendo em vista que o primeiro, o delinquente, era alicerçado à categoria de selvagem, monstro, louco, anormal, cuja correção haveria um tratamento correspondente; enquanto que o segundo era objeto de estudo para medição da punição necessária, do controle social, das organizações e técnicas de prevenção (FOUCAULT, 2013, p. 121). De uma forma ou de outra, vê-se que o poder, nessa sociedade disciplinar, supunha o homem como objeto de controle, cujo exercício se dava por modos cada vez mais sutis e discretos, mas igualmente ou superiormente potentes (FOUCAULT, 2013, p. 121).

E, se antes o monarca exigira grandes espetáculos e cerimônias para infligir dor ao corpo dos suplicantes, surgiu, nessa sociedade disciplinar, uma nova anatomia política que ressignificaria o corpo do delinquente, também como personagem principal, mas de maneira mais silenciosa e perspicaz, porquanto objetivamente calculada (FOUCAULT, 2013, p. 150). A punição era, pois, uma técnica de docilização do sujeito, por meio de práticas de treinamento e manipulação do corpo; era uma tecnologia de poder (FOUCAULT, 2013, p. 150).

Observa-se que a disciplina do corpo era uma das preocupações especiais desse novo paradigma social, estando intimamente ligada à docilização do indivíduo e à sujeição deste ao poder exercido. Tratava-se de um dispositivo que devia se orientar espacial e funcionalmente, haja vista que a ingerência da disciplina devia ser permeada de maneira generalizada nas instituições. Era a ordenação do próprio corpo por meio de técnicas variadas e rítmicas, ao longo do tempo de vida.

Por certo, a disciplina sobre o corpo não acontecia somente em determinada instituição, de repente, mas era fruto de uma mecânica de poder, que perpassava toda a vida do sujeito, numa complexa relação de docilização. Essa anatomia política transcorria nas escolas primárias, nos colégios, nas igrejas, nas organizações militares, nas oficinas, nos hospitais, nas prisões, a fim de, sutilmente, disciplinar e

---

<sup>8</sup> Não se olvida, porém, toda a discussão trazida pela criminologia crítica sobre a expressão “direito de punir”, quando, para mais que um direito, trata-se de um poder de punir, porquanto, na esteira dos próprios argumentos aqui delineados, a punição é um dispositivo de exercício de poder e de subjetivação do indivíduo.

moldar o corpo do sujeito às práticas definidas pelo poder. E essa docilização ia muito além de definir os gestos, as atitudes e os comportamentos dos indivíduos, pois ressignificava o comportamento e a linguagem do corpo em favor de uma economia e eficácia social (FOUCAULT, 2013, p. 163).

A disciplina era, portanto, a modulação do corpo “numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos”, tal qual fosse uma fábrica de submissão e docilização de sujeitos. (FOUCAULT, 2013, p. 164). A intenção, nesse caso, era, para adiante de aprofundamento da sujeição do indivíduo, a instauração de mecanismos utilitaristas que tornassem o homem cada vez mais útil e obediente (FOUCAULT, 2013, p. 164).<sup>9</sup>

A título exemplificativo, visualiza-se que “a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão[dava] em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado” (FOUCAULT, 2013, p. 167). Em outras palavras, a disciplina pretendia “uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito”, uma vez que a observação de cada menor detalhe e de cada pequena minúcia tornava o poder microfísico, capilarizado e onipresente (FOUCAULT, 2013, p. 167).

Nessa perspectiva, convém analisar a disciplina sujeitando os indivíduos, num primeiro momento, de forma espacial, já que o espaço também era fundamental para o exercício do poder. Na sociedade disciplinar, a utilização de técnicas, como a cerca, o internato, a cela religiosa, a castração militar e a clausura prisional auxiliavam no enquadramento do sujeito e na docilização do corpo, em um espaço único e bem delimitado, a fim de apreciar, medir, vigiar e sancionar o indivíduo (FOUCAULT, 2013,

---

<sup>9</sup> O videoclipe da música “Another brick in the wall”, da banda Pink Floyd, lançado nos anos 1980, trata do mecanismo de disciplinarização de crianças, pelo menos, na escola, condicionadas a agirem de maneira programada e subserviente, demonstrando, de forma figurativa, o quadriculamento dos sistemas disciplinares, por meio do enfileiramento das pessoas, da uniformização das vestimentas, da disposição equidistante das classes, da gesticulação padrão conforme palavras de ordem, do professor ditador. Em determinadas cenas, percebe-se as crianças andam pelos corredores da escola com os rostos descaracterizados e com feições idênticas, numa padronização aparelhada; em outro momento, os alunos caminham em fila rumo a um grande buraco, onde, mais tarde, descobre-se se tratar de uma máquina de moer carne. Ainda, a própria letra da música traz algumas pistas sobre esse momento disciplinar, quando refere, em tradução nossa, “no fim das contas, é apenas outro tijolo na parede; no fim das contas, você é apenas outro tijolo na parede”.

p. 170).<sup>10</sup> Por outro lado, a disciplina também sujeitava os indivíduos, de maneira temporal, uma vez que o tempo era, de igual forma, fundamental para o exercício do poder. Na sociedade disciplinar, a contagem do tempo em horas, quartos de hora, minutos e segundo era importante aliada na docilização dos corpos, posto que estabelecia regramento dos movimentos e comportamentos do sujeito (FOUCAULT, 2013, p. 176).<sup>11</sup>

Outro dispositivo utilizado nas relações de poder foi a sexualidade, com discursos que se intensificaram a partir do século XVIII. Tratava-se de uma racionalidade em relação ao sexo, uma vez que abordar o tema por meio de conotações políticas, econômicas e técnicas, ajudavam a geri-lo e inseri-lo em sistemas de dominação e docilização de sujeitos (FOUCAULT, 1999, p. 47-48). Discursar e debater sobre o sexo de forma multiplicada, não mais somente a relação heterossexual monogâmica-sacra, mas também o sexo das crianças, dos fetichistas, o incesto, entre outras formas de sexualidade não-conjugal, não-heterossexual, não-monogâmicas, auxiliava a difusão do poder por todos os corpos, ainda que fosse para proibir ou reprimir determinadas práticas (FOUCAULT, 1999, p. 47-48).<sup>12</sup>

Por sua vez, a loucura também era considerada um dispositivo para exercício do poder, quando, na sociedade disciplinar, o saber médico, juntamente com a internação psiquiátrica, tornava-se uma das instituições totais da época, apropriando-se do corpo social e infligindo sobre ele determinados regramentos (FOUCAULT, 2013, p. 214). Verifica-se que a loucura se volvia alvo de um discurso científico, passando a possuir uma verdade objetivada, que, graças à psiquiatria, sofria a ingerência de um poder disciplinar, definindo-se quem era louco e quem não o era,

---

<sup>10</sup> A arte das distribuições não aceitava lugares indeterminados, capazes de promover comunicações perigosas ou relações grupais indesejadas, prezando pela localização funcional, para dar um destino econômico e hierárquico a cada espaço, num “quadriculamento individualizante” (FOUCAULT, 2013, p. 170).

<sup>11</sup> O tempo, então, fornecia as censuras, obrigava o movimento e regrava os ciclos de repetição, ajustando o corpo a imperativos temporais, num esquema anátomo-cronológico, já que “para cada movimento é[era] determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é[era] prescrita sua ordem de sucessão”, concluindo-se que “o tempo penetra[va] o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2013, p. 177-178).

<sup>12</sup> Em análise do dispositivo da sexualidade, importante notar a formação do sujeito que falava, a posição e a perspectiva de quem falava, as instituições que determinam a fala ou onde ocorriam as falas e os interesses por detrás de tais falas, a fim de verificar que o discurso sobre o sexo era, também, poder (FOUCAULT, 1999, p. 16). Ainda, no século XVIII, percebe-se, no mínimo, quatro grandes estratégias de docilização do corpo quanto à sexualidade e estabelecimento de verdades, especificamente a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso (FOUCAULT, 1999, p. 99-100).

para alicerçar a loucura ao patamar de anormalidade, em uma evidente relação de poder (FOUCAULT, 2004, p. 117).<sup>13</sup>

Cumprido salientar que, no interior da sociedade disciplinar, residia um microssistema penal, que, embora guardasse relação com os grandes sistemas de justiça criminal, preocupava-se em reger e punir, ainda que de forma meramente disciplinar, as pequenas infrações do dia-a-dia, que não eram jurídico-penalmente relevantes ao macrosistema penal, num quadriculamento do “espaço deixado vazio pelas leis” (FOUCAULT, 2013, p. 202). Esse microssistema era revestido por uma espécie de justiça, entendida como legítima, com suas leis próprias, infrações, castigos e julgamentos, no intento de docilizar o sujeito de maneira microfísica e pontual (FOUCAULT, 2013, p. 202).

Nesse sentido, estabelecia-se uma funcionalidade repressora a partir de uma micropenalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo, da sexualidade, dentre outras circunstâncias. Utilizava-se, daí, como forma de punição, um leque de procedimentos sutis e disciplinares, que iam de pequenos castigos físicos, às privações rápidas, aos descontos e às humilhações, dando funcionalidade aos aparelhos punitivos de toda sorte, como maneira de reger e tornar penalizável cada simples desvio de conduta<sup>14</sup>. Pensava-se em levar essa disciplina ao extremo, tudo o que for não-conforme, de modo que “cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora” (FOUCAULT, 2013, p. 203)<sup>15</sup>.

Por derradeiro, outro dispositivo protagonista para o exercício do poder era o exame, cuja utilização combinava as técnicas de vigilância e normalização tratadas anteriormente, posto que “estabelece[ia] sobre os indivíduos uma visibilidade através

---

<sup>13</sup> Numa primeira oportunidade, o louco era visto como mero erro ou ilusão, sendo, portanto, colocado em um navio e enviado para outra cidade ou lançado ao mar, numa lógica de exclusão (FOUCAULT, 1972, p. 16). Em momento posterior, a loucura passava a ser entendida como ameaça, tendo em vista a perturbação que podia ser causada na sociedade, razão pela qual o louco começava a ser internado e estudado pela psiquiatria, com a promessa de cura, mediante o isolamento e a docilização (FOUCAULT, 1972, p. 63-64).

<sup>14</sup> Não deviam ser tolerados e mereciam ser sancionados os atrasos, as faltas, os intervalos injustificados, a negligência, a desatenção, a desobediência, a grosseria, a tagarelice, a insolência, a sujeira, os erros de movimentos, a indecência, a incontinência de conduta, o mau procedimento e qualquer conduta que não estivesse conforme o padrão de poder definido (FOUCAULT, 2013, p. 203).

<sup>15</sup> A arte de punir, na sociedade disciplinar, não visava tão somente a expiação do desvio e o arrependimento do sujeito, mas ia além, porquanto demonstrava o rol de condutas aceitáveis e reprováveis, quantificava os desempenhos, julgava os comportamentos singulares e definia a regra a ser seguida, facilitando a comparação e a diferenciação entre indivíduos, voltando ao quadriculamento de submissão para adestramento (FOUCAULT, 2013, p. 207). Tornava-se necessário regulamentar as condutas e as punições, evidenciando-se o poder da norma (FOUCAULT, 2013, p. 208).

da qual eles são[eram] diferenciados e sancionados” (FOUCAULT, 2013, p. 209). Durante o exame, havia alto grau de ritualismo, porquanto podia ser visualizado como a demonstração da força, a definição da verdade e a exposição do jogo de poder (FOUCAULT, 2013, p. 209). Era, por meio do exame, que se percebia certos rituais, métodos, personagens, papéis, jogos de perguntas e respostas, sistema de notas e classificação, tudo com o objetivo de adestramento do sujeito submetido ao exame (FOUCAULT, 2013, p. 209).<sup>16</sup>

Dessa feita, o exame invertia a economia de visibilidade no exercício de poder, uma vez que, tradicionalmente, o poder se manifestava, se movia e demonstrava a força, mas, por meio do exame, os sujeitos eram colocados em um processo de objetivação e de organização dos corpos, por eles próprios (FOUCAULT, 2013, p. 211-212). Para tanto, o poder fazia também a individualidade entrar num campo documentário, tendo em vista que o exame era contínua e amplamente registrado, formalizando a relação de poder (FOUCAULT, 2013, p. 213-214). E, assim, o exame, cercado de todas as suas técnicas documentárias, fazia de cada indivíduo um “caso”, objetivando o indivíduo, através de descrições, medições e classificações, com o fim de adestrar a própria individualidade do sujeito submetido, bem como de compará-lo a outras pessoas, em detalhado jogo de poder e disciplinarização (FOUCAULT, 2013, p. 215-216).

Para representar a sociedade disciplinar e a atuação dos dispositivos antes mencionados, o panoptismo foi – e ainda é - escolhido como figura arquitetural, objetivando uma vigilância institucional e controle social dos corpos por meio da disciplina, inspirado nos modelos desenvolvidos por Jeremy Bentham, no século XVIII<sup>17</sup>. Desta feita, o exercício do poder deixara de atacar e violentar os corpos, passando a se concentrar apenas na vigilância, concretizada por meio do olhar, num

---

<sup>16</sup> Nos hospitais, por exemplo, o médico, que antes fizera inspeções descontínuas e rápidas, mera visita, criava vínculos científicos com o lugar e colocava os doentes em uma observação regular e exame perpétuo de suas condições, determinando o que podiam fazer ou não; ou, ainda, nas escolas, os alunos eram constantemente testados por meio de provas de aptidões e intelectos, cujos resultados hierarquizavam, classificavam, promoviam ou reprovavam os estudantes, com efeito disciplinar sobre o corpo do escolar. E o mesmo pode ser observado nos quartéis, que também se utilizavam de processos examinatórios, com o fito de criar estratégias e saberes táticos militares; bem como na prisão que, mediante o exame e a testagem dos apenados, concediam-se benefícios ou malefícios, como tempo de sol, comida, saídas temporárias e regimes penais. (FOUCAULT, 2013, p. 211).

<sup>17</sup> Bentham explica que as primeiras ideias relativas ao panoptismo foram escritas em 1787, por meio de cartas direcionadas a um amigo inglês (não nomeado pelo autor quando da publicação oficial de tais textos num tratado único), em função de um anúncio de jornal que requisitava projetos para novas casas de correção a serem instaladas na Inglaterra (BENTHAM, 2008, p. 17-18).

“novo modo de garantir o poder da mente sobre a mente, em um grau nunca antes demonstrado; e em um grau igualmente incomparável, para quem o assim desejar, de garantia contra o excesso” (BENTHAM, 2008, p. 17).

Esse modelo funcionava como arquétipo para materializar a sociedade das disciplinas: evidenciava-se uma composição circular para vigilância sistemática dos sujeitos nas instituições totais, sendo que, ao centro, verificava-se uma torre de vigia ou sala de controle, com aberturas que apenas permitiam o olhar de quem estava no interior, e, ao redor, construía-se celas, visíveis ao observatório central, para “trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar” (FOUCAULT, 2013, p. 223).<sup>18</sup> A luz também era papel importante na disposição dessa estrutura, porque, pelo efeito da contraluz, podia-se enxergar, a partir da torre, cada pequena silhueta nas celas da periferia e, assim, o sujeito podia observar que estava sendo vigiado, em desfavor da sombra e da escuridão, que, ao final, podiam protegê-lo (FOUCAULT, 2013, p. 224).<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Na Carta II, Bentham dá uma ideia geral sobre o plano dos novos edifícios penitenciários, provendo detalhes estruturais: “O edifício é circular. Os apartamentos dos prisioneiros ocupam a circunferência. Você pode chamá-los, se quiser, de *celas*. Essas *celas* são separadas entre si e os prisioneiros, dessa forma, impedidos de qualquer comunicação entre eles, por *partições*, na forma de raios que saem da circunferência em direção ao centro, estendendo-se por tantos pés quantos forem necessários para se obter uma cela maior. O apartamento do inspetor ocupa o centro; você pode chama-lo, se quiser, de *alojamento do inspetor*. Será conveniente, na maioria dos casos, se não em todos, ter-se uma área ou um espaço vazio em toda volta, entre esse centro e essa circunferência. Você pode chamá-lo, se quiser, de área *intermediária* ou *anular*. Cerca do equivalente da largura de uma cela será suficiente para uma *passagem* que vai do exterior do edifício ao alojamento. Cada cela tem, na circunferência que dá para o exterior, uma *janela*, suficientemente larga não apenas para iluminar a cela, mas para, através dela, permitir luz suficiente para a parte correspondente do alojamento. A circunferência interior da cela é formada por uma *grade* de ferro suficientemente fina para não subtrair qualquer parte da cela da visão do inspetor. Uma parte suficientemente grande dessa grade abre-se, na forma de uma *porta*, para admitir o prisioneiro em sua primeira entrada; e para permitir a entrada, a qualquer momento, do inspetor ou qualquer de seus assistentes. Para impedir que cada prisioneiro veja os outros, as partições devem se estender por alguns pés além da grade, até a área intermediária: eu chamo essas partes protetoras de *partições prolongadas*” (BENTHAM, 2008, p. 20-21). [grifo do autor]

<sup>19</sup> Sobre a luz, ainda na Carta II, Bentham dedica espaço para tratar do tema: “Pensa-se que a luz, vindo dessa maneira através das celas e, assim, passando pela área intermediária, será suficiente para o alojamento do inspetor. Mas para esse propósito, ambas as janelas nas celas e aquelas que lhes correspondem no alojamento deverão ser tão largas quanto o permita a resistência do edifício e o que se possa considerar como uma necessária atenção à economia. As janelas do alojamento devem ter *venezianas* tão altas quanto possa alcançar os olhos dos prisioneiros – por quaisquer meios que possam utilizar – em suas celas. Para impedir uma *luz plena*, pela qual, não obstante as venezianas, os prisioneiros pudessem ver, a partir das celas, se há ou não uma pessoa no alojamento, o apartamento é dividido em quatro partes, por *partições* formadas por dois diâmetros do círculo, cruzando-se em ângulos retos. Para essas partições podem servir os materiais mais finos; e elas devem ser feitas de forma que possam ser removidas quando se queira; sua altura deve ser o suficiente para impedir que os prisioneiros se vejam mutuamente a partir das celas. As portas dessas partições, se deixadas abertas em qualquer momento, podem produzir uma luz plena. Para impedir isso, divida cada partição em duas, em qualquer parte que for preciso, fazendo com que a distância entre elas seja igual à metade da abertura de uma porta. Essas janelas do alojamento do inspetor abrem-se para uma área

Nessa perspectiva, o indivíduo sujeitado à disciplina precisava entender e visualizar que estava sendo permanentemente vigiado pela torre central, embora nem sempre o estivesse de verdade, visto que podia haver ou não alguém dentro da torre, mas a ciência de que podia estar sendo vigiado já era suficiente para manter a disciplina e o controle, num “funcionamento automático do poder” (FOUCAULT, 2013, p. 224-225).<sup>20</sup> Dessa banda, no panoptismo, o sujeito que estava num campo de visibilidade e sabia estar sendo vigiado “retoma[va] por sua conta as limitações do poder; fá[zia]-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve[ia] em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna[va]-se o princípio de sua própria sujeição” (FOUCAULT, 2013, p. 226).<sup>21</sup>

O panoptismo era, sobretudo, um ideal de vigilância institucional na sociedade disciplinar, podendo ser utilizado como mecanismo de experiências, moldação de comportamento e disciplinarização de indivíduos. A despeito de ser melhor imaginado quando se trata de prisões ou instituições correcionais, o panoptismo também serviu de influência para demais locais de disciplinarização, nas escolas, reformatórios e internatos, por meio do enfileiramento de estudantes e prédios; nos hospitais e manicômios, com a distribuição quadricular ou celular de alas médicas, dentre outras. Assim, “o panóptico funciona[va] como uma espécie de laboratório de poder” (FOUCAULT, 2013, p. 227-228).

Diante desse panorama, convém ressaltar como a noção de verdade é elaborada na sociedade, especialmente disciplinar, porquanto a concepção

---

intermediária, na forma de *portas*, em tantos lugares quanto se julgarem necessários para que ele possa se comunicar prontamente com qualquer das celas. *Lâmpadas* pequenas, no exterior de cada janela do alojamento, tendo por trás um refletor para lançar luz nas celas correspondentes, estenderão à noite a segurança do dia” (BENTHAM, 2008, p. 21-22). [grifo do autor]

<sup>20</sup> Na Carta V, Bentham alerta para pontos essenciais do plano, referindo que “sua essência consiste, pois, na *centralidade* da situação do inspetor, combinada com os dispositivos mais bem conhecidos e eficazes para *ver sem ser visto*. [...] O ponto mais importante seja, talvez, o de que as pessoas a serem inspecionadas devam sempre sentir-se como se estivessem sob inspeção ou, pelo menos, como tendo uma grande possibilidade de estarem sob inspeção [...]. O que é também de importância é que, para a máxima proporção de tempo possível, cada homem deve realmente estar sob inspeção” (BENTHAM, 2008, p. 28-30). [grifo do autor]

<sup>21</sup> Ainda, na mesma Carta V, Bentham estabelece que “quanto maior for a probabilidade de que uma determinada pessoa, em um determinado momento, esteja realmente sob inspeção, mais forte será a persuasão – mais intenso, se assim posso dizer, o sentimento que ele tem de estar sendo inspecionado. Apesar da pouca disposição, de todas as formas, que a maior parte das pessoas assim situadas possa ter para ficar imaginando coisas, dificilmente poderá se evitar que alguma forma tosca de imaginação possa, sob essas circunstâncias, se insinuar na mais rude das mentes. A experiência, infligida inicialmente após transgressões leves, e assim por diante, em proporção ao sucesso, após transgressões cada vez maiores, não deixará de lhe ensinar a diferença entre uma inspeção frouxa e uma inspeção rigorosa” (BENTHAM, 2008, p. 28-30).

foucaultiana rompeu com a universidade dos dogmas. Nessa linha de pensamento, entende-se que “a verdade não existe fora do poder ou sem poder”, posto que “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele, graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados do poder”, sendo que cada sociedade, em sua formação, possui um regime de verdade a partir dos discursos acolhidos e tornados verdadeiros pelos regimes de poder (FOUCAULT, 2004, p. 12).

Em outras palavras, a verdade possui relação direta com o sistema de poder dominante em determinada sociedade, sendo elaborada, fundamentada e sustentada por este. Ou seja, o poder define os discursos acolhidos como verdadeiros, as formas de distinção do verdadeiro e do falso, os tipos de sanção válidos, os procedimentos para obtenção de verdades e aqueles que possuem o encargo de dizer o que é ou não verdadeiro (FOUCAULT, 2004, p. 10)<sup>22</sup>. Ou seja, “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”, devendo excepcionar, contudo, que “esse regime não é simplesmente ideológico ou superestrutural; foi uma condição de formação e desenvolvimento do capitalismo” (FOUCAULT, 2004, p. 11).

A sociedade disciplinar era, então, um sucesso de controle de indivíduos pelas redes dominantes de poder, sujeitando os corpos a uma moldagem pré-definida, de forma que tais técnicas, em seguida, despertaram o interesse das mais variadas nações. Entretanto, como referido, a disciplina era essencialmente direcionada ao corpo-indivíduo e localizada nas instituições totalizantes – família, escola, quartel, fábrica, hospital e prisão –, sendo, portanto, necessário repensar uma política também totalizadora, que ultrapassasse as barreiras dessas estruturas e se disseminasse por toda a sociedade em todas as suas formas – a biopolítica<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Trata-se, pois, de uma inversão significativa conceitual, à medida em que o poder não deriva necessariamente daquilo que é verdadeiro, mas, pelo contrário, aquilo que é entendido como verdadeiro emana do próprio poder, por meio de discursos, especificamente científicos. E, indo além, a verdade vê-se submetida a uma economia política, tendo em vista que circunda os discursos científicos e as instituições totais que proferem verdades, é sujeita a uma constante incitação econômica e política, é objeto de consumo por variados setores da sociedade e é tema de debates entre setores dominantes de determinada sociedade em lutas ideológicas. A verdade é, assim, “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” em busca, sobretudo, de um objetivo econômico-político (FOUCAULT, 2004, p. 11).

<sup>23</sup> Importante referir que Michel Foucault não aborda a disciplina e a biopolítica como esta sucessora daquela, como uma evolução de dispositivos. Em verdade, percebe-se uma construção e aprofundamento dos estudos por parte do filósofo, que podem ser divididos em, pelo menos, três fases, começando pela arqueologia, passando pela genealogia e finalizando pela ética. O autor se dedica,

## 1.2 DA SOCIEDADE DE CONTROLE E A EMERGÊNCIA DA BIOPOLÍTICA: O CONTROLE DO CORPO-POPULAÇÃO

Após a profusão das medidas disciplinares tratadas anteriormente, outras questões assumiram – e assumem – especial relevância pelas políticas da época já na segunda metade do século XVIII, tratando-se, então, de um biopoder, cujas técnicas são adotadas até hodiernamente, na sociedade de controle. O biopoder é, por sua excelência, o exercício do poder antes delimitado, mas agora destinado a uma multiplicidade de corpos (FOUCAULT, 2005, p. 289). Se, por um lado, as técnicas disciplinares eram endereçadas ao corpo-sujeito em seu quadrículo espaço-temporal, as técnicas de biopoder são dirigidas ao corpo-social, em sua pluralidade enquanto massa modular – e não mais indivíduo moldado, por meio de procedimentos coletivos que envolvem questões como o nascimento, a vida, a produção, a doença e a morte (FOUCAULT, 2005, p. 285-286).

É, nesse diapasão, que ocorre uma assunção da vida pelo poder, isto é, “uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (FOUCAULT, 2005, p. 286).<sup>24</sup> Essa nova política de poder, como antes referido, difere da disciplina, que se dirige à “multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados e treinados, utilizados, eventualmente punidos”, uma vez que essa nova tecnologia de poder é massificante, destinada ao homem-espécie e “à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida” (FOUCAULT, 2005, p. 289).<sup>25</sup>

---

por vários anos, a compreender os dispositivos que produzem, distribuem e regulam enunciados discursivos, fazendo, também, uma genealogia do poder. Neste trabalho, para fins didáticos, opta-se por tratar a sociedade de disciplina, a biopolítica e a sociedade de controle, como caminho lógico-dedutivo para demonstrar o grau de recrudescimento de controle social, chegando-se numa etapa de estado de vigilância global por meio de redes de poder imperial, como é melhor explicado adiante.

<sup>24</sup> Se, quando das monarquias absolutistas, o soberano exercera um direito de matar e, por causa disso, possuía um direito sobre a vida do súdito – deixar viver e fazer morrer –, o século XIX trouxe uma complementação a esse poder político, que não extinguiu o primeiro, mas o aperfeiçoou e o modificou, ao passo em que se preferiu cuidar da vida do administrado, que, eventualmente, morria por alguma razão – fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 2005, p. 286-287).

<sup>25</sup> Assim, a tomada do corpo pelo poder é sucedida pela tomada dos corpos, numa biopolítica da espécie humana (FOUCAULT, 2005, p. 289).

Dessa banda, processos de natalidade, fecundidade, longevidade, morbidade e mortalidade, além de outros problemas políticos e econômicos oriundos da profusão da burguesia e do capitalismo, passam a merecer atenção, tornando-se os primeiros alvos de controle dessa nova biopolítica. Por essa razão, abre-se espaço para uma nova estatística, com a intenção de demografia pública e mapeamento dos fenômenos a controlar; e para uma nova medicina, também preocupada com questões de higienização pública e medicalização das pessoas (FOUCAULT, 2005, p. 290-291).

Para além disso, verifica-se outro campo de domínio da biopolítica, qual seja, as relações entre a espécie humana, os seres vivos e o meio, observando, desse modo, problemáticas geográficas, climáticas, hidrográficas, epidêmicas e urbanísticas (FOUCAULT, 2005, p. 292). Não mais somente questões isoladas de organização, distribuição e disciplinarização de um corpo, mas problemas em larga escala espaço-temporal, problemas da cidade como um todo vivo, que precisa ser controlado politicamente (FOUCAULT, 2005, p. 292).

Aparece, pois, um novo corpo, múltiplo, com inúmeras cabeças, talvez infinito, ou, pelo menos, numerável, quantificável, multiplicável, uma nova personagem, antes desconhecida, ou, no mínimo, ignorada pela teoria do direito e pelo poder disciplinar (FOUCAULT, 2005, 292).<sup>26</sup> Trata-se da noção de população, como “problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder”, de modo que, quando do aparecimento desse novo elemento-população, a compreensão dos fenômenos e das problemáticas deles decorrentes também adquirem nova perspectiva, porquanto notadamente coletivos e perceptíveis em nível de massa e nas consequências políticas e econômicas (FOUCAULT, 2005, p. 293).<sup>27</sup>

E, considerando tais possibilidades, a biopolítica implementa técnicas, que diferentemente do objetivo de remediação do corpo, procuram prever e estimar, estatisticamente, os fenômenos, numa compreensão global. Em outras palavras, a tecnologia do poder preocupa-se “não de modificar tal fenômeno em especial, não

---

<sup>26</sup> Isso, pois a teoria do direito apenas levava em consideração o indivíduo e a sociedade, formada pelo contrato social; as disciplinas, por suas vezes, regozijavam-se apenas com o indivíduo e o corpo, moldado pelo adestramento na unicidade quadricular (FOUCAULT, 2005, 292).

<sup>27</sup> Embora possam ser interpretados individualmente, esses fenômenos, quando considerados coletivamente, apresentam constantes e métricas possíveis de estudo científicos em larga escala e, portanto, de controle (FOUCAULT, 2005, p. 293).

tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global” (FOUCAULT, 2005, p. 293). E, mais importante, trata-se de “estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase”, já que deixa de “considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade” (FOUCAULT, 2005, p. 293-294).<sup>28</sup>

A arte de governar perpassa os homens, então, por outra perspectiva, que são as relações positivas e negativas e os vínculos com o ambiente onde a população se encontra, especialmente “em suas imbricações com essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequeidão, sua fecundidade” (FOUCAULT, 2008, p. 128-129). Por um lado, percebe-se o homem e a relação com tais coisas, a partir de costumes, hábitos, maneiras de fazer e pensar, padrões comportamentais; por outro lado, igualmente importante, verifica-se o homem e a relação com tais coisas, diante dos riscos, acidentes, calamidades, epidemias e morte, em evidente não singularidade, mas simbiótica (FOUCAULT, 2008, p. 128-129)<sup>29</sup>.

O problema político reside, nesse ponto, no controle dessa população, cujo objetivo da arte de governar se eleva a um patamar que precisa ser devidamente estudado, calculado, classificado e controlado “do ponto de vista das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências” (FOUCAULT, 2008, p. 118). A prática desse controle e o exercício desse específico poder, efetiva-se, pois, por dispositivos de segurança, mecanismos de vigilância, decisões estratégicas e variáveis políticas, isto é, por uma governamentalidade, uma inteligência de governo sobre todos os outros (FOUCAULT, 2008, p. 111).

---

<sup>28</sup> Nesse ponto, sugere-se análise do conceito de *homo economicus*, trazido por Foucault (2005).

<sup>29</sup> Nesse sentido, “se o soberano dos séculos XVII e até o final do século XVIII podia decidir quanto a morte de súditos com objetivo de defesa do seu território, o que justificava o seu poder de soberania; o poder na biopolítica será o de medir a vida pela estatística, de administrar a vida das multidões, de discipliná-las para a sobrevivência em uma sociedade de consumo, para prolongar a duração da vida pela medicina, pela higiene e pela engenharia genética por fim, deve controlar e planificar os nascimentos pelas políticas sociais” (TYBUSCH, 2011, p. 95).

Mais adiante, o conceito de biopolítica adquire outra significação para além da acepção semântica e política, deixando de ser, prioristicamente, o reflexo do poder sobre a vida do corpo-população, tão-somente entendida como processo biológico cotidiano, como *zoé*, vida nua, sobrevida (AGAMBEN, 2007). A biopolítica deve abranger também o poder da vida, como “sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea, o intelecto geral”, como vida a-orgânica, corpo-sem-órgãos, *bíos*, “caldo semiótico e maquínico, molecular e coletivo, afetivo e econômico” (PELBART, 2003, p. 39-40)<sup>30</sup>.

Dessa maneira, a vida – aqui entendida como algo para domínio público – coloca em crise a tentativa de regulação da multiplicidade por meio da utilização de tecnologias de poder espaciais, posto que não consegue mais ser reduzida a fato social estático e organizado (LAZZARATO, 2006, p. 73-75). Diante de sua incrível possibilidade de criatividade, a vida é contemporaneamente molecular e imediatamente coletiva, assumindo forma de fluxos, de variáveis, de velocidade, impossível de ser realocada em espaços fechados (LAZZARATO, 2006, p. 73-75).<sup>31</sup>

Um sem número de transformações sociais auxiliaram na mudança de paradigma, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial e do desenvolvimento da cibernética, em evidente aperfeiçoamento das tecnologias de informação e comunicação, capazes de facilitar a conexão entre pessoas, empresas, governos e outros sistemas físicos e sociais ao redor do globo. Essa revolução nos modos de viver de meados do século XX permite que o regime disciplinar, centrado na obediência hierárquica e na totalização de instituições fechadas, seja superado por um regime retiforme, cujo controle é disseminado e estendido a espaços abertos, numa sociedade de controle (DELEUZE, 1992, p. 220).

Percebe-se uma crise generalizada do projeto ideal de confinamento do corpo do indivíduo, que, por meio da disciplina no seio das famílias, escolas, quartéis,

---

<sup>30</sup> Em outras palavras, a vida é mais do que um processo biológico, um fato somente natural, um arcabouço de componentes orgânicos, físico-químicos, um dado estatístico mensurável frio e calculista, um conjunto de corpos, cada qual em sua individualidade, incomunicáveis, indissolúveis. É, também, uma potência em si mesma, capaz de criar, produzir, comunicar, conectar-se, influenciar-se, afetar-se, mudar-se, expandir-se, totalizar-se; é dotada de consciência, sentido, sentimento, poesia, devir, vida propriamente viva. Enfim, a vida é, nessa linha de pensamento, existir, biologicamente, e viver, por sua excelência.

<sup>31</sup> Trata-se de uma mudança de paradigma, porque, desde então, a vida não é mais somente espacial, mas também temporal, razão pela qual novas formas de biopolítica – e especificamente de controle – fazem-se necessárias.

fábricas, hospitais e prisões, buscava concentrar uma força produtiva no espaço-tempo. Embora medidas reformativas sejam anunciadas pelos setores competentes para tanto, dia após dia, sente-se que essas instituições totais estão fadadas à superação pelas novas tecnologias de ser e viver, assim como a sociedade de disciplina sobrepujou a sociedade de soberania séculos antes, servindo apenas como tentativa de “gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam” (DELEUZE, 1992, p. 220).

Se, na sociedade de disciplina, o quadriculamento espacial do indivíduo era totalizante e docilizador; nessa nova sociedade surgem novos desafios de controle, uma vez que caem as grades, as paredes, os muros, as fronteiras e as retenções de toda ordem, permitindo-se um fluxo permanente de interações entre atores sociais em um campo aberto, circunstância que “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (DELEUZE, 1992, p. 220). Essas novas liberdades inventivas configuram a sociedade de controle a partir da ausência de limites espaciais definidos e da imposição de um tempo contínuo, numa formação especificamente nodal, mutável e perpetuável, de tal forma que o controle, seja pela biopolítica, ou por outras tecnologias de poder, exige uma maior sofisticação.

É possível notar que alguns valores da sociedade disciplinar se alteram, tendo em vista as diversas características dessa recente arquitetura social. Antes, a sociedade de disciplina estava organizada no plano do existente, onde realidade e verdade possuíam uma ligação intrínseca; agora, a sociedade de controle passa ao plano das imanências, donde o virtual assume importante papel nesta configuração, porquanto reúne condições para que algo exista, muito embora não presente efetivamente no tempo e no espaço, o que problematiza a concepção de realidade (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 121-124)

Em apertada síntese, o plano das potências aborda essencialmente o virtual, que, por sua vez, “não se opõe ao real; ele possui uma plena realidade por si mesmo” (DELEUZE, 2006, p. 199); possui variadas potências e se escora em um movimento de multiplicidade. Em outras palavras, o virtual não é uma espécie delimitada de vida, mas é uma potência de viver; não é uma espécie delimitada de encontro, mas é uma potência de encontros; não é uma espécie delimitada de mundo, mas é uma potência

de produção de mundos (DELEUZE, 2006, p. 199-200).<sup>32</sup> É, portanto, uma potência inventiva-criativa plural, não necessariamente uma representação de ausências daquilo que está no plano não virtual, porém uma nuvem de intensidades, que sofre, a todo momento, um processo de atualização (DELEUZE, 2006, p. 199-200).<sup>33</sup>

Dessa forma, as potências virtuais da sociedade de controle trazem novos desafios de ver, sentir, pensar e se relacionar, sendo capaz, inclusive, de libertar qualquer reconhecimento originária de que a realizada matriz de onde se fala é repleta de respostas ou de uma repetição sem fim de um suposto programa matriz (LOPES, 2005, s/n).<sup>34</sup> Essa virtualização da realidade também permite que as informações adentrem por arestas até então intransponíveis e produzam abalos em verdades pré-definidas (LOPES, 2005, s/n).<sup>35</sup> Daí, surgem questões interessantes a serem pensadas e respondidas sobre o biopoder, diante do fato que, para além da

---

<sup>32</sup> Lévy, tratando sobre o significado do virtual, alerta que “um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência”, de maneira que “a virtualização atinge mesmo as modalidades do estar junto, as constituições do ‘nós’: comunidades virtuais, empresas virtuais, democracia virtual”, muito embora “a digitalização das mensagens e a extensão do ciberespaço desempenhem um papel capital na mutação em curso, trata-se de uma onda de fundo que ultrapassa amplamente a informatização” (LÉVY, 2011, p. 02).

<sup>33</sup> Ainda, Lévy explica, em outras palavras, que a “virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado; em vez de se definir principalmente por sua atualidade (uma “solução”), a entidade passa a encontrar sua consistência essencial num campo problemático”, de forma que “virtualizar uma entidade qualquer consiste em descobrir uma questão geral à qual ela se relaciona, em fazer mutar a entidade em direção a essa interrogação e em redefinir a atualidade de partida como resposta a uma questão particular (LÉVY, 2011, p. 07).

<sup>34</sup> Sobre isso, a trilogia Matrix, cujos filmes foram lançados em 1999 e 2003, aborda diferentes questões envolvendo a realidade do virtual, já que, em apertada síntese, correndo-se o risco de não trazer severos outros debates existentes, a trama indica que o mundo, como se conhece, é uma ilusão gerada por um programa computacional e encabeçada por um arquiteto, porém a humanidade, ou, pelo menos, grande parte dela, não consegue desvelar a verdade por trás dessa realidade, sendo que, inclusive, os humanos estão hibernando em casulos criados por máquinas para gerar energia e alimentar a matriz, isto é, gerar a própria ilusão, de modo que conhecer e acessar a matriz, tal como o predestinado Neo, personagem principal, significa conhecer a verdade, o segredo do mundo, a essência da vida, por meio do controle dos códigos do programa e da manipulação da realidade.

<sup>35</sup> Lévy aborda que “o mesmo movimento que torna contingente o espaço-tempo ordinário abre novos meios de interação e ritmo das cronologias inéditas” e que, quando “a subjetividade, a significação e a pertinência entram em jogo, não se pode mais considerar uma única expansão ou uma cronologia uniforme, mas uma quantidade de tipos de espacialidade e de duração”, sendo necessário entender que, “de maneira análoga, diversos sistemas de registro e de transmissão (tradição oral, escrita, registro audiovisual, redes digitais) constroem ritmos, velocidades ou qualidades de história diferentes” e “cada novo agenciamento, cada ‘máquina’ tecnossocial acrescenta um espaço-tempo, uma cartografia especial, uma música singular a uma espécie de trama elástica e complicada em que as extensões se recobrem, se deformam e se conectam, em que as durações se opõem, interferem e se respondem”, de modo que “a multiplicação contemporânea dos espaços faz de nós nômades de um novo estilo: em vez de seguirmos linhas de errância e de migração dentro de uma extensão dada, saltamos de uma rede a outra, de um sistema de proximidade ao seguinte” (LÉVY, 2011, p. 10).

capacidade inventiva dos sistemas informativos, o fluxo de comunicação entre usuário e máquina pode produzir novas subjetividades.<sup>36</sup>

Outra característica importante da sociedade de controle é que esta importa a modulação em substituição à moldagem. Dessa maneira, “a sociedade de controle funciona por redes flexíveis moduláveis como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro”, formando grupos de controle, a partir de características comuns, como, por exemplo, gênero, cor da pele, classe social, orientação sexual, entre outros (DELEUZE, 1992, p. 221-222). Isso quer dizer que se, na sociedade disciplinar, o poder visava moldar o corpo-indivíduo, por meio do quadriculamento espacial nas instituições totais da família à prisão, na sociedade de controle, as tecnologias de poder buscam modular as multiplicidades, embora mais flexíveis e fluídas, para que, a partir da diferença entre os indivíduos, possa-se igualá-los e encaixá-los em modelos para controle de um corpo-população ou corpo-político.

Desta feita, pode-se perceber que a ação, na sociedade de disciplina, era pensada para após o fato, uma atitude decorrente, uma resposta a determinado problema, como, por exemplo, a docilização do filho rebelde, o encarceramento do delinquente e o tratamento do louco, dentre outros. Na sociedade de controle, a ação é antecipatória, em diversos campos do conhecimento, especialmente aqueles ligados à economia de valores, como forma de evitar eventuais contingências, o que acontece a partir do monitoramento em todos os níveis possíveis e do fluxo de informações daí compartilhadas, numa política de prevenção e controle (NUNES, 2007, p. 131), exemplificando, toma-se específica postura de controle, considerando a possibilidade de movimentação de determinado grupo social; considerando o presumível avanço de determinada doença; considerando as prováveis manifestações de determinada rebelião; considerando as imagináveis necessidades de determinado nicho econômico e assim em diante.

Na sociedade de controle, “nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação,

---

<sup>36</sup> Nesse sentido, o “biopoder é envolvido pela máquina de poder e desenvolvido na virtualidade. O controle dos corpos que é exercido através da comunicação alcança através da internet um espaço muito maior (ciberespaço), multiplicando-se os meios pelo qual atua. O biopoder tecnológico surge, a partir do conhecimento e informação aliado a internet, constituindo novas formas de exercer poder sobre si mesmo e sobre os demais” (TYBUSCH; TYBUSCH, 2013, p. 513).

como que de um deformador universal” (DELEUZE, 1992, p. 221-222).<sup>37</sup> Logo, o dispositivo do exame, que era constituído de diferentes rituais numa demonstração de poder na sociedade de disciplina para estratificar indivíduos a depender das respostas à docilização, é substituído pelo controle contínuo, de modo que os indivíduos são constantemente testados, avaliados e identificados (DELEUZE, 1992, p. 221). Se, à época da sociedade disciplinar, o exame permitia a classificação da individualidade por intermédio da documentação casuística; nessa nova arquitetura social, o controle contínuo possibilita a intensa e fluida categorização de indivíduos, grupos e populações, o que viabiliza, como dito acima, a modulação da sociedade.

E, para oportunizar o controle contínuo da sociedade, o dispositivo da vigilância também sofre profundas alterações, sofisticando-se em proporção à evolução das tecnologias de informação e comunicação. Na sociedade de disciplina, a vigilância estava preponderantemente centrada nas instituições totais em virtude da distribuição espacial, da existência de vigilantes e da utilização dos jogos de luzes e sombras nessas estruturas (FOUCAULT, 2013, p. 196-202). Por outro lado, na sociedade de controle, a vigilância é horizontalizada, estendendo-se por inúmeros campos e tempos de captação, atuação e visualização, inclusive por dispositivos eletrônicos, dispensando-se, muitas vezes, o recurso humano dessa relação de poder.

As sociedades de soberania utilizavam máquinas simples, alavancas, caixas, madeiras, energias naturais; as sociedades de disciplina, por seu turno, usavam máquinas energéticas, correias, botões, tecnologias cinéticas; as sociedades de controle, enfim, operam por meio de máquinas de informática e computação de dados, que, para além de uma evolução tecnológica, trazem uma transformação do próprio capitalismo (DELEUZE, 1992, p. 223). Desse modo, o capitalismo<sup>38</sup>, por sua vez,

---

<sup>37</sup> Antes, a fábrica predominantemente privilegiava a produção em detrimento dos salários dos empregados, constituindo uma massa duplamente moldável, tanto pelo patronato que vigiava a força de trabalho, quanto pelo sindicato, que produzia uma força de resistência; atualmente, a empresa substitui a fábrica, que valoriza o trabalho cognitivo em desfavor do trabalho braçal, criando, a partir de prêmios, concursos e méritos, uma modulação de grupos e rivalidade entre os indivíduos, capaz de motivá-los, mas também de dividi-los e controla-los (DELEUZE, 1992, p. 221). Nessa mesma linha de pensamento, a formação permanente substitui a escola, porquanto “é o meio mais garantido de entregar a escola à empresa” (DELEUZE, 1992, p. 221). Ora, se a empresa, agora, prefere o labor cognitivo para modular grupos específicos de trabalho, torna-se interessante que o indivíduo, cada vez mais, aperfeiçoe-se, passando de uma educação básica para uma educação superior, por meio de cursos técnicos, profissionalizantes, graduações, pós-graduações e outras especialidades da função a ser contratada.

<sup>38</sup> O dinheiro é, também, um dos principais elementos que diferenciam as sociedades de disciplina das sociedades de controle; aquelas eram calcadas em moedas cunhadas em ligas metálicas, ouro, cobre, níquel, aço, dentre outras, que representavam uma medida padrão facilmente reconhecível; enquanto

torna-se cognitivo, porquanto o trabalho material vai depender, sobremaneira, do trabalho imaterial, sendo este compreendido por aquilo que está relacionado ao conhecimento, à informação, à comunicação, de tal maneira que o próprio conhecimento produz conhecimento valorado, a partir da manipulação desses processos de subjetividade (LAZZARATO; NEGRI, 2013, p. 10).

Na sociedade de disciplina, o indivíduo era identificado, sumariamente, por meio de sua assinatura e a posição numa massa era esclarecida, principalmente, através de um número de matrícula ou registro geral, sendo que a regulação era dada por palavras de ordem, tanto para adequação ou resistência. Noutra viés, na sociedade de controle, o essencial não é a assinatura ou o número de identificação, mas o que importa é a cifra, que é uma senha, uma linguagem numérica de informação e controle, que transforma os indivíduos em individuais divisíveis e as massas em amostras, mercados, banco de dados, porcentagens (DELEUZE, 1992, p. 222)<sup>39</sup>.

Interessante notar, neste ponto, que o indivíduo pode ter o acesso às informações permitido ou rejeitado, com base na cifra utilizada, sendo que, em muitos casos, quem determina esse fluxo de informações é uma máquina de computação de dados, provavelmente equipada com os algoritmos necessários (BAUMAN, 2008, p.11). Dessa feita, para além da barreira informacional ocasionada com a permissão ou a rejeição do acesso por meio de uma cifra, percebe-se que as próprias máquinas, ou melhor, as tecnologias de informação e comunicação, identificam cada indivíduo e operam uma modulação universal e substancial, de forma autônoma e automática, onde, por vezes, o relevante é a cifra e não a pessoa (DELEUZE, 1992, p. 223).

Por outro lado, é possível reduzir as massas, antes totalizantes, em menores grupos de controle, tendo em vista as cifras escolhidas e os critérios de cartografia utilizados para tanto. Em outras palavras, consegue-se dividir a massa em tantos

---

estas se baseiam em mecanismos de trocas flutuantes, cotações, especulações, commodities, funcionando de maneira ondulatória, em órbita, num feixe contínuo, num surf (DELEUZE, 1992, p. 222). Trata-se, pois, de um capitalismo de sobreprodução, já que “não compra mais matéria prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados, ou monta peças destacadas”, sendo que “o que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações”, oportunidade em que as cifras assumem papel importante na interpretação dessa nova sociedade (DELEUZE, 1992, p. 223).

<sup>39</sup> Essa nova interpretação quanto à identidade do indivíduo por meio da cifra atravessa e regula as malhas do tecido social, posto que, por um lado, permite ou proíbe o acesso a determinada informação e viabiliza ou rejeita determinada comunicação entre atores sociais (DELEUZE, 1992, p. 222). A exemplo disso, o pagamento com cartão de débito ou crédito, a visualização de informações em sistemas bancários, a conexão por chamadas telefônicas ou o envio de mensagens e o acesso para utilização de perfis em redes sociais dependem, necessariamente, de uma senha, de um código, de uma identificação peculiar.

grupos se fizerem necessários, não necessariamente excludentes uns de outros, para fins de identificação das cifras, mas também para registro de informações, análise, manipulação e rastreamento de padrões de comportamentos de tais menores massas (DELEUZE, 1992, p.222).<sup>40</sup>

De igual forma, a sociedade de controle inventa seus próprios dispositivos. A assinatura, que, por muitos séculos, foi o principal signo de identidade pessoal e instrumento fundamental para compromissos em relações interpessoais, é substituída, gradualmente, pelo código e pela senha, objetivando-se maior segurança e unicidade (DELEUZE, 1992, p. 222). O indivíduo é transformado em um conjunto de signos único e intransferível, cujo código é produzido pelo sistema de controle e não por ele próprio, como no caso da assinatura<sup>41</sup>.

Este indivíduo e, conseqüentemente, as massas, isto é, o corpo-social fica sujeito a redes sociotécnicas, sistemas de informação e tecnologias de controle totalizantes, como a biometria. A utilização de sistemas biométricos para identificação de indivíduos vem crescendo exponencialmente e sendo largamente implementada em diversos setores da sociedade, a partir do reconhecimento de características de partes do corpo humano, como, por exemplo, impressões digitais, retina ou íris dos olhos, voz, face, veias, geometria da mão, escrita e, inclusive, do DNA. Trata-se de um mecanismo baseado na concepção de que cada pessoa é única e possui distintas propriedades físico-químicas, passíveis de captura, criação de padrões e rápida comparação, sendo que os níveis de fiabilidade e custo dependem da tecnologia empregada (COSTA; FRAGA; OBELHEIRO, 2006, p. 03-04).

A biometria é muito usada no controle de acesso a ambientes físicos e digitais, a contas bancárias ou outras informações, na identificação civil e criminal de pessoas, no monitoramento de tráfego de pessoas e no sistema eleitoral de algumas regiões. Giorgio Agamben, já em 2004, alertava sobre os perigos do controle dos corpos

---

<sup>40</sup> Nesse sentido, pode-se visualizar, por exemplo, grupos de pessoas com determinada condição financeira, específico nicho mercadológico, verificado índice de propensão a alguma doença, apurado gosto por atividade esportiva, acurada orientação sexual, diagnóstico de crédito de determinado grupo populacional, monitoramento de transferências de valores, acompanhamento de ligações e conexões entre pessoas e grupos e outros vários exemplos do cotidiano, características dessa nova sociedade de controle.

<sup>41</sup> Numa massa, então, o indivíduo é identificado a partir do número da carteira de identidade no registro geral, do número de cadastro de pessoa física, do número do título de eleitor, do número do passaporte, do número da carteira nacional de habilitação para condução de veículos, do número de cadastro na seguridade social, do número do cartão de correntista bancário, do número da *url* ou da combinação de números, letras e signos num *username* em determinada rede social, dentre outros exemplos.

exercido pelos Estados Unidos quando estrangeiros adentravam ao país, ocasião em que as pessoas precisavam se submeter ao fichamento das autoridades policiais, às fotografias de rosto e perfil e ao recolhimento de impressões digitais, já que “procurasse, há alguns anos, nos convencer a aceitar como sendo as dimensões humanas e normais de nossa existência certas práticas de controle que sempre foram vistas como excepcionais e, na realidade, inumanas” (AGAMBEN, 2004b, s/p). Assim, a utilização desenfreada desses dispositivos, a princípio, direcionados para classes perigosas ou inimigas, “os Estados, que deveriam constituir o espaço da vida política, fizeram dela o suspeito por excelência, a tal ponto que é a própria humanidade que se tornou a classe perigosa”, num desvirtuamento dos próprios motivos que levaram à implementação de tais técnicas (AGAMBEN, 2004b, s/p).

Na sociedade de controle, a localização espacial do indivíduo é complexa, não mais sendo suficiente o título de propriedade ou posse de determinado local, porquanto que, uma vez submetido a diferentes redes sociotécnicas, a comprovação de residência está intimamente ligada a um código, especialmente código de barras, associado a algum sistema de informação digital (DELEUZE, 1992, p. 222)<sup>42</sup>; por outro lado, o sistema de posicionamento global (mais conhecido pela sigla GPS) revoluciona, sobremaneira, o conceito de localização espacial, à medida em que fornece, em qualquer momento, em qualquer lugar do globo, independente de condições atmosféricas, a um dispositivo receptor, informações acerca da localização deste, do horário, velocidade, possíveis caminhos a específico destino, desde que o aparelho esteja no campo de atuação de no mínimo três satélites em órbita (ARAÚJO; CARVALHO, 2012, p. 158-178)<sup>43</sup>.

Há, ainda, a utilização de chips<sup>44</sup> e biochips, minúsculos dispositivos implantados, por meio de cirurgia ou injeção, no corpo de vegetais, animais ou

---

<sup>42</sup> Antigamente, numa sociedade disciplinar, especialmente tendo em vista o quadriculamento do espaço físico, um indivíduo era localizado, principalmente, por meio de um endereço postal fornecido, sendo este, em muitos casos, limitado ao local de residência.

<sup>43</sup> A partir dessa tecnologia, também embutida em dispositivos móveis, as pessoas podem ser localizadas em qualquer lugar do planeta e podem ter acesso a inúmeros serviços, endereços podem ser encontrados rapidamente, estratégias comerciais podem ser pensadas localmente, locais específicos podem ser vigiados por órgãos de controle e, inclusive, armas de precisão podem ser guiadas com base nestes sistemas.

<sup>44</sup> O circuito integrado, também conhecido como CI ou chip, que, eletronicamente, pode realizar diversas funções programadas, a depender de sua utilização, tais como armazenamento, processamento, localização, manipulação e transmissão de informações entre sistemas ou entre usuários (JORDÃO, 2013, s/p). Os chips, hoje já abarcados pela nanotecnologia, fazem parte da

humanos, com uma biocompatibilidade, de modo que não haja rejeição pelo organismo vivo, a fim de desenvolver determinadas funções programadas (HONORATO; TOZETTO, 2014, s/p). Esse instrumento já é bastante utilizado para controle de plantas e animais, com o objetivo de transmitir informações relevantes referentes ao vegetal ou ao animal em análise. Em seres humanos, a tecnologia vem sendo aplicada, de maneira incipiente, servindo como forma de identificação pessoal, substitutivo de chaves, senhas e cartões necessários, acesso a determinados locais e dispositivos, armazenamento e monitoramento de informações médicas e genéticas (HONORATO; TOZETTO, 2014, s/p).<sup>45</sup>

Por derradeiro, sobre as redes sociotécnicas, convém tratar sobre a publicidade comercial, que, na sociedade de controle, é um importante instrumento de formação de subjetividades, considerando que o consumo de produtos/serviços-imagens reflete no modo de vida dos consumidores e produz identidades (PARISER, 2012, p. 45). Percebe-se uma mudança estrutural da publicidade, que passa de analógica para digital, de unidirecional para pluridirecional, de comunicação territorializada para comunicação móvel em um fluxo contínuo constante, de uma linguagem publicitária para uma linguagem híbrida, de pesquisas realizadas *a priori* ou *a posterior* para pesquisas realizadas em tempo real, colaborativa e programática (PARISER, 2012, p. 45).

Essas transformações acompanham a profusão das tecnologias de informação e comunicação, visto que essa multiplicidade de dispositivos comunicacionais permite uma maior expansão e aperfeiçoamento das técnicas publicitárias. Visualiza-se, nessa perspectiva, que, cada vez mais, a publicidade avança nos campos digitais – seja em sites próprios de comércio ou nas redes sociais – e é direcionada a uma pluralidade de pessoas, já que este espaço vem sendo exponencialmente ocupado

---

estrutura de distintos dispositivos mundialmente conhecidos e utilizados, estando presente em grande parte dos aparelhos eletrônicos para exercerem as mais variadas tarefas (JORDÃO, 2013, s/p).

<sup>45</sup> Nesse sentido, questão controversa reside na instalação de chips em corpos humanos para utilização como tecnologia de vigilância e de controle pelas redes de poder. Isso, pois, em que pese as inúmeras utilidades provenientes do transumanismo e do suposto melhoramento do corpo a partir de intervenções tecnológicas, existe a possibilidade de transmissão de vastas informações, inclusive de geolocalização, por meio de rastreamento via satélite, telefonia, rádio ou antenas, que, tanto pode servir para localizar um foragido criminoso, quanto para rastrear qualquer pessoa em qualquer lugar. Outro ponto que merece ser debatido é sobre a implementação compulsória em humanos, já que a obrigatoriedade, ainda que por questões de segurança pública, pode afrontar direitos de privacidade e intimidade. Embora, não seja descabido imaginar que, diante dessa sociedade de controle, tais direitos sejam reinterpretados, uma vez que “pode ser que meios antigos, tomados de empréstimo às antigas sociedades de soberania, retornem à cena, mas devidamente adaptados” (DELEUZE, 1992, p. 225).

por variados nichos mercadológicos, com diferentes modos de vida, o que, conseqüentemente, exige uma mudança de linguagem para conquistar tais públicos, que, a todo momento, vinte e quatro horas por dia, procuram consumir.

A publicidade, alinhando-se à sociedade de controle, acaba por observar e envolver os sujeitos, numa nova lógica consumerista, baseada num mercado de informações e comportamentos, uma vez que tais dados pessoais são monitorados e armazenados por corporações para fins comerciais, a fim de processar uma publicidade especial, direcional e colaborativa (BAUMAN, 2008, p. 20). Além disso, por meio desse cruzamento de dados e rastreamento de informações, é possível, de igual modo, modular grupos de controle e forjar identidades, dizendo-se o que precisa, quanto precisa e como precisa ser consumido, num processo de subjetivação contínua (BAUMAN, 2008, p. 20), inclusive no que tange ao consumo – por vezes, inconsciente – dos próprios dispositivos de controle e vigilância.

Nessa nova vida para o consumo, marcada pela velocidade, excesso e desperdício, numa síndrome consumista, emerge um indivíduo altamente endividado, com contas a pagar atrasadas, com a incapacidade de saldar as dívidas e com pouco ou nenhuma educação financeira. Esse consumismo, operado pela insatisfação perpétua do consumidor para que este cada vez mais consuma e pela lógica da exclusão social caso não haja o consumo de determinados bens e serviços, acaba caracterizando uma cadeia doentia, que afeta o mínimo existencial do indivíduo, prejudica a sua saúde física e moral e o escraviza, já que “ele [consumismo] aposta na irracionalidade dos consumidores, e não ‘suas estimativas sóbrias e bem informadas; estimula emoções consumistas e não cultiva a razão” (BAUMAN, 2008, p. 65).

Observa-se, então, um controle sobre o corpo-população, como um todo ser, não mais somente individualizado, em pessoas singulares, mas também multiplicado e multiplicável, em grupos de indivíduos, de tal modo que esse corpo é capaz de ser sujeito a um processo de subjetivação e modulação contínua em favor das redes dominantes de poder. Vê-se que o biopoder não é limitado pelas paredes das instituições totais da sociedade de disciplina; ele é disseminado por todas as formas de vida num sem-tempo e num sem-espço, por meio de dispositivos específicos, dentre eles e – senão o principal – a vigilância.

### 1.3 “O GRANDE IRMÃO ESTÁ DE OLHO EM VOCÊ”: O IMPÉRIO E A VIGILÂNCIA NA SOCIEDADE EM REDE

A governamentalidade, isto é, o governo do corpo-população acaba por, especialmente no século XX, transmudar a própria essência da ação soberana, à medida em que a razão estatal – preocupada com o crescimento, fortalecimento e enriquecimento do Estado – é substituída por uma razão governamental, que procura equilibrar interesses individuais e coletivos, benefícios sociais e econômicos, negócios públicos e privados, direitos fundamentais e liberdades dos administrados (FOUCAULT, 2008, p. 61). Assim, a razão governamental encabeça uma produção em série de normas e dispositivos de segurança, que permeabilizam o tecido social e transforma o direito em mecanismo de controle social (NEGRI, 2011, s/p).

No plano internacional, o fluxo de pessoas, valores e saberes, por meio dos nós e arestas da sociedade em rede, torna necessário, além de uma autodeterminação nacional, uma interdependência global dos países, a fim de que haja uma uniformização, ou, pelo menos, uma coordenação da ação soberana e dos sistemas normativos (NEGRI, 2011, s/p). A partir das transformações sociais pós-guerra e políticas estatais, em especial quanto à regulação de interesses econômicos, visualiza-se uma nova forma de soberania, baseada no jogo político de organismos nacionais e supranacionais, em uma singular lógica de poder, cuja forma global pode ser definida por Império (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12)<sup>46</sup>.

Em sentido oposto e superveniente ao imperialismo, que, em apertada síntese, é a expansão da soberania nacional de uma determinada nação sobre outras ou sobre territórios, por questões políticas, geográficas, culturais ou econômicas - o Império “não estabelece um centro de poder, nem se baseia em fronteiras abertas ou barreiras fixas” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12). Assim, essa figura é “um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo

---

<sup>46</sup> Sobre a necessidade de se pensar essa interdependência, Bauman refere também que “no nosso mundo de interdependência planetária e circulação planetária de finanças, capitais de investimento, commodities e informação, “realizar a tarefa” fica, de maneira obstinada, além do alcance e da capacidade de Estados territorialmente confinados. Os poderes que decidem o conjunto de opções abertas a qualquer desses Estados atuam muito além do território sujeito a seu controle e restringem de forma grave seu espaço de manobra. Decisões tomadas nas capitais de Estados-nação só se aplicam no interior de suas fronteiras. Poucas décadas atrás, acreditava-se que a soberania política do Estado territorial estivesse firmemente enraizada em sua autonomia econômica, militar e cultural – nenhuma das quais é hoje concebível” (BAUMAN; MAURO, 2016, p. 15).

inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12).<sup>47</sup>

O Império trata-se de um não-lugar, pois não há espaço físico demarcado ou território contornando; trata-se de um não-tempo, pois não advém de um desenvolvimento histórico, já que simplesmente se sucede e suspende a história, tal qual um eterno reinado; é a essência do biopoder, porque cria um novo mundo, ou, pelo menos, um novo entendimento de mundo, forçando processos de subjetivação, controlando fluxo de pessoas, valores, saberes e administrando relações (HARDT; NEGRI, 2001, p. 14-15). É, assim, uma nova ordem mundial, onde o regime de poder se expande por todo o globo e ignora fronteiras, obrigando nações a entrarem na lógica de domínio imperial, como se fosse uma república universal com arquitetura ilimitada e includente (HARDT; NEGRI, 2001, p. 185)<sup>48</sup>.

Nesse sentido, o Império é formado por entes híbridos, hierarquias flexíveis e estruturas fluidas, num regime de poder líquido, de modo que “as distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12-13). Em termos de economia globalizada, a riqueza se tenciona cada vez mais à “produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12-13).

Sucedee, então, que o mundo não é mais governado por uma grande potência ou um conjunto de nações ou, ainda, por um único só centro de poder, mas, sim, por um poder ou um conjunto de poderes, que se estabelece horizontal, capilar, manejável, maleável, numa regulação a partir de uma interação global entre atores sociais. E, ainda que a dominação imperial seja por meio do sangue e da subjetivação,

---

<sup>47</sup> Em termos genealógicos, a transição do imperialismo para o Império tem berço euroamericano, se considerada a geografia clássica de onde surgem conceitos e práticas de dominação, mas as lógicas de mando acabam por cobrir todo o mundo (HARDT; NEGRI, 2001, p. 15-16).

<sup>48</sup> Sobre essa inclusão-exclusão nesse novo paradigma, conforme Castells, “a sociedade em rede é pois uma sociedade global, tal não significa, contudo, que as pessoas de todo o mundo participem nas redes. De fato, por enquanto, a maioria não o faz. Porém todo o mundo se vê afetado pelos processos que têm lugar nas redes globais desta estrutura social. As atividades básicas que configuram e controlam a vida humana em cada canto do planeta estão organizadas em redes globais: os mercados financeiros; a produção, gestão e distribuição transnacional de bens e serviços; o trabalho muito qualificado; a ciência e a tecnologia, incluindo a formação universitária; os meios de comunicação; as redes de internet de comunicação interativa multi-objeto; a arte, a cultura, os espetáculos e os desportos; as instituições internacionais que gerem a economia global e as relações intergovernamentais; a religião; a economia criminal; e as ONG transnacionais e os movimentos sociais que fazem valer os direitos e valores de uma nova sociedade civil global.” (CASTELLS, 2013, p. 59).

a intenção do Império é dirigida, de uma maneira ou outra, à paz social perpétua e universal numa eterna suspensão da história para manutenção do poder e do *status quo*, a partir do controle social (HARDT; NEGRI, 2001, p. 14-15).

Argumenta-se que a vigilância eletrônica global é uma das características mais marcantes e significativas da sociedade de controle, sendo baseada, principalmente, na interceptação de mensagens e no cruzamento de dados informacionais. Com tais procedimentos, torna-se factível monitorar qualquer indivíduo em tempo real, antecipar e planejar ações dirigidas e rastrear padrões físicos e comportamentais, a fim de, por meio de tecnologias de poder, docilizar, modular e controlar indivíduos ou massas sociais, graças à popularização e democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação<sup>49</sup>.

Entremeio à Segunda Guerra Mundial, organizações de diferentes países aliados, especialmente Inglaterra e Estados Unidos, interceptaram, leram e analisaram inúmeros mensagens das tropas alemãs e japonesas, oportunidade em que, ao final do conflito, foi criada uma rede planetária de escuta e de inteligência de sinais, por meio do Tratado de Segurança UK-USA, com a participação dos Cinco Olhos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos, que somente foi revelada ao final do século XX e confirmada no início do século XXI (GREENWALD, 2014; NORTON-TAYLOR, 2010, s/p).

Assim, dentro do acordo de cooperação de inteligência UKUSA e sob comando da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (tradução para *National Security Agency*, com sigla NSA), cuja própria existência também foi mantida em segredo por várias décadas, criou-se o sistema de vigilância global Echelon, capaz de captar e analisar, de modo virtual, informações oriundas de chamadas telefônicas e mensagens de fax, telex, e-mail e outros dispositivos, enviadas de qualquer lugar do mundo (UNIÃO EUROPEIA, 2001, s/p). Em outras palavras, a rede de espionagem, por meio de estações de interceptação, capta todo o tráfego de informações e

---

<sup>49</sup> A invenção do rádio, juntamente com a essência das telecomunicações, possibilitou a transmissão, envio e recebimento mútuo de informações para qualquer lugar do globo por meio de frequências específicas. A tecnologia de identificação por radiofrequência (tradução para radio *frequency identification*, com sigla RFID) permitiu a criação de minúsculos dispositivos, passíveis de captar, armazenar e transmitir dados coletados em determinado ambiente em que se encontram, ressignificando, dessa maneira, os procedimentos de espionagem (CIRIACO, 2009, s/p). Daí a importância de novos métodos de criptografia de dados, para criação de códigos secretos e interceptação de sinais.

comunicações ocorridas via satélite, fibra ótica, frequência de rádio, micro-ondas, cabos submarinos, internet e outras formas de processamento de dados, em que pese o recrudescimento de criptografia de tais mensagens<sup>50</sup>.

De acordo com uma investigação levada a cabo pelo Parlamento Europeu, por meio do Relatório de 11 de julho de 2001, com o sistema Echelon, dados brutos de comunicação interceptados pelas agências de inteligência, tanto de voz, telex, fax e internet, podem ser captados, gravados, analisados, trocados, vendidos e classificados por meio de filtros (*packet sniffers*), atalhando ou dispensando a realização de relatórios de investigação (UNIÃO EUROPEIA, 2001, s/p).<sup>51</sup> A partir de 2013, por meio de vazamentos de documentos ultrassecretos, tomou-se conhecimento de outros programas de vigilância global, quer no âmbito do sistema Echelon ou não.<sup>52</sup>

Não obstante tais programas de espionagem tenham sido pensados para vigilância em escala global, a tecnologia permitiu, de igual forma, o monitoramento de cidadãos, numa espionagem interna doméstica<sup>53</sup>. A principal justificativa para criação

---

<sup>50</sup> Sugere-se que o programa de vigilância global em massa se aperfeiçoou ao longo do século XX, trazendo importantes avanços tecnológicos para o sistema de inteligência de sinais (UNIÃO EUROPEIA, 2001, s/p). Em resumo, visualiza-se que, na década de 40, quando o acordo foi firmado, o objetivo guardava relação com a espionagem militar e diplomática; ainda, na década de 60, era utilizado para fins de espionagem comercial e industrial, passando a permear campos econômicos e científicos; adiante, na década de 90, o foco de atenção do programa era o combate ao crime organizado, à lavagem de dinheiro, ao tráfico de drogas, armas e pessoas e, principalmente, ao terrorismo (COSTA, 2004, p. 163). Contudo, o programa não ficou restrito à Aliança Cinco Olhos, passando a integrar outros sistemas de espionagem e contando com a ajuda de outras agências de segurança e de inteligência de diferentes países, confirmando-se, mais tarde, a existência do Echelon, como um sistema global de interceptação de comunicações privadas e econômicas, especialmente mantido pela *National Security Agency* dos Estados Unidos e pela *General Communications Headquarters* do Reino Unido, mas também com a ajuda de outras agências de segurança, oriundo do tratado de cooperação de inteligência firmado pelos Cinco Olhos (UNIÃO EUROPEIA, 2001, s/p). Há notícias, inclusive, de que, quando da negociação envolvendo a implementação do SIVAM, sigla para Sistema de Vigilância da Amazônia, pelo governo brasileiro, houve espionagem comercial através do referido sistema para beneficiar investidores americanos (UNIÃO EUROPEIA, 2001, s/p).

<sup>51</sup> Conforme documentos expostos a partir de 2013, a NSA consegue cruzar dados de telefone, endereços de IP, mensagens trocadas, redes sociais, contas bancárias e informações do sistema de posicionamento global, possibilitando criar aproximadamente 94 (noventa e quatro) tipos de perfis de indivíduo e 164 (cento e sessenta e quatro) tipos de relacionamento, a fim de identificar padrões comportamentais, relações sociais, políticas e religiosas e movimentos dos usuários pesquisados e de pessoas relacionadas a eles (POITRAS, RISEN, 2013, s/p).

<sup>52</sup> Por exemplo, *PRISM*, dos Estados Unidos, Austrália, Reino Unido e Países Baixos; *XKeyscore*, dos Estados Unidos, Alemanha e Suécia; *Project 6*, da Alemanha e Estados Unidos; *Stateroom*, dos Cinco Olhos; *Lustre*, dos Estados Unidos e França; *Optic Nerve*, dos Estados Unidos e Reino Unido; *Turbine*, dos Estados Unidos, Reino Unido e Japão; *Operation Socialist*, do Reino Unido; *Tempora, Muscular, Follow The Money, Marina, Dishfire, Mystic*, estes todos dos Estados Unidos (ESTADÃO, 2017, s/n).

<sup>53</sup> Há notícias de que, além de agências de segurança e de inteligência dos países referidos, importantes universidades também estiveram envolvidas no projeto para fornecimento de bases científica, como, por exemplo, *University of California, Stanford University, Massachusetts Institute of*

de zonas de exceção para permitir o monitoramento de informações e comunicações da população de forma incomensurável é o combate ao terrorismo, uma vez que, com a vigilância eletrônica realizada, é possível identificar redes de cooperação, antever atos terroristas e prevenir crimes daí decorrentes.<sup>54</sup>

Tal questão fica evidente se analisada a partir da ótica do poder do Império, donde se resgata e se reformula a ideia de guerra justa e de direito de ingerência, à medida em que governos acreditam ter o direito de ir à guerra quando outra nação coloque em risco a sua integridade ou independência política, com o fito de, por meio de uma ação policialesca, manter a ordem e melhorar o posicionamento na lógica imperial (HARDT; NEGRI, 2001, p. 30). Desse modo, uma suposta guerra justa encontra justificativa em si mesma, banalizando, por um lado, o inimigo, já que todos estão sujeitos à uma intervenção, mas, também, por outro lado, absolutizando o inimigo, uma vez que se tem uma ameaça total e permanente à ordem que deve ser aniquilada (HARDT; NEGRI, 2001, p. 31).

Tem-se, então, um estado de guerra global generalizado e sem precedentes, haja vista a qualidade, expansão, tensão, suspeitas e distribuição dos conflitos no mundo, de modo que as nações se tornam meras peças de um xadrez imperial. Contudo, vê-se que o inimigo não está somente fora, mas, em razão da sociedade em rede e do fluxo de informações e pessoas entre os países, pode estar no próprio corpo social interno, gerando, assim, uma espécie de guerra civil interna, onde os governos estão dispostos a encontrar e acabar com a ameaça. O resultado: “o estado de exceção tornou-se permanente e generalizado; a exceção transformou-se em regra, permeando tanto as relações internacionais quanto o espaço interno” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 26).

Em termos internacionais, a “guerra ao terror” determina que as nações ajam em busca dos inimigos, em especial a partir de 2001, por causa dos atentados terroristas de 11 de setembro, nos Estados Unidos. De maneira oportuna, o governo

---

*Technology (MIT), University of California Berkeley, California Institute of Technology (Caltech) e Johns Hopkins University.* Por outro lado, documentos secretos revelam a participação e fornecimento de informações por empresas e organizações de diferentes setores econômicos, como *Google, Facebook, Microsoft, Apple, Verizon, Vodafone, EDS, AT&T, Qwest, Motorola, Intel, IBM, Qualcomm, Cisco, H-P, Oracle*, dentre outras (GREENWALD, 2014, p. 83).

<sup>54</sup> Principalmente a partir do dia 11 de setembro de 2001, com os atentados terroristas sofridos pelos Estados Unidos, o direito ao sigilo das comunicações é, em parte, superado por questões de segurança nacional, sendo tal monitoramento abonado pela Guerra ao Terror (GREENWALD, 2014, p. 12).

norte-americano implementou e recrudescer uma estratégia antiterror, formando alianças e determinando a atuação de outros países e organizações supranacionais em combate àquele inimigo comum – o terror, ainda que, taticamente, o inimigo mude constantemente para ora redes terroristas, ora países financiadores de terrorismo, ora governos paralelos terroristas (POMPEO, 2015, p. 38-39).

Assim, buscando uma segurança supostamente nacional, exsurge um direito de intervenção em outras nações e territórios, a fim de prevenir ou remediar conflitos humanitários sociais e garantir uma paz universal, cuja aprovação é consentida pelo corpo-população amedrontado com a existência de referido inimigo. Daí que, no Império, “as autoridades supranacionais que estão legitimadas não por direito mas por consenso intervêm em nome de qualquer espécie de trivial emergência e princípios éticos superiores”, pautando-se um estado de exceção permanente, mas justificado em discursos de segurança (HARDT; NEGRI, 2001, p. 35-36)<sup>55</sup>.

Noutra linha de pensamento, em termos domésticos, as problemáticas envolvendo a segurança mexem com vários setores da sociedade civil, desaguando em um sentido metafísico, de modo que o inimigo não mais é uma nação ameaçadora ou um grupo de pessoas com ideais contrários, mas palavras-chave abstratas. Assim, a razão governamental interna vai se utilizar de discursos como guerra contra a pobreza, guerra contra a fome, guerra contra as drogas, guerra contra a violência, guerra contra o terror para promover esse medo social, resultando que “os limites da guerra tornam-se indeterminados, em termos espaciais e temporais” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 35).

A guerra, então, transforma-se num “regime de biopoder, vale dizer, uma forma de governo destinada não apenas a controlar a população, mas a produzir e a reproduzir todos os aspectos da vida social”, de tal maneira que “isto não significa que a guerra foi domesticada ou que sua violência tenha sido atenuada, e sim que a vida cotidiana e o funcionamento normal do poder passaram a ser permeados pela ameaça

---

<sup>55</sup> Ocorre que os documentos expostos revelam que a utilização do discurso do terrorismo é muito mais que uma justificativa, mas uma tática governamental para implementar medo à população. Em outras palavras, “uma porcentagem importante dos programas nada tinha a ver com segurança nacional”, pois “os documentos não deixavam dúvidas de que a NSA praticava também espionagem econômica e diplomática, além da vigilância de populações inteiras sem qualquer base para suspeita” (GREENWALD, 2014, p. 75). De todo modo, muito em função desse medo ao terrorismo, a população acaba por cancelar esse ideal vigilante, renunciando, ainda que sob determinado pretexto – verdadeiro ou não – parte de sua privacidade.

da violência da guerra” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 34). O estado de exceção de uma guerra global permanente é o plano de fundo para compreender o poder que circunda as instituições e as nações do globo, já que, nessa sociedade de controle, é preciso antever, vigiar e agir para se localizar no Império.<sup>56</sup>

Ainda, jornalistas denunciaram que as agências de segurança trabalham não apenas para quebrar os códigos das conversas privadas entre indivíduos, mas procuram também sabotar as tecnologias de criptografia da própria rede para facilitar a vigilância das informações e comunicações. Os documentos secretos levados a público expuseram, por exemplo, que a NSA tenta obrigar que grandes companhias de internet criem *backdoors* nas criptografias das redes<sup>57</sup>, a fim de facilmente acessar e manipular as informações utilizadas e deixadas pelos usuários, circunstância esta que a agência alega ser medida de segurança contra possíveis ataques ciberterroristas (McCARTHY, 2015, s/n).

Depara-se, então, com a obtenção em larga escala de uma vasta quantidade de dados, que, na sociedade de controle, assumem especial importância e relevância tecnopolítica, posto que, a partir do registro, do armazenamento e da manipulação, é possível rastrear padrões e monitorar os indivíduos e massas. *Big data* é uma nova grandeza informacional, produzida e fornecida, principalmente, pelos próprios usuários das redes sociotécnicas, cuja análise da variedade permite com que corporações e governos façam correlações entre os dados e tomem decisões, muito embora o conceito de *big data* ainda seja novo e controverso, alguns especialistas procuram definir certos aspectos que circundam essa nova estrutura, na tentativa de elucidar o que envolve e desenhar o que parecer ser essa recente grandeza,

---

<sup>56</sup> Aliás, importante incidente diplomático ocorreu em setembro de 2013, quando outros documentos expostos revelaram que a NSA estava espionando a Petrobrás, a fim de beneficiar os Estados Unidos nas transações comerciais com o Brasil (GREENWALD, 2014, p. 124-125). Ademais, a revelação também trouxe à tona que a então Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, e seus principais assessores e companheiros de governo eram alvos diretos de espionagem, em 2011, cujo procedimento permitia, nas palavras da agência, melhorar a compreensão dos métodos de comunicação entre a líder política e seus consultores (GREENWALD, 2014, p. 124-125).

<sup>57</sup> Segundo o especialista Altieres Rohr, *backdoors* são “programas maliciosos que dão ao seu criador o controle total do computador infectado”, sendo “geralmente disseminados em conjunto com ferramentas úteis para que o usuário não suspeite da praga e, por isso, são considerados uma subcategoria dos trojans” (ROHR, 2008, s/p). Em outras palavras, trata-se de um recurso utilizado por terceiros que explora uma debilidade dos sistemas de informação, permitindo o acesso remoto desses dados por aberturas não imaginadas, desconhecidas ou criadas despropositadamente por usuários. No caso em apreço, por mais que os sistemas sejam classificados como criptografados, muitas vezes de ponta-a-ponta, sem a possibilidade de interceptação por outrem, cria-se falhas invisíveis nessa criptografia para permitir o acesso obscuro das informações.

conhecidos como “cinco Vs”: volume, velocidade, variedade, veracidade e valor (TAURION, 2016, s/n).<sup>58</sup>

Nessa linha de raciocínio de vigilância na rede, uma série de mecanismos contribuem com a captura e o monitoramento de dados informacionais, destacando-se, entre eles, os *cookies*<sup>59</sup>, *web beacons*<sup>60</sup>, *spywares*<sup>61</sup>, *tagging*<sup>62</sup> e *tracking*<sup>63</sup>. Por meio de tecnologias desse tipo, é possível criar mapas de usuários, identificar quais usuários são mais engajados na rede e de que forma ocorre esse comportamento; ainda criar mapas de calor, a fim de visualizar em quais locais das páginas os usuários

---

<sup>58</sup> O volume do *big data* refere-se à grande quantidade de dados produzidos, estimando-se na casa de *exabytes* e *zettabytes* diariamente; a velocidade do *big data* assimila que a captura, registro, armazenamento e tratamento dos dados podem ser realizados em tempo hábil, simultaneamente à obtenção; a variedade do *big data* reflete a grande diversidade de dados que podem ser captados, oriundos de inúmeras fontes; a veracidade do *big data* alude à necessidade de processos que garantam a confiabilidade e a consistência dos dados obtidos; por fim, o valor do *big data* caracteriza-se pelos benefícios significativos advindos da manipulação dos dados, a partir do entendimento de que informação também é patrimônio (TAURION, 2016, s/n).

<sup>59</sup> O *cookie* é um pequeno pacote de dados que, quando um usuário visita pela primeira vez um site, recebe do navegador para armazenamento de informações, de tal maneira que, sempre que o usuário revistar tal página, o navegador devolve o *cookie* ao servidor para lembrar atividades anteriores do usuário. Desse modo, o *cookie* melhora a navegação do usuário, tornando-a cada vez mais personalizada e aumentando a eficiência da resposta, já que o servidor rememorar os nomes de usuários e senhas digitadas, links clicados e outras preferências de navegação (BEAL, [2018a], s/p; ROHR, 2017, s/p).

<sup>60</sup> O *web beacon*, também denominado de *web bug*, ou conhecido como etiqueta de pixel, é utilizado para diversas finalidades, sendo, usualmente, uma pequena imagem ou pixel, incluído em páginas, aplicativos, mensagens, ferramentas, especialmente para monitoramento de comportamento de usuários em determinado local e rastreamento de protocolos (BEAL, [2018d], s/p; ROHR, 2017, s/p). Esses arquivos captam o hábito dos usuários e formam métricas para análise do servidor, para contabilizar, por exemplo, quantos e-mails foram lidos, respondidos ou encaminhados, quantos itens foram visualizados, quanto tempo o cursor do mouse ficou em determinada seção, qual o tipo de navegador utilizado, de quais lugares e horários a página está sendo acessada.

<sup>61</sup> Por sua vez, *spyware* é um programa-espião que infecta o dispositivo de um usuário e recolhe informações sobre este e os hábitos e atividades desenvolvidas, especialmente na internet, enviando, posteriormente, os dados para uma entidade externa (BEAL, [2018b], s/p; ROHR, 2017, s/p). Esse *malware* é difícil de encontrar e trabalha, em grande parte das vezes, sem que haja, para tanto, o conhecimento ou consentimento do indivíduo, sendo normalmente ativado quando os usuários fazem o download de determinado conteúdo de origem suspeita ou maquiada (BEAL, [2018b], s/p; ROHR, 2017, s/p).

<sup>62</sup> As *tags*, isto é, etiquetas, ou melhor, o processo de *tagging*, também denominado de etiquetamento, é a aposição de uma ou mais palavras-chave relacionadas a determinada informação, como, por exemplo, imagem, vídeo, texto, que descreve e categoriza o dado em análise (ASSIS, 2009, s/p; BEAL, [2018c], s/p). Esse procedimento, bastante popularizado entre os usuários de redes sociais para etiquetar postagens conforme gosto pessoal, serve para aproximar os indivíduos de conteúdos semelhantes ou que, em certa medida e em certo momento, interessam à sua vontade, podendo, também, convir como chamariz aos usuários para conteúdos anunciados e assim etiquetados.

<sup>63</sup> O *tracking*, como a própria tradução refere, é o rastreamento e análise de comportamento de usuários, por meio de ferramentas que permitem monitoramento de hábito dos indivíduos, demonstrando existir, de fato, um controle permanente e vigilância contínua. A estratégia trabalha com *cookies*, *web beacons*, *tags* e outras tecnologias que permitem registrar as atividades e o engajamento dos usuários na rede, de modo que as informações obtidas e os indivíduos podem ser analisadas, ranqueadas, categorizadas, perfiladas e, eminentemente, moduladas.

mais clicam ou quantidade de tempo gasto em determinada seção do site; também consegue-se monitorar a taxa de utilização da barra de rolagem de uma página para visualizar a partir de que informação, por exemplo, os usuários deixam o site, bem como a taxa de rejeição, que quantifica quantos usuários deixaram a página inicial sem navegar em outras páginas; há também recursos inspetores que gravam a exata navegação do usuário em determinada página, admitindo com que o servidor saiba exatamente o comportamento da pessoa no site, dentre inúmeras outras possibilidades (FALANGA, 2015, s/n).

Com esse perfilamento dos usuários e as categorizações daí decorrentes, os algoritmos competentes trabalham para personalizar a navegação dos indivíduos, expondo conteúdos que, por meio da métrica, parecem mais relevantes à determinada pessoa, em razão das interações realizadas, com o objetivo de tornar a experiência mais personalizada e mais interessante a quem acessa. E, por meio das escolhas dos indivíduos de quais informações parecem mais interessantes, a máquina oferece mais opções de escolhas dentro de um determinado padrão, o que pode ser admirável e prover uma sensação de pertencimento, se não fosse pelo fato de que o usuário aceita tais escolhas, num processo praticamente automático e previsível, sem que para tanto consiga escolher se quer ou não lidar com todas as escolhas (RUSHKOFF, 2012, p. 56).

Esse procedimento acontece a todo momento, razão pela qual esses mecanismos “criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar seguir” (PARISER, 2012, p. 14). Ocorre que esses filtros personalizados podem, sem que o usuário saiba ou entenda o funcionamento, gerar bolhas, onde os indivíduos recebem e interagem com outros e com conteúdos que lhe apeteçam, ignorando-se a variedade de dados, posições adversas e possibilidades de mudança, o que pode comprometer, sobremaneira, a formação de subjetividade do sujeito (PARISER, 2012, p. 77). Em outras palavras, a leitura e a programação das opções pelas máquinas acarreta na ignorância de um sem número de caminhos possíveis, que sequer são cogitados pelos usuários em virtude da facilidade das opções disponíveis, de tal maneira que “o infinito das possibilidades é perdido na tradução para o código binário” (RUSHKOFF, 2012, p. 58).

E, atualmente, essa personalização conta com a ajuda dos dispositivos móveis pessoais inteligentes, largamente utilizados ao redor do globo e facilmente

manipuláveis pelos usuários e pelas companhias proprietárias das máquinas ou dos aplicativos instalados, como, por exemplo, celulares, *tablets*, *notebooks*, relógios, televisores, dentre outros.<sup>64</sup> Conforme o avanço na configuração de tais aparelhos, os usuários tendem a personaliza-los à sua vontade ou a um perfil já existente em certo banco de dados, o que, embora pareça uma experiência compartilhada, espontânea e transparente, é, em verdade, mais combustível para que os algoritmos trabalhem e armazenem grande quantidade de informações na rede invisível de modulação<sup>65</sup>.

Para tanto, o usuário precisa ler e concordar com diferentes termos e condições e políticas de privacidade, que regulamentam os dispositivos, os sistemas operacionais e os aplicativos utilizados, como verdadeiros contratos de adesão, em que o contratante não pode discordar ou mudar qualquer cláusula, devendo aceitar o documento como disposto. Esses contratos, geralmente compostos por várias páginas de textos legais de difícil aceção por pessoas alheias às atividades jurídicas, preveem a possibilidade de coleta e manipulação de variados dados dos indivíduos que acessam tais dispositivos, independente da ciência da pessoa, cujo aceite é determinante para o acesso ao serviço prestado<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> Essa ideia adquire novos contornos se pensada a partir de projetos ambiciosos de grandes empresas para levar internet a lugares remotos do planeta, especialmente zonas rurais, já que, segundo a empresa, mais da metade da população mundial não tem acesso à internet (LOON, 2017, s/p). O Projeto Loon, da Google, tem a missão de lançar balões de alta altitude para orbitar na estratosfera e criar redes sem fio com velocidade de 3G, já possuindo uma margem de sucesso nas fases de testes realizados no Peru e na Nova Zelândia (LOON, 2017, s/p). O Facebook, de igual maneira, por meio de <<http://internet.org>>, procura ampliar o acesso à internet pelo mundo, através de programas e tecnologias que possibilitem essa realidade, inclusive mediante a gratuidade de conexão (INTERNET.ORG, 2018, s/p). Embora o Facebook tenha, recentemente, encerrado os projetos envolvendo internet por satélite em razão do alto custo, o projeto também faz uso de drones que sobrevoam as regiões escolhidas, numa altitude entre 60 (sessenta) e 90 (noventa) mil pés de altura, acima da faixa destinada à aviação comercial, abastecidos pela energia solar (E, 2018, s/p).

<sup>65</sup> Não é incomum que quando uma pessoa compra um *smartphone*, seja sistema operacional *Android* ou *iOS*, por exemplo, as primeiras telas de inicialização do aparelho perguntam se o usuário deseja reativar prévias configurações já utilizadas para pular as etapas iniciais; logo após, questionam se o usuário prefere reinstalar antigos aplicativos já baixados; depois, o usuário começa a logar em redes sociais que já possui, acessando os bancos de dados referentes a esse perfil, históricos de navegação, páginas favoritas. Dessa maneira, o indivíduo fica interconectado, em vários dispositivos ao mesmo tempo, em qualquer lugar e tempo que seja, sem notar ou parar para pensar sobre a grande quantidade de informações que tais sistemas e aplicativos guardam sobre si.

<sup>66</sup> Em março/abril de 2018, o *The New York Times* revelou que, em 2013, os dados de, pelo menos, 30 (trinta) milhões de usuários do Facebook – há notícia de que, em verdade, o número de atingidos supera a 87 (oitenta e sete) milhões – foram indevidamente compartilhados com a empresa de consultoria Cambridge Analytica, que prestou serviços durante a campanha eleitoral dos Estados Unidos ao Presidente Donald Trump, o que pode ter comprometido a lisura do pleito, já que o candidato, à época, teve acesso a diversos dados pessoais, como nomes, gênero, idade, local de residência e os resultados de personalidade projetados pelo *quizz* realizado pelos usuários, bem como interesses e dados mais elementares da conta, como e-mail ou data de nascimento (CADWALLADR; CONFESSORE; ROSENBERG, 2018, s/p). A reportagem fez eclodir um escândalo acerca do

Contudo, em 25 de maio de 2018, entrou em vigor o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia, tradução para *General Data Protection Regulation*, com sigla GDPR, a fim de atualizar a Diretiva 95/46/EC da década de 1990, que, por sua vez, indicava que cada país criasse a própria legislação de proteção de dados (UNIÃO EUROPEIA, 2016, s/p). Esse novo marco regulatório tenta harmonizar as leis de proteção de dados dos países pertencentes à União Europeia, adequando conceitos de novas tecnologias, como big data, computação em nuvem, marketing comportamental, aplicativos e redes sociais; bem como busca proteger a privacidade, a segurança e o gerenciamento de dados dos usuários (UNIÃO EUROPEIA, 2016, s/p).

Ocorre que a ingerência do GDPR acaba por avançar nas fronteiras físicas mundiais, porquanto a proteção é aplicável ao tratamento de dados por uma empresa estabelecida na União Europeia, independentemente do local de tratamento desses dados ou da nacionalidade do titular deles; e, ainda, ao tratamento de dados por uma empresa que, embora não estabelecida na União Europeia, ofereça bens e serviços ou monitoramento para usuários que ali se encontrem (UNIÃO EUROPEIA, 2016, s/p).<sup>67</sup> Dessa forma, houve – e continua havendo – uma necessidade de adequação das empresas ao GDPR, que de qualquer maneira colem ou monitorem dados pessoais de usuários, alertando-se para o fato de que, como visto, o regulamento é aplicável para além-fronteiras, servindo, inclusive, de inspiração para legislações de outros países (UNIÃO EUROPEIA, 2016, s/p).<sup>68</sup>

E, diante de todo esse panorama apresentado de vigilância global eletrônica, é possível deduzir que a sociedade atual vive sob um superpanóptico, que tem no

---

tratamento e gerenciamento de dados pessoais na rede, especialmente após o CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, admitir que a maioria dos quase 2 (dois) bilhões de usuários podem ter tido os dados pessoais acessados de forma indiscriminada e que o aplicativo iria tomar mais cuidado, embora o modelo de negócio da ferramenta se baseie na troca de informação com outras empresas para publicidade (FRIEIR, 2018, s/p). Em seguida, o criador da rede social foi chamado para depor e se explicar perante o Congresso dos Estados Unidos, que cobrou responsabilidades e novas políticas de proteção (SIMÕES, 2018, s/p).

<sup>67</sup> Para tanto, deve haver a obtenção do consentimento do usuário de forma explícita, clara, simples, ativa (não mais sendo permitido o silêncio como permissão para coleta), devendo haver a aprovação do internauta para cada finalidade de monitoramento de dados, mesmo que seja de forma eletrônica e por opção de *check mark* (caixa de seleção) (UNIÃO EUROPEIA, 2016, s/p).

<sup>68</sup> No Brasil, em agosto de 2018, foi sancionada a Lei n.º 13.709/18, dispondo sobre a proteção de dados pessoais e alterando o Marco Civil da Internet, o texto base para proteção, uso e tratamento de informações e dados pessoais de usuários, com grande inspiração no GDPR, inclusive no que tange ao consentimento do usuário e à abrangência de aplicação da lei, cuja *vacatio legis* levará 18 (dezoito) meses (BRASIL, 2018b, s/p).

panoptismo trazido por Jeremy Bentham e Michel Foucault um modelo de inspiração, um ponto de partida – já que aquelas ideias de docilização e disciplina do corpo ainda subsistem -, mas essa técnica de biopoder ultrapassa, progressivamente, todos os limites já pensados, à medida do aperfeiçoamento das tecnologias de informação e comunicação, já que “o que conta é que estamos no início de alguma coisa” (DELEUZE, 1992, p. 225). Nesse sentido, outros três conceitos – não divergentes entre si e não excludentes de tudo exposto – contribuem com o entendimento dessa nova arquitetura social: pós-panóptico, banóptico e sinóptico.

A primeira variação, pós-panóptico, é cunhada por Bauman, nas conversações com David Lyon, a partir de uma reflexão sobre a sociedade pós-disciplinar e o recrudescimento das tecnologias de vigilância. Cumpre destacar que, na esteira das demais colocações do sociólogo, a aposição do sufixo “pós” não indica uma característica finalística do processo anterior, mas senão um avanço, uma evolução. Dessa forma, o panoptismo “está vivo e bem de saúde, na verdade, armado de músculos (eletronicamente reforçados, ciborguizados) tão poderosos que Bentham, ou mesmo Foucault, não conseguiria nem tentaria imaginá-lo” (BAUMAN, 2013, p. 22).

Em outras palavras, o panóptico, ainda como aparato físico de vigilância – vigilância sólida -, conecta-se à perspectiva de modernidade sólida, cuja estrutura social é baseada na rigidez das relações entre sujeitos e instituições. Por outro lado, o pós-panóptico, como novas formas de vigilância e de panoptismo possibilitadas pelas tecnologias de informação e comunicação – vigilância líquida -, referencia-se à ideia de modernidade líquida, donde a arquitetura social é fundamentada na fluidez das relações entre sujeitos e instituições, especialmente diante de uma volatilidade e individualidade (BAUMAN, 2013, p. 22-23).<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Nesse diapasão, Bauman traz a ideia do homem-caramujo, que transporta, em sua concha, um panoptismo pessoal, de modo a possibilitar uma autovigilância e a vigilância do outro, num processo bem mais econômico e popular que o panoptismo clássico (BAUMAN, 2013, p. 22-23). Assim, cada sujeito, empreendedor de si, traz, na própria bagagem, um controle, ou melhor, dispositivos de controle a que fica sujeito ou que pode direcionar a outros. Exemplo disso, como citado acima, é a dependência crônica, inclusive para sentimento de pertencimento à sociedade de consumo, de smartphones, cujas redes sociais estão todas integradas com outros dispositivos, o sistema de posicionamento global está ativado monitorando passo a passo, as informações pessoais são compartilhadas com banco de dados a partir de termos e condições de uso aceitas e a câmera, a qualquer momento, pode estar em punho para fotografar ou filmar a si e ao outro, num sistema de vigilância contínuo de uns contra os outros.

Por sua vez, o banóptico, termo proposto por Didier Bigo, ilustra que as tecnologias infocomunicacionais de elaboração de perfis de indivíduos também servem para ilustrar as políticas fronteiriças estatais para determinar quem deve ser colocado sob vigilância pelos agentes de segurança e, ao fim e ao cabo, definir quem está do lado de dentro e quem está do lado de fora (BIGO; TSOUKALA, 2008). Esse sistema intenta lidar com os marginais, potenciais imigrantes, que, de modo virtual, utilizando-se de banco de dados da rede, são encaixados em categorias de indivíduos ou grupos, podendo comprometer a mobilidade humana internacional (BAUMAN, 2013, p. 23).<sup>70</sup>

Bauman, avançando na conceituação do banóptico, sugere que os dispositivos infocomunicacionais dessa variação do panóptico estão alocados nas entradas de determinadas comunidades do mundo (e, nesse ponto, não apenas em termos internacionais, referentes a países ou territórios, mas também domésticos, em *shopping centers*, supermercados e outros departamentos constantemente vigiados), cuja preocupação irreprimível pela segurança derroga o impulso disciplinador do panóptico (BAUMAN, 2013, p. 23-24). Essas tecnologias de vigilância hoje servem para dois fundamentos diametralmente opostos, isto é, confinar quem está cercado do lado de dentro e excluir quem está cercado do lado de fora, identificando, ainda, prontamente, os indivíduos ou grupos que não estão dispostos a cumprir tais padrões obrigatórios (BAUMAN, 2013, p. 23-24).

O sinóptico, neologismo trazido por Thomas Mathiesen, inverte o vetor de vigilância, onde muitos acabam por observar a poucos, ao contrário do panóptico, cuja tecnologia de vigilância dependia de poucos observarem muitos. Enquanto o panóptico erigia grandes muralhas e torres de vigilância para cercar quem está do lado de dentro e contava com a ajuda de alguns vigilantes para impor a docilização do corpo; o sinóptico espera que os próprios sujeitos e objetos de vigilância se autodisciplinem e arquem com os custos materiais e psíquicos dessa disciplina,

---

<sup>70</sup> Visualiza-se, assim, um regime de insegurança global, principalmente marcado por atividades de “gerentes de inquietação” internacionais e por burocracias transnacionais de vigilância, advindas de polícias, agentes de fronteira, companhias de transporte aéreo e políticas governamentais (BAUMAN, 2013, p. 23). O resultado é o monitoramento e controle de movimentos populacionais, seja de imigrantes, exilados, refugiados, asilados ou turistas, que, para além de um panóptico do globo, é banóptico, a partir do momento em que o dispositivo determina quem é bem-vindo ou não em um Estado-nação ou conjunto de países (BAUMAN, 2013, p. 23).

exercendo sobre si e sobre os outros um controle contínuo capilarizado (BAUMAN, 2013, p. 26).

Desse modo, o sinóptico em muito se aproxima com o pós-panóptico proposto por Bauman, já que é possível retornar à ideia do homem-caramujo que leva consigo um panoptismo pessoal, uma vez que “agora é tarefa dos voluntários caçar as oportunidades de servidão” (BAUMAN, 2013, p. 26). Ocorre, então, uma distribuição significativa de iniciativas sinópticas individuais, cujos minipanópticos podem ser representados pelo tipo “faça você mesmo”, isto é, dispositivos móveis e portáteis, fornecidos comercialmente, onde os usuários, por meio de ações difusas e aparentemente autônomas, cedem às coordenadas modulares e fazem parte – precisam fazer parte, como uma servidão contemporânea - desse grande regime de vigilância (BAUMAN, 2013, p. 26)<sup>71</sup>.

Trata-se, pois, de uma sociedade de controle fundada em biopolíticas de poder por um sistema de vigilância eletrônica global, encabeçado principalmente por agências de segurança e de inteligência nacionais de países desenvolvidos e grandes corporações econômicas, capaz de interceptar, analisar, armazenar e monitorar informações e comunicações entre indivíduos, grupos, instituições e governos ao redor do globo<sup>72</sup>. Essa vigilância contínua e desmedida é, senão a principal, uma das características dessa nova arquitetura social iniciada a partir da Segunda Guerra Mundial e que se aperfeiçoa ao longo dos anos, cujo poder busca, por excelência, modular os indivíduos e as massas para, ao fim e ao cabo, controlar todas as formas de vida nessa sociedade em rede imperial.

---

<sup>71</sup> Veja-se que, nesse aspecto, a vigilância não é imposta verticalmente por fontes hegemônicas, mas surge do próprio indivíduo, que se vê obrigado a consumir a vigilância para pertencer à sociedade em rede. Trata-se de uma adesão, não necessariamente consciente, que importa numa autovigilância.

<sup>72</sup> Fernanda Bruno propõe o termo vigilância distribuída como definição do “estado geral da vigilância nas sociedades contemporâneas. Em linhas breves, trata-se de uma vigilância que tende a tornar-se incorporada em diversos dispositivos, serviços e ambientes que usamos cotidianamente, mas que se exerce de modo descentralizado, não hierárquico e com uma diversidade de propósitos, funções e significações nos mais diferentes setores: nas medidas de segurança e circulação de pessoas, informações e bens, nas estratégias de consumo e marketing, nas formas de comunicação, entretenimento e sociabilidade, na prestação de serviços etc.” (BRUNO, 2009, p. 02).

## 2 REDES DE INDIGNAÇÃO: CONTRAVIGILÂNCIA E CONTRAPODER NA SOCIEDADE EM REDE

*“Não acredito que a gente consiga mudar alguma coisa em nosso tempo de vida, mas dá para imaginar pequenos núcleos de resistência pipocando aqui e ali — pequenos grupos de pessoas se unindo, e gradualmente aumentando, e mesmo deixando alguns registros atrás de si, para que a geração seguinte possa prosseguir do ponto onde paramos.” (ORWELL, 2017, p. 186)*

A epígrafe que antecede esta seção faz referência a uma conversa íntima entre o personagem principal da obra 1984, Winston Smith, com seu par romântico, Julia. Durante o encontro, Winston, que é funcionário do Ministério da Verdade e encarregado de falsificar os registros da época conforme a vontade do Partido, comenta sobre um pedaço de jornal que chegara à sua mesa por engano e que comprovava uma mentira contada pelo governo, ocasião em que, com medo de ser descoberto, jogou o objeto numa picotadora. Então Julia questiona o que Winston teria feito com o recorte de papel, caso o mantivesse, recebendo como resposta uma descrença num potencial heroísmo de uma única geração, mas uma esperança se acaso a indignação persistisse e propriamente resistisse.

Nessa nova arquitetura social visualizada primordialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, que busca, por meio de técnicas especializadas de vigilância eletrônica global, controlar todas as formas de vida humana numa sociedade ciberconectada e ciberinfluenciada, o poder pode ser encontrado no Estado. Aqui compreendido como contexto de atores e grupos de representação política para gestão institucional -, o Estado, que, até então, detém o monopólio da tomada de decisões sobre o corpo-população, o caminho central para a normatividade, o discurso e a violência legítima, precisa se adaptar às mudanças sociais compreendidas pela sociedade em rede, adquirindo uma nova forma: o Estado em rede.

Por esse conceito, o Estado em rede pode-se caracterizar por “partilhar soberania e responsabilidade entre diferentes Estados e níveis de governo; a flexibilidade nos procedimentos do governo e uma maior diversidade de tempos e espaços na relação entre governos e cidadãos” (CASTELLS, 2013, p. 78). Nesse

ínterim, a máquina governamental opera de maneira pragmática, sistemática e casuística, tornando o modelo de representação política mais obscuro e alheio à vontade dos cidadãos, haja vista que o ente estatal, que continua sendo o centro de controle, precisa manipular diferentes interesses em rede, por vezes, contraditórios, ou ambíguos, ou ilegítimos, ou ameaçadores de alguma ordem.

Assim, o Estado em rede sofre com problemas de coordenação organizativa, técnica e política (CASTELLS, 2013, p. 78-79). Organizativa, porque necessita tratar de forma desigual as próprias instituições, à medida em que algumas, por possuírem o poder de ligar-se em rede, conseguem maiores e melhores privilégios em detrimento de outras. Técnica, porquanto, quando muito introduzida um aperfeiçoamento tecnológico, as instituições veem com reticência o compartilhamento de informações em rede que possam atrapalhar a própria burocracia. E política, pois, além da cooperação horizontal com outras instituições, as agências precisam de estratégias de coordenação verticais para ligarem-se com os interesses daquelas superiores e representarem os interesses dos eleitores, que não necessariamente confluem.

Há, ainda, um problema geopolítico, tendo em vista que os Estados-nação, por mais que atuem globalmente em forma de rede em busca de objetivos multilaterais, parecem não possuir uma vontade real de promover o bem comum mundial por continuarem considerando as redes de governança uma mesa de negócios, cuja motivação principal nunca deixa de ser maximizar os próprios princípios e interesses políticos singulares, num egoísmo estatal global e inércia histórica (CASTELLS, 2013, p. 79). Noutro sentido, existe um problema ideológico no Estado em rede, já que essa nova configuração pressupõe o compartilhamento de um conjunto de valores comuns entre os nós da rede, o que, diante de uma diversidade social, pode ser difícil de coordenar (CASTELLS, 2013, p. 79).

Ocorre que, nesse contexto de coordenação política, as agências institucionais representadas por atores sociais não necessariamente atuam de maneira legítima ou conforme as regras jurídicas ou, ainda, conforme o interesse da população, resultando, ao fim e ao cabo, num Estado mergulhado em corrupção, no próprio sentido da palavra. Além disso, a mídia, como ator político de mediação de significados, que também age na lógica das redes, contribui para uma política de escândalo, gerando desconfiança ou descrédito em determinado ator social ou valor

programado, conforme muito bem analisado por Castells sobre o poder da comunicação (CASTELLS, 2013).

Daí emerge uma crise de legitimidade e, não diferente, de representatividade, baseada numa falta de confiança dos cidadãos do mundo nos seus governos e governantes e numa cultura de desprezo por políticos e partidos políticos de forma generalizada, de tal maneira que se traduz numa crise da própria democracia. Assim, conforme Castells, em grande medida, “a crise de legitimidade e as suas consequências para a prática democrática têm a ver com a crise do Estado-nação na sociedade em rede global como resultado dos processos contraditórios de globalização e identificação”, pois “a eficiência e legitimidade do Estado diminuíram pela sua incapacidade para controlar as redes globais de riqueza, poder e informação, enquanto a sua representação se vê desfocada pela aparição de sujeitos culturais baseados na identidade” (CASTELLS, 2013, p. 393-394).

Por tudo isso, percebe-se uma atuação em rede e uma interação entre diferentes atores sociais para competição ou cooperação entre si, entremeio a discursos escusos, econômicos, políticos, corruptos, internacionais e a pressões de todos os lados para lograr mais poder e controlar as outras redes. Contudo, nesse jogo de poder, outros atores, grupos ou instituições sociais também vão fazer frente à dominação instalada e lutar por um espaço na tomada de decisões e na valoração de interesses diferentes daqueles já programados.

A análise dessa constatação contribui para a percepção do surgimento, crescimento e desenvolvimento de redes de contrapoder, já que as redes de poder, num exercício de dominação pelo discurso ou pela violência, podem enfrentar resistência advinda de outras redes com programações contrárias; ou, num contexto de inclusão e exclusão, podem receber ataques por outras redes que desejam ser incluídas ou que desejam questionar a lógica excludente definida ou, ainda, por aquelas que intentam destruir a programação de determinadas redes. Isso quer dizer que, tanto as relações de poder, como as relações de contrapoder, podem configurar redes nessa nova arquitetura social.

Desse modo, a construção da lógica de poder deve partir de duas perspectivas, já que as redes “podem aplicar a dominação existente ou adquirir posições estruturais de dominação; por outro lado, também há processos de resistência ao poder, em nome de interesses, valores e projetos excluídos ou sub-representados” (CASTELLS,

2013, p. 86). Em última instância, as relações de poder e as relações de contrapoder, embora diferentes no objetivo, originam-se e operam-se de forma semelhante e são baseadas na interação entre estruturas de poder, de modo que “a resistência ao poder efetua-se mediante os dois mecanismos que constituem o poder na sociedade em rede: os programas das redes e a ligação entre elas” (CASTELLS, 2013, p. 86).

É possível, então, identificar ações e reações de diferentes atores sociais, grupos e instituições, tentando introduzir novos ou modificar antigos códigos nos programas das redes para criar novos protocolos de comunicação e reprogramar e alterar a própria rede, não somente em termos estruturais de inclusão, forma e expansão, porém também em termos de conteúdo e significados da rede. Nesse mesmo panorama, as redes de contrapoder agem na tentativa de impedir pontos de ligação entre outras redes a partir do bloqueio da atuação de *switchers*, comutadores capazes de facilitar a conexão entre redes para maior aproveitamento e, conseqüentemente maior poder, em evidente competição com outras redes com objetivos semelhantes e competição com as redes de poder (CASTELLS, 2013, p. 86).

Na sociedade em rede, as relações de poder, como dito, não desapareceram, mas estão redefinidas e reconfiguradas, sendo melhor analisadas por outra lógica, tais como os conflitos sociais, que, por seus turnos, também não deixaram de existir, porém tornaram-se mais complexos e multidimensionais. Enquanto o poder governa e usa dos meios coercitivos institucionais, o contrapoder combate, questiona e se indigna. Dessa maneira, “a dominação e a resistência à dominação mudam de caráter segundo a estrutura social específica em que se originam e que modificam com a sua ação”, de modo que “as redes processam os seus programas contraditórios enquanto as pessoas tentam encontrar sentido para a fonte dos seus medos e das suas esperanças” (CASTELLS, 2013, p. 89).

Interessante pressupor e levar como consideração que, se a formação e a programação de redes globais estão, na sociedade em rede, para os métodos e caminhos de exercício do poder; por lado adverso, a resistência à essa formação e à essa programação, bem como a interrupção das ligações ou reprogramação dos conteúdos de tais redes em defesa de interesses contrários estão para maneiras de exercício de contrapoder. E ambas as relações de poder podem ser submetidas à lógica das redes, ainda que o poder tenda a ser global e o contrapoder inclina-se a

ser local, como sugestão a projetos alternativos e valores substitutos à dominação das relações sociais desse momento histórico.

Para tanto, as redes de contrapoder atuam diretamente sobre os códigos culturais, introduzem novos valores acerca da tomada de decisão e reprogramam as redes de poder, em detrimento à mera e simples reprodução de normas e disciplinas incrementadas pelas instituições sociais que ocupam as redes de dominação (CASTELLS, 2013, p. 541). Trata-se, pois, de uma subversão da própria ordem existente e de uma mudança da mentalidade pública, incorporando-se novas informações, novas maneiras de comunicação, novas relações interpessoais e interinstitucionais e novos atores sociais para o sistema político (CASTELLS, 2013, p. 541).

É sabido que, quanto mais restrito o ambiente de ira, mais possível é a repressão e contenção do descontentamento para manutenção da ordem, porém a ligação de redes de contrapoder em próprias redes de cooperação ou, pelos menos, de solidariedade, pode ressignificar a resistência e cultivar comunidades de práticas insurgentes. A revolução das tecnologias de informação e comunicação no século passado contribuíram, sobremaneira, para mobilizar a resistência e mudar a forma com que o contrapoder é exercido numa sociedade em rede a partir do compartilhamento de ideias, imagens e indignações.

O presente capítulo, que leva como título “Redes de indignação: contravigilância e contrapoder na sociedade em rede”, procura analisar a maneira com que as redes de contrapoder, especialmente movimentos sociais<sup>73</sup>, atuam no panorama atual e contestam a ordem dominante, inclusive pela vigilância e controle das redes que também vigiam e controlam os atores sociais, levando-se em consideração a grande mobilização de resistência visualizada no século XXI. Dessa banda, intenta-se visualizar atores sociais e processos de resistência que possam ser identificados como contravigilância, no contexto dos movimentos sociais do novo século.

---

<sup>73</sup> Neste capítulo, por questões de fluidez da escrita e leitura, opta-se por tratar os termos “movimentos sociais”, “mobilizações sociais”, “manifestações”, “marchas”, “protestos”, “dias de fúrias” e “redes de indignação” como sinônimos para elucidar os movimentos sociais da era da internet do século XXI, embora, no próximo capítulo, faça-se menção às diferenças e semelhanças entre as expressões aqui utilizadas. Essa mesma opção ocorre com os termos “manifestantes”, “protestantes”, “mobilizados” e “indignados”.

Para isso, o segundo capítulo deste trabalho, que traz algumas antíteses sobre a contravigilância, é subdividido em três partes: a primeira, intitulada “A Primavera Árabe floresceu: a indignação e os novíssimos movimentos sociais do século XXI”, que busca mapear e compreender notadamente as grandes manifestações ocorridas no século XXI, graças ao aperfeiçoamento das tecnologias de informação e comunicação; a segunda nomeada “O gigante acordou do berço esplêndido: os novíssimos movimentos sociais do século XXI no Brasil”, que analisa especificamente o panorama brasileiro no estudo dos movimentos sociais deste século; e, por fim, a terceira, com título “Do contrapoder de resistir na sociedade em rede: relações de contravigilância nos movimentos sociais do século XXI”, que trata da contravigilância como um exercício de contrapoder pelos movimentos sociais deste século.

## 2.1 A PRIMAVERA ÁRABE FLORESCEU: A INDIGNAÇÃO E OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI

As tecnologias de informação e comunicação mudaram analógica e radicalmente a formulação dos movimentos sociais ao longo dos anos, permitindo uma maior distribuição da mensagem de luta e de mobilização social. A internet, contudo, revolucionou a comunicação digital, aperfeiçoando e maximizando a interação entre usuários de todo o mundo a partir da construção de redes sociais virtuais e da radicalização da relação off-line-online. Pelo *Facebook*, *Twitter*, *YouTube*, *WhatsApp*, *Snapchat*, *Flickr*, *Foursquare*, *MySpace*, *Tumblr*, dentre outras redes sociais, foi possível encontrar amigos, companheiros de luta e simpatizantes de causas, marcar eventos para ocupar ruas, praças e cidades, transmitir ao vivo manifestações e palavras de indignação, subir imagens, vídeos e canções, acompanhar protestos pelo mundo, repassar correntes e frases de efeito, seguir personalidades e líderes, enfim.

E o resultado: milhões de pessoas saindo às ruas e ocupando praças e outros espaços públicos para compartilhar indignação e reivindicar direitos, numa ressignificação dos movimentos sociais no século XXI<sup>74</sup>. A onda revolucionária de

---

<sup>74</sup> A Batalha de Seattle, como ficou conhecido mundialmente o protesto de mais de 40 (quarenta) mil ativistas alterglobalização contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) para definir objetivos e propostas comerciais dos países signatários para o século XXI, que se avizinhava, realizada

protestos e manifestações ocorridas a partir de 2010 ao redor do globo sacudiu instituições, derrubou ditaduras, questionou poderes inculpidos, refutou o *establishment*, revelou a violência policial estatal, gritou contra o conservadorismo, esbravejou contra o sistema financeiro dos banqueiros, mas, sobretudo, conectou pessoas. Os contrapoderes foram sentidos inicialmente na Revolução das Panelas da Islândia e na Primavera Árabe<sup>75</sup>, em países como Tunísia e Egito<sup>76</sup>, mas também em outras nações, como Turquia, Índia, Espanha, Itália, Grécia, Estados Unidos, México, Chile e Brasil – sendo a seguir analisadas as principais ocorrências.

Um dos prelúdios dos movimentos sociais do século XXI foi a revolução islandesa, cujo introito foi a crise econômica de 2007-2008<sup>77</sup> e a falência do modelo de especulação financeira, quando, essencialmente, três principais bancos islandeses (Kaupthing, Landsbanki e Glitnir) fizeram o país entrar no cenário financeiro internacional a partir de práticas de especulação e ajuda mútua (CRACKS..., 2008, s/p). Logo após, os bancos se viram obrigados a pagar as dívidas contraídas a curto prazo, mas a insolvência se tornou insustentável e os três bancos faliram, com uma dívida bilionária, exigindo resgate estatal e grande endividamento externo, o que foi entendido como o maior desastre da história em termos financeiros (CRACKS..., 2008, s/p).

Dessa forma, a ruína do setor financeiro islandês foi o estopim para a “Revolução das Panelas”, onda de manifestações iniciada em outubro de 2008, com

---

em 30 de novembro de 1999, naquela cidade americana, é um dos primeiros exemplos da utilização da internet como mecanismo de mobilização política para convocação de ativistas de forma descentralizada e horizontalizada, que, embora violentamente reprimida pelas forças policiais, acarretou no encerramento das solenidades oficiais (COMO..., 2015, s/p).

<sup>75</sup> Embora as manifestações tenham iniciado no inverno do hemisfério norte, o termo faz referência à Primavera de Praga, período de otimismo e esperança por mudanças fundamentais, dentre elas políticas de abertura de mercado, ampliação da liberdade de expressão e de imprensa e governo mais democrático, reformas ocorridas na antiga Tchecoslováquia, no ano de 1968, encabeçadas por Alexander Dubcek, do Partido Comunista da Tchecoslováquia, como primeiro-secretário do país, mas eventualmente reprimido pela União Soviética (BERCITO, 2018, s/p).

<sup>76</sup> Não obstante tenha havido grandes protestos ou dias de fúria em Líbia, Síria, Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã, Iémen, Kuwait, Líbano, Maurtânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental.

<sup>77</sup> A crise econômica de 2007-2008, também chamada de crise do *subprime*, em apertada síntese, teve desenlace na concessão desenfreada de créditos bancários de alto risco, especialmente empréstimos hipotecários, à clientela sem suficiência de renda e/ou com histórico ruim de crédito (daí o apelido *subprime*), sendo posteriormente repassados a investidores com promessa de retorno com juros altos, com a chancela de agências de riscos mundiais. Em razão do grande inadimplemento, algumas instituições financeiras foram à falência ou tiveram perdas vultosas, num processo em cadeia global, atingindo diferentes países, o que exigiu socorros governamentais e injeção de valores no mercado financeiro, desestabilizando as economias das nações e gerando cortes sociais não bem recebidos (BREISSER-PEREIRA, 2009, p. 133-134; HERMANN, 2009, p. 138-141).

protestos nas ruas e online. Em 20 de janeiro de 2009, milhares de pessoas se juntaram diante do Parlamento, com panelas e tambores, reivindicando a renúncia do governo, novas eleições e refundação da república, com a redação de um novo texto constitucional (WATERFIELD, 2009, s/p). Em fevereiro, emergiu um novo governo, com intenção de arrumar a confusão financeira, responsabilizar culpados, restabelecer o crescimento econômico, reforçar as instituições fiscalizadoras e responder às demandas populares com uma reforma constitucional (BURNS, 2009, s/p).

Para a redação da nova carta constitucional, inovou-se no processo constituinte. Num primeiro momento, escolheram-se ao acaso mil cidadãos islandeses para participarem do Comitê Constituinte, porém, por força de partidos conservadores, convocaram-se, num segundo momento, eleições para um Conselho Constituinte formado por 25 pessoas, que, embora o Tribunal Superior tenha anulado o pleito por motivos técnicos, o Parlamento nomeou o mesmo grupo de pessoas (CONSELHO DA EUROPA, 2015, p. 03). Por seu turno, o Conselho Constituinte convocou todos os cidadãos a debaterem por meio do *Facebook*, do *YouTube* e do *Twitter*, numa troca de informações e fluxo de ideias, com aproximadamente dezesseis mil sugestões e comentários debatidos abertamente (SIDDIQUE, 2011, s/p).

Quando houve um consenso, a versão final foi levada para votação do Conselho, com nove capítulos e cento e catorze artigos, sendo aceita por unanimidade; o governo, por sua vez, prometeu levar a proposta a um referendo, tornando-se, assim, um documento do povo para o povo (CONSELHO DA EUROPA, 2015, p. 04). O texto elaborado foi considerado bem estruturado, de fácil compreensão, representando não apenas um importante passo na história islandesa, mas uma nova forma de pensar o constitucionalismo por meio da colaboração (CAMOZATTO, 2016, p. 101-102).

A votação ocorreu no sábado, dia 19 de outubro de 2012, e o “sim” obteve maioria nas urnas, deixando a população islandesa contente e lançando largo otimismo na comunidade internacional<sup>78</sup>. Com o fim da legislatura em 2013, a demora

---

<sup>78</sup> Nesse aspecto, cumpre destacar como se deu o referendo da reforma constitucional islandesa. a consulta popular consistia em seis perguntas: a) a primeira pergunta consultava o eleitor se ele queria que as propostas do Conselho Constituinte formassem a base da nova constituição, vencendo o “sim”; b) a segunda perguntava se o eleitor queria que os recursos naturais não fossem propriedades privadas e declarados propriedade nacional, vencendo o “sim”; c) a terceira deliberava se o eleitor queria

na aprovação do novo texto constitucional e a iminência de uma crise imobiliária fez com que o povo islandês, surpreendentemente, rejeitasse o governo que retirou o país da crise, aprovando-se o retorno da ala de centro-direita à administração e ao corpo legislativo, que, por sua vez, afastou os ideais reformistas, vencendo a retórica liberal de desconfiança na democracia (CAMOZZATO, 2016, p. 112)<sup>79</sup>.

**Figura 1** Manifestações em Reykjavíc, Islândia



Fonte: <https://goo.gl/BcpzdX>

Outra centelha para eclodir os movimentos sociais do século XXI foram os episódios ocorridos na Tunísia. Em 17 de dezembro de 2010, pela manhã, na cidade interiorana de Sidi Bouzid, diante de um prédio do governo regional, Mohamed Bouazizi, vendedor ambulante de frutas e verduras, ateou fogo no próprio corpo, como forma de protesto contra as humilhações perpetradas pelo confisco de sua banca e contra a exigência de pagamento de propina aos agentes fiscais, sendo a atitude registrada por câmeras e o vídeo distribuído pela internet (RYAN, 2011b, s/p). Logo em seguida, centenas de pessoas, com experiências semelhantes, reuniram-se no local para protestarem contra as autoridades, bem como outros suicídios ou

---

estabelecer uma Igreja Nacional da Islândia, vencendo o “sim”; d) a quarta questionava se o eleitor queria que os indivíduos pudessem se eleger independentemente de lista de partidos ou de filiação a partido, vencendo o “sim”; e) a quinta indagava se o eleitor gostaria que os votos em todas as partes do país tivessem o mesmo peso, vencendo o “sim”; e f) a sexta pesquisava se o eleitor queria que as decisões do Parlamento relativas a reformas passassem por referendos; vencendo o “sim” (CAMOZZATO, 2016, p. 107-108).

<sup>79</sup> Castells, em análise final, refere que “Os islandeses insurgiram-se, tal como pessoas em outros países, contra um setor do capitalismo financeiro especulativo que destruiu os meios de sustento do povo. Mas sua indignação veio da percepção de que as instituições democráticas não representavam os interesses dos cidadãos porque a classe política se tornara uma casta autorreprodutora que favorecia os interesses da elite financeira, assim como a preservação de seu monopólio sobre o Estado” (CASTELLS, 2017, p. 52).

tentativas de suicídio ocorreram e espalharam a ira pela população (RYAN, 2011a, s/p).

Nos dias seguintes, outras manifestações espontâneas começaram a ocorrer, primeiro nas províncias e depois na capital, mesmo com a repressão policial para conter a fúria da população (RYAN, 2011a, s/p). Em janeiro, o general chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Tunísia, Rachid Ammar, não abriu fogo contra manifestantes e foi exonerado do cargo; diante do insucesso da contenção das revoltas, o ditador Zine El Abidine Ben Ali, que estava no poder desde 1987, e sua família, buscaram refúgio na Arábia Saudita, depois que perderam o apoio do governo francês e dos patrocinadores internacionais (BEN..., 2011, s/p).

Não satisfeitos com a sucessão de Ben Ali por Mohamed Ghannouchi, óbvia continuação do regime ditatorial, e ainda mais encorajados, os manifestantes seguiram protestando e ocuparam a *Place du Gouvernement*, praça que abriga vários edifícios do governo, mesmo com a violência policial e a contínua tentativa de expulsão do local (CASTELLS, 2017, p. 36). Mediante fóruns permanentes, os manifestantes organizavam debates para discutir os anseios da população, expondo pela internet a repressão policial, subindo vídeos no YouTube, postando mensagens com a *hashtag* “#sidibouzyd” nas redes sociais (CASTELLS, 2017, p. 36)<sup>80</sup>.

**Figura 2 Manifestações em Túnis, Tunísia**



Fonte: <http://i.cdn.turner.com/cnn/2011/WORLD/africa/01/23/tunisia.protests/t1larg.tunisia.protest.gi.jpg>

<sup>80</sup> Interessante notar que os manifestantes usavam o Twitter e o Facebook para publicar suas reivindicações e indignações, em diversos idiomas, desde árabe, francês e inglês, numa tentativa de conexão com o mundo.

Dentre as pautas, pressionaram pelo afastamento de todo o comando do regime ditatorial, exigiram liberdade política e de imprensa, queriam eleições verdadeiramente democráticas, rechaçaram políticos corruptos, especuladores financeiros, policiais violentos, mídia subserviente, pediram mais autonomia das regiões contra o centralismo, clamaram por mais empregos, por mais educação, por uma economia livre de controle político e rebateram a politização do movimento (CASTELLS, 2017, p. 35-37). Em outubro de 2011, num clímax democrático, realizaram-se eleições abertas e limpas, assumindo o poder uma coalização islâmica moderada, representada por Rachid Ghannouchi, com intento de modernizar, com autodeterminação, a política tunisiana, servindo como inspiração para diversos países árabes (ENNAHDA..., 2011, s/p).

Com a chama inicial da Primavera Árabe acesa, cita-se a Revolução de 25 de Janeiro no Egito, também chamada de Dias de Fúria, Revolução de Lótus ou Revolução do Nilo, que teve como algoz inicial e principal o regime de Hosni Mubarak, político no poder há mais de trinta anos, num governo cerceado por opressão, violência, desemprego, fome, falta de moradia, inflação, corrupção, sexismo, conflitos trabalhistas, dentre outras várias crises (CASTELLS, 2017, p. 69). Em meados de 2010, criou-se um grupo no Facebook, em homenagem a um jovem ativista morto por policiais justamente por ter distribuído um vídeo comprovando a corrupção policial egípcia, “Todos Somos Khaled Said”, que, rapidamente, teve a adesão de muitas pessoas, convocando-se um protesto para o dia 25 de janeiro, Dia Nacional da Polícia, em desfavor da brutalidade policial (EGYPTIAN..., 2011, s/p).

Nessa data e nos dias seguintes, centenas de milhares de manifestantes ocuparam à *Midan al-Tahir*, ou Praça Tahrir, ou Praça da Libertação, em Cairo, entremeio a severos ataques policiais, tornando aquele lugar um espaço para diálogo, debate, oração e reivindicações (GOHN, 2014, p.100). Enquanto o exército egípcio demonstrava força por meio de tanques circulando a região e aviões fazendo voos rasantes, a população ignorava o toque de recolher e resistia à dominação, inclusive convocando uma greve geral por tempo indeterminado (CASTELLS, 2017, p. 58-60).

Os protestos ocorreram em várias cidades do Egito, mas foi a ocupação da Praça Tahrir que foi amplamente divulgada. No dia 28 de janeiro, no que ficou conhecido como Sexta-Feira da Ira, houve um violento esforço por parte dos órgãos de segurança pública para retomar as ocupações e dissuadir os protestos, de modo

que o governo egípcio derrubou a internet e alguns serviços de telefone e mensagens do país, numa aparente grande desconexão (TIMELINE..., 2011, s/p)<sup>81</sup>.

Em 11 de fevereiro, após dias de manifestações incansáveis e repressão violenta e sangrenta, Hosni Mubarak deixou a capital e renunciou ao poder, entregando a autoridade do país ao Conselho Supremo das Forças Armadas, que prometeu uma transição pacífica para um poder civil eleito pelo voto popular (HOSNI..., 2011, s/p). Embora os manifestantes e a comunidade internacional tenham comemorado essa vitória, a passagem para uma real democracia também foi difícil e sangrenta, já que, em 2012, assumiu o candidato da Irmandade Muçulmana, Mohamed Morsi, que causou certo descontentamento naqueles que ocuparam a Praça anteriormente (MOHAMED..., 2012, s/p).

Após novas manifestações em 2013, Morsi foi preso preventivamente e seu governo dissolvido pelas Forças Armadas egípcias, que anunciaram a antecipação das eleições diretas (PRESIDENT..., 2013, s/p). Já em junho de 2014, Abdel Fattah Saeed Hussein Khalil el-Sisi, general do Exército, foi eleito com uma expressiva porcentagem de votos, direcionando uma reforma constitucional com mais poderes aos militares, referendada pelo povo (SISI..., 2014, s/p).<sup>82</sup>

**Figura 3 Manifestações em Cairo, Egito**



Fonte: [https://cbsnews2.cbsstatic.com/hub/i/r/2013/06/30/838f4f65-1c50-11e3-9918-005056850598/resize/620x/8cf1a8bb71b9a0bbd900a2293eb91ccf/egypt\\_AP571762123427.jpg](https://cbsnews2.cbsstatic.com/hub/i/r/2013/06/30/838f4f65-1c50-11e3-9918-005056850598/resize/620x/8cf1a8bb71b9a0bbd900a2293eb91ccf/egypt_AP571762123427.jpg)

<sup>81</sup> Ocorre que, em sentido revés, a comunidade internacional se mobilizou para contornar os bloqueios impostos, mediante, dentre outras ações, o oferecimento de frequências para que a Al Jazeera continuasse noticiando os fatos, a utilização de modems dial-up e transmissão por frequência de rádio, a criação de pools de modems que aceitavam ligações internacionais gratuitas, a disponibilização de proxies como endereços alternativos para os internautas acessarem as redes sociais, cujas instruções de uso tornaram-se virais; ainda, houve a idealização do programa “speak to tweet”, fale para tuitar, em tradução livre, que convertia uma mensagem de voz deixada numa secretária eletrônica numa mensagem de texto no Twitter (CASTELLS, 2017, p. 64-69)

<sup>82</sup> Nos meses e anos seguintes, o país virou palco para expansão do Estado Islâmico e enfrenta uma crise econômica e social até os dias atuais.

A Tunísia e o Egito serviram, então, como inspiração para protestos em vários países da África, conforme citado anteriormente para definir a Primavera Árabe, de modo que governos de algumas nações, tendo em vista a força das manifestações ocorridas, inclusive para derrubar regimes, fizeram concessões para aplacar a onda revolucionária ou fizeram mudanças governamentais, como, por exemplo, Jordânia, Omã, Sudão, Bahrain, Kuwait, Marrocos, Líbano. Outros países experimentaram protestos menores, mas, que, igualmente, guardavam relação com as grandes manifestações, como Djibuti, Somália, Mauritânia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Palestina (CASTELLS, 2017, p. 84). Por diferente lado, outros países, que também tiveram protestos nesse sentido, mergulharam em profunda crise e, até mesmo, guerras civis, como o caso da Síria, do Iraque e da Líbia (CASTELLS, 2017, p. 84-98).

Na Espanha, as mobilizações, também chamadas de *Movimiento 15-M*, ou *Spanish Revolution*, ou, ainda, *Indignados*, iniciaram pouco antes das eleições municipais de 2011, reivindicando mudanças na política e na sociedade, o fim da corrupção e a garantia de direitos básicos e fundamentais dos cidadãos pelos governantes (CASTELLS, 2017, p. 99). Os protestos foram espontaneamente convocados para o dia 15 de maio em diversas cidades espanholas pelas plataformas digitais em torno da expressão “¡Democracia Real Ya!”, havendo a adesão e concordância de diferentes grupos, associações e outros movimentos sociais (GARIJO, 2011, s/p).

No dia marcado, milhares de pessoas, em Madrid, Barcelona, Granada, León, Santander, Valencia e em tantas outras cidades, ocuparam os espaços públicos das cidades para manifestar contra as medidas antissociais tomadas pelos banqueiros e governantes para conter a crise de 2010 que assolara a Europa, sendo os protestos amplamente relatados pelas redes sociais, especialmente Twitter e Facebook, e pela imprensa espanhola (LA MANIFESTACIÓN..., 2011, s/p). Na noite do dia 15 de maio, alguns manifestantes tentaram acampar na Praça Puerto del Sol, porém os grupos foram violentamente dissolvidos pela polícia durante a madrugada, cuja notícia gerou uma onda de indignação nas redes sociais (LA MANIFESTACIÓN..., 2011, s/p).

Por causa disso, centenas de milhares de manifestantes foram às praças para protestos e debates nos dias seguintes, destacando-se a concentração ocorrida na Plaza del Sol, em Madrid, amplamente divulgada e noticiada. Os indignados

acampavam nos espaços públicos, reuniam-se em assembleias, tomavam decisões sobre a própria organização e táticas dos protestos, debatiam questões sociais, econômicas e políticas, de modo que a não violência era um mandamento dos grupos, propondo-se conversas respeitadas e uma nova dinâmica gestual e de palavras (CASTELLS, 2017, p. 114-117). Ademais, transmitiam-se essas conversas e esses manifestos, ao vivo, principalmente às redes sociais, para que cada vez mais pessoas, inclusive de outros países, pudessem acompanhar a indignação (CASTELLS, 2017, p. 114-117).

Havia, ainda, uma polêmica sobre a permissividade dos protestos e acampamentos em razão da proximidade das eleições municipais. O Tribunal Constitucional Espanhol considerou, em 2010, que manifestações eram legítimas e legais, desde que não interferiram ou que a interferência seja remota no eleitorado. Por outro lado, a Junta Eleitoral Central, invocando a legislação eleitoral, comunicou, por meio de uma consulta, que as reuniões levadas a cabo eram proibidas e afetavam a lisura das eleições (GAREA, 2011, s/p). Por entenderem que não importava qual o partido ocupasse o poder porquanto as causas eram apartidárias, os manifestantes ignoraram a ordem de saída e continuaram acampando por mais uma semana, sob intensa vigilância da polícia local (GONZÁLEZ, 2011, s/p).

**Figura 4 Manifestações em Madri, Espanha**



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Madrid\\_October15.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Madrid_October15.jpg)

Ao final do movimento, a Acampada da Porta do Sol emitiu um documento que abrangia as principais pautas discutidas e aprovadas em assembleia pelos indignados desde os primeiros dias de reunião, com mais de 14.700 (catorze mil e setecentas) propostas de mudança (BLAS, 2012, s/p). Dentre as reivindicações, cita-se diminuição de privilégios políticos, medidas contra o desemprego, serviços públicos de qualidade,

controle de bancos, reforma fiscal, melhorias nas liberdades individuais, independência judicial e redução de despesas militares (BLAS, 2012, s/p).

A crise de crédito por que passou a União Europeia desde o ano de 2008 também foi bastante sentida na Grécia, afundada em dívidas por causa de empréstimos pesados, gastos públicos altos, evasão de impostos e aumento dos salários do funcionalismo público (ENTRE..., 2011, s/p). Nesse cenário, o país grego, para evitar a moratória das dívidas, recorreu à União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional por um resgate financeiro, que, por sua vez, implicava na adoção de pacotes de medidas de austeridade, como, por exemplo, aumento de impostos, aumento da idade para aposentadoria, redução de remunerações públicas, redução de benefícios previdenciários, cortes orçamentários e privatizações, dentre outras (ENTRE..., 2011, s/p). Com essas notícias, em maio 2010, foram convocadas greves gerais e manifestações em várias cidades gregas para protestar contra os planos de corte de gastos.

Um ano depois, em maio de 2011, a população grega saiu novamente às ruas para lutar contra os novos ajustes do governo para recuperar a economia, assim como outras causas como desemprego, inflação, corrupção, partidocracia, sendo o movimento instigado via redes sociais e notadamente conhecido como “Maio do Facebook” (VIOLÊNCIA..., 2011, s/p). Ocorreu que, novamente, vários incidentes com a polícia foram identificados, pela utilização excessiva de gás lacrimogênio e, possivelmente, conforme investigações da época, com uso de outras substâncias químicas (VIOLÊNCIA..., 2011, s/p).

**Figura 5 Manifestações em Atenas, Grécia**



Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Anti-austerity\\_movement\\_in\\_Greece#/media/File:2011\\_Greece\\_Uprising.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Anti-austerity_movement_in_Greece#/media/File:2011_Greece_Uprising.jpg)

Um pouco mais tarde, a Turquia experimentou essa nova configuração de movimentos sociais, quando, em 2013, diante da possibilidade de demolição do Parque Taksim Gezi, na importante cidade de Istambul, para reconstruir um histórico Quartel Militar Taksim e abrigar um centro comercial, alguns ambientalistas ocuparam o lugar público (URAS, 2013, s/p). Aconteceu que um grupo de manifestantes foi atacado pela polícia, convertendo-se o protesto em distúrbio generalizado, cuja notícia percorreu o país e indignou um grande número de pessoas, que, inspiradas nos movimentos de outros países, saíram as ruas (CASTELLS, 2017, p. 173-176).

Dias depois, milhões de pessoas ocuparam as praças da Turquia para protestar, para além da demolição do Parque Gezi, também contra o governo e contra o próprio presidente do país, Recep Tayyip Erdoğan, reivindicando por melhorias nas políticas sociais em geral, por garantia de direitos individuais e coletivos, por menos influência religiosa ortodoxa nas questões pessoais, pela ocupação multicultural de espaços públicos, pelo encerramento do apoio à Guerra Civil Síria, dentre outras questões (URAS, 2013, s/p). O governo respondeu com duras medidas repressivas para continuar impondo o domínio religioso sobre a população, embora tenha cedido na demanda relativa ao parque. Entretanto, com a nova vitória nas urnas do Partido da Justiça e Desenvolvimento, Erdoğan deu início a uma política neoliberal, abrindo-se à globalização econômica e social (CASTELLS, 2017, p. 173-176).

**Figura 6 Manifestações em Istambul, Turquia**



Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Gezi\\_Park\\_protests#/media/File:2013\\_Taksim\\_Gezi\\_Park\\_protests\\_\(15th\\_June\).jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Gezi_Park_protests#/media/File:2013_Taksim_Gezi_Park_protests_(15th_June).jpg)

O eco das revoltas ocorridas na Primavera Árabe e das indignações manifestadas na Europa, especialmente na Espanha, chegou também do outro lado

do globo, nos Estados Unidos, mergulhado numa grande crise imobiliária e numa grande crise do setor financeiro, com cortes de empréstimos, cortes de empregos, redução de salários, fechamento de empresas, embora a elite mais rica continuasse, em verdade, lucrando, ainda mais. Daí, então, diferentes grupos indignados começaram a convocar a população nas redes sociais para participar de assembleias, organizar protestos e dias de fúrias em torno da *hashtag* “#occupywallstreet”, distrito financeiro de Nova York (CASTELLS, 2017, p. 129-167).<sup>83</sup>

No dia 17 de setembro de 2011, centenas de pessoas ocuparam o Zuccotti Park, em Nova York, bem como outros pontos da cidade, em protesto contra a desigualdade social e econômica, contra a corrupção, contra a ganância, contra a influência do mercado sobre o governo, sob o lema “we are the 99%” (“nós somos os 99%, em tradução livre), fazendo referência à concentração de riqueza em apenas 1% (um por cento) da população (CASTELLS, 2017, p. 134; STELTER, 2011, s/p; WE ARE THE 99 PERCENT, 201-, s/p). As ocupações e, particularmente, os acampamentos se seguiram nos meses finais de 2011, ainda mais devido à repressão policial em alguns pontos de manifestação, inflamando cada vez mais a ira e a solidariedade das pessoas.

Com a difusão de imagens, vídeos e relatos pela internet, a ocupação, antes localizada no distrito financeiro de Nova York, começou a surgir espontaneamente em tantas outras cidades dos Estados Unidos e inspirou outros grupos em diferentes países (CASTELLS, 2017, p. 134-137). Logo em outubro, havia relatos de ocupação nas principais cidades americanas, como Boston, Chicago, Washington, São Francisco, Los Angeles, Las Vegas, Houston, Austin, Seattle, Jersey City, Filadélfia, Nova Orleans, Atlanta, Salt Lake City, acontecendo, pelo menos, uma movimentação em cada estado (CASTELLS, 2017, p. 134-137).

Nas ocupações, o movimento experimentou novas formas de deliberação, não somente repetindo a instrumentalidade da democracia formal sobre a qual os manifestantes estavam indignados, mas também buscando produzir novos modelos de debates e tomada de decisões de modo autêntico, num padrão organizacional comum aos protestantes, seja utilizando os acampamentos ou as comunidades

---

<sup>83</sup> Em 13 de julho de 2011, a *Adbuster*, revista famosa mundialmente, convocou: “#occupywallstreet. Você está pronto para um momento Tahrir? No dia 17 de setembro, invada a Lower Manhattan, monte barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupe Wall Street” (SLEDGE, 2011, s/p).

virtuais para discussões. Desse modo, uma orientação estratégica horizontalizada e solidarizada era compartilhada entre as ocupações, não havendo líderes no movimento, seja em âmbito local, municipal, regional ou global.

Contudo, em virtude do caráter generalizado do movimento, não era possível definir um objetivo unificador do protesto ou pautas únicas e comuns, porquanto cada ocupação possuía suas próprias especificidades locais e queixas regionais. Dessa forma, as ocupações exigiam tudo e, ao mesmo tempo, nada (CASTELLS, 2017, p. 156). Efetivamente, o movimento não apoiou grandes políticas específicas, mas contribuiu com diferentes campanhas ao longo dos meses, fazendo uma série de protestos, debatendo casos específicos, indignando-se contra bancos, pressionando alguns grupos econômicos, conversando sobre desigualdades e luta de classes, opondo-se à violência policial de forma pacífica e, mais ainda, tentando despertar uma crítica político-social na população americana (CASTELLS, 2017, p. 161-166).

**Figura 7 Manifestações Occupy Wall Street, em Nova York, Estados Unidos**



Fonte: <https://blogs.wsj.com/law/2014/09/26/partner-at-wall-street-firm-sues-city-over-occupy-arrest/>

Por outro lado, no México, os movimentos sociais da era da internet eclodiram em 2012, a partir da viralização da *hashtag* “#YoSoy132” nas redes sociais (CASTELLS, 2017, p. 184-187). Às vésperas das eleições presidenciais, o candidato Enrique Peña Nieto, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que ocupa o poder há décadas, participava de um debate na Universidade Ibero-Americana, quando alguns estudantes o responsabilizaram pela violência policial contra a população de Atenco, um estado mexicano, momento em que o candidato, rechaçado pelos alunos,

deixou o debate, escondeu-se num banheiro e foi escoltado por um forte esquema de segurança (VOLPI, 2012, s/p)

Esse episódio foi filmado por alunos e distribuído na internet, de modo que as redes de televisão e a liderança do partido minimizaram os protestos e disseram que as pessoas envolvidas não eram verdadeiramente universitárias, mas, sim, parte de um complô político (VOLPI, 2012, s/p). Contra essas acusações, 131 (cento e trinta e um) estudantes fizeram um vídeo onde se qualificaram como universitários e independentes políticos, convocando a população para ser a 132ª (centésima trigésima segunda) pessoa indignada, quando viralizou a *hashtag* (GÓMEZ-ROBLEDO, 2015, s/p).

Em maio de 2012, milhares de pessoas foram convocadas pelas redes sociais para ocuparem a praça Zocalo na Cidade do México (CASTELLS, 2017, p. 184-187). Ao longo do mês, foram realizadas assembleias nas instituições de ensino para discussão de novas políticas democráticas e medidas sociais, dentre elas a qualidade da educação, a liberdade de expressão, o fim da manipulação das redes nacionais de televisão e a participação da juventude no processo político, tanto que o próprio movimento resolveu organizar debates entre os presidenciaíveis (CASTELLS, 2017, p. 184-187).

**Figura 8 Manifestações na Cidade do México, México**



Fonte: <https://abrilveja.files.wordpress.com/2016/06/protesto-mexico10062012-original.jpeg>

O movimento acabou influenciando o sistema político, especialmente o fortalecimento de alternativas políticas, como, por exemplo, o Partido Revolucionário Democrático (PRD), bem como pela vigilância das eleições (EL MOVIMIENTO...,

2012, s/p). Recentemente, em meados de 2018, Andrés Manuel López Obrador foi eleito presidente do México com mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos válidos, e seu partido, Movimiento Regeneración Nacional (MORENA), ficou com a maioria das cadeiras legislativas e venceu em várias cidades importantes, inclusive a capital, Cidade do México, abrindo-se as portas para um governo de esquerda e rechaçando o legado de Enrique Peña Nieto, do Partido Revolucionário Institucional (LAFUENTE, 2018, s/p).

O Chile também pode ser objeto de estudo destes movimentos sociais na era da internet, especialmente em razão da grande mobilização de estudantes chilenos, que, de tempos em tempos, desde 2011 até o ápice em 2014, ocuparam as ruas da capital, Santiago, e de outras cidades do país (CASTELLS, 2017, p. 183-184). Os universitários foram originalmente mobilizados para protestarem em favor de uma redução do preço das instituições de ensino superior públicas, de uma política de ajuda financeira e de um controle governamental de qualidade do ensino privado (CASTELLS, 2017, p. 183-184).

Com a difusão das reivindicações pela internet e com a adesão das pessoas às convocações pelas redes sociais, as manifestações acabaram incorporando pautas sobre melhorias nos serviços públicos de educação, saúde e moradia, sobre proteção de direito das mulheres, dos indígenas e de outros grupos ditos minoritários, sobre mais participação política, sobre controle da corrupção, sobre melhorias nas políticas de aposentadoria, defesa do meio ambiente e justiça social (CASTELLS, 2017, p. 183-184).

**Figura 9 Manifestações em Santiago, Chile**



Fonte 1 <https://images.sul21.com.br/file/sul21site/2011/09/chile2.jpg>

A partir da realização de assembleias gerais democráticas levadas a cabo nos espaços ocupados pelos estudantes, principalmente nos prédios e praças das universidades públicas, centenas de milhares de pessoas foram às ruas contra o governo conservador de Sebastián Piñera e exigindo direitos e mudanças políticas (CASTELLS, 2017, p. 183-184). Nas eleições de 2014, Michelle Bachelet, socialista, foi eleita presidenta do Chile por grande maioria da população, fazendo um discurso eleitoral calcados nas exigências desse movimento estudantil (PEREGIL, 2014, s/p); outros estudantes também ocuparam as cadeiras do Congresso Nacional, como, por exemplo, Camila Vallejo, uma das líderes do movimento (MONTES, 2014, s/p).

Diante desse panorama, percebe-se que, a partir da segunda década do século XXI, surgiu uma nova forma de mobilização social, que sacudiu os governos ao redor do globo. Com o apoio das tecnologias de informação e comunicação e, especialmente, das redes sociais virtuais, milhões de pessoas foram às ruas e ocuparam praças e lugares públicos, com o objetivo de protestar contra causas específicas, relativas a alguma demanda de determinado país ou região, mas também contra questões gerais, que envolviam direitos individuais, coletivos e transindividuais, numa multipluralidade de protestos que, por si só, acabava por configurar um grande manifesto em favor do povo, particularmente em desfavor de governos autoritários ou democracias dominadas pelo capital. O Brasil, por sua vez, também sentiu a força dos movimentos sociais do século XXI.

## 2.2 O GIGANTE ACORDOU DO BERÇO ESPLÊNDIDO: OS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI NO BRASIL

O Brasil já experimentou outras grandes mobilizações sociais ao longo dos tempos. A Greve Geral de 1917 paralisou completamente os setores comerciais e industriais brasileiros, reunindo cerca de 50 (cinquenta) mil trabalhadores contra as condições de trabalho e aumento de preços (FGV, 2018, s/p). Depois, em 1984, durante a campanha Diretas Já, mais de um milhão de pessoas saiu às ruas do Rio de Janeiro e quase dois milhões de pessoas protestaram em São Paulo, contra o colégio eleitoral de votação indireta de presidentes e pelo fim do governo militar (ROEDEL, 2014, s/p). Em 1992, milhares de pessoas em várias cidades brasileiras,

conhecidas como Caras Pintadas, pediram o impeachment ou renúncia do presidente Fernando Collor de Mello, envolvido em escândalos de corrupção (MORAES, 2016, s/p).

No entanto, essas grandes manifestações, além de possuírem objetivos bem definidos, como a garantia dos direitos dos trabalhadores, ou eleições democráticas ou afastamento de um presidente da República, foram convocadas pelos meios de comunicação, rádio e televisão, bem como por movimentos sociais organizados, partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e associações civis populares, sendo essencialmente mobilizações verticais. Por outro lado, no início do século XXI, o Brasil também foi palco de movimentos sociais horizontais, isto é, convocados pelos próprios manifestantes pelas tecnologias de informação e comunicação e da internet, revolucionando os atos cívicos no país a partir das Jornadas de Junho de 2013.

Para entender os acontecimentos no Brasil que fizeram eclodir a indignação de milhões de cidadãos, é preciso revisitar alguns fatos e algumas questões que antecederam os protestos de 2013. O país estava novamente mergulhado em escândalos de corrupção que atingiam a casta política, havia uma sensação de impunidade em relação aos crimes cometidos pelos mais privilegiados, visualizava-se que políticos com passado marcado por denúncias de todos os tipos continuavam na vida pública, tramitava no Congresso Nacional a PEC 37, proposta de emenda constitucional que limitava o poder de investigação do Ministério Público, também tramitava na casa legislativa projeto de lei para suposta cura da homossexualidade, havia índices – e uma sensação propriamente dita - de desigualdade social, desmerecimento de profissões, inflação, recessão, crise do poder aquisitivo, criminalização da pobreza, da juventude negra e dos movimentos sociais, bem como uma má qualidade de serviços públicos, como educação, saúde, segurança, transportes; enquanto que, por outro lado, planejava-se e gastava-se monstruosas cifras de dinheiro público em megaeventos, como a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo FIFA, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, e as megaestruturas, muitas vezes superfaturadas, daí decorrentes.

A fagulha, porém, veio do aumento das tarifas do transporte público realizado em várias cidades brasileiras, que gerou uma onda de protestos pelos país. Em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, as manifestações iniciaram em janeiro de 2013, diante da notícia que as empresas de ônibus pretendiam um reajuste da tarifa em mais de 15%

(quinze por cento) e, em março, quando a Prefeitura Municipal concedeu o aumento em 7% (sete por cento), as medidas engrossaram, até que uma liminar judicial revogou o decreto (PROTESTO..., 2013c, s/p). Em março, estudantes protestam contra o aumento da tarifa em Manaus, Amazonas (SEVERIANO, 2013, s/p).

Em Natal, Rio Grande do Norte, em maio de 2013, os manifestantes articularam a “Revolta do Busão”, contra o aumento de R\$0,20 (vinte centavos) na passagem do transporte, sendo noticiado vários confrontos com a polícia militar (GIBSON, 2013, s/p). Em Goiânia, Goiás, os protestos também começaram em maio de 2013, organizados por um grupo autodenominado “Frente Contra o Aumento”, também havendo notícias de repressão policial (PROTESTO..., 2013b, s/p). Em 17 de maio, governo e prefeitura de São Paulo confirma o aumento das tarifas do transporte coletivo urbano, tanto de ônibus, metrô e trens, em R\$0,20 (vinte centavos) para o dia 02 de junho (PROVAVELMENTE..., 2013, s/p).

Assim, pequenos protestos são convocados, inicialmente pelo Movimento Passe Livre, que defende a redução das passagens de transporte, mas também por outros coletivos organizados, sendo a polícia militar chamada para conter as manifestações. Desde já, cartazes indicavam o tom de indignação, como, por exemplo, “nós vamos repetir Porto Alegre”, “R\$3,20 é roubo” e “se a tarifa não aumentar, São Paulo vai parar” (PORTO ALEGRE..., 2013, s/p).

Em 06 de junho, aconteceu o 1º ato de protesto, em São Paulo, reunindo cerca de 5 (cinco) mil pessoas, as quais realizaram uma passeata em ruas importantes da cidade até a concentração final na Avenida Paulista (MORENO, 2013, s/p)<sup>84</sup>. Com indícios de depredações, pichações e incêndios, a polícia militar enfrentou o grupo com violência, utilizando gás lacrimogênio e balas de borracha. No Rio de Janeiro, a cena se repetiu, com a ocupação da Avenida Presidente Vargas, no Centro, quando, por volta das 20h, o Batalhão de Choque da Polícia Militar confrontou o grupo (PROTESTO... 2013a, s/p)<sup>85</sup>.

No dia 07 de junho, ocorreu o 2º ato de protesto, em São Paulo, com aproximadamente 2 (dois) mil manifestantes, que saíram do Largo do Batata,

---

<sup>84</sup> Nesse mesmo dia, uma Comissão Especial do Congresso Nacional aprova um texto que regulamenta as eleições em caso de vacância da Presidência, o que ajuda a inflamar os ânimos (NÉRI, 2013a, s/p).

<sup>85</sup> No Rio de Janeiro, quatro pessoas foram presas durante as manifestações (PROTESTO..., 2013c, s/p).

passaram pelo Bairro Pinheiros, zona nobre da cidade, e ocuparam o vão livre do Museu de Arte de São Paulo – MASP, dentre outras ruas (MORA, 2013, s/p)<sup>86</sup>. Novamente, houve grave repressão pela polícia militar e as autoridades paulistas e paulistanas defenderam a ação policial e repreenderam os protestos, argumentando que, como condição de diálogo, os manifestantes deveriam mudar de estratégia e abdicar da violência (EM ENTREVISTA..., 2013, s/p)<sup>87</sup>.

Já no dia 11 de junho, houve o 3º ato de protesto, em São Paulo, convocado para ocupar novamente a Avenida Paulista, a partir das 17h<sup>88</sup>. Nesse dia, também, antecederam duas manifestações, uma, às 14h, dos trabalhadores da área da saúde; e outra, às 15h, dos policiais civis do Estado, em favor de melhorias nas carreiras. Cerca de 5 (cinco) mil manifestantes foram em direção à Avenida Paulista, sendo recebidos com extrema violência, uma vez que, de acordo com a polícia militar, existia um acordo para não bloquear a referida rua e não haver vandalismos<sup>89</sup>, o que teria sido descumprido pelos protestantes (MORA; VIANA, 2013, s/p)<sup>90</sup>.

O dia 13 de junho foi o 4º ato de protestos em São Paulo e marcou uma virada na opinião pública, que passou a questionar a imagem de vandalismo ditada pela mídia nacional e começou a defender os manifestantes contra a violenta repressão policial<sup>91</sup>. Cerca de 20 (vinte) mil pessoas, segundo o MPL, ou 5 (cinco) mil manifestantes, conforme a polícia militar, iniciaram os protestos no Centro de São Paulo e se encaminharam em direção à Avenida Paulista, desde às 17h, utilizando máscaras e nariz de palhaço (4º PROTESTO..., 2013, s/p). Em determinados pontos, houve confrontos com a polícia, mas, dessa vez, muito mais violentos, ocasionando

---

<sup>86</sup> Nesse dia, quinze pessoas foram presas em São Paulo (HERDY, 2013, s/p).

<sup>87</sup> A Agência Brasileira de Inteligência, por meio do monitoramento das redes sociais brasileiras e pela infiltração de agentes em grupos de organização, eleva risco, do ponto de vista de segurança, para grandes eventos, devido ao potencial desencadeamento dos protestos iniciados. (GOULART; WERNECK, 2013, s/p)

<sup>88</sup> O jornal O Globo refere que São Paulo virou uma “praça de guerra” (HERDY, 2013, s/p)

<sup>89</sup> O jornal O Globo, sobre as manifestações no Rio de Janeiro, destaca que “após protestos contra o aumento das passagens, cidade exhibe marcas do vandalismo” (COSTA; GOULART, 2013, s/p).

<sup>90</sup> No dia 12 de junho, em determinado momento no Jornal da Globo, Arnaldo Jabor refere que a “população só viu um ódio tão grande à cidade quando a organização criminosa queimou dezenas de ônibus” e que “os revoltosos de classe média [...] não valem nem 20 centavos” (JABOR, 2013b, s/p). Ainda, dez dos manifestantes presos nos protestos do dia 11 de junho continuaram presos, sem o arbitramento de fiança por parte do delegado de polícia, porquanto acusados dos crimes de dano ao patrimônio e formação de quadrilha (DEZ..., 2013, s/p).

<sup>91</sup> Ainda assim, a Folha de São Paulo, em editorial intitulado “Retomar a Paulista”, afirmou que os manifestantes são “jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária [...], sendo “hora de por um ponto final nisso e vetas as [manifestações] potencialmente mais perturbadoras e indicar locais alternativos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, s/p).

na utilização de balas de borracha, bombas de gás lacrimogênio e gás de pimenta e detenções, sendo mais de 200 (duzentas) pessoas presas para averiguação<sup>92</sup>, dentre elas alguns jornalistas<sup>93</sup> e cinegrafistas (4º PROTESTO..., 2013, s/p).

Em 17 de junho, sucedeu o 5º ato de protesto, o maior até então, reunindo mais de 250 (duzentas e cinquenta) mil pessoas em várias cidades brasileiras, em, pelo menos, 12 (doze) capitais<sup>94</sup>. Em São Paulo<sup>95</sup>, os manifestantes somavam aproximadamente 65 (sessenta e cinco) mil pessoas, começando a reunião do Largo do Batata, sendo que um grupo de protestantes tentou invadir o Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado, mas logo foi dissuadido pela intervenção policial (PROTESTOS..., 2013a, s/p).<sup>96</sup>

No Rio de Janeiro, 100 (cem) mil pessoas saíram às ruas, percorrendo o centro da cidade. Embora pacífico no início, houve confrontos com a polícia, tentativas de pichação, vandalismo, depredação de agências bancárias e outros prédios, inclusive da Assembleia Legislativa Estadual, de modo que os policiais revidaram com bombas de efeito moral e tiros de fuzil para cima (VÍDEO..., 2013, s/p). Em Brasília, capital federal, os manifestantes furaram o bloqueio e ocuparam a marquise do edifício do Congresso Nacional, entoando gritos de ordem, em registros que ficaram internacionalmente conhecidos (COSTA; PASSARINHO, 2013d, s/p).<sup>97</sup>

---

<sup>92</sup> Vale citar que a prisão para averiguação foi excluída dos procedimentos penais com a Constituição Federal de 1988, não podendo a autoridade policial manter alguém em custódia, salvo nos casos de flagrante delito, ordem judicial ou, ainda, em máximos casos, quando as autoridades locais tiverem fundadas razões para duvidar da legitimidade da pessoa do executor ou da legalidade do mandado que for apresentado, conforme art. 290, do Código de Processo Penal.

<sup>93</sup> Uma repórter da Folha de São Paulo, Giuliana Vallone, teve o olho atingido por uma bala de borracha, cuja foto circulou nas redes sociais e estampou as notícias da mídia nacional e internacional no dia seguinte.

<sup>94</sup> Por sua vez, Arnaldo Jabor se retrata, ressaltando a força da juventude e referindo que “outro dia eu errei, sim. Errei na avaliação do primeiro dia das manifestações contra o aumento das passagens em São Paulo. Falei na TV sobre o que me pareceu um bando de irresponsáveis fazendo provocações por causa de 20 centavos. Era muito mais que isso” (JABOR, 2013a, s/p).

<sup>95</sup> Alguns policiais militares se sentaram com ativistas durante os protestos em São Paulo e foram aplaudidos pelos manifestantes (TRUFFI, 2013, s/p).

<sup>96</sup> Neste dia, o apresentador de televisão José Luiz Datena, durante seu programa policial da tarde, faz uma enquete ao vivo sobre a opinião do público acerca das manifestações e não aceita o resultado favorável aos atos, referindo que a audiência não tinha entendido bem a pergunta e, quando notado que a porcentagem não iria virar, mudou radicalmente de opinião sobre as manifestações, comentando que “entre bandido e polícia, prefiro a polícia; entre o povo e a polícia, prefiro o povo”, cujo vídeo foi viralizado nas redes sociais (FOLHA, 2013, s/p).

<sup>97</sup> A presidente Dilma Rousseff, embora vaiada na abertura da Copa das Confederações dois dias antes, se posicionou, por meio de assessoria, referindo que “as manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia” e que “é próprio dos jovens se manifestarem” (DAMÉ, 2013, s/p).

As manifestações do dia 17 de junho, para além da violência policial, destacam-se por três motivos principais. Primeiro, porque marcam a adesão da população às manifestações, tanto que, a partir dessa data, o número de protestantes e de cidades participantes aumenta exponencialmente. Por outro lado, os protestos deixaram de abordar tão somente a questão do reajuste de tarifas e passaram a tratar de diferentes causas, como violência urbana, impunidade e corrupção, precariedade de serviços públicos, gastos exorbitantes supostamente desnecessários, projetos de leis que retiram direitos, dentre outras questões<sup>98</sup>. Devido a isso, mudou-se o tom e o conteúdo das falas em relação às manifestações, tornando-as algo legítimo e próprio de uma democracia, que não merece tamanha repressão ou rótulo de puro vandalismo (CASTELLS, 2017; GOHN, 2014; GOHN, 2014b)<sup>99</sup>.

**Figura 10 Protestos em Brasília - DF**



Fonte:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornadas\\_de\\_Junho#/media/File:Protesto\\_no\\_Congresso\\_Nacional\\_do\\_Brasil,\\_17\\_d\\_e\\_junho\\_de\\_2013.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornadas_de_Junho#/media/File:Protesto_no_Congresso_Nacional_do_Brasil,_17_d_e_junho_de_2013.jpg)

O 6º ato de protesto, no dia 18 de junho, somou mais de 100 (cem) mil pessoas nas ruas de, pelo menos, 40 (quarenta) cidades pelo país, sendo formados comitês de solidariedade no exterior, como Londres, Barcelona, Copenhague, Sydney, Berlim, Nova York, dentre outros lugares (GOHN, 2014). Nesse dia, o Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, pronunciou que aceitava “se subordinar à vontade das pessoas”

---

<sup>98</sup> Daí em diante eclodiu um novo emblema nas manifestações brasileiras: “não são só R\$0,20”, denotando que se tratava de um protesto amplo por cidadania.

<sup>99</sup> Gohn (2014) refere, inclusive, que a estratégia da polícia, que antes primava pela repressão dos protestos tão logo se iniciassem, mudou para uma postura de vigilância das manifestações e de somente intervenção quando os atos se tornassem violentos ou depredassem o patrimônio privado e público, sendo que, em determinados casos, os agentes policiais moldavam os protestos e indicavam as rotas permitidas, o que foi alvo de extremas críticas, porquanto, dessa forma, deixava de ser um protesto autônomo e passava pelo controle estatal.

(SANTIAGO, 2013, s/p), e a Presidenta Dilma Rousseff informou que o governo federal estava “ouvindo essas vozes pela mudança” e comprometido com a transformação social (MENDES, 2013b, s/p). Ainda nessa data, Cuiabá, em Mato Grosso, João Pessoa, na Paraíba, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e Recife, em Pernambuco, anunciaram a redução da tarifa de transporte (CAPITAIS..., 2013, s/p).

**Figura 11 Protestos em São Paulo, em 18 de junho**



Fonte: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/22/com-pauta-unica-ao-menos-4000-protestam-contra-cura-gay-e-fecham-av-paulista.htm>

No dia 19 de junho, quando do 7º ato de protesto, mais de 140 (cento e quarenta) mil pessoas ocuparam as ruas pelo Brasil para pressão ainda maior das autoridades públicas, que, por suas vezes, tentaram manter os reajustes mediante a apresentação dos cálculos que se fizeram necessários, sendo categoricamente rejeitados, porquanto se exigia uma decisão política e não técnica. Com essa tensão solidificada, as prefeituras de São Paulo, Rio de Janeiro, Aracaju e Belo Horizonte cederam e anunciaram a redução da tarifa dos transportes coletivos (PREFEITO..., 2013a, s/p; NAVARRO, 2013, s/p; SÃO PAULO..., 2013, s/p; RIO..., 2013, s/p).

E, mais um dia da fúria chegou no Brasil, no dia 20 de junho de 2013, reunindo mais de um milhão de pessoas em mais de 130 (cento e trinta) cidades brasileiras, tanto de pequeno, médio e grande porte, sendo registrados protestos em praticamente todos os estados do país (PROTESTOS..., 2013b, s/p)<sup>100</sup>. Embora as maiores cidades

---

<sup>100</sup> O coletivo Mídia Ninja, assim, definiu “Ficamos nus. O poder se ajoelhou perante as ruas. Mudou completamente sua abordagem e discurso, tomado pelos desejos que aglutinavam milhões em segundos pelas redes sociais. Centenas de prefeitos revogaram o aumento das passagens e a própria presidenta, Dilma Rousseff, numa guinada rara da esquerda estabelecida, pronunciou em rede

já tivessem anunciado a redução das tarifas dos transportes, as manifestações continuaram exigindo mais direitos e melhorias nos serviços públicos<sup>101</sup>. A Presidenta Dilma Rousseff cancelou viagem marcada para o Japão e convocou reunião com os ministros para o dia seguinte (MENDES, 2013a, s/p).

**Figura 12 Protestos no Rio de Janeiro, no dia 20 de junho**



Fonte: <http://ihateflash.net/set/muito-mais-que-20-centavos-ato-nacional-rj>

Novamente, houve conflito entre a polícia e grupos isolados, bem como entre apartidários e pessoas filiadas a partidos políticos, pois, a princípio, tratavam-se de protestos isentos de posição política. Em Ribeirão Preto, São Paulo, um motorista atropelou um grupo de jovens que estava sentado protestando numa das ruas da cidade, resultando na morte de um jovem e no ferimento de outras 12 (doze) pessoas (UM..., 2013, s/p). Em Belém, no Pará, uma gari morreu, vítima de ataque cardíaco, após a explosão de uma bomba de efeito moral lançada pela polícia militar (GARI..., 2013, s/p).

No dia 21 de junho, o MPL determinou que não convocaria mais manifestações sobre a pauta das tarifas do transporte público, porém os protestos continuaram ditando outras reivindicações e reunindo mais de cem mil pessoas em quase cem

---

nacional—algo inédito no mundo—a legitimidade dos movimentos das ruas anunciando assim uma nova Constituinte para o País.” (MÍDIA NINJA, 2014, s/p).

<sup>101</sup> A pesquisa realizada pelo IBOPE, no dia 20/06, em sete estados brasileiros, indicou as reivindicações da população: 53,7% protestaram por melhorias no transporte público; 49% protestaram contra a corrupção; 36,7% protestaram por melhorias na saúde; 30,9% protestaram contra os gastos com a Copa do Mundo FIFA e com a Copa das Confederações; 29,8% protestaram por melhorias na educação; 11,9% protestaram contra a PEC 37, que limita os poderes investigativos do Ministério Público; 11,4% protestaram por mudanças na política; e 4,1% protestaram contra a violência policial (IBOPE, 2013, s/p).

idades brasileiras (GOHN, 2014)<sup>102</sup>. Ainda, nessa data, à noite, a Presidenta Dilma Rousseff se dirigiu à nação, por meio de um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, prometendo convocar governadores, autoridades, líderes de manifestações, representantes de organizações, sindicatos, movimentos e associações, para elaboração de um pacto nacional, já que o governo estava ouvindo as ruas e disposto a dialogar com os manifestantes (VEJA..., 2013, s/p)<sup>103</sup>.

Entremeio às manifestações, o governo federal, então, adotou, no dia 24 de junho, com o apoio dos governadores dos estados e prefeitos das capitais, cinco pactos nacionais como resposta às reivindicações das ruas (COSTA, MENDES, PASSARINHO, 2013, s/p)<sup>104</sup>. O primeiro pacto foi concernente à responsabilidade fiscal e controle da inflação, a fim de estabilizar a economia do país, que ainda sofria com os efeitos de uma crise econômica mundial, que, por sua vez, deflagrou a série de manifestações no século XXI (COSTA, MENDES, PASSARINHO, 2013, s/p). O segundo pacto tratava sobre uma reforma política, com a promessa de aprofundar a participação popular por meio de um plebiscito, a fim de decidir os novos rumos de um processo constituinte brasileiro, para debater, por exemplo, forma de eleição de governantes e parlamentares, financiamento de campanhas eleitorais, coligações entre partidos, propaganda eleitoral e outros pontos (COSTA, MENDES, PASSARINHO, 2013, s/p).

O terceiro pacto abordava sobre a questão da saúde, com o compromisso de aceleração nos investimentos já contratados em hospitais, unidades de pronto-atendimento e unidades básicas de saúde, permitindo uma maior adesão de hospitais filantrópicos ao programa do Ministério da Saúde que perdoa dívidas em troca de mais atendimentos, além de redirecionar médicos para cidades mais necessitadas, importando, inclusive, profissionais de outros países, como Cuba, o que resultou no Programa Mais Médicos (COSTA, MENDES, PASSARINHO, 2013, s/p). O quarto

---

<sup>102</sup> Com o sucesso surpreendente das manifestações acontecidas no mês de junho e o grande número de pessoas envolvidas, o governo designou agentes dos serviços secretos para acompanhar por meio do Facebook, do Twitter, do Instagram e do WhatsApp as mobilizações sociais, já que, nos meses anteriores, os gabinetes de segurança ficaram concentrados com a Copa das Confederações (ARIAS, 2013, s/p).

<sup>103</sup> O respeitado semanário Die Zeit, da Alemanha, em artigo opinativo, agradece ao Brasil, porque os manifestavam prestavam um grande favor ao mundo e mostravam um amadurecimento democrático de um país, comparando as Jornadas de Junho com as manifestações que levaram à queda do muro de Berlim e referindo que o discurso da Presidenta Dilma Rousseff foi bastante noticiado no país europeu (DAMASCENO, 2013, s/p).

<sup>104</sup> A mídia internacional apontava que o Brasil vivia um despertar social (BRASIL..., 2013, s/p).

pacto versava sobre a pauta dos transportes, em que as autoridades prometeram a desoneração fiscal do setor, o investimento de bilhões de reais em obras de mobilidade urbana e a criação do Conselho nacional do Transporte Público para maiores debates e controle social da matéria (COSTA, MENDES, PASSARINHO, 2013, s/p).

O quinto pacto apontava para melhorias na educação pública, ocasião em que a presidenta pediu o apoio ao projeto de lei que tramitava no Congresso Nacional sobre a possibilidade de investimento de 100% (cem por cento) dos royalties de exploração do petróleo e 50% (cinquenta por cento) dos recursos do pré-sal a serem recebidos pelas prefeituras, pelo governo federal, pelos municípios e a parte da União no setor da educação (COSTA, MENDES, PASSARINHO, 2013, s/p). Ainda, houve menção à necessidade de existir um combate contundente à corrupção, com o endurecimento da legislação cabível, inclusive elevando a patamar de crime hediondo, com penas severas, o cometimento de corrupção (COSTA, MENDES, PASSARINHO, 2013, s/p)

Nos dias seguintes do mês de junho, mesmo com manifestações em menor quantidade, houve o atendimento de algumas demandas<sup>105</sup>. A partir de então, houve uma desaceleração dos protestos nas cidades brasileiras, embora inúmeros atos tenham dado sequência a indignação percebida no mês de junho de 2013. Percebeu-se uma alteração no cenário das manifestações, especialmente quanto à forma de ação, tornando-se, muitas vezes, ocupações de lugares públicos representativos, como casas legislativas e outros edifícios governamentais; e quanto à motivação, voltando-se estas a pautas bem específicas ou a grupos de protestantes bem determinados (GOHN, 2014, p. 33-38). A atuação policial, que, em junho e julho, teve uma recuada em razão da narrativa aparentemente democrática das manifestações,

---

<sup>105</sup> A Câmara dos Deputados arquivou a PEC 37, sobre os poderes investigativos do Ministério Público (COSTA; PASSARINHO, 2013b, s/p), bem como o projeto de lei que autorizava o tratamento de homoafetivos, conhecido como “cura gay” (COSTA; PASSARINHO, 2013a, s/p); aprovou o projeto de lei que destina 75% (setenta e cinco por cento) dos royalties da exploração do petróleo para a educação e 25% (vinte e cinco por cento) para a saúde (COSTA; PASSARINHO, 2013c, s/p); aprovou também o projeto de lei que reduzia a zero a alíquota de contribuições sociais sobre o setor de transporte, a fim de desonerar a tarifa (CÂMARA..., 2013, s/p); o Senado Federal aprovou o projeto de lei que transforma em crime hediondo o cometimento de corrupção (NÉRI, 2013b, s/p); no Rio de Janeiro, o prefeito anunciou uma auditoria no setor de transportes (PREFEITO..., 2013b, s/p); em São Paulo, o prefeito cancelou a licitação referente à contratação de empresas de ônibus, a fim de possibilitar maior participação popular (HADDAD, 2013, s/p).

recrudesciu, predominando, novamente, cenas de conflitos e atos de violência (GOHN, 2014, p. 33-38).

Em 2014, o foco dos protestos, como esperado, era a Copa do Mundo FIFA, a ser realizada nos meses de junho e julho em cidades brasileiras. No dia 25 de janeiro, um protesto convocado pelas redes sociais com o lema “não vai ter Copa” mobilizou manifestantes em 30 (trinta) cidades, dentre elas capitais. Em 24 de fevereiro, novamente, outro grande protesto convocado contra o evento esportivo. Ainda, no dia 15 de maio, eleito como o “Dia Internacional de Lutas Contra a Copa”, em clara referência à “15M”, manifestações espanholas de 2011, os protestos tiveram um pequeno alargamento, percorrendo algumas cidades brasileiras (TOKARNIA, 2014, s/p). Durante o evento, também houve protestos nas cidades-sede, sendo que, em síntese, as manifestações começavam pacíficas, com a vigilância policial, mas, à noite, transformavam-se em violência, embates, depredações, o que gerava repressão policial para dissolução da multidão (DOZE..., 2014, s/p).

Em outubro de 2014<sup>106</sup>, foram realizadas as eleições gerais no Brasil para escolha do presidente da República, dos vinte e sete governadores das unidades federativas, de um terço dos membros do Senado Federal, dos membros da Câmara dos Deputados e dos representantes dos poderes legislativos estaduais, cujo processo eleitoral foi marcado pela crise política e econômica que atravessava o país, pela indignação promovida pelas manifestações de 2013 e pela morte de um dos presidentes, Eduardo Campos, em um acidente aéreo dois meses antes do pleito (EDUARDO..., 2014, s/p). No dia 05 de outubro de 2014, foi realizado o primeiro turno da eleição, sendo que nenhum dos candidatos atingiu a maioria dos votos válidos (BRASIL, 2014a, s/p).

Convocado o segundo turno para 26 de outubro de 2014, o resultado deixou Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, então presidenta, em primeiro lugar,

---

<sup>106</sup> Não se pode olvidar que, aliado a todo esse cenário turbulento, em março de 2014, foi deflagrada a Operação Lava Jato, conjunto de operações, investigações policiais e processos penais, cujo objetivo é apurar a prática de diversos crimes, especialmente delitos financeiros, como corrupção ativa, corrupção passiva, formação de quadrilha, associação criminosa, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, obstrução de justiça, dentre outros, em desfavor de diversos réus, a maioria agentes políticos estatais e empresários de grande renome, no âmbito da Petrobrás, empresa estatal petrolífera, e de outros contratos administrativos, especialmente de empreitadas (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018, s/p). A operação, mediante os procedimentos instaurados, buscas e apreensões, conduções coercitivas, prisões cautelares, colaborações premiadas, acordos de leniência, condenações, prisões definitivas e pedidos de ressarcimento de valores, atingiu a casta política do país, gerando grandes comoveções na população brasileira.

com mais de 54 (cinquenta e quatro) milhões de votos, representando 51,64% do eleitorado, e Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira, em segundo lugar, com pouco mais de 51 (cinquenta e um) milhões de votos, representando 48,36% do eleitorado, sendo considerada uma das mais acirradas disputas eleitorais brasileiras desde a redemocratização (BRASIL, 2014b, s/p). Antes do segundo turno, a maioria dos partidos políticos sinalizou o apoio ao candidato de direita, Aécio Neves, de modo que, com a vitória da candidata de esquerda e um quarto mandato do Partido dos Trabalhadores, instalou-se, ainda mais fortemente, um clima de instabilidade e bipolaridade política, capaz de tornar as diferenças de condução de governo irreconciliáveis (QUEM..., 2014, s/p).

Tanto é assim que inúmeros partidos políticos e autoridades políticas estatais desembarcaram do governo no ano de 2015, havendo, inclusive, um rompimento institucional do então vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com a presidenta Dilma Rousseff, deixando-a, politicamente, isolada e com dificuldade de governar (BENITES; BORGES, 2016, s/p). Além dos casos de corrupção no âmbito da Petrobrás, o suposto cometimento de crimes de responsabilidade fiscal pela Presidenta, a partir da edição de decretos de créditos suplementares sem a autorização do Congresso Nacional e da realização de manobras contábeis do governo federal denominadas pedais fiscais, inflamou os ânimos de parte da população, que, novamente, saiu às ruas para protestar tanto a favor, quanto contra o impeachment de Dilma Rousseff.

Os protestos contra o governo de Dilma Rousseff ocorreram em todos os estados brasileiros, em, pelo menos, 337 (trezentos e trinta e sete) cidades, nos dias 15 de março<sup>107</sup>, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015 e outros dias em março, abril e julho de 2016 (MAPA..., 2017, s/p)<sup>108</sup>. Por outro lado, os protestos a favor do governo de Dilma Rousseff ocorreram também em todos os estados brasileiros, em 13 de março, 07 de abril, 15 de abril, 20 de agosto e 16 de dezembro

---

<sup>107</sup> No primeiro dia, 15 de março de 2015, estimou-se que 2,4 (dois vírgula quatro) milhões de pessoas saíram às ruas, segundo a polícia militar; e 3 (três) milhões segundo os organizadores, numa das maiores manifestações brasileiras (MAPA..., 2015, s/p).

<sup>108</sup> Para além do *impeachment* da presidenta, os manifestantes reivindicavam o fim da corrupção, a prisão dos responsáveis pelos escândalos da Petrobrás, a reforma política, a defesa do juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato em Curitiba, Paraná, sendo que alguns pediam uma intervenção militar.

de 2015, bem como 13 de março, 18 de março, 31 de março, 17 de abril e 29 de agosto de 2016 (MAPA..., 2017, s/p)<sup>109</sup>.

**Figura 14 Protestos favoráveis ao processo de impedimento, em Brasília - DF**



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603262-policia-usa-bombas-de-gas-para-dispersar-manifestantes-em-brasilia.shtml>

**Figura 14 Protestos contrários ao processo de impedimento, em Brasília - DF**



Fonte: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2016/03/veja-as-manifestacoes-pela-democracia-em-diferentes-capitais/>

Em 31 de agosto de 2016, o mandato de Presidenta da República de Dilma Rousseff foi definitivamente cassado pelo Congresso Nacional, num placar de 61 (sessenta e um) votos favoráveis e 20 (vinte) contrários, sendo o Vice-Presidente à época, Michel Temer, devidamente empossado no mesmo dia (CALGARO *et. al.*, 2016, s/p; BRASIL, 2016, s/p). A partir de então, o governo federal adotou uma política de austeridade econômica, com corte e congelamento de gastos em setores importantes, como saúde e educação, bem como propôs reformas polêmicas de temas sensíveis, como a previdência e direitos trabalhistas, sem que houvesse participação popular, o que inevitavelmente gerou revolta na população, que, mais uma vez, saiu às ruas para protestar (ELY, 2016, s/p; MAPA..., 2017, s/p; MARTELLO, MATOSO, MAZUI, 2018, s/p; OS PRINCIPAIS..., 2016, s/p)<sup>110</sup>.

<sup>109</sup> Os manifestantes saíram às ruas para defender o mandato da presidenta eleita democraticamente, mediante o processo eleitoral cabível, protestar contra o governo interino do vice-presidente Michel Temer, acusado de realizar um golpe institucional, contra as reformas trabalhistas e previdenciárias elencadas, contra a perseguição política realizada pela Operação Lava Jato contra partidos e políticos da esquerda e aliados a Luís Inácio Lula da Silva e a Dilma Rousseff, dentre outras bandeiras (MILHARES..., 2016, s/p).

<sup>110</sup> O índice de aprovação do presidente Michel Temer, segundo o Datafolha, é de 6% (seis por cento), sendo que 70% (setenta por cento) consideram o governo ruim ou péssimo (GOVERNO..., 2018, s/p). Durante o governo, o presidente foi denunciado criminalmente duas vezes ao Supremo Tribunal Federal, por crimes de corrupção passiva, organização criminosa e obstrução de justiça, além de ser alvo de outros inquéritos policiais, sendo que a Câmara dos Deputados obsteu o prosseguimento dos

Percebeu-se que, tão logo, o Brasil também se colocou no contexto internacional dos movimentos sociais do século XXI, a partir das Jornadas de Junho de 2013, como ficou conhecido o início da grande mobilização por direitos individuais e sociais e por melhorias no serviço público do país.<sup>111</sup> Na esteira de outros movimentos sociais ao redor do planeta, parte da população brasileira estava sofrendo com os efeitos da severa crise econômica e social por que passavam os países, especialmente capitalistas e dependentes do sistema financeiro da sociedade globalizada.

Quando a pauta do transporte público sobressaiu e os protestos foram violentamente calados, as pessoas se conectaram em rede, compartilharam tamanha indignação, organizaram horizontalmente manifestações e ocuparam praças e espaços públicos, contestando e balançando as estruturas políticas do poder. Para tanto, os manifestantes se utilizaram de inúmeras táticas e artimanhas para resistir às

---

processos (AVALANCHE..., 2017, s/p; CALGARO, CARAM, MODZELESKI, 2017, s/p; RAMALHO, 2018, s/p). Pessoas próximas e ministros de Michel Temer foram investigadas e denunciadas, sendo que algumas deixaram o governo (MARTELLO, MATOSO, MAZUI, 2018, s/p). O presidente se envolveu em polêmicas, como demissão do diretor-geral da Polícia Federal, em clara retaliação (JUNGMANN..., 2018, s/p); nomeou Cristiane Brasil ao Ministério do Trabalho, pessoa já condenada na Justiça do Trabalho, o que foi obstado pelo Supremo Tribunal Federal (CÁRMEN..., 2018, s/p); editou um decreto que liberava mineração em reserva da Amazônia (RENCA..., 2018, s/p); editou um decreto que dificultou a caracterização do trabalho escravo, tendo que recuar devido a pressões sociais (GOVERNO..., 2018, s/p); editou o indulto natalino de forma que políticos condenados pudessem se beneficiar do perdão da pena, o que foi obstado pelo Supremo Tribunal Federal (MAZUI, 2017, s/p). O presidente propôs uma reforma trabalhista polêmica, que, embora tenha entrado em vigor, ainda sofre com obstáculos de aplicação (CAVALLINI, 2018, s/p); uma reforma do ensino médio, que foi sancionada (AMARAL; GARCIA, 2018, s/p); uma reforma da previdência, que enfrentou resistência da população e parou no Congresso Nacional (GUROVITZ, 2018, s/p); e uma reforma tributária, que não avançou na Câmara dos Deputados (MARTELLO; MAZUI, 2018, s/p). No campo da economia, o presidente conseguiu instituir um teto de gastos públicos, aumentou a tributação sobre a gasolina, aprovou uma taxa de longo prazo para diminuir os subsídios do governo, reajustou o salário mínimo abaixo da inflação, cortou gastos com programas sociais, como Bolsa Família, no setor de assistencialismo, Minha Casa, Minha Vida, no setor da habitação, e FIES, financiamento estudantil (CALGARO, CARAM, MODZELESKI, 2017, s/p). Ainda, decretou a intervenção federal na área da segurança pública do Rio de Janeiro, eivada em polêmicas, criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e nomeou um militar para o Ministério da Defesa (BRASIL, 2018, s/p; MAZUI, 2018, s/p; MAZUI; PALMA, 2018, s/p). Entremeio a tantas polêmicas, suspeitas de corrupção e protestos sociais, Michel Temer ainda pensa em se candidatar à reeleição (CASTILHOS, 2018, s/p).

<sup>111</sup> Castells, no prefácio à 2ª edição da obra "Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet", traz um fato curioso sobre o Brasil, em 14 de junho de 2013, quando menciona "Eu tinha acabado minha palestra de apresentação do livro que vocês têm em mãos para um público de muitas centenas de pessoas. A primeira pergunta, que abria o debate subsequente, veio de um dos vários jornalistas presentes no auditório: - Por que, em sua opinião, movimentos desse tipo não ocorrem no Brasil? Antes que eu pudesse improvisar uma sofisticada teoria sobre a excepcionalidade do caso brasileiro, alguém na plateia gritou: - Não podemos sair. A avenida Paulista está bloqueada! Efetivamente, o Movimento Passe Livre tinha levado seu protesto às ruas. A agitação prosseguiria por semanas, depois meses, de forma bem semelhante aos movimentos articulados por redes sociais que haviam ocorrido em outros lugares nos anos de 2010-11 (CASTELLS, 2017, p. 13).

forças dominantes, em especial com a ajuda das redes sociais virtuais, dentre elas a contravigilância, a fim de mudar o enquadramento policial e midiático: de baderneiros e vândalos para movimentos sociais e sujeitos de direitos.

### 2.3 DO CONTRAPODER DE RESISTIR NA SOCIEDADE EM REDE: RELAÇÕES DE CONTRAVIGILÂNCIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI

Na sociedade em rede, o fluxo de informações é demasiadamente complexo, marcado pela velocidade e instantaneidade da troca de dados sobre os mais diferentes assuntos e nos mais variados âmbitos, entre pessoas, grupos, governos e organizações ao redor do mundo. É de se destacar a evolução das tecnologias de informação e comunicação, cujo rápido e progressivo avanço revolucionou a própria significação das relações sociais nessa nova arquitetura social. A democratização do acesso à internet e a popularização dos computadores portáteis, telefones celulares e outros dispositivos e plataformas móveis e virtuais, garantiram a conexão em rede dos usuários espalhados pelo globo independentemente da localização.

Essa mudança de paradigma também transformou substancialmente as instituições e atores sociais, que se viram obrigados a se adaptarem e se moldarem às formas ultrarrápidas de relacionamento interpessoal, não se esquecendo que, nessa sociedade em rede e, por outro viés, nessa sociedade de controle, faz-se necessário o manejo e modulação de corpos-indivíduos e corpos-população para manutenção de instâncias e posições de poder. No campo da comunicação, a mídia<sup>112</sup> tem um papel de articulação social importante, porquanto é responsável, em uma medida ou outra, pela transmissão das informações culturais e valores de uma

---

<sup>112</sup> Budó, em análise dos discursos de poder, explica que “a palavra ‘Mídia’ provém do termo latino ‘media’, que significa mediação”, referindo “ao conjunto dos meios de comunicação de massa, que realizam a mediação de diferentes tipos de mensagens para o público. Inclui-se, portanto, televisão, rádio, internet, cinema, jornais e outros materiais impressos em grande escala. A expressão independe do gênero de que se trata, ou seja, se é ficção, entretenimento, jornalismo, etc. Já o termo jornalismo, distingue-se por se tratar de uma parte específica do conteúdo da mídia, que se propõe a comunicar ao público fatos verídicos e atuais. Quando o termo mídia for utilizado de maneira genérica, tratará especialmente do conjunto de veículos de comunicação tradicionais e interessados em obter ganhos econômicos através da comunicação social, caracterizados especialmente por uma oligopolização” (BUDÓ, 2013, p. 238).

geração para outra, bem como pela vigilância sobre o meio social, representando uma garantia democrática quando da comunicação política (CASTELLS, 2013)<sup>113</sup>.

Nesse panorama, a mídia torna-se um poderoso instrumento de controle, já que acaba impondo um modo de vida ou um modo de agir dos indivíduos adequados ao contexto atual, ditando comportamentos, pensamentos, vestimentas e, inclusive, posicionamentos políticos, num consenso sobre diferentes temáticas da vida social<sup>114</sup>. Por meio do *agenda-setting*, a mídia define os assuntos a serem discutidos pelas pessoas e determina a pauta da agenda pública, muitas vezes a serviço de interesses políticos e econômicos, tratando-se de uma influência direta no processo de significação do mundo e de construção da realidade, que, como consequência, exerce um controle de indivíduos e massas (MARTINO, 2014, p. 2017).

Esse agendamento leva em consideração o valor-notícia dos acontecimentos, isto é, a qualidade que um fato possui para virar notícia relevante, tendo em vista as características quanto ao conteúdo, quanto à disponibilidade do material, quanto ao público, quanto à concorrência e – adiciona-se – quanto a interesse político ou econômico envolvido (WOLF, 1999, p. 195-218). Especificamente sobre os critérios substantivos, menciona-se que a notícia deve levar em conta fatores como grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento, impacto sobre a nação ou sobre o interesse nacional, quantidade de pessoas que o acontecimento envolve, relevância do acontecimento em relação à evolução futura de determinada situação, devendo, ainda, sopesar critérios de disponibilidade, atualidade, qualidade e equilíbrio do fato com tantos outros (WOLF, 1999, p. 195-218).

---

<sup>113</sup> Essa afirmação pode ser verificada quando analisadas as sociedades ditatoriais ou sob governo poucos democráticos, em que a mídia, quando não é puramente estatal para reprodução de mensagens institucionais, é extremamente regulada e controlada, não podendo ser considerada livre. Exemplo dessa questão pode ser visualizado quando da eclosão da Primavera Árabe, em que a mídia independente foi fundamental no processo de contestação dos governos autoritários árabes e/ou de transição para democracias.

<sup>114</sup> Mario Vargas-Llosa adianta que essa padronização não acontece para uma melhoria da vida, mas escancara a civilização do espetáculo. Em suas palavras, a civilização do espetáculo é “a civilização de um mundo onde o primeiro lugar na tabela de valores vigente é ocupado pelo entretenimento, onde divertir-se, escapar do tédio, é a paixão universal. Esse ideal de vida é perfeitamente legítimo, sem dúvida. Só um puritano fanático poderia reprovar os membros de uma sociedade que quisessem dar descontração, relaxamento, humor e diversão a vidas geralmente enquadradas em rotinas deprimentes e às vezes imbecilizantes. Mas transformar em valor supremo essa propensão natural a divertir-se tem consequências inesperadas: banalização da cultura, generalização da frivolidade e, no campo da informação, a proliferação do jornalismo irresponsável da bisbilhotice e do escândalo” (VARGAS LLOSA, 2013, p. 17).

Para além disso, o agendamento de notícias também pode vir acompanhando de um processo de enquadramento, isto é, de uma “forma como os temas serão conhecidos, dentro de quadros ou *frames*, ou seja, categorias, esquemas de conhecimentos, quadros interpretativos aplicados a partir dos processos de produção da informação para dar sentido ao que se informa” (BUDÓ, 2013, p. 83). Esse poder de enquadramento pode englobar diferentes recursos fundamentais na produção da notícia e na difusão do conhecimento, como, por exemplo, “o poder de negar qualquer acesso a uma fonte; o poder de produzir uma cobertura que contextualiza a fonte negativamente; o poder da última palavra; e o poder de tradução do conhecimento especializado e particular para o senso comum” (ERICSON; BARANEK; CHAN, 1989, p. 378 *apud* BUDÓ, 2013, p. 246).

Isso quer dizer que a mídia, quando da análise de um determinado acontecimento, pode realizar sobre ele um filtro, uma abordagem, um olhar, um crivo, que acaba, de um modo ou outro, valorando a própria notícia, sobre variados escrúpulos. Assim, muitas vezes, a mídia acaba “mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso fizesse o que supostamente faz, isto é, informar”, ou ainda “mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade” (BORDIEU, 1997, p. 25).

Em análise mais aprofundada, o enquadramento encabeçado pela mídia, especialmente na realidade brasileira, se sujeita ao coronelismo eletrônico, qual seja, “um coronelismo de novo tipo, que desde a metade do século passado, com a chegada da televisão, vem fazendo com que interesses privados se sobressaiam em relação ao interesse público na exploração desse serviço que é a radiodifusão” (BUDÓ, 2013, p. 247). Esse fenômeno de coronelismo eletrônico indica que as grandes corporações midiáticas, não raras vezes pertencentes a famílias com ligação política e que controlam a maior parte das concessões de radiodifusão, utilizam o próprio maquinário para promoção de interesses próprios, controlando a informação e influenciando diretamente na formação da opinião pública e definindo relações de poder na sociedade<sup>115</sup>.

---

<sup>115</sup> Nessa linha, Budó explica que “os enquadramentos tendem, portanto, a reforçar pontos de vista dos mais poderosos, dos que têm acesso ao discurso, como se fosse a única interpretação possível da realidade. O papel da mídia é, entretanto, apresentar os fatos que rompem com esse consenso, os acontecimentos problemáticos, não sem antes definirem de que forma os mesmos devem ser

Nesse sentido, a violência e, em especial, a criminalidade, reúne grande parte da vigilância da mídia e recebe largo espaço nos noticiários, pois atrai intensa atenção da audiência, na medida em que notícias sobre essa temática, ainda mais quando veiculadas de forma sensacionalista<sup>116</sup>, mexem com o imaginário da população e proporcionam a busca por um culpado (BUDÓ *et al*, 2016, p. 72-73). Nota-se que é justamente essa lógica episódica das notícias sobre a criminalidade que possui maior chance de produzir um consenso entre os espectadores, pois aliada à tendência maniqueísta de colocar o bem contra o mal, culpado contra a vítima, criminoso contra a sociedade, o que, conseqüentemente, reafirma o *status quo* e retroalimenta o *establishment*, numa fórmula quase que inquestionável<sup>117</sup>.

Em sentido estrito, pode-se perceber o discurso de criminalização dos movimentos sociais, inclusive aqueles do século XXI, tratados no capítulo anterior, por parte da mídia, uma vez que estes grupos tendem a, normalmente, contestar a ordem e contestar interesses de classes dominantes<sup>118</sup>. Dessa forma, um primeiro processo de criminalização, isto é, de estigmatização de determinadas pessoas ou de determinados grupos como criminosos ou desviantes ocorre pela narrativa da mídia tradicional ao noticiar o fato para a população, a fim de diminuir as bandeiras levantadas ou não dar voz às pautas sugeridas (BUDÓ *et al*, 2016, p. 73). Assim, não raras vezes, as notícias sobre os protestos sociais reduzem os manifestantes a

---

interpretados. Dessa maneira, é possível afirmar que a dispersão da rede informativa, as tipificações que orientam sua prática, a questão do profissionalismo, mediante todos esses fenômenos objetivados, a notícia resultante termina por desempenhar o papel de legitimar as relações de classe e poder existentes” (BUDÓ, 2013, p. 248).

<sup>116</sup> Já alerta Vargas Llosa que “a fronteira que tradicionalmente separava o jornalismo sério do sensacionalista e marrom foi perdendo nitidez, enchendo-se de buracos, até se evaporar em muitos casos, a tal ponto que em nossos dias é difícil estabelecer diferença nos vários meios de informação. Porque uma das conseqüências de transformar o entretenimento e a diversão em valor supremo de uma época é que, no campo da informação, isso também vai produzindo, imperceptivelmente, uma perturbação subliminar das prioridades: as notícias passam a ser importantes ou secundárias sobretudo, e às vezes exclusivamente, não tanto por sua significação econômica, política, cultural e social, quanto por seu caráter novidadeiro, surpreendente, insólito, escandaloso e espetacular” (VARGAS LLOSA, 2013, p. 27).

<sup>117</sup> Para Budó, “de uma maneira geral, os autores que trabalham no marco da criminologia crítica, e das teorias garantistas, minimalista e abolicionista do sistema penal, apontam a mídia como articuladora de um papel fundamental, seja na exacerbação da sensação de insegurança que legitima o aumento da repressão penal, seja pela própria abordagem excludente e desigual, que reproduz o preconceito em relação às parcelas menos favorecidas da população, e legitima a seletividade do sistema” (BUDÓ, 2006, p. 09).

<sup>118</sup> Sobre a criminalização dos movimentos sociais, vide BUDÓ (2013) e SANTIAGO (2016).

baderneiros, vândalos, violentos, perigosos, dentre outras negativas, despertando medo nas massas<sup>119</sup>.

A mídia, então, seja a serviço de interesses políticos ou interesses econômicos, exerce uma vigilância social e, conseqüentemente, um controle sobre o corpo-população, a partir do monitoramento, da observação e da análise de todos os acontecimentos, determinando a relevância de tais fatos por um agendamento e enquadramento institucionais, a fim de gerar um contexto comum de significados. A mídia tradicional, notadamente rádio, jornal, televisão – e até mesmo a reprodução de tais notícias na internet em portais online – tentam exercer uma intensa influência nas massas e, por muito tempo, a concorrência, nesse âmbito, residia somente entre as próprias corporações. Ocorre que, com o aperfeiçoamento das tecnologias de informação e comunicação e a difusão da internet, os usuários tornaram-se os próprios produtores, mediadores e receptores das notícias, num novo tipo de enquadramento alternativo e popular<sup>120</sup>.

Diante desse cenário de interações e contradições entre redes de poder e redes de contrapoder sobre o enquadramento de notícias, exurge o *hacker* de narrativas, em duas frentes: o ativismo midiático, ou midialivrismo, e o midialivrismo ciberativista (ANTOUN; MALINI; 2013, p. 21). O midialivrismo de massa é um conjunto de experiências, especialmente encabeçadas por movimentos sociais, que produzem mídias comunitárias e populares no contexto da radiodifusão, em clara alternativa e antagonismo à mídia tradicional (ANTOUN; MALINI; 2013, p. 21)<sup>121</sup>. Por outro lado, o

---

<sup>119</sup> Fernando Dias denominou o termo “idolatria do vigilante”, uma espécie de adoração de um suposto ente abstrato, supremo, normalmente o Estado ou agentes indicados ou representativos dele, cuja responsabilidade é reger a vida dos indivíduos e da comunidade, vigiando permanentemente aqueles que causam medo na sociedade e ameaçam romper a aparente normalidade da vida (DIAS, 2007, p. 33).

<sup>120</sup> Os atentados terroristas ocorridos no Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, representam um marco temporal significativo da revolução da comunicação virtual e um evento que funda a hegemonia de um veículo sobre outros, no caso, a internet, tal qual a Segunda Guerra Mundial foi para o rádio e o assassinato do presidente americano John F. Kennedy foi para a televisão. Isso, porque, à época dos ataques, o rádio e a televisão passavam notícias e imagens ao vivo de uma forma geral sobre o episódio, enquanto que portais da mídia tradicional na internet sofreram com a grande demanda de acesso, de modo que muitos saíram do ar. Assim, as pessoas que queriam maiores informações, detalhes, nomes de vítimas, teorias da conspiração, depoimentos de testemunhas, imagens do local, dentre outras narrativas diferentes, tiveram que procurar em sites alternativos e na blogosfera informações compartilhadas por outros usuários, difundindo assim o poder de informação da rede pelos próprios internautas (ANTOUN; MALINI; 2013, p. 124-128).

<sup>121</sup> Nas palavras dos autores, o “midialivrista de massa origina-se na política radical dos novos movimentos sociais (urbanos, estudantis, sindicais, operários, etc.) que realizam também uma atividade transversal de luta pela democratização em países tais como o Brasil (mergulhado em uma ditadura militar), e se organizam em torno de rádios livres e comunitárias, imprensa alternativa e experiências

midialivrismo ciberativista é um conjunto de experiências singulares, que, por meio de um processo de colaboração em rede, a partir de dispositivos digitais e de tecnologias de informação e comunicação, produz um mundo sem intermediários de cultura “baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação *um-todos*” (ANTOUN; MALINI; 2013, p. 21-22)<sup>122</sup>.

O midiativista é chamado de *hacker* das narrativas, haja vista que produz, permanentemente, versões sobre os fatos sociais diferentes ou alternativas àquelas editadas pela mídia tradicional e por grandes conglomerados da comunicação, que possuem interesses escusos por trás de determinados enquadramentos, dando-lhes outro significado, outra percepção, outro sentido, muitas vezes contrários àqueles já estabelecidos e difundidos. Com o hackeamento dessa narrativa, os acontecimentos sociais são submetidos ao compartilhamento de muitos-muitos, a fim de gerar uma discussão entre os pares, numa dialética democrática, múltipla, conflitiva e subjetiva, cujo resultado nasce do próprio debate e não é imposto por outrem.

Dessa banda, o midialivrismo não pretende ser mediador de algo ou alguém, mas radicalizar a própria ação social, aproveitando-se da característica rizomática dessa nova sociedade para que cada subjetividade seja capaz de produzir conteúdo ou, pelo menos, movimento na rede. Assim, os midialivristas são sujeitos aparelhados e interfaceados, pois possuem acesso à internet por dispositivos informacionais populares e estão online em redes sociais, sites e blogs, buscando promover a comunicação em rede, a partir de novos agendamentos, novos enquadramentos e novos públicos, quando, muitas vezes, acontece uma “monstruosidade comunicacional”, isto é, uma pessoa qualquer ou um grupo coletivo qualquer

---

de produção de vídeos e documentários com e sobre as classes populares. Revela-se em rota de colisão contra o industrialismo midiático, seja em sua forma jurídica das regulações, concessões e fontes de financiamento estatais; seja em sua forma econômica com a redução do mercado de mídia a poucos veículos, o que força a publicidade a investir seus recursos apenas nesses meios; seja em sua forma corporativa da existência de normas que restringem a atividade de imprensa, por exemplo, apenas àqueles com diploma de jornalismo, criando a concepção de que todos os outros comunicadores não possuem qualidade para se expressar” (ANTOUN; MALINI; 2013, p. 22).

<sup>122</sup> Conforme os autores, “o ciberativista tem sua genealogia na arte radical ou nos movimentos da chamada contracultura. À base de muito sexo livre, rock e drogas pesadas, permeado do discurso potente do ‘paz e amor’, utilizam dos novos meios para produzir ruídos sonoros, literatura marginal, performances e instalações participativas e imersivas, videoarte, informática e eletrônica em níveis micro, articulando, portanto, toda uma nova cena tecnológica/ cultural que recusa qualquer noção de poder baseado em alguma forma de mediação, como conselhos, direções, secretariados, para abrir-se a todo tipo de experimentação, cujo valor maior se fixa na frase ‘faça você mesmo’ e em processos colaborativos de trabalho (mais tarde, em redes telemáticas)” (ANTOUN; MALINI; 2013, p. 23).

consegue alterar de tal forma uma narrativa que sucede uma reação em cadeia capaz de fazer a diferença e alterar toda uma programação (ANTOUN; MALINI; 2013, p. 24).

Com essa gama de possibilidades e embates entre poderes, dois conceitos merecem melhor análise: a guerra da informação e a guerra em rede. A guerra da informação, também chamada de *infowar*, em tradução literal do inglês, é “o uso intensivo dos grandes meios massivos, pertencentes às corporações, para gerar a impressão de realidade sobre algum tipo de acontecimento”. Nessa guerra, a informação é utilizada para gerar determinados efeitos ou sentimentos sobre a população ou sobre algum grupo social, a fim de se promova ou iniba uma ação social em relação a essa massa de pessoas, de forma que a narrativa adquira contornos de verdade na opinião pública e passa a ser objeto de discussão (KOPP, 2000; SCHWARTAU, 1995 *apud* ANTOUN; MALINI; 2013, p. 159).

Por outro lado, a guerra em rede, também denominada de *netwar*, em tradução literal do inglês, trata-se do “uso intensivo das interfaces de comunicação da Internet para estabelecer uma verdade narrativa sobre algum acontecimento e disseminar narrativas sem lugar na mídia corporativa”. Nessa guerra, movimentos sociais ou determinados grupos sociais disputam a verdade sobre um fato ou um acontecimento em detrimento da narrativa proposta pelo Estado, pelas instituições ou pelas corporações, a partir do compartilhamento de informações entre vários membros na rede, como páginas da *web*, grupos de discussão, fóruns, redes sociais, blogs e outras plataformas (CLEAVER, 1999; ARQUILLA, RONFELDT, 1996 *apud* ANTOUN; MALINI; 2013, p. 159).

Essa questão assume especial relevância se pensada sobre a lógica do biopoder, antes discutida. Ora, a mídia tradicional intenta, em verdade, um monopólio sobre a atualização das informações, a fim de narrar um passado e torna-lo atual, sendo que a massa só pode acessar esse passado comum por meio dessa mídia corporativa, num imenso poder sobre a lembrança e o esquecimento social. Essa própria mídia retoma o passado para possibilitar decisões no presente, ou, pelo menos, parte do passado que interessa atualmente, podendo esta informação estar manipulada ou não, já que a contraprova é de difícil acesso<sup>123</sup>. Trata-se de um

---

<sup>123</sup> No romance 1984, a Oceania, país do personagem principal, Winston Smith, possuía um departamento encarregado da atualização do passado, chamado de Ministério da Verdade. Naquele regime autoritário, sempre que o Partido queria passar uma informação à população, como, por exemplo, uma atualização sobre a guerra (que, neste caso, era perene, já que os habitantes não sabiam

processo de atualização da memória nas comunicações, sob uma forma de ação no presente, porém com uma ode ao passado, ao *status quo*, ao *establishment*.

Noutro sentido, a internet rompe com esse monopólio sobre as narrativas, permitindo com que, por meio das plataformas digitais, qualquer usuário em qualquer parte do globo possa tornar atualizável uma informação e possa participar de canais de comunicação sobre determinado fato ou acontecimento. A partir de então, uma informação qualquer, inclusive sobre o passado, pode ser disseminada entre os usuários, conectados entre si por diferentes interfaces, replicando-se os dados em diferentes e amplos alcances na rede, numa nodal construção de significados, muitas vezes livres de valores e interesses dominantes impostos pelas redes de poder.

Daí, então, o clímax dialético: de um lado, as redes de poder se apoderam das tecnologias de informação e comunicação para determinar um vetor dominante de vigilância social para, com isso, controlar as narrativas sociais por meio de biopolíticas institucionalizadas pelo Estado e/ou pelas grandes corporações empresariais; por outro lado, as redes de contrapoder se apropriam das tecnologias de informação e comunicação para inverter o vetor dominante de vigilância social, para, com isso, produzir novas narrativas sociais por meio de práticas adjacentes de controle e vigilância do próprio Estado e/ou das grandes corporações empresariais, especialmente por movimentos sociais.

Nessa linha de pensamento, há a contravigilância, entendida como um conjunto de atores, processos, atuações e dispositivos, comumente ligados a redes sociais de contrapoder, a fim de se protegerem contra a vigilância perpetrada pelos órgãos institucionais e pelas corporações empresariais e, mais ainda, vigiar quem também vigia o corpo social, na tentativa de fazer cessar violação de direitos e garantias fundamentais e humanas e reivindicar melhorias políticas de diferentes ordens.<sup>124</sup>

---

quando começara ou contra quem começara ou por que começara), ou sobre a produção de algum insumo, funcionários do governo rapidamente apagavam registros históricos e incluíam novas informações aos jornais antigos para fundamentar uma decisão do presente, a fim de tornar a notícia sempre atual, sem revelar que um dia já fora diferente. Nesta hipótese, se o país estava em guerra contra a Eurásia e era aliado da Lestásia, os servidores precisavam urgentemente alterar todas as informações do passado que dissessem que alguma vez a Oceania esteve em guerra contra a Lestásia e foi aliada da Eurásia (ORWELL, 2017)

<sup>124</sup> O presente conceito de contravigilância é proposto pelo próprio autor com base nos estudos realizados na área, a partir das obras e pesquisas de, essencialmente, Mann, Nolan e Wellmann (2003), Marx (2003), Antoun e Malini (2013), Assange *et. al.* (2013), Bezerra (2013), Bezerra e Grillo (2014), Bezerra, Ormay e Pimenta (2014), Greenwald (2014), Bezerra e Pimenta (2015) e Castells (2017). O termo “contravigilância” é escolhido, para fins didáticos, como expressão referente a gênero, o qual abarca as espécies de contravigilância em sentido estrito e de vigilância inversa, com o objetivo de

Dessa definição, extraem-se a contravigilância em sentido estrito, que é, justamente, a neutralização da vigilância perpetrada pelas redes de poder; e a vigilância inversa, que é a própria inversão do vetor de vigilância, a partir da apropriação das tecnologias de informação e comunicação, para observar quem observa.

A contravigilância em sentido estrito, como referido, é a tentativa de neutralizar a vigilância praticada pelo Estado e pelas grandes corporações, resistindo às observações sociais efetuadas por estes órgãos institucionais e conglomerados econômicos, a fim de proteger a privacidade de dados pessoais dos usuários, manter o anonimato de pessoas ou grupos que denunciam a vigilância realizada ou ainda desestabilizar as agências de poder que levam adiante esse controle (MANN, NOLAN, WELLMANN, 2003; MARX, 2003; BEZERRA, PIMENTA, 2014). Assim, a contravigilância pode abranger práticas de bloqueio ou quebra da vigilância dominante, como, por exemplo, utilização de criptografia e derrubada de servidores; ainda, pode abranger técnicas de equalização da vigilância ou de desestabilização do vigilante, como, por exemplo, a revelação de observações até então veladas ou secretas ou publicização de segredos para forçar uma mudança de atitude<sup>125</sup>.

Para ilustrar essa contravigilância em sentido estrito na sociedade em rede, cita-se três episódios. Em 2006, Julian Assange, jornalista e ciberativista, fundou a WikiLeaks, uma organização transnacional pró-transparência, com o objetivo de publicar informações e dados confidenciais sensíveis vazados ou hackeados de governos e outras instituições para amplo acesso (WIKILEAKS, 2015, s/p)<sup>126</sup>. Em 2010, Chelsea Manning – à época, Bradley Manning -, forneceu ao WikiLeaks mais

---

reproduzir o propósito dialético deste trabalho até então delineado de poder-contrapoder, embora nenhum dos autores citados englobe tais definições num conceito mais amplo ou único. Ainda, os conceitos subsequentes apresentados podem conter definições e exemplos também propostos pelo próprio autor, embasado nas mesmas leituras.

<sup>125</sup> Detalhadamente, Marx (2003, s/p) cita que há, no mínimo, onze tipos proeminentes de resposta contra a vigilância perpetrada: movimentos de descoberta, para revistar objetos e dados para visualizar se estão sendo vigiados; movimentos de evitação, para evitar a utilização de mecanismos que podem ser vigiados; movimentos de apoio; para utilizar outros dados para esconder a informação que poderia ser vigiada; movimentos de mudança, para mudar os dados a serem vigiados; movimentos de distorção, para alterar dados; movimentos de bloqueio, para proibir o acesso a dados; movimentos de mascaramento (e de identificação), para dificultar o acesso a determinados dados; movimentos de quebra, para tornar inoperáveis sistemas de vigilância; recusa de movimentos, para abster-se de fornecer dados; movimentos cooperativos, para encontrar parceiros de contravigilância; e movimentos de contravigilância em sentido estrito, para vigiar também o vigilante.

<sup>126</sup> Na obra “Cypherpunks: liberdade e futuro da internet”, Assange traz a figura necessária do *cypherpunk* para ilustrar uma quebra de narrativa, referindo que “os *cypherpunks* defendem a utilização da criptografia e de métodos similares como meio para provocar mudanças sociais e políticas. Criado no início dos anos 1990, o movimento atingiu seu auge durante as ‘criptoguerras’ e após a censura da internet em 2011, na Primavera Árabe” (2013, p. 05).

de 700 (setecentos) mil arquivos secretos, vídeos de confrontos e comunicações diplomáticas do Departamento de Estado dos Estados Unidos (ENTENDA..., 2013, s/p)<sup>127</sup>.

Em 2013, Edward Snowden, analista de sistemas contratado pelo governo americano, levou a público diversos detalhes confidenciais sobre a existência da Agência Nacional de Segurança, dos Estados Unidos, bem como sobre os programas integrantes do sistema de vigilância global americano, dentre eles o PRISM, referido no capítulo anterior (GREENWALD, 2014). Snowden viajou até Hong Kong em maio de 2013, onde entregou os documentos comprobatórios aos jornalistas Glenn Greenwald e Laura Poitras, que, mais tarde, foram paulatinamente revelados pelos portais The Guardian, The Washington Post e The Intercept e postados em outros portais, como da Fundação Coragem, gerando uma crise institucional global, tanto que, atualmente, o ativista é asilado político na Rússia (GREENWALD, 2014)<sup>128</sup>.

A vigilância inversa, como antes descrita, é a tentativa de apropriação de tecnologias, dispositivos, ferramentas e práticas de vigilância social utilizadas pelo Estado e pelas grandes corporações, de modo que aqueles que até então são vigiados possam observar, em direção oposta, estes órgãos institucionais e conglomerados econômicos (MANN, NOLAN, WELLMANN, 2003; MARX, 2003; BEZERRA, PIMENTA, 2014). Com essa vigilância, os usuários podem revelar abusos cometidos por essas agências de poder ou por prepostos dessas agências, especialmente aqueles representantes com poder de polícia, confrontar narrativas veiculadas pela mídia tradicional, gerar desconforto nas estruturas dominantes e, inclusive, forçar um comportamento de tais autoridades, sob a ameaça de divulgação e compartilhamento das imagens, dentre outras práticas.

O termo deriva do conceito francês de vigilância expresso na palavra “sousveillance” (“sous”, como “de baixo”, isto é, “vigilância de baixo”), em antagonismo a “surveillance” (“sur”, como “de cima”, isto é, “vigilância de cima”), indicando, como proposto, o redirecionamento das tecnologias de informação e comunicação de observância social em detrimento daqueles que observam, num panóptico inverso

---

<sup>127</sup> Sobre a história de Julian Assange, sugere-se o filme “O Quinto Poder”, de 2013, “Roubamos segredos: a história do Wikileaks”, de 2013, e “Mediastan”, de 2014.

<sup>128</sup> Para melhor visualização do caso, sugere-se o filme “Snowden: herói ou traidor”, de 2016, e “Citizenfour”, de 2014, este último encabeçado pela jornalista Laura Poitras, uma das receptoras das informações sigilosas vazadas por Snowden.

(MANN, NOLAN, WELLMANN, 2003, p. 332). A vigilância inversa é uma forma de “reflexionismo”<sup>129</sup>, podendo ser entendida como uma técnica para: a) revelar o panóptico de vigilância e subverter os privilégios daí decorrentes; e b) realocar a noção de vigilância pela sociedade num contexto comum de observabilidade (MANN, NOLAN, WELLMANN, 2003, p. 333).

Para ilustrar essa vigilância inversa na sociedade em rede, cita-se que, por exemplo, nas manifestações populares ao redor do mundo, multiplicaram-se as transmissões ao vivo dos protestos e o compartilhamento de fotografias e vídeos realizados durante e dentro das reuniões, ocupações e passeatas, evidenciando a postura policial truculenta e violenta, muitas vezes ilegal, por parte desses agentes, de modo que a profusão de tais imagens permite a cobrança de respostas por parte da população e embaraça as instituições.

Ainda, não são raros os episódios de agentes estatais que mudam uma abordagem perpetrada quando os cidadãos começam a fotografá-los ou filmá-los, pois temem uma represália popular ou até mesmo administrativa. E, também, quando coletivos midiativista contestam acontecimentos narrados pela mídia tradicional, veiculando uma versão alternativa dos fatos comentados, exigindo uma retratação ou, pelo menos, uma atualização da suposta notícia antes enquadrada.

**Figura 15** Manifestante transmite ao vivo às redes sociais protesto nas Jornadas de Junho de 2013



Fonte: [https://cdn-images-1.medium.com/max/1600/1\\*vnxcCZpHjttDsA6jTYbU4g.jpeg](https://cdn-images-1.medium.com/max/1600/1*vnxcCZpHjttDsA6jTYbU4g.jpeg)

---

<sup>129</sup> Sobre essa expressão, Mann, Nolan e Wellmann (2003, p. 333) justifica com uma metáfora para ilustrar a vigilância inversa, como se a sociedade apontasse um espelho às agências de poder e perguntasse a elas se isso as agrada, sendo que, em caso de resposta negativa, a abordagem sobre a tecnologia e vigilância na sociedade deveria, então, ser diferente.

A contravigilância, em suas mais variadas formas e processos, foi – e parece ainda ser – uma das principais aliadas dos movimentos sociais do século XXI, marcados pela mobilização de grande número de pessoas para contestar a ordem dominantes e as estruturas de poder. Já que essas manifestações só foram possíveis de surgir e de permanecer no tempo e espaço graças às tecnologias de informação e comunicação, foram também esses dispositivos informacionais que ajudaram os movimentos sociais a vigiar os agentes institucionais que também os vigiavam, hackeando informações, divulgando dados confidenciais, filmando as abordagens policiais violentas e denunciando irregularidades de todos os tipos, mudando, sobremaneira, a narrativa enquadrada pela mídia tradicional. Não é errado supor, ainda, que a própria ira decorrente da revelação dos sistemas de vigilância social e do enquadramento pernicioso das mídias de massa contribuiu para a indignação que tomou conta das ruas de diferentes países ao redor do globo no século XXI.

O compartilhamento de imagens, vídeos e áudios acerca da violência policial foram denominadores comuns nos movimentos sociais do século XXI, especialmente aqueles analisados na seção anterior. Na Tunísia, as pessoas filmaram a autoimolação de Mohamed Bouazizi e compartilharam o vídeo nas redes sociais, gerando uma onda de protestos na cidade de Sidi Bouzid, que, por sua vez, foi rapidamente dissolvida pelas forças estatais. Por outro lado, o vídeo dessa repressão policial também foi viralizado nas redes, contribuindo para uma indignação social, que levou às ruas milhares de pessoas no país, dando início à Primavera Árabe (CASTELLS, 2017, p. 35).

No Egito, a própria centelha da revolução foi a morte violenta de um jovem ativista que denunciava os abusos policiais pelo país. Durante os dias de acampamento na Praça Tahrir, na capital Cairo, diversos vídeos e imagens dos próprios manifestantes e de pessoas estrategicamente dispostas em prédios ao redor do espaço público, capturaram a truculência policial e os abusos praticados, inclusive por membros do Exército, na tentativa de esvaziar o local<sup>130</sup>. O governo, intentando dissolver os protestos, derrubou grande parte do acesso à internet, numa aparente grande desconexão, porém os manifestantes encontraram outros meios de se conectarem à rede, inclusive com a ajuda de ativistas e organizações internacionais,

---

<sup>130</sup> Sobre as imagens da Praça Tahrir e, sobre os protestos do Egito como um todo, vide o documentário *The Square*, uma produção da Netflix de 2013 sobre a Revolução Egípcia.

que compartilhavam mensagens repassadas por telefone, ou permitiam a navegação por meio de conexões especiais (CASTELLS, 2017, p. 64-69).

Na Turquia, os vídeos da repressão policial contra os ambientalistas que protestavam em favor do Parque Gezi que estava por ser destruído também viralizaram nas redes sociais, fazendo com que milhares de pessoas se juntassem à causa e incorporassem as próprias pautas nas manifestações daquele país. De uma forma geral, a *Al Jazeera* teve um importante papel na condução das manifestações da Primavera Árabe, porquanto esta emissora de televisão jornalística, com origem no Catar mas com transmissões em mais de 130 (cento e trinta) países, alcançou níveis respeitáveis de liberdade de expressão e de direito de contestação, mostrando-se uma fonte independente e alternativa de produção de notícias, alheia ao controle estatal dos países árabes e à margem das narrativas trazidas pelas redes estatais (CASTELLS, 2017, p. 93-96).

Na Espanha, essa mesma vigilância sobre a atuação policial aconteceu, quando os manifestantes acamparam na Praça do Sol, em Madri, bem como outras cidades do país; e nos Estados Unidos, quando os protestantes ocuparam o Parque Zucotti, em Nova York, assim como outros parques de outras cidades americanas, quando da eclosão do movimento Occupy Wall Street. Nesses episódios, os manifestantes também filmavam a si próprios durante as assembleias organizadas em meio às ocupações para transmissão online, a fim de que outras pessoas acompanhassem os debates e se unissem à causa. E, também, os próprios manifestantes se utilizavam de blogs e microblogs, como as redes sociais Tumblr e Twitter, para postarem fotografias, vídeos, relatos e narrativas sobre os eventos que vinham ocorrendo, numa nova forma de enquadramento das notícias, onde as pessoas podiam acompanhar instantaneamente os protestos por meio de perfis específicos ou *hashtags* relativas<sup>131</sup>.

No México, essas técnicas de contravigilância puderam ser percebidas quando, logo após a mídia tradicional tratar o imbróglio ocorrido durante uma palestra do presidenciável Peña Nieto como complô político de opositores do partido, estudantes gravaram e divulgaram vídeos mostrando que eles próprios estavam questionando o

---

<sup>131</sup> Vide uma página na rede social Tumblr que ficou amplamente conhecida sobre as manifestações de Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, tratando sobre depoimentos, relatos e narrativas realizadas pelos próprios protestantes ou simpatizantes, <<http://wearethe99percent.tumblr.com>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

candidato e que este fugira dos debates, contrariando a versão supostamente oficial (GÓMEZ-ROBLEDO, 2015, s/p)<sup>132</sup>. Ainda no México, durante a corrida eleitoral de 2012, os ativistas acompanharam e monitoraram de perto, inclusive difundindo nas redes sociais, as irregularidades nas campanhas eleitorais, que contrariavam as legislações eleitoreiras, a fim de conscientizar a população sobre os erros cometidos pelos candidatos (EL MOVIMIENTO..., 2012, s/p)

No Brasil, quando das Jornadas de Junho de 2013, é a partir do dia 13 que começaram a repercutir as primeiras imagens de contravigilância, que demonstraram a violência policial contra manifestantes, dentre eles jornalistas, com o compartilhamento nas redes sociais de fotos, vídeos<sup>133</sup> e relatos<sup>134</sup> sobre a brutalidade policial<sup>135</sup>. Em determinados episódios, havia, inclusive, o apoio de algumas mídias, por vezes consideradas tradicionais, uma vez que, durante as repressões policiais ocorridas, diversos jornalistas foram atingidos e oprimidos, em clara violação ao direito de imprensa<sup>136</sup>; em outros casos, a mídia tradicional era expulsa de manifestações, em razão da parcialidade com que narravam os eventos<sup>137</sup>.

<sup>132</sup> Vide um dos vídeos em que mostra, num primeiro momento, o confronto dos estudantes com Peña Nieto e, logo depois, 131 (cento e trinta e uma) pessoas provam a condição de estudantes: <<https://www.youtube.com/watch?v=P7XbocXsFkl>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

<sup>133</sup> Como referido, diversos vídeos foram viralizados nas redes sociais, mostrando a truculência policial, como, por exemplo, <<https://www.youtube.com/watch?v=EDL1UI79Ugl>>, demonstrando policiais ofendendo cidadão (ALBUQUERQUE, 2013, s/p) e <<https://www.youtube.com/watch?v=5qTAIvGZo-E>>, demonstrando um policial quebrando o vidro da própria viatura (LICENTIA, 2013, s/p) e <<https://www.youtube.com/watch?v=V18ctB7ydY>>, denunciando um abuso de autoridade com a utilização de sprays de pimenta e outros gases contra manifestantes (LIMA, 2013, s/p); ou <<https://www.facebook.com/maik.batista.92/videos/395195287255656/>>, mostrando o uso de arma de eletrochoque em mulher que protestava pacificamente (BATISTA, 2013, s/p).

<sup>134</sup> Relatos pelas redes sociais também foram viralizados, especialmente a partir do uso de *hashtags*, como, por exemplo, de um manifestante que afirmou “Depois destes momentos de verdadeiro terror, e – note-se – sem que eu visse nenhum “manifestante”, nada, ninguém, fomos empurrados para a rua Bela Cintra, privados de explicação, do direito de escolher nosso caminho, de sequer perguntar o porque dessa violência gratuita, única, exclusiva da Polícia Militar do Estado de São Paulo, vi uma barricada na esquina com a Luis Coelho, com coisas que me parecerem colchões e pneus, queimando. Adivinhe quem colocou fogo? Isso mesmo, a Polícia Militar de São Paulo, disfarçadamente (sic)”, cujo texto foi compartilhado quase vinte mil vezes (FONSECA, 2013, s/p); outro, ainda, narrou ter visto estudantes, que procuraram o posto médico para curar ferimentos, serem retirados à força por policiais militares de forma violenta (BOULLOSA, 2013, s/p).

<sup>135</sup> É criado, por exemplo, o perfil do Tumblr <<http://oquenaosainatv.tumblr.com/>> para trazer novas narrativas dos protestos.

<sup>136</sup> Por exemplo, neste relato do portal IG, dando conta de que a polícia, no dia 14/06/2018, justificou o confronto policial do dia anterior, porque os manifestantes teriam descumprido um acordo ao entrarem na Rua da Consolação, em São Paulo; no entanto, um vídeo gravado da negociação da polícia militar com alguns líderes mostra que a autoridade policial combina para que os manifestantes ficassem exatamente naquele lugar, quando, pouco tempo depois, um contingente começou a dispersar os grupos reunidos (GALHARDO, 2013, s/p).

<sup>137</sup> No dia 17 de junho de 2013, o jornalista Caco Barcellos e outros integrantes da equipa da Globo foram expulsos das manifestações de São Paulo (EQUIPE..., 2013, s/p).

Ainda, no país, um grande destaque coube à Mídia Ninja, acrônimo para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, rede descentralizada de mídia alternativa<sup>138</sup>, que “busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir das novas tecnologias e de uma lógica colaborativa de trabalho”, ganhando notoriedade a partir da cobertura das Jornadas de Junho de 2013 e fazendo-se presente na maioria dos protestos brasileiros (MÍDIA NINJA, 2018, s/p)<sup>139</sup>. O coletivo é formado por diversos midiativistas que circulam pelas ruas e ocupações com câmeras e *smartphones* para narrar os fatos percebidos, fazendo, por vezes, transmissões ao vivo de protestos por meio de redes sociais, especialmente Facebook, Twitter, Flickr, Tumblr, Instagram e no próprio portal de notícias mantido pelo grupo, além de contar com um número importante de colunistas que fazem a leitura dos acontecimentos<sup>140</sup> (MÍDIA NINJA, 2018, s/p).

A Mídia Ninja é, sobretudo, uma cobertura midiática colaborativa, especialmente das manifestações brasileiras, cuja atuação constrói uma experiência em forma de catarse de ir às ruas, fazendo streamings de vídeo de dentro dos protestos, sob outro ponto de vista de jornalismo, até então ignorado pelos enquadramentos da mídia tradicional. Aliás, esse tipo de jornalismo independente fez emergir um “pós-telespectador”, em função de uma “pós-tv” nas redes sociais, à medida em que os espectadores e manifestantes virtuais podem participar “dos protestos/emissões discutindo, criticando, estimulando, observando e intervindo ativamente nas transmissões em tempo real e se tornando uma referência por potencializar a emergência de ‘ninjas’ e midialivristas em todo o Brasil” (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 15).

---

<sup>138</sup> O grupo faz explícita referência antagônica à mídia tradicional, explicando que “As grandes corporações de mídia vivem uma intensa crise. Esse momento pode ser entendido em dois aspectos principais: no âmbito econômico, de um modelo pautado pela venda de anúncios e a circulação física de publicações que não conseguem se adaptar aos novos tempos digitais, e de credibilidade, por anos e anos de omissão e manipulação de informações em prol do poder econômico e de grupos políticos de seu interesse. A velha mídia está amarrada a uma linguagem e a um padrão de qualidade que são paradigmas do jornalismo comercial, com pouca abertura para experimentação e adaptação às novas formas de produção e interação com a informação permitidas pela explosão das redes sociais (MÍDIA NINJA, 2018, s/p).

<sup>139</sup> O coletivo é reconhecido internacionalmente, inclusive como mídia social das manifestações no Brasil (KRIEGER, 2013, s/p; WATTS, 2013, s/p).

<sup>140</sup> Dentre eles, por exemplo, nomes como Guilherme Boulos, presidente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; Caetano Veloso, cantor e compositor brasileiro; Jean Willys, congressista; Tico Santa Cruz, músico e compositor; Sonia Guajajara, liderança indígena, Marielle Franco, vereadora carioca, que foi violentamente assassinada no ano de 2018 (MÍDIA NINJA, 2018, s/p);

Por meio do hackeamento das narrativas, a Mídia Ninja conquistou espaço na seara informacional da população brasileira, passando a pautar, inclusive, os acontecimentos e notícias das grandes mídias corporativas e de outras mídias menores, tendo em vista a viralização de imagens e vídeos conseguidos sobre esse novo olhar<sup>141</sup>. Com esse midiativismo e midialivrismo, é comum que a Mídia Ninja ponha em debate narrativas sobre os enfrentamentos entre os manifestantes e as forças policiais, as truculências policiais, as farsas envolvendo algumas autoridades para supostamente legitimar confrontos, a utilização desenfreada e desnecessária de estratégias violentas de repressão, como gás lacrimogênio e balas de borracha, apagamento, adulteração e forjamento de provas, dentre outros temas sensíveis e caros aos movimentos sociais do século XXI.

Um dos exemplos mais emblemáticos do uso desses mecanismos de vigilância inversa brasileiro é o episódio do manifestante Bruno Ferreira Teles, ocorrido em 22 de julho de 2013, no Rio de Janeiro, quando o popular foi detido por supostamente ter lançado um coquetel *molotov* em direção ao batalhão de policiais à frente da manifestação (BEZERRA, PIMENTA, 2013, s/p). No entanto, imagens de vídeos gravadas durante o protesto e disponibilizadas na internet fez surgir a tese de que, na verdade, o responsável pelo arremesso do explosivo seria um policial à paisana, que atuou para legitimar a postura violenta da polícia (INQUÉRITO..., 2013, s/p).

Após uma confusão envolvendo policiais e manifestantes e o lançamento de substâncias explosivas, a Polícia Militar e Polícia Civil prenderam duas pessoas, apreenderam um menor e autuaram outros cinco manifestantes, sendo que a PM divulgou que 20 (vinte) coquetéis *molotov* foram apreendidos e a PC disse que foram 11 (onze) (INQUÉRITO..., 2013, s/p). Em depoimento oficial, um dos policiais afirmou que um protestante lançou o primeiro coquetel *molotov* e que, depois, outra bomba foi acesa e passada a Bruno, que teria, então, lançada contra o contingente; porém, esse mesmo policial relatou que nenhum coquetel *molotov* teria sido encontrado com o jovem (INQUÉRITO..., 2013, s/p).

---

<sup>141</sup> Em agosto de 2013, cuja eclosão do grupo coincidiu com o desencadeamento das Jornadas de Junho de 2013, o coletivo possuía cerca de 140.000 (cento e quarenta) mil seguidores no Facebook. Atualmente, 5 (cinco) anos depois dos protestos brasileiros, em julho de 2018, a Mídia Ninja possui mais de 1.797.000 (um milhão, setecentos e noventa e sete mil) seguidores no Facebook; mais de 384.000 (trezentos e oitenta e quatro mil) seguidores no Twitter; mais de 292.000 (duzentos e noventa e dois mil) seguidores no Instagram.

No dia seguinte, um vídeo é postado nas redes sociais, em que Bruno passa no canto direito do vídeo, aparentemente sem nada nas mãos, tampouco bolsa ou mochila, sendo perseguido por um policial e um homem de camiseta preta, de modo que, em seguida, o estudante cai no chão, um policial usa uma arma não letal para mobilizar Bruno, mesmo desacordado (INQUÉRITO..., 2013, s/p). Noutras imagens, o jovem já está de pé, sem camisa, cercado por policial, sendo acusado de ter atirado o explosivo, momento em que o estudante refuta a afirmação. Um dos policiais pergunta de quem era aquele preso e outro responde que “foi o P2 que pegou ele”, como são conhecidos os policiais à paisana e infiltrados nos grupos (INQUÉRITO..., 2013, s/p).

Diante da indignação gerada, a Polícia Militar divulgou um vídeo, acusando os manifestantes de atirarem pedras e explosivos contra o batalhão, onde é possível ver uma pessoa, com camiseta escura, rosto coberto, acendendo o artefato e atirando em direção aos policiais – entretanto o vídeo foi posteriormente apagado pela corporação (INQUÉRITO..., 2013, s/p). Ocorre que outros vídeos divulgados pelos internautas contestam essa narrativa, demonstrando que a pessoa que, de fato, atirou o explosivo contra os policiais teve, logo após a confusão, livre acesso ao grupo de policiais, sem que fossem perseguidos ou autuados, podendo-se inferir, como relatado pela narrativa alternativa, que a agressão partiu de próprio integrante da força policial para legitimar um suposto contra-ataque.

O primeiro vídeo mostra o exato momento em que o explosivo é atirado contra a corporação, momento em que Bruno é visivelmente encontrado na cena sem portar nenhum objeto; outro vídeo mostra a continuação da cena difundida pela corporação, onde, logo em seguida, aparecem dois homens correndo em meio aos policiais militares sem serem abordados e um deles tirando a camiseta escura; outro vídeo mostra dois homens, um com camiseta escura e mochila e outro sem camisa, correndo em direção à polícia e um grupo de policiais rapidamente abordando-os, sendo que, após uma conversa, eles passam sem serem perseguidos; por fim, o último vídeo mostra a mesma cena anterior, mas por outro ângulo, onde dois homens, um com camiseta escura e mochila e outro sem camisa, são abordados por um grupo de policiais e mandados sentar, ocasião em que começam a se explicar, enquanto

outro policial chega para interceder e um dos homens retira um objeto do bolso e mostra às autoridades, sendo possível ouvir “é polícia” (MÍDIA NINJA, 2013, s/p)<sup>142</sup>.

Em outras palavras: o que antes poderia ser entendido como confronto policial (atuação posterior da polícia para reprimir manifestações violentas), revelou-se, por meio de instrumentos de contravigilância, uma tentativa de criminalização das manifestações e dos movimentos sociais, num diferente tipo de enquadramento midiático. A utilização desses mecanismos nas manifestações populares, inclusive brasileiras, especialmente a partir das Jornadas de Junho de 2013, demonstrou que, além das novas estratégias de informação e comunicação, a violenta repressão policial é característica marcante dos movimentos sociais da sociedade em rede. As câmeras, os celulares, as fotografias e os vídeos de populares realizados durante os protestos escancararam a resposta policial às manifestações sociais, muitas vezes gratuita, violenta, excessiva, desnecessária, arbitrária e ilegal, numa amostra da cultura de repressão e seletividade das redes de poder<sup>143</sup>.

Dessa forma, pode-se perceber que a vigilância e o controle social pelas redes de poder assumiram funções quase que naturais com o aperfeiçoamento das tecnologias de informação e comunicação na sociedade em rede, causando muito menos comoção que se poderia esperar quando essas formas de vigilância foram reveladas ao público em geral, já que a subjugação à biopolítica estatal funciona como um contrato social de adesão, no qual a sociedade civil – a parte hipossuficiente dessa relação – se vê obrigada a aceitar tais termos e condições em prol de uma segurança. Por outro lado, a inversão do paradigma, passando as redes dominantes serem vigiadas e controladas, de forma legítima, pela sociedade como um todo, notadamente pelos movimentos sociais, revelou a violência institucionalizada e a consolidação de uma guerra pelo poder, tornando os atores, processos, mecanismos e dispositivos de contravigilância eficazes para neutralizar e contestar a ordem na sociedade em rede.

---

<sup>142</sup> Esses vídeos e a narrativa alternativa foram compilados pela Mídia Ninja num vídeo apenas: <<https://www.youtube.com/watch?v=xK9ZdV1Ao-4>> (MÍDIA NINJA, 2013, s/p).

<sup>143</sup> Foucault (2008, p. 10) cunhou o conceito de Estado de Polícia ou Estado Gendarme, caracterizando-o como o exercício do controle social total buscado pelo ente estatal, de modo que, “para os governantes, o Estado de Polícia trata-se de considerar e encarregar-se não somente das diferentes condições, isto é, dos diferentes tipos de indivíduos com seu estatuto particular, mas, sobretudo, encarregar-se da atividade dos indivíduos até em seu mais tênue grão”. Na atualidade, o Estado de Polícia se manifesta hoje a partir da suspensão de direitos e garantias fundamentais básicas do modelo democrático.

### 3 REDES DE ESPERANÇA: MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA NA SOCIEDADE EM REDE

*“Se é que havia esperança, a esperança só podia estar nos proletas, porque só ali, naquelas massas desatendidas, naquele enxame de gente, havia possibilidade de que se gerasse a força capaz de destruir o Partido. Se quisessem, podiam acabar com o Partido na manhã seguinte. Mais cedo ou mais tarde eles teriam a ideia de acabar com o Partido, não teriam?” (ORWELL, 2017, p. 88)*

A epígrafe que antecede esta seção faz parte de um texto escrito no diário do personagem principal da obra “1984”, Winston Smith, onde ele reflete sobre uma possível rebelião contra o sistema e, especialmente, contra o Partido. Como referido anteriormente, Winston não acreditava que muito pudesse ser feito em apenas uma geração, mas sonhava com uma revolta popular, que, a seu ver, somente seria levada a cabo pelos “proletas”, isto é, pelo povo, pela classe operária, pela multidão mais pobre, que não fazia parte dos escalões do Partido e estava renegada nas periferias, representando mais de 85% (oitenta e cinco) por cento da população da Oceania, país onde ocorrem os fatos narrados. Winston ficava esperando que algo acontecesse, já que pressupunha, conforme outro trecho, que “enquanto eles não se conscientizarem, não serão rebeldes autênticos e, enquanto não se rebelarem, não têm como se conscientizarem” (ORWELL, 2017, p. 90).

A temática dos movimentos sociais surge como objeto de estudo com o nascimento da própria sociologia, mas o termo “movimento social” apareceu em meados do século XIX para tratar sobre a necessidade de se estudar as agitações sociais trazidas pelo proletariado inglês e pelo comunismo e socialismo emergentes, passando, no século seguinte, a ser tratado como processo de interação social em razão do conflito e mudança sociais (SCHERER-WARREN, 1987, p. 12; GOHN, 2012, p. 330). Desde então, o estudo dos movimentos sociais se orienta a partir de paradigmas teóricos explicativos, que necessariamente fazem uma análise da realidade social, podendo-se citar, dentre eles, as correntes clássicas, a teoria da mobilização de recursos, a teoria da mobilização política, a abordagem marxista e neomarxista e a matriz teórica dos novos movimentos sociais frente à globalização.

No paradigma clássico norte-americano, cinco estudos principais foram realizados e difundidos sobre essa sociologia. A primeira corrente, advinda em especial da Escola de Chicago, colocava os comportamentos coletivos no campo do interacionismo simbólico, na medida em que as ações coletivas eram vistas como um caminho de orientação reformista para a mudança social e para uma nova ordem de vida (GOHN, 2012, p. 26-30). Os movimentos sociais eram o resultado de mudanças que operavam, primeiramente, num campo psicológico individual, provocando as motivações necessárias para emergir o conflito, entendido este como natural e inevitável processo de experimentação social.

A segunda corrente do paradigma clássico norte-americano interpretava os comportamentos coletivos sobre a abordagem da sociedade de massas, como resultado de ações advindas de pessoas marginalizadas alheias às relações sociais tradicionais, com o objetivo de lutar por uma liberdade dentro de um contexto utópico de identidade (GOHN, 2012, p. 35-36). Essa teoria estava preocupada com a união dessas pessoas em episódios de cegueira e irracionalidade, capazes de, enquanto massa, provocarem atos de barbárie e violência, em movimentos sociais não democráticos e alienados do controle e influência cultural da elite pensante.

Em uma terceira corrente, os movimentos sociais foram identificados a partir de uma abordagem sociopolítica, porquanto carregados de fortes conotações ideológicas, em virtude de grandes conflitos históricos ocorridos a partir da Segunda Guerra Mundial e do advento da Guerra Fria. Os autores dessa corrente tentavam distinguir os movimentos sociais genuínos de pequenos protestos ou mobilizações efêmeras, referindo que, para haver um significado histórico, o movimento deveria conter consciência grupal, sentimento de pertencimento solidariedade e identidade, inclusive com a integração de comportamentos coletivos baseados em grandes ideais constitutivos ou ideologias políticas, de modo que, no seio desta união, poderia surgir uma vontade política comum ou, pelo menos, a socialização, formação e recrutamento de uma elite política (GOHN, 2012, p. 36-39).

A quarta corrente de estudos sobre a ação coletiva, fundamentalmente baseada na teoria parsoniana, sob a ótica do funcionalismo e da estratificação social, entendia os movimentos sociais como fruto de uma sociedade em processo lento de mudança social, portanto, desorganizada, onde existem algumas pessoas desajustadas, insatisfeitas e isoladas socialmente da ordem vigente, geralmente

marginalizadas (GOHN, 2012, p. 39-42). Em termos específicos de funcionamento do sistema social, os movimentos sociais surgem a partir de um bloqueio estrutural que não permite com que as pessoas eliminem o descontentamento, mas permite o contato entre os descontentes, que acreditam na eficácia de uma ação coletiva, tendo por base uma ideologia política.

Por fim, a quinta corrente sobre a ação coletiva tem por fundamento a teoria organizacional-comportamentalista, referindo que o comportamento coletivo estava reunindo em estruturas organizadas burocraticamente. Assim, para essa teoria, os movimentos sociais podem estar organizados estruturalmente em razão de uma instrumentalidade para favorecer interesses de um grupo-alvo ou de uma clientela; podem estar voltados para si próprios, em favor da manutenção do prestígio do grupo; ou, ainda, podem ser marcados por comportamentos efêmeros para sanar algum descontentamento (GOHN, 2012, p. 47-48).

Na década de 60, porém, o surgimento de movimentos sociais em prol de direitos civis políticos, em favor de melhorias no setor de educação pública, em favor do feminismo, mas também contra os conflitos armados internacionais, com a participação de militantes da classe média, mostraram a fragilidade do paradigma tradicional, reformulando-se os estudos para uma teoria de mobilização de recursos. Nesse contexto, os descontentamentos, privações sociais ou problemas de ordem pessoal eram insuficientes para explicar esses novos comportamentos coletivos, já que esses grupos estavam racionalmente organizados, sob a ótica de uma burocracia de instituição, cuja intenção era quase que exclusivamente econômica e interacional para cumprir metas e objetivos, com estratégias que percebiam custos e benefícios de toda ação (GOHN, 2012, p. 49-55).

Dessa banda, a variável mais importante da mobilização de recursos era, como o próprio nome diz, os recursos, sejam eles humanos, financeiros, comunicacionais, infraestruturais, de forma que os movimentos sociais surgiam quando as oportunidades políticas para ações coletivas eram facilitadas e havia estoque de recursos disponíveis e viáveis para mobilização (GOHN, 2012, p. 50-51). Daí, porque, para essa teoria, os movimentos sociais não se diferiam tanto de partidos, *lobbies* e grupos de interesse coletivos, sendo que, inclusive, disputavam o público consumidor da mensagem, possíveis adeptos, potenciais financiadores, e, sobretudo, competiam

por recursos, numa mesma esfera política, mas num viés industrial-econômico (GOHN, 2012, p. 52-53).

A principal crítica realizada à teoria de mobilização de recursos residia no fato de que essa corrente excluía valores, normas, ideologias, projetos, culturas e identidade dos grupos sociais estudados, reduzindo-se a interpretação sobre o sucesso ou o insucesso dos fenômenos sociais ao manejo dos recursos e à manipulação da burocracia, numa racionalidade de custo-benefício (GOHN, 2012, p. 55-61). Em outras palavras, a grande lacuna da mobilização de recursos era negar o papel das normas, crenças e emoções nos comportamentos coletivos e elencar que a organização deveria se ater a uma clara divisão interna de tarefas, líderes engajados, decisões inteligentes, desconsiderando que uma abordagem motivacional e, inclusive, ideológica, podia ser suficiente para centralizar movimentos sociais.

Nos anos 70, começou-se a delinear uma nova etapa no paradigma de estudos sobre a ação coletiva, a partir das críticas direcionadas à teoria de mobilização de recursos, destacando “o desenvolvimento do processo político, o campo da cultura foi reativado e a interpretação das ações coletivas foi enfocada como processo”, de modo que “a linguagem, as ideias, os símbolos, as ideologias, as práticas de resistências cultural, tudo passou a ser visto como componente dos conflitos expressos nos discursos” (GOHN, 2012, p. 69). Tratou-se, então, da teoria da mobilização política, ou ainda, da teoria do processo político, que reintroduziu a psicologia social como base para compreensão dos movimentos sociais, buscando-se a relação entre os descontentamentos/ideologias e uma identidade coletiva de grupos que interagem numa cultura e num espaço eminentemente político, sem desconsiderar a análise da organização formal e burocrática (GOHN, 2012, p. 69-79).

Embora tenha introduzido a política no campo de análise e localizado as ações coletivas nas estruturas macrossociais, a teoria da mobilização política ficou presa à metodologia instrumental racional, onde as pessoas e os grupos só agiam de acordo com estímulos ou oportunidades políticas externas, quando houvesse apenas um enfraquecimento das elites dominantes, esquecendo-se do papel da sociedade civil como um todo (GOHN, 2012, p. 112-113). Ocorreu que não houve a superação da questão sobre por que as pessoas se mobilizavam, de maneira que a lógica de causa-efeito, de individual-motivacional, de institucional-organizacional e de generalização

dos movimentos sociais não foi suficiente para explicar a ação coletiva (GOHN, 2012, p. 115-116).

Na Europa, a partir dos anos 60, pelas experiências das ações coletivas no continente e do diálogo com os paradigmas norte-americanos, passou-se a construir uma teoria dos novos movimentos sociais, caracterizados por serem mais descentralizados, sem tantas hierarquias internas, desburocratizados, com estruturas colegiadas, com participação mais aberta, espontânea e fluida (GOHN, 2012, p. 126). Desde então, os teóricos afirmaram não parecer haver uma clara definição da função estrutural dos participantes dos grupos, transcendendo-se a ideia de estrutura de classes, já que esses movimentos exibiam uma pluralidade de valores e ideais, buscando a reforma institucional para maior abertura democrática no processo decisório (GOHN, 2012, p. 127).

Verificou-se uma emergência de novas dimensões de identidade social, envolvendo, inclusive, aspectos pessoais e íntimos da vida humana, emoções e descontentamentos, fundados numa crise de confiança nos canais tradicionais de suposta participação democrática, em clara relevância à cultura social e política (GOHN, 2012, p. 127). A corrente francesa alicerçou-se na teoria da ação social centrada na luta desenvolvida pelos atores sociais, sendo os movimentos sociais derivados essencialmente de conflitos ao redor do controle de modelos culturais, como fruto de uma produção e organização social (GOHN, 2012, p. 142-153).

Ainda, a corrente italiana trouxe para o debate que os movimentos sociais foram embasados numa ação coletiva proveniente de uma identidade coletiva que ocorre no campo psicossocial, isto é, de um compartilhamento interativo de definições produzidos pelos grupos sociais em relação à programação das ações, tendo em vista um campo de oportunidades ou constrangimentos, num processo de aprendizagem, autorreflexão e processo histórico (GOHN, 2012, p. 153-163). Por sua vez, a corrente alemã entendeu que, se em qualquer sociedade há sempre temas hegemônicos e dominantes, os movimentos sociais são uma resposta racional a um conjunto específico de problemas, havendo uma maior profusão de expressões de vontade política em função de maior repertório de direitos democráticos, sendo a ação social destinada a frear as elites políticas existentes (GOHN, 2012, p. 163-170).

O paradigma neomarxista travou uma releitura do marxismo ortodoxo, que rejeita as premissas gerais de mecanicismo e determinismo da realidade social e

procura focar no método de investigação, calcado no materialismo histórico e no materialismo dialético. Dessa forma, nessa nova corrente, “a abordagem dos fatores políticos tem centralidade, e a política passou a ser enfocada do ponto de vista de uma cultura política, resultante das inovações democráticas, relacionadas com as experiências dos movimentos sociais”, de modo que essa cultura política tem tanta importância quanto a economia no desenvolvimento social, sendo que os movimentos sociais são atores importantes nesse processo dialético (GOHN, 2012, p. 172-173).

Sucedem que as milhões das pessoas que saíram às ruas e ocuparam praças e espaços públicos em dezenas de países no início do século XXI, mobilizadas pelas tecnologias de informação e comunicação e pelas redes sociais virtuais, influenciaram também a própria sociologia dos movimentos sociais, porquanto as teorias de ativismo civil não comportavam tamanha indignação compartilhada. Em verdade, a realidade empírica é de muito maior complexidade e sempre traz contradições internas na forma de atuação, em razão da dinâmica envolvida nos fenômenos sociais, o que desafia diferentes teorias, sendo necessário, portanto, visitar algumas conceituações para caracterizar esses movimentos sociais da sociedade em rede.

O presente capítulo, que leva como título “Redes de esperança: movimentos sociais e democracia na sociedade em rede”, busca perquirir acerca de uma ressignificação na própria sociologia dos movimentos sociais, a partir do advento das tecnologias de informação e comunicação, numa revolução digital e também comunicacional. Se é verdade que as grandes mobilizações ocorridas no início do século XXI conectou milhões de pessoas em rede para ocuparem espaços públicos, convém, nesse sentido, discutir novos conceitos, novos espaços, novas ações e novos processos de ação coletiva conectiva.

Para isso, o terceiro capítulo deste trabalho, que aborda sínteses sobre o embate entre poder e contrapoder, instituições e movimentos sociais, vigilância e contravigilância, é subdividido em três partes: a primeira, intitulada “Da ressignificação de conceitos: a nova teoria dos movimentos sociais”, traz um estudo sobre as categorias que envolvem os movimentos sociais e possíveis diferenciações; a segunda, nomeada “Movimentos sociais e(m) luta: o ativismo na sociedade em rede”, aborda as classificações e discussões envolvendo o ativismo civil, especialmente o digital, e a influência na tomada de espaços públicos pelos movimentos sociais do século XXI; por fim, a terceira, com título “Para além da democracia: a nova ação

conectiva dos movimentos sociais do século XXI”, trata sobre a ressignificação da própria democracia a partir dos movimentos sociais estudados.

### 3.1 DA RESSIGNIFICAÇÃO DE CONCEITOS: A NOVA TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As categorias de análise sofreram – e ainda sofrem – alterações quando pensadas sob esse novo contexto da sociedade em rede, porque adquirem novos significados, novas dimensões e novos estudos empíricos (GOHN, 2012, 2013, 2014, 2014b; MELUCCI, 2001; TOURAINE, 2006, SCHERER-WARREN, 2011, 2012, 2014). As redes sociais, não mais somente as relações entre pessoas, também vão abarcar as interações realizadas no âmbito digital e as convocações para mobilizações sociais; o tema da emancipação social expande para além da abordagem marxista; a problemática do território ultrapassa a geografia tradicional como espaço urbano, passando a abranger questões de direito e de bens transindividuais e transnacionais, de pertencimento sociocultural, de desnacionalização pelo processo de globalização, de embate sociofinanceiro e de mediação através das tecnologias digitais (GOHN, 2014b, p. 44).

Nesse mesmo panorama, classe social, raça, etnia, grupos religiosos, recursos e infraestruturas passam a gerar novos debates, em virtude de conflitos gerados por esse processo de mundialização e pela própria reconfiguração de território (GOHN, 2014b, p. 44). Nesse ínterim, temas de “justiça social, igualdade, emancipação, direitos etc., passam a dar lugar a outras categorias, como capital social, inclusão social, empoderamento da comunidade, autoestima, hibridismo, responsabilidade social, sustentabilidade”, exigindo-se também novos estudos sobre identidade política, associativismo, mobilização social e movimentos sociais (GOHN, 2014b, p. 44-47).

Ilse Scherer-Warren (2014), em artigo com quadro analítico para as formas de ativismo civil, constrói uma tipologia acerca das lutas cidadãs coletivas na sociedade como um todo, indicando, pelo menos, cinco formas de atuação e uma ferramenta para distinção entre manifestações e movimentos. Nessa linha de pensamento, a autora cita: movimentos sociais organizados; manifestações ou marchas dos movimentos sociais; manifestações amplas da cidadania e/ou dos “indignados”;

manifestações-bloqueio ou “formas de ação nas ruas” e ação-manifesto sociocultural (SCHERER-WARREN, 2014, p. 14-15).

Mais comumente conhecidos quando se trata do tema, os movimentos sociais organizados possuem como característica geral um funcionamento institucional que permite com que a existência e atuação do grupo se prolongue no tempo e estabelecem pautas políticas bem definidas ou em construção pelos militantes, objetivando uma mudança social, política ou cultural, por vezes, utópica (SCHERER-WARREN, 2014, p. 14). A exemplo disso, cita-se o Movimento Passe Livre, em relação ao direito de ir e vir e ao transporte público<sup>144</sup>; o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto<sup>145</sup>, em busca de melhores condições de vida digna e moradia<sup>146</sup>; o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em luta pela reforma agrária e outros direitos de moradia, dentre outros<sup>147</sup>.

As manifestações ou marchas dos movimentos sociais são mobilizações que buscam a visibilidade pública de determinadas pautas elegidas, às vezes por

---

<sup>144</sup> O MPL, em página oficial, explica que o “Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2018, s/p).

<sup>145</sup> O site oficial do MTST refere que o “MTST — Movimento dos Trabalhadores Sem Teto — é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é e nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morar nas periferias; ao contrário: o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas. Ao mesmo tempo, a organização sindical, no espaço de trabalho, tem tido enormes dificuldades em organizar um segmento crescente de trabalhadores (desempregados, temporários, terceirizados, trabalhadores por conta própria, etc.), a partir de transformações ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas (MTST, 2018, s/p).

<sup>146</sup> O próprio MTST, na página oficial na *web*, sinaliza sobre uma nova forma de ação, tratando que “Nossa forma de ação mais importante são as ocupações de terras urbanas. Com elas pressionamos diretamente os grandes proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construímos um processo de organização autônoma dos trabalhadores. As ocupações são sempre acompanhadas de uma pressão focada nos órgãos do Estado, com marchas e ocupações de prédios públicos. As ocupações são o grito de um povo que não suporta mais viver calado em seus buracos. Que não suporta mais ter que escolher entre comer e pagar aluguel, nem continuar sofrendo humilhações por viver de favor na casa de alguém. Mas, também, são mais do que isso. As ocupações mostram para todos os trabalhadores que, se nos levantarmos de forma organizada, podemos ser muito mais fortes. Podemos fazer o governo recuar, a polícia recuar, o dono da construtora e do latifúndio ser derrotado. E assim termos conquistas” (MTST, 2018, s/p).

<sup>147</sup> O site oficial do MST indica que o “Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária”, indicando como principais bandeiras a cultura, a reforma agrária, o combate à violência sexista, a democratização da comunicação, a saúde pública, o desenvolvimento, a diversidade étnica, a reforma do sistema política e a defesa da soberania nacional e popular (MST, 2018, s/p)

movimentos sociais organizados ou às vezes convocados em torno de uma questão, por meio de passeatas e carreatas em espaços públicos, isto é, mediante a ocupação de praças, avenidas e lugares representativos para protestar por uma causa, de forma repetida ocasional ou regularmente (SCHERER-WARREN, 2014, p. 14). Como exemplo dessa categoria, tem-se a Marcha Zumbi dos Palmares, em oposição ao racismo<sup>148</sup>; a Marcha das Margaridas, realizada, desde 2000, especialmente por trabalhadoras rurais contra a fome, a pobreza e a violência sexista<sup>149</sup>; a Marcha da Maconha, com manifestantes em prol de mudanças na legislação sobre maconha e, inclusive, sobre outras drogas, regulamentação do comércio e descriminalização do uso medicinal e recreativo<sup>150</sup>.

As manifestações amplas da cidadania e/ou dos “indignados”, como assim denominadas pela autora, remetem a “agregados de múltiplos coletivos no espaço público com reivindicações conjunturais, mas frequentemente com protestos politicamente heterogêneos, diversificados, e podendo conter antagonismos políticos explícitos ou não”, sendo “mobilizados especialmente através das redes sociais e/ou virtuais” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 14). Exemplificando, Diretas Já, protestos em favor de eleições democráticas e do fim da ditadura militar brasileira ocorridos entre 1983 e 1984; Caras Pintadas, reivindicando o impedimento do presidente do Brasil, à época, 1992, Fernando Collor de Mello; e Primavera Árabe, Indignados da Espanha e

---

<sup>148</sup> Em 20 de novembro de 2017, em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, há notícia de que pautas como o racismo de todos os dias, os números do mercado de trabalho, a violência doméstica e institucional, o perfil do sistema prisional brasileiro, as ameaças que podem acabar com demarcações de terras quilombolas, a intolerância às religiões de matriz africana, os cortes em serviços por meio de PECs e PLs marcaram a marcha Zumbi Dandara realizada em Porto Alegre - RS (CANOFRE, 2017, s/p).

<sup>149</sup> No site oficial do Transformatório das Margaridas, explica-se como a marcha acontece “Em cada uma de suas edições, a Marcha das Margaridas realiza um amplo processo de construção de sua plataforma política através de reuniões com a coordenação ampliada da Marcha – responsável por debater nos movimentos parceiros, nas federações, sindicatos e comunidades rurais os pontos que integram sua plataforma política. Realizada sempre em agosto para lembrar o mês em que Margarida Alves foi assassinada, a Marcha das Margaridas coloca milhares de mulheres do campo e da floresta vindas de todo o Brasil em marcha nas avenidas de Brasília. [...] De pés firmes para a caminhada, as Margaridas marcham desde muito lugares, buscando um que seja comum: uma vida mais justa, com igualdade, liberdade e autonomia; sustentabilidade para os seres humanos e para a natureza; desenvolvimento, relações políticas e sociais que façam sentido na realidade do dia-a-dia e que se sustentem um projeto de país e de vida sem violência e com democracia, enfim, um futuro melhor que se materializa no presente.” (O QUE..., 2018, s/p).

<sup>150</sup> Em 2018, realizou-se a 10ª (décima) edição da Marcha da Maconha em São Paulo, reunindo cerca de 100 (cem) mil pessoas na Avenida Paulista, engajadas pela legalização e descriminalização da *cannabis sativa*, tanto para uso medicinal, quanto para uso recreativo, em oposição também à política de guerra às drogas institucionalizada brasileira (NUNES, 2018, s/p).

Manifestações de Junho de 2013, remetendo-se às ações tratadas no capítulo anterior.

Manifestações-bloqueio ou “formas de ação nas ruas”, este último termo conforme Ned Ludd (2002, p. 9-15), são táticas ou estratégias de pequenos grupos que, durante outras grandes manifestações ou marchas públicas mais amplas, aproveitam para levantar determinadas bandeiras ou protestar contra determinadas causas, que, originalmente, não fazem parte do manifesto em questão, fazendo-se uso de princípios ideológicos do anarquismo (SCHERER-WARREN, 2014, p. 14-15). Por exemplo, *black blocs*, tática utilizada por manifestantes, normalmente vestidos de preto e com máscaras, para desafiar as forças policiais e atacar propriedades privadas em protesto ao capitalismo<sup>151</sup>; *Anonymous*, manifestantes que se utilizam do hacktivismo, colaborativo e internacional, para protestar em favor da liberdade de expressão, da liberdade da internet, dentre outros direitos.

E a ação-manifesto sociocultural apresenta como característica geral a mobilização e luta coletiva para ocupação de espaços públicos, ou, ainda, espaços privados abertos ao público em geral, normalmente em prol da afirmação de direitos socioculturais de grupos excluídos, discriminados ou não reconhecidos por determinadas singularidades próprias (SCHERER-WARREN, 2014, p. 15). Assim, a exemplo disso, mencionam-se os “Rolezinhos”, quando jovens da periferia se organizam via redes sociais para encontros em específicos lugares utilizados por classes mais altas, como shopping centers; bem como a Marcha das Vadias, realizada por mulheres, muitas usando roupas consideradas provocantes ou até mesmo sem roupas, em protesto contra o machismo e a cultura do estupro, a qual dita que os assédios ocorrem supostamente em razão da roupa escolhida<sup>152</sup>.

---

<sup>151</sup> Nesse sentido, “podemos visualizar a presença da tática *black bloc* protegendo os manifestantes contra a repressão policial e praticando seus atos contra símbolos do capitalismo, na maioria das vezes depredações de bancos, concessionárias automotivas e estabelecimentos de grandes multinacionais, não sendo obrigatória a presença de ambos para haver a caracterização da tática. Ou seja, é perfeitamente possível a presença pacífica dos manifestantes *black blocs*, sendo suficiente a estética visual do bloco negro para estar caracterizada a crítica radical pretendida” (BUDÓ *et. al*, 2014, p. 479). Quatro características são utilizadas pelos manifestantes *black blocs*, quais sejam, “a negação da responsabilidade (parcial porque não negam a autoria da ação, negam que sejam causadores da violência na sociedade); a negação do dano (porque os objetos danificados são propriedades dos capitalistas etc.); a negação da vítima (afirmam que o alvo é atingir coisas, objetos, não pessoas); e a condenação de quem julga o delito (o delito, para eles, é cometido pela polícia)” (SYKES & MATZA *apud* GOHN, 2015, p. 60).

<sup>152</sup> Ver mais em DIEMINGER (2016, p. 41-46).

Em distinção dos movimentos sociais organizados das manifestações, sejam elas marchas, amplas de cidadania ou bloqueios, verifica-se que os primeiros possuem “uma relativa permanência temporal e no mundo contemporâneo tendem a se estruturar sob a forma de redes de militância que operam como uma estratégia para a construção e significados políticos ou culturais em comum”, a fim de mobilizar cidadãos para manifestos e transformações sociais (SCHERER-WARREN, 2014, p. 15). Por outro lado, as manifestações de rua têm nascedouro frequentemente reativo diante de conjunturas coletivas e públicas, de modo que, por meio do protesto, intenta-se criar visibilidade política e reconhecimento da causa (SCHERER-WARREN, 2014, p. 15).

Ainda, percebe-se que os movimentos sociais organizados possuem um engajamento organizacional, porquanto os grupos de base, como associações, entidades civis, organizações não-governamentais e entidades mediadoras, como fóruns e redes articuladoras, por meio de articulações discursivas, promovem uma construção de significados comuns para lutas na esfera pública e demandas para incidência em políticas públicas ou mudanças sociais ou culturais, ocorrendo de forma contínua para além de um movimento mobilizatório (SCHERER-WARREN, 2014b). Em outras palavras, os movimentos sociais organizados se protraem no tempo, podendo-se utilizar de manifestações para reconhecimento de causas, mas não são reduzidos a estes momentos reativos.

Por outro lado, as manifestações de rua, em sentido estrito, partem de outros parâmetros, à medida em que tendem a se construir na forma de eventos políticos reativos contra situações ou fatores políticos indesejáveis, podendo tanto serem articuladas pelos movimentos sociais organizados, quanto por cidadãos em geral indignados, ou, ainda, uma combinação das duas possibilidades, tendo em vista o fortalecimento das redes sociais virtuais (SCHERER-WARREN, 2014b). No que tange às características temporais, as manifestações tendem a ser efêmeras, enquanto dure a motivação ou o fato político-conjuntural, como, por exemplo, foram as manifestações de Diretas-Já, contra a ditadura militar em 1983/1984, assim como quando do processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, em 2014.

No entanto, Scherer-Warren argumenta que as articulações políticas discursivas podem “não ter continuidade se não forem incorporadas principalmente por movimentos organizados que podem lhe dar continuidade e restabelecer ou recriar

novos sentidos e ideários políticos” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 15-16). Essa constatação deve ser analisada junto às considerações de outros autores, especialmente quando se trata dos “antigos” movimentos sociais, dos “novos” movimentos sociais, dos “novíssimos” movimentos sociais e das “redes de indignação e esperança dos movimentos sociais na era da internet”, para complemento da tipologia aqui utilizada.

Os “antigos” movimentos sociais aconteceram especialmente no Ocidente e eclodiram até pouco mais de meados do século XX, sendo protagonizados essencialmente por segmentos populares urbanos de camponeses e camadas médias, com uma óbvia vinculação de subordinação institucional a partir de sindicatos, de partidos políticos e do próprio Estado (WOLKMER, 2015, p. 129-131). Tais movimentos sociais intentavam privilegiar pautas concretas, materiais e econômicas, a partir de relações instrumentais imediatas e de barganha e resistência direta (WOLKMER, 2015, p. 122). Exemplos clássicos dessa categoria são as greves gerais convocadas pelos trabalhadores para exigirem melhores condições de emprego e aumento de salário, dentre outros.

A partir da década de 70, pode-se citar o surgimento dos “novos” movimentos sociais, emergidos a partir da insatisfação da população pelas instituições políticas clássicas por diversos fatores, dentre eles o impacto da globalização no modo de vida, o deterioramento da qualidade da vida, a falência do Estado do Bem-Estar Social<sup>153</sup> e a falibilidade do sistema representativo (WOLKMER, 2015, p. 132)<sup>154</sup>. Esses novos movimentos sociais constroem um novo paradigma de cultura política e emancipação

---

<sup>153</sup> Sobre a falência do Estado do Bem-Estar Social, refere-se que “a crise do *Welfare state* pode ser entendida também como um processo de ‘socialização do Estado’ (Rose, 1978, Huntington e Crozier, 1975). [...] o Estado assistencial difundiu uma ideologia igualitária que tende a deslegitimar a autoridade política; a disposição do Estado a intervir nas relações sociais provoca um enorme aumento nas solicitações dirigidas às instituições políticas, determinando a sua paralisia pela sobrecarga da procura; a competição entre as organizações políticas leva à impossibilidade de selecionar e aglutinar os interesses, causando a total permeabilidade das instituições às demandas mais fragmentadas. O peso assumido pela administração na mediação dos conflitos provoca a burocratização da vida política que, por sua vez, leva à ‘dissolução do consenso’. Baseando-nos nesta análise, torna-se claro que as possibilidades de saída da crise ficam entregues à capacidade de resistência das instituições, à sua autonomia em face das pressões de grupos sociais numa perpétua atitude reivindicativa” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 419).

<sup>154</sup> Os novos movimentos sociais não querem a destruição do Estado, mas defendem pequenas mudanças, no que Wolkmer denomina como “microrrevoluções”, pois “enquanto os antigos movimentos projetam intentos essencialmente material, relações instrumentais, orientações para com o Estado e organização vertical, os novos movimentos sociais buscam conduzir-se por critérios de afetividade, relações de expressividade, orientações comunitárias e organização vertical” (WOLKMER, 2015, p. 142), sendo relevantes nos bairros, nas associações, nas ruas, nos campos, dentre outros espaços do cotidiano.

social, uma vez que se tornam, além de horizontais, “autônomos e inteiramente independentes do Estado, agem para responder às necessidades humanas existenciais e culturais, como ecologia, pacifismo, feminismo, antirracismo e direitos difusos” (WOLKMER, 2015, p. 147)<sup>155</sup>.

Daí que o aperfeiçoamento das tecnologias de informação e comunicação, notadamente o advento da internet e, conseqüentemente, da sociedade informacional, revoluciona a mobilização social, originando os “novíssimos” movimentos sociais, organizações absolutamente autônomas, independentes e muitas vezes alheias aos partidos políticos, sindicatos e outras instituições, sem um líder formalmente convocado de imediato, que encontram “nas redes sociais uma ferramenta ótima de organização, divulgação e publicização de suas bandeiras” (CARVALHO, 2015, p. 68). Os “novíssimos” movimentos sociais não possuem uma pauta historicamente delimitada, mas uma multiplicidade de pautas e um funcionamento horizontal, tal como a organização dessa nova sociedade em rede.

Por outro termo, Manuel Castells identifica redes de indignação e esperança nos movimentos sociais da era da internet. Isso, porque parte do pressuposto de que a mudança social envolve uma ação individual e/ou coletiva, essencialmente, motivada por seis emoções básicas trazidas pela neurociência, quais sejam, medo, aversão, surpresa, tristeza, felicidade e raiva (CASTELLS, 2017, p. 190). O compartilhamento de informações pelos usuários das redes sociais e a conseqüente identificação de uns com os outros faz com que o indivíduo ou o coletivo supere o medo da ação, deixe a raiva tomar o controle, assuma riscos nem sempre calculados e sucede prevalecer o entusiasmo, que, por sua vez, reforça a mobilização social (CASTELLS, 2017, p. 190).

Os movimentos sociais da era da internet surgiram diante da crise econômica conjuntural do capitalismo globalizado e da crise de legitimidade política, pois, ante o colapso financeiro, o encolhimento do Estado de Bem-Estar Social, responsável pelo

---

<sup>155</sup> Sobre essa questão, Maria da Glória Gohn, em trabalho teórico-empírico de mapeamento da cena, delimita, pelo menos, dez redes de mobilização surgidas no Brasil contemporâneo, em especial relevância dos novos movimentos sociais: a) movimentos sociais ao redor da questão urbana; b) movimentos sociais em torno da questão do meio ambiente urbano e rural; c) movimentos sociais identitários e culturais de gênero, etnia e gerações; d) movimentos sociais de demandas na área dos direitos; e) movimentos sociais ao redor da questão da fome; f) movimentos sociais e mobilizações na área do trabalho; g) movimentos sociais decorrentes de questões religiosas; h) movimentos sociais e mobilizações rurais; i) movimentos sociais no setor das comunicações; e j) movimentos sociais globais (GOHN, 2013, p. 39-160).

*establishment*, tanto político, quanto social, atingiu em cheio a confiança da população. Nesse mesmo sentido, a crise global de produção de alimentos e o aumento do preço de produtos de primeira necessidade desafiaram a subsistência de muitas pessoas, especialmente nos países árabes. A desigualdade social, os episódios de injustiça, a baixa qualidade na prestação de serviços públicos essenciais, os escândalos de corrupção sistêmica e institucional, dentre outros fatores, contribuíram para a ebulição de uma indignação geral de uma multidão que, conectadas por redes sociais virtuais, saiu às ruas em busca de direitos e esperança.

Os movimentos sociais da era da internet possuem, então, um padrão emergente, que, embora não guardem estrita relação com a tipologia clássica dos movimentos sociais, apresentam uma série de características comuns, sendo entendidos, em verdade, como movimentos em rede, qualidades estas pormenorizadas por Manuel Castells na obra sobre redes de indignação e esperança. Dessa forma, os movimentos sociais do século XXI são conectados em rede de múltiplas formas e por intermédio de múltiplos meios, sendo a utilização das redes sociais online e off-line essencial, tanto para ligar os próprios indignados, quanto para ligar os movimentos com outros movimentos dentro das ocupações públicas, quanto para ligar o movimento com a blogosfera da internet, com a mídia, com outros movimentos ao redor do globo e com a sociedade (CASTELLS, 2017, p. 192).

Nesse panorama, verifica-se que esses movimentos sociais iniciam pelas redes sociais virtuais por causa do compartilhamento de informação entre usuários e se transformam efetivamente em um movimento ao ocupar o espaço urbano, numa “interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto” (CASTELLS, 2017, p. 192-193). Por essa razão, o espaço da autonomia, isto é, este lugar híbrido entre a cibernética e o espaço urbano que se autocompletam, é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2017, p. 193).

Os movimentos sociais da era da internet possuem gênese espontânea, mas normalmente advinda de uma centelha de indignação, um episódio de violência ou uma mensagem viral que desencadeia diversas reações nas redes sociais virtuais e sociais (CASTELLS, 2017, p. 194). Eles são, simultaneamente, locais e globais, porque começam em contextos específicos sobre demandas determinadas, porém conversam com o mundo, aprendem com as outras experiências e importam ou

exportam ideias, como se fosse uma cultura cosmopolita em prol da humanidade (CASTELLS, 2017, p. 193). Acontecem, pois, num tempo atemporal, primeiro, porque, quando das ocupações, vivem um dia após o outro numa eternidade, sem saber o que pode acontecer nas próximas horas; segundo, porquanto, quando debatem sobre o futuro, discutem um horizonte não definido temporalmente e sim uma nova forma de vida (CASTELLS, 2017, p. 193).

De igual maneira, os movimentos sociais são virais, comportando-se conforme a própria lógica das redes, o que importa numa horizontalidade, companheirismo e solidariedade das redes para passagem da indignação à esperança por meio de deliberação no espaço de autonomia, em detrimento de uma liderança específica formal, embora possam haver porta-vozes constituídos (CASTELLS, 2017, p. 194-195). Nesse aspecto, os movimentos tornam-se profundamente autorreflexivos, uma vez que se questionam permanentemente como próprio movimento, sobre o que desejam para o futuro, sobre o que podem fazer, sobre como evitar prejuízos ou ataques de outras forças (CASTELLS, 2017, p. 196).

Os movimentos sociais da era internet, como visualizado anteriormente, são raramente programáticos, haja vista a quantidade de demandas e motivações que fazem as pessoas saírem às ruas ou a multiplicidade de pautas que desencadearam a indignação (CASTELLS, 2017, p. 197). Essa variedade de questões tratadas possui um aspecto positivo e um negativo: por um lado, pela ampla variedade, acontece uma grande atração das mais diferentes pessoas ou grupos; por outro lado, a indefinição de objetivos pode enfraquecer o movimento, porque, ao fim e ao cabo, não se tem certeza ou clareza quanto algo a ser conquistado (CASTELLS, 2017, p. 197).

Por fim, importa dizer que os movimentos sociais da era da internet são, sobretudo, independentemente das pautas eleitas durante as manifestações, voltados para mudança de valores da sociedade, não se reduzindo a um só projeto ou a uma só ação, tampouco canalizados para uma ação política institucional única, embora os partidos políticos possam tentar cooptar manifestantes e acabem recebendo repulsa em resposta (CASTELLS, 2017, p. 197).<sup>156</sup> Para isso, quando propõem uma

---

<sup>156</sup> Nesse entendimento, as frases utilizadas em cartazes durante as manifestações que ilustram esse clamor por uma mudança de valor na sociedade. Pontua-se “queremos escolas, metrô, trens, ônibus, barcas e hospitais padrão FIFA”, “tem tanta coisa errada que nem cabe em um cartaz”, “desculpe o transtorno, estamos mudando o Brasil”, “cure seu preconceito”, “meu partido é meu país”, “ou para a

reformulação na democracia, em função de uma deliberação direta e maior participação social, tais movimentos são políticos num sentido fundamental (CASTELLS, 2017, p. 198). Os movimentos sociais da era da internet não querem se apropriar do Estado, na mesma lógica de poder antes debatida, mas tentam transformar o próprio Estado, tais como contrapoderes.

E, na esteira deste trabalho, inclui-se uma característica específica desses movimentos sociais da era da internet que é a utilização de atores e processos de contravigilância para neutralizar e contrapor o domínio das redes de poder. Assim, atuam para protestar contra a vigilância perpetrada pelas grandes corporações e pelo Estado ou para diminuir a influência dessa vigilância, por meio do hackeamento de dados sigilosos desses atores políticos, com o objetivo de desestabilizar e forçar um recuo na atuação desses atores sociais; bem como a partir da obtenção e divulgação de informações para democratização do conhecimento de determinadas questões antes restritas ao acesso de apenas alguns personagens.

Em outro sentido, esses movimentos sociais também estão preparados, com os *smartphones* em punho, para fotografar, filmar e transmitir ao vivo na internet a própria realização das manifestações, ou qualquer atuação abusiva ou ilegal da polícia ou outras instituições contra o movimento, a fim de promover discussões, captar mais pessoas para participação, registrar abusos cometidos e gerar comoção e maior indignação nas redes sociais pessoais e virtuais. Trata-se, assim, de uma vigilância em desfavor do próprio vigilante, de modo que os manifestantes não confiam nos supostos dispositivos de segurança da sociedade informacional e invertem o uso desses mecanismos contra quem os utiliza para outros fins.

Percebe-se, então, que as tecnologias de informação e comunicação e especialmente a internet, por meio de redes sociais virtuais, promovem uma resignificação de conceitos acerca dos movimentos sociais nessa nova arquitetura social, pois adicionam maior complexidade às relações sociais e aos estudos empíricos. A sociologia dos movimentos sociais precisou – e ainda precisa, já que, conforme Gohn (2014), remanescem importantes lacunas a serem tratadas pelos estudiosos do tema<sup>157</sup> - realinhar as teorias até então elaboradas para abraçar as

---

corrupção ou paramos o Brasil”, “quantas escolas valem um Maracanã?”, “nós somos o futuro do Brasil”, “um país mudo não muda”, dentre tantos outros.

<sup>157</sup> Gohn refere especificamente que “grandes lacunas permanecem na produção acadêmica a respeito dos movimentos sociais, embora elas tenham estado presentes na literatura há algum tempo e

multidões que saíram às ruas após o início do século XXI numa nova ação coletiva em protesto por mudanças políticas capazes de traçar um novo projeto de futuro.

### 3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E(M) LUTA: O ATIVISMO NA SOCIEDADE EM REDE

Logo que os movimentos sociais do século XXI eclodiram em diferentes países ao redor do globo, muito se tentou identificar e caracterizar o público participante, verificando quem eram os manifestantes e o que eles protestavam. Em alguns casos, as entidades ou siglas que convocavam os atos eram de fácil constatação, ainda mais quando visualizados os cartazes ou os eventos criados nas redes sociais virtuais; em outros, as vozes e as lideranças que puxavam as mobilizações davam alguma indicação; ou então, as pautas levadas às ruas desenhavam um pouco do quadro de reivindicação.

Entretanto, como percebido nos capítulos anteriores, esses movimentos sociais são diferentes daqueles padrões aos quais os especialistas estavam acostumados, já que entidades e siglas até então contraditórias se juntaram por causas comuns; vozes e lideranças de segmentos opostos fluíram os mesmos discursos; pautas e reivindicações de diferentes questões e ordens foram reunidas em grandes manifestos. Os manifestantes, de igual maneira, misturavam-se em grandes mares de pessoas nos espaços públicos, usavam roupas de todas as cores e, em algumas circunstâncias, utilizavam vestes pretas e máscaras para cobrir os rostos, repudiavam bandeiras partidárias, líderes verticais e palavras de ordem, cantavam slogans e canções populares, confrontavam a polícia, dividiam-se, por vezes, em lugares diferentes dos planejados, o que desafiou, mais uma vez, a análise dessas manifestações sociais<sup>158</sup>.

---

alimentado o debate a respeito. Essas lacunas são: 1) o próprio conceito de movimento social; 2) o que os qualifica como novos; 3) o que os distingue de outras ações coletivas ou de algumas organizações sociais como as ONGs; 4) o que ocorre de fato quando uma ação coletiva expressa num movimento social e institucionaliza; 5) qual o papel dos movimentos sociais neste novo século; 6) como podemos diferenciar um movimento social criado a partir da sociedade civil, por lideranças e mandatários, de ações civis organizadas ao redor de projetos de mobilização social e que também se autodenominam movimentos; 7) quais as teorias que realmente têm sido construídas para explica-los” (GOHN, 2014, p. 26-27).

<sup>158</sup> Em 2011, a revista “Time”, na tradicional eleição de fim de ano de capa em homenagem à pessoa que influenciou, para o bem ou para o mal, os fatos mundiais no período, elegeu a figura do “manifestante” como personalidade do ano, mostrando um jovem com a metade inferior do rosto

Os movimentos sociais na sociedade em rede fizeram da internet um palco de compartilhamento de indignação, de mobilização de pessoas e grupos e de reflexão sobre as próprias reivindicações, de modo que a difusão do uso da internet e das redes sociais, com conexão entre residências, escolas, cibercafés, locais de trabalho, prédios governamentais e espaços públicos, contribuiu para cultura de ciberativismo, fundamental para o sucesso das grandes mobilizações do século XXI. Na Islândia, à época da Revolução das Panelas, 94% (noventa e quatro por cento) da população do país estava conectada à internet<sup>159</sup>, sendo que dois terços desse número estavam logados no Facebook, preparados para debater, votar e elaborar uma nova carta constitucional (CASTELLS, 2017, p. 46).

Na Tunísia, após a autoimolação do comerciante Mohamed Bouazizi, em Sidi Buzid, motivada pelos confiscos e propinas exigidas pelos agentes públicos, diversos outros trabalhadores, que, inclusive, passaram por situações parecidas, começaram a protestar (CASTELLS, 2017, p. 37-38). A repressão policial desse manifesto na cidade interiorana da Tunísia difundida por câmeras e celulares indignou milhares de pessoas em diferentes cidades, que também queriam acabar com o regime ditatorial de Ben Ali, sendo que a alta taxa de desemprego, especialmente entre jovens com diploma universitário, fez campo fértil para que as manifestações florescessem, já que “a maioria dos políticos tem cabelos brancos e coração negro; queremos [os manifestantes] pessoas que tenham cabelos negros e coração branco” (CASTELLS, 2017, p. 37-38).

No Egito, a morte de um jovem ativista que denunciava abusos policiais, a série de autoimolações ocorridas pelo aumento dos preços das comidas e a mensagem de coragem divulgada nas redes sociais por Asmaa Mahfouz, fundadora do Movimento da Juventude 6 de Abril, fizeram milhares de pessoas ocuparem a Praça Tahrir em 2011, inclusive redes de torcedores de clubes de futebol até então rivais, dentre eles

---

coberta por um lenço, em alusão aos “os homens e as mulheres de todo o mundo, em particular do Oriente Médio, que derrubaram governos e levaram um sentido de democracia e dignidade às pessoas que antes não os tinham” (REVISTA..., 2011, s/p).

<sup>159</sup> No Brasil, de acordo com a pesquisa TIC Domicílios, representativa do ano de 2016, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), que integra o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), o índice de usuários, isto é, aqueles que utilizaram a internet há menos três meses da entrevista, é de 61% (sessenta e um por cento) da população total, sendo que, deste número, 93% (noventa e três por cento) acessaram pelo telefone celular e 57% (cinquenta e sete por cento) acessaram por computador; ainda, conforme a mesma pesquisa, 54% (cinquenta e quatro por cento) dos domicílios brasileiros possuem acesso à internet (CETIC.BR, 2016, s/p).

al-Ahly e Zamolek Sporting (CASTELLS, 2017, p. 57-59). Ademais, desde 2009, um quarto das residências do Egito tinham acesso à internet, 80% (oitenta por cento) dos egípcios possuíam um telefone celular, a versão árabe do Facebook fez muito sucesso, de forma que as mensagens de indignação tiveram rápido compartilhamento (CASTELLS, 2017, p. 60).

Nos próximos dias, milhares de pessoas se juntaram às manifestações, camadas mais pobres, que representavam 40% (quarenta por cento) da população, minorias religiosas, jovens, novamente em especial desempregados com diploma universitário, e mulheres, algumas com véus e outras vestidas à ocidental, em protesto ao regime de Hosni Mubarak. As classes urbanas desesperadas com os preços dos produtos alimentícios também se uniram aos protestos; trabalhadores da indústria fizeram inúmeras greves; o Exército egípcio acabou, eventualmente, rompendo com o governo e, mais tarde, assumindo o poder, fazendo boa parte das vozes voltarem-se contra às Forças Armadas (CASTELLS, 2017, p. 69-78).

Em 2011, a Europa enfrentava uma crise do sistema financeiro, que desafiava a economia de diversos países, com uma taxa de desemprego de 22% (vinte e dois por cento) e 47% (quarenta e sete por cento) entre os jovens na Espanha, por exemplo (CASTELLS, 2017, p. 103-104). Logo, um grupo de pessoas, em fóruns, blogs, lista de e-mails, sob a campanha “Democracia Real Ya”, pluralizou um debate sobre reformas e reivindicações, convocando, 15 de maio, uma ocupação geral. Com o acampamento durando por dias a fio, diferentes camadas da população se juntaram às manifestações, resultando, segundo pesquisas, em uma aprovação de três quartos da opinião pública e, em alguns indicadores, 88% (oitenta e oito por cento) de concordância com o discurso (CASTELLS, 2017, p. 103-104).

Na Turquia, os protestos foram encabeçados, num primeiro momento, por, pelo menos, cinquenta ambientalistas contra a destruição do Parque Gezi, em Istambul. Contudo, na esteira da indignação que inspirava movimentos sociais em outras partes do mundo, milhares de pessoas ocuparam as ruas em manifesto contra a política conservadora e ortodoxa do presidente Recep Tayyip Erdoğan, especialmente por aqueles que ansiavam mais liberdade no modo de vida, jovens, ativistas políticos, artistas, músicos, ecologistas, mulheres, militantes, comunidade LGBTQ+, anticapitalistas, dentre outros (CASTELLS, 2017, p. 173-176).

Nos Estados Unidos, centenas de pessoas perderam as casas na crise imobiliária de 2008; com a crise do setor financeiro daí advinda, milhões de pessoas perderam a oportunidade de fazer empréstimos, foram obrigadas a fechar negócios, perderam empregos, tiveram salários reduzidos, enquanto 1% (um por cento) da população americana ficava cada vez mais rico (CASTELLS, 2017, p. 129). Fazendo referência a esse fato, centenas de pessoas ocuparam o principal centro financeiro dos Estados Unidos, Wall Street, em Nova York, bem como outras cidades do país e do mundo, notadamente jovens profissionais e estudantes entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) anos, em porcentagem maior de mulheres que homens, com grande parcela de desempregados, subempregados e empregados temporários, com instrução escolar e diploma universitário (CASTELLS, 2017, p. 138-139); ainda, segundo pesquisas realizadas, os manifestantes eram, em sua maioria, brancos, mas também havia grande presença de afro-americanos latino-americanos; sindicalistas de meia-idade, trabalhadores na faixa dos cinquenta anos, veteranos, pessoas sem-teto; em relação à ideologia, havia expressivos anarquistas, alguns liberais, esquerdistas, mas, em grande maioria, democratas e independentes (CASTELLS, 2017, p. 138-139).

No Chile, a indignação começou por parte de estudantes universitários em favor de melhorias no sistema de educação e, quando aumentaram as reivindicações contra o modelo econômico adotado pelo governo, obtiveram o apoio de mais de 80% (oitenta por cento) da população, sendo que alguns setores da sociedade também foram às ruas (CASTELLS, 2017, p. 183-184). De igual forma, no México, estudantes universitários, em desfavor do governo de Peña Nieto, ocuparam os espaços públicos para exigir melhores condições de vida e interviam diretamente nas campanhas eleitorais, desmentindo boatos e demonstrando fraudes no sistema eleitoral, recebendo, também, o apoio da população mexicana (CASTELLS, 2017, p. 185-187).

No Brasil, o perfil inicial dos manifestantes não destoava das análises realizadas anteriormente, porquanto os jovens encabeçaram os movimentos sociais do século XXI, insatisfeitos com o presente, mas esperançosos com o futuro. Embora os protestos de 2013 tenham iniciado por uma pauta de transporte público levantada pelo Movimento Passe Livre, dias depois a centelha de indignação se espalhou por todo o país, fazendo milhares de pessoas saírem às ruas para reivindicar direitos. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE,

realizada em junho de 2013, nas capitais dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Bahia, bem como na capital federal, Brasília, trouxe um perfil dos manifestantes (IBOPE, 2013, s/p).

De acordo com a pesquisa, 50% (cinquenta por cento) dos manifestantes eram mulheres e outros 50% (cinquenta por cento) eram homens; sendo que, deste número, 43% (quarenta e três por cento) eram jovens de 14 a 24 anos, 20% (vinte por cento) possuem entre 25 a 29 anos, 18% (dezoito por cento) eram pessoas entre 30 a 39 anos e 19% (dezenove por cento) tinham 40 ou mais anos (IBOPE, 2013, s/p). Em relação a trabalho, verificou-se que 76% (setenta e seis por cento) dos manifestantes trabalhavam quando dos protestos; quanto aos estudos, percebeu-se que 52% (cinquenta e dois por cento) estudavam, sendo que, deste número, 49% (quarenta e nove por cento) possuíam colegial completo ou ensino superior iniciado e outros 43% (quarenta e três por cento) terminaram o ensino superior (IBOPE, 2013, s/p).

Ainda, conforme a pesquisa divulgada pelo IBOPE, 54% (cinquenta e quatro por cento) dos entrevistados já haviam participado de outras manifestações (IBOPE, 2013, s/p). Sobre a forma de mobilização das redes sociais, indicou-se que 77% (setenta e sete por cento) das pessoas souberam dos atos pelo Facebook, 1% (um por cento) pelo Twitter, 8% (oito por cento) pelos dois e 13% (treze por cento) não se utilizou dessas plataformas (IBOPE, 2013, s/p). Ainda, 75% (setenta e cinco por cento) dos manifestantes convocaram outras pessoas para a manifestação, o que indica a viralidade das redes, sendo que 78% (setenta e oito por cento) dos protestantes vieram acompanhados de alguém, seja companheiro, amigo ou outros parentes (IBOPE, 2013, s/p).

O estudo também mostrou que 61% (sessenta e um por cento) dos entrevistados possuíam muito interesse por política, porém 83% (oitenta e três por cento) não se sentiam representador por um político brasileiro e 89% (oitenta e nove por cento) não se sentiam representados por qualquer partido político brasileiro (IBOPE, 2013, s/p). Desses manifestantes, 96% (noventa e seis por cento) não eram filiados a partidos políticos e apenas 14% (catorze por cento) eram filiados a sindicatos, entidades de classe ou entidade estudantil, sendo que 82% (oitenta e dois por cento) responderam que não votariam em candidato corrupto (IBOPE, 2013, s/p). Por fim, em relação à renda, notou-se que 30% (trinta por cento) têm renda familiar acima de 2 até 5 salários mínimos, 26% (vinte e seis por cento) têm renda familiar

acima de 5 até 10 salários mínimos e 23% (vinte e três por cento) têm renda familiar acima de 10 salários mínimos (IBOPE, 2013, s/p).

Há notícia do envolvimento de diversas militâncias nos protestos, como a juventude do PSOL, PSTU, PCO, PT (embora muitas bandeiras políticas eram hostilizadas nos protestos); alguns movimentos como MPL, MTST, MST, CUT, UNE, ANEL, “Rompendo Amarras”, “Fora do Eixo”, “Juntos”, “Juntas”, “Movimento Para Todos”, bem como coletivos anarquistas tal qual “Black Blocs”, “Anonymous”, “Kaos”, “FAG”, “Utopia e Luta” e “Resistência Popular”, dentre outros (GOHN, 2014, p. 42-43). Em síntese, os manifestantes brasileiros eram, em sua maioria, pessoas jovens, de classe média e alta, de ambos os sexos, estudantes universitários ou já formados, apartidários, descrentes embora interessados pela política, desconfiados dos políticos, indignados com os casos de corrupção e do mau uso do dinheiro e da coisa pública, esperançosos por melhorias nos direitos sociais e coletivos e adeptos ao uso das redes sociais para mobilização social.

Nesse contexto, importa destacar como ocorre a hibridez entre a comunicação virtual e a ocupação dos lugares públicos para formação do espaço de autonomia dos movimentos sociais do século XXI, a partir da análise da significação de ativismo digital ou, ainda, ciberativismo, isto é, ações desenvolvidas em um ambiente digital por parte dos usuários para propor mudanças políticas, sociais, culturais, dentre outras conjunturas. Convém mencionar que o ativismo digital não é exclusivo do século XXI, porquanto caminha juntamente com a democratização do acesso e navegação política da internet, porém é nesse século, graças às redes sociais virtuais, especificamente sites de relacionamento, que o ativismo ganhou força e grande difusão ao redor do globo (ARAUJO *et al*, 2012, p. 12-13)<sup>160</sup>.

---

<sup>160</sup> Como referido, alguns autores consideram que o ativismo digital é um fenômeno social imanente às redes informacionais, como a internet, devendo-se construir uma cronologia que relaciona ambas as questões. Araujo *et al* definem quatro fases para analisar essa simbiose entre ativismo e internet: a) surgimento, quando da elaboração da própria internet, o ciberativismo serviu como disputa tecnossocial para visualizar a internet como tecnologia não proprietária; b) pré-web, quando do momento inicial da internet, onde possibilitou-se a troca de mensagens entre grupos e ativistas distribuídos pelo mundo; c) população na web, quando surgem, na *web* 1.0, os primeiros sites de apoio a causas ativistas, convocações para protestos organizados e primeiras ações de desobediência civil eletrônica; e d) *web* 2.0, quando da apropriação de blogs e sítios de mídias sociais e da difusão de tecnologias móveis que permitem maior contato, organização e mobilização social (ARAUJO *et al*, 2012, p. 13).

Propõe-se, então, levar em consideração a classificação proposta por Stefan Wray (1998, s/p) sobre o ciberativismo<sup>161</sup>: ativismo computadorizado, desobediência eletrônica civil e hackeamento politizado. O ativismo computadorizado é a conexão entre movimentos sociais políticos por meio da comunicação viabilizada pelo uso do computador, possibilitando o compartilhamento de informações entre manifestantes nas mais diversas partes do mundo para diálogo e incitação da ação social em escala global (WRAY, 1998, s/p).<sup>162</sup> Por outro lado, a desobediência civil eletrônica é uma forma de ação coletiva direta descentralizada, realizada por meio eletrônico, inspirada nas ações tradicionais de desobediência civil, onde o ativista promove a transgressão e o bloqueio virtual de sites (WRAY, 1998, s/p).<sup>163</sup> Por derradeiro, o hackeamento politizado é, diferentemente dos tópicos anteriores, uma ação política que não envolve mobilização e participação, porquanto se utiliza e depende, na maior parte das ocasiões, do anonimato e, às vezes, da individualidade do ativista para acessar, alterar e, por que não, derrubar sites de oponentes na *web* (WRAY, 1998, s/p).<sup>164</sup>

Para adicionar à discussão novas categorias analíticas, traz-se à baila a classificação mais recente promovida por Sandor Vegh, onde o ativismo online é dividido em três categorias analíticas, a saber: conscientização e apoio; organização e mobilização; e ação e reação (VEGH, 2003, p. 72-73). O ativismo de conscientização e apoio é uma estrutura que serve como fonte de informação para conscientizar os ativistas acerca das pautas políticas defendidas, a partir da disseminação de discursos

---

<sup>161</sup> Stefan Wray, especialista em mídias digitais e pesquisador da área, escreveu um artigo pioneiro sobre o futuro da web e seu uso em guerra e ativismo político para a World Wide Web e Contemporary Cultural Theory Conference, realizada na Universidade de Drake, em 1998 (WRAY, 1998, s/p).

<sup>162</sup> O ativismo computadorizado, como uma vez teorizado a partir de meras trocas de informações entre manifestantes, sofreu profunda expansão ao longo dos últimos anos, por permitir o diálogo com um sem número de outros atores sociais para levar adiante o referido ativismo, não mais somente restrito a determinadas pessoas.

<sup>163</sup> Se na desobediência civil típica os ativistas usam o próprio corpo para fisicamente bloquear a entrada ou passagem de lugares de supostos oponentes, na desobediência civil eletrônica os ativistas fazem as transgressões de qualquer lugar do mundo, seja em casa, no trabalho, na universidade ou outros espaços com acesso à internet, impedindo a visualização de informações ou a possibilidade de comunicação do oponente no mundo virtual.

<sup>164</sup> Essa tática é, em certa medida, vista e questionada como ilegal, em virtude da potencialidade dos danos causados à vítima, já que o ativista pode, por exemplo, captar e divulgar informações sigilosas ou segredos comerciais, incluir ou excluir dados importantes de páginas, subtrair bens de contas bancárias, fazer acessos remotos para sobrecarregar o servidor até que a página saia do ar, dentre outras possibilidades, cujas técnicas vêm crescendo nos últimos anos em razão da democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação.

em sites, páginas, comunidades, fóruns, *blogs*, *vlogs* e redes sociais (VEGH, 2003, p. 72-73).<sup>165</sup>

Por sua vez, o ativismo de organização e mobilização é uma forma de acionar politicamente os atores sociais para aderirem e manifestarem em favor de determinada causa ou questão que desperte nesses usuários concordância, discordância, adesão e indignação, podendo essa organização e mobilização serem online com fins off-line, off-line otimizado online ou exclusivamente online (VEGH, 2003, p. 72-73). O ativismo digital online com fins off-line é usado para convocar os usuários para participação em determinado ato, quando, nesse sentido, os ativistas conclamam os usuários, por meio de redes sociais, por exemplo, para ocuparem espaços públicos, no mundo real (VEGH, 2003, p. 72-73).

Ainda, o ativismo digital de organização e mobilização off-line otimizado online é uma forma de convidar as pessoas para realizarem um ato que, comumente acontece nas ruas, isto é, em ambiente off-line, mas que pode ser potencializado pela ação política nas redes sociais, ou seja, em ambiente também online. A exemplo disso, a pressão exercida sobre determinado parlamentar com manifestações em frente ao respectivo gabinete pode ser otimizada com o envio de e-mails e mensagens em redes sociais por um maior número de usuários (VEGH, 2003, p. 72-73). O ativismo digital de organização e mobilização exclusivamente online é uma maneira de chamar os usuários para que façam alguma ação que somente pode ser tentada online, como, por exemplo, assinatura de petições virtuais, cliques em determinados links para reversão em doações ou outra atitude de cunho parecido, dentre outras (VEGH, 2003, p. 72-73).

A terceira forma de ativismo digital de iniciativas de ação e reação, na esteira do ciberativismo de hackeamento politizado citado anteriormente, utiliza-se do hacktivismo para provocar certo dano à vítima escolhida (VEGH, 2003, p. 72-73). Essas práticas ocorrem no sentido de alterar drasticamente o enquadramento efetuado, inserindo-se, de forma violenta, novos códigos às programações das redes, seja por meio da invasão de páginas para sobrepor uma informação, seja por ataques

---

<sup>165</sup> Esse tipo de postagem de conscientização de apoio na internet permite com que os usuários compartilhem as ideias com as suas próprias redes de amigos e contatos, numa reação em cadeia de reações.

em páginas para tirá-las do ar, seja por iniciativas de ciberterrorismo com a difusão de *spams* e *malwares*, prática bastante utilizada pelos adeptos do grupo *Anonymous*.

Uma questão polêmica que envolve o ativismo digital reside na efetividade das ações políticas realizadas em um ambiente estritamente online, quando um usuário completa determinada atitude virtual, sente-se satisfeito em contribuir com a causa, mas não procura se envolver com as iniciativas off-line. Trata-se, pois, de um ativismo digital preguiçoso, isto é, “um ativismo cibernético proporcionador de bem-estar, porém inútil”, numa ação política perpetrada por um internauta “no conforto de sua cafeteria favorita” (MOROZOV, 2010, p. 14)<sup>166</sup>.

Não se deve, contudo, desmoralizar o valor das mobilizações digitais, especialmente aquelas capazes de influenciar a opinião pública. Nesse sentido, Gabriela Lima propõe que o ativismo digital preguiçoso pode ser considerado produtivo, improdutivo e empreendedor (LIMA, 2012, p. 116). Em apertada síntese, o ativismo digital preguiçoso produtivo é visualizado quando o usuário não realiza efetivamente uma ação concreta em prol da pauta específica, mas a atitude preguiçosa na rede permite com que se obtenha um resultado real, como, por exemplo, no caso de cliques para plantio de árvores; o ativismo digital preguiçoso improdutivo é aquele que a atuação é exclusivamente digital e não propõe um benefício imediato real, além de agregar valor positivo a imagem de alguém ou algo, como, por exemplo, o indivíduo que curte determinada página para transparecer aos amigos que se importa com certa causa, embora não tenha nenhuma atitude prática em relação à pauta; e, por fim, o ativismo digital preguiçoso empreendedor ocorre quando o compartilhamento de ideais políticas na *web* faz com que haja uma verdadeira mudança social no ambiente off-line, como, por exemplo, campanhas de economia de água (LIMA, 2012, p. 116-117).

Verifica-se, então, que o grande sucesso dos movimentos sociais da era da internet no século XXI deve-se, primordialmente, ao ativismo digital de internautas

---

<sup>166</sup> Em artigo que analisa os protestos realizados no Irã, em 2009, considerada uma campanha de ativismo digital e de visibilidade da manifestação, Morozov cita que os manifestos foram rapidamente virais, formando uma rede online de solidariedade em desfavor do governo de Mahmoud Ahmadinejad. Ocorre que os ataques disparados pelos ativistas online, em suas mais variadas formas, acabaram por congestionar a própria internet, dificultando e, até mesmo, impossibilitando obter informações e subir ou baixar vídeos e fotos dos protestos, o que acaba por enfraquecer as próprias mobilizações, já que essa hibridez entre o espaço online e off-line é tão essencial nos movimentos sociais do século XXI (MOROZOV, 2010, p. 14).

conectados mundialmente em rede. Para além de troca de mensagens instantâneas, diálogos em fóruns ou emissão e recebimento em massa de correios eletrônicos, as redes sociais virtuais, aplicativos para *smartphones* e plataformas de comunicação instantânea, como Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, Tumblr, WhatsApp, dentre outras, conectaram a indignação das pessoas, permitindo a mobilização em massa de usuários para ocuparem espaços públicos, a transmissão e o registro das manifestações populares, bem como a reflexão, a discussão e o planejamento de resultados, objetivos e ações<sup>167</sup>.

O Facebook é uma das principais redes sociais digitais, sendo fundada em 2004, pelo também Presidente Mark Zuckerberg, com o objetivo de possibilitar a conexão e o compartilhamento de informações entre pessoas ao redor do mundo (FACEBOOK, 2018, s/p). Por meio do Facebook, os movimentos sociais puderam criar páginas sobre as causas comuns, postar publicações a respeito de temas específicos, curtir, comentar, compartilhar e reagir a imagens, vídeos, textos e notícias, organizar eventos para indicação do local de reunião, ocupação ou itinerário dos manifestantes, reproduzir ao vivo cenas das manifestações, adicionar companheiros de luta, publicar opiniões e depoimentos e trocar mensagens com amigos, inimigos e até então desconhecidos.

O Twitter é outra rede social importante no desenvolvimento do ativismo na era da internet, sendo lançada em 2006 (TWITTER, 2018, s/p). Por intermédio do Twitter, que é um microblog, os movimentos sociais puderam compartilhar rapidamente com o mundo o que estava acontecendo em até 140 (cento e quarenta) caracteres – e agora em até 280 (duzentos e oitenta) caracteres, sendo possível publicar pequenos

---

<sup>167</sup> Em relatório fornecido pela App Annie em maio de 2018, grupo mundialmente conhecido pela produção de dados sobre o mercado de aplicativos com base no sistema operacional iOS, da Apple Inc., revelou um ranqueamento dos aplicativos mais baixados pelos usuários em todo o mundo desde julho de 2010, indicando a preferência por redes sociais virtuais, na seguinte ordem de preferência: Facebook, Facebook Messenger, YouTube, Instagram, WhatsApp Messenger, Google Maps, Snapchat, Skype, WeChat e QQ (APP ANNIE, 2018, s/p). No Brasil, a pesquisa TIC Kids Online, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), em análise dos hábitos online de crianças e adolescentes entre 9 (nove) e 17 (dezesete) anos em todo o território nacional no ano de 2015, indica que 81% acessam a Internet todos os dias ou quase todos os dias, 82% utilizam celular para acessar a rede (em 2013 eram 53%), 56% utilizam computador de mesa/PC para acessar a rede (em 2013 eram 71%), demonstrando a insurgência dos aparelhos portáteis, 68% utilizaram Internet para trabalhos escolares no último mês que antecede a pesquisa; 79% possuem perfil próprio em redes sociais, sendo que, destas, 79% possuem conta no Facebook, 71% possuem um número de WhatsApp viável, 37% possuem Instagram, 27% possuem Snapchat e 20% possuem Twitter (CETIC.BR, 2015, s/p).

textos, receber conteúdos em tempo real de pessoas e páginas desejadas, seguir perfis e listas de interesses, encontrar temas de indignação comuns, notícias sobre determinadas manifestações e atualizações instantâneas de ocupações de espaços públicos, bem como acompanhar os assuntos mais comentados na rede através dos *trending topics*, *tweets*, *replies*, *retweets*, *likes* e *hashtags*.

O Instagram, neste mesmo contexto, é uma rede social online, subsidiária do Facebook, lançada em 2010, com o fim de compartilhar essencialmente imagens (INSTAGRAM, 2018, s/p). Mediante o Instagram, os movimentos sociais puderam postar fotos, vídeos e histórias das ocupações e das bandeiras levantadas nos manifestos, dar *likes*, comentar e compartilhar publicações sobre as próprias mobilizações e de outros manifestos em diferentes partes do mundo, trocar mensagens e seguir perfis, páginas e *hashtags*, conectando as pessoas ao redor do globo.

O YouTube, por sua vez, é uma rede social virtual, subsidiária da Google, lançada em 2005, a fim de, essencialmente, permitir o compartilhamento pelos próprios usuários de vídeos produzidos por eles próprios também (YOUTUBE, 2018, s/p). Com o YouTube, os movimentos sociais puderam carregar, visualizar, avaliar e comentar vídeos de manifestações próprias e de outros movimentos, organizar *playlists* de vídeos e músicas, criar e seguir canais de conteúdos relativos às temáticas debatidas e reivindicadas, bem como transmitir, por *livestreaming*, os acontecimentos, debates, mobilizações e ocupações públicas, inclusive episódios de violência policial.

Por outro lado, o Tumblr, rede social virtual lançada em 2007 e atualmente pertencente à Yahoo!, é uma plataforma de *blogging*, como um sistema intermediário entre *microblogs*, como Twitter, e blogs maiores, como WordPress e Blogger (TUMBLR, 2018, s/p). Dessa forma, o Tumblr serviu aos movimentos sociais para publicarem textos, imagens, vídeos, links, citações, áudios e diálogos, seguir outros usuários e outros movimentos, acompanhar as publicações de outras pessoas por meio da *dashboard*, favoritar, comentar ou reblogar postagens de outras pessoas, bem como tratar sobre temas acerca das manifestações sociais, para, além de registrar o que acontecia, também para inspirar novos atores sociais a se mobilizarem.

O WhatsApp, plataforma de comunicação também subsidiária do Facebook e lançada em 2009, é um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz e vídeos entre *smartphones* (WHATSAPP, 2018, s/p). Com o WhatsApp, os movimentos

sociais puderam trocar mensagens instantâneas entre os ativistas e com outros movimentos, criar grupos de contatos para debater sobre as temáticas envolvidas nos protestos, organizar listas de transmissão para repercutir mensagens semelhantes a um número maior de pessoas, enviar arquivos, compartilhar correntes de textos, imagens, vídeos e áudios para replicar o conhecimento de determinada informação, realizar chamadas de áudio e vídeo, fotografar, filmar, gravar sons e conversas que aconteciam nas manifestações, inclusive abusos policiais, e outros usos específicos.

Em síntese, esse ativismo digital, seja ele realizado por meio de ativismo computadorizado, desobediência eletrônica civil ou hackeamento politizado, seja na forma de conscientização e apoio, organização e mobilização ou ação e reação, seja online com fins off-line, off-line otimizado online ou exclusivamente online, seja preguiçoso produtivo, improdutivo ou empreendedor, potencializado pelas redes sociais virtuais e encabeçado, em grande parte, por jovens, contribuiu, sobremaneira, para o desenho dos movimentos sociais na era da internet, resultando em intensa mobilização de pessoas e atores sociais. Assim, como espaços democráticos para compartilhamento da indignação, as praças, parques, avenidas e ruas emblemáticas foram escolhidas para dar azo às manifestações que ocorreram ao redor do globo.

É cediço que as praças sempre foram locais estratégicos para manifestações artísticas, culturais e lazer, para atividades econômicas e administrativas, para protestos sociais e concentrações de todo o tipo, para facilitar a localização e o acesso a prédios históricos ou governamentais, sendo, portanto, “marcos referenciais da própria história da humanidade” (GOHN, 2014, p. 90). No século XX, o processo de urbanização das grandes cidades e o surgimento das periferias fizeram nascer novos locais de manifestações em outros centros sociais, abandonando-se as praças, uma vez que o transporte e deslocamento ficou dificultado e oneroso (GOHN, 2014, p. 91).

No século XXI, com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e a grande participação de jovens na mobilização de pessoas, houve uma ressignificação da importância desses locais e houve um retorno às antigas funções sociais das praças, já que é durante a manifestação que se faz a política não formal, com demandas e reivindicações que deveriam ser tratadas pelos prédios governamentais que esses locais reúnem (GOHN, 2014, p. 91). Nesse ponto, então, oportuno rememorar o *locus* de manifestação dos movimentos sociais do século XXI, tendo como base as redes de indignação tratadas no capítulo anterior.

Na Islândia, quando da Revolução das Panelas, a partir de 2009, milhares de manifestantes se reuniram em *Austurvöllur*, praça pública de Reykjavík, capital do país, onde ficam os prédios do Parlamento Islandês, também chamado de *Althing*, gabinetes de parlamentares, comitês administrativos, parte do secretariado governamental, o *Domkirkjan* (a igreja mais antiga da cidade), o Hotel Borg (famoso e luxuoso hotel), bem como cafés, restaurantes e bares, já havendo abrigado outras instituições importantes como a Biblioteca Nacional e a Universidade da Islândia.

**Figura 16 Praça Austurvöllur, em Reykjavík, Islândia**



Fonte: <https://www.myguidereykjavik.com/sights/austurvollur-square>

Na Tunísia, quando da autoimolação de Mohamed Bouazizi, em 2010, centenas de pessoas se reuniram na Praça 7 de Novembro, em Sidi Buzid, localidade próxima à Túnis, capital do país, dando início à Primavera Árabe. O nome do local remete à data em que o presidente Zine al-Abidine Ben Ali subiu ao poder em 1987, sendo que, após a derrubada do regime autoritário de Ben Ali e após um ano da morte

**Figura 17 Praça Mohamed Bouazizi, em Sidi Buzid, Tunísia**



Fonte: [https://media.npr.org/assets/img/2018/01/18/tunisia-img\\_1134-085c37004db0690cec60f293a493c27a4cd3e5ce-s1600-c85.jpg](https://media.npr.org/assets/img/2018/01/18/tunisia-img_1134-085c37004db0690cec60f293a493c27a4cd3e5ce-s1600-c85.jpg)

do corajoso vendedor de frutas, o espaço foi renomeado para Praça Mohamed Bouazizi (GOHN, 2014, p. 98-99).

No Egito, as manifestações ocorridas a partir de 2011 tiveram lugar na Praça Tahrir, em Cairo, capital do país, que, em árabe, significa “libertação”. O local é um espaço aberto, circundado por ruas tumultuadas e travessas emaranhadas, abrigando construções públicas, como o Museu Egípcio, a sede do Partido Nacional Democrático – retirado do poder pela pressão pública -, o antigo campus da Universidade Americana do Cairo num palácio otomano do paxá no século XIX, a mesquita de Omar Makram, onde acontecem funerais de Estado, e o Mogamma, edifício público que aloja a burocracia estatal egípcia, com escritórios da receita, da imigração, do trânsito, dos serviços cartorários, dentre outros (GOHN, 2014b, p, 100-102).

**Figura 18 Praça Tahrir, em Cairo, Egito, com o Mogamma ao fundo**



Fonte: <https://egyptianstreets.com/2015/04/17/tahrir-square-and-downtown-cairo-to-undergo-major-renovations/>

O Movimento 15-M, como ficaram conhecidas as manifestações ocorridas a partir de 2011, na Espanha, ocupou e acampou por diversos dias praças importantes das cidades espanholas, como a Porta do Sol, em Madri, e a Praça Catalunha, em Barcelona. Em Madri, a Puerta del Sol, cujo nome advém de um adorno em forma de sol numa das entradas do muro que rodeava a cidade no século XV, é o local onde fica o quilômetro zero de diferentes estradas espanholas, acomodando a Real Casa de Correios e outros diversos edifícios importantes comerciais e empresariais.

**Figura 19 Praça Puerta del Sol, em Madri, Espanha**



*Fonte: <http://apartamentosmadridplaza.es/blog/asi-ha-cambiado-la-puerta-del-sol-a-lo-largo-del-tiempo/>*

Na Grécia, os manifestantes, que foram às ruas protestar em desfavor das medidas de austeridade propostas pelo governo numa tentativa de recuperação da economia entremeio à crise financeira europeia e mundial, ocuparam a Praça Syntagma, em Atenas, capital do país. A Praça, também conhecida como Praça da Constituição, recebeu este nome quando, em 1982, o Rei Oto I, frente a uma rebelião militar, obrigou-se a aceitar uma nova Constituição do país. Atualmente, o local recebe o histórico túmulo do soldado desconhecido da Grécia e o Parlamento Helênico, havendo, ainda, o cerimonial antigo de troca de guarda realizada ao longo de todos os dias (GOHN, 2014b, p. 106-107).

**Figura 20 Praça Syntagma, em Atenas, Grécia**



*Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Syntagma\\_Square#/media/File:Syntagma\\_Square\\_\(2015\).jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Syntagma_Square#/media/File:Syntagma_Square_(2015).jpg)*

Na Turquia, a centelha que levou à explosão da indignação foi a proposta de reforma do Parque Gezi, em Istambul, para transformá-lo num quartel militar e num centro comercial, destruindo-se todo aquele que é considerado o “pulmão” da cidade, devido à intensa arborização. Um dos acessos ao Parque Gezi é, justamente, a Praça Taksim, onde os manifestantes se concentraram para protestar por dias seguidos, um grande local aberto e cinzento, sem bancos ou árvores, ponto zero para início de outras ruas importantes, ideal para realização de atos cívicos.

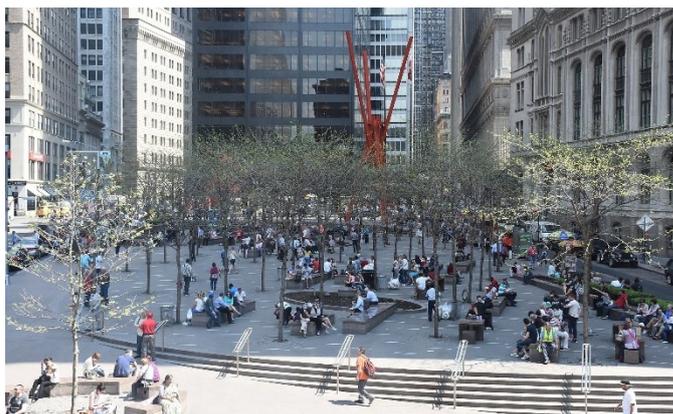
**Figura 21 Praça Taksim, em Istambul, Turquia**



Fonte: [https://tr.wikipedia.org/wiki/Taksim\\_Meydan%C4%B1#/media/File:Taksim\\_Square.jpg](https://tr.wikipedia.org/wiki/Taksim_Meydan%C4%B1#/media/File:Taksim_Square.jpg)

Noutro lado do globo, o Movimento *Occupy Wall Street*, iniciado em setembro de 2011, em Nova York, nos Estados Unidos, juntou centenas de manifestantes no Parque Zuccotti, na Ilha de Manhattan, principal centro financeiro do país e do mundo, distando a apenas uma quadra do complexo do World Trade Center, um dos alvos dos ataques terroristas de 2001. Embora a ocupação tenha durado por, pelo menos, dois meses, para protestos contra a desigualdade social e econômica, as manifestações inspiraram várias cidades dos Estados Unidos, bem como outras cidades em países ao redor do mundo.

**Figura 22 Parque Zuccotti, em Nova York, Estados Unidos**



Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Zuccotti\\_Park#/media/File:Zuccotti\\_Park\\_Spring\\_2015.JPG](https://en.wikipedia.org/wiki/Zuccotti_Park#/media/File:Zuccotti_Park_Spring_2015.JPG)

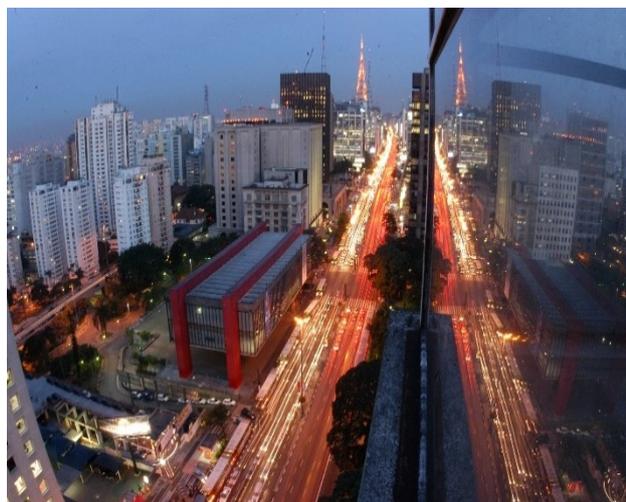
No Brasil, as Jornadas de Junho, como popularmente conhecidas as manifestações ocorridas em várias cidades brasileiras a partir de 2013, também aconteceram em importantes praças e avenidas emblemáticas. Em São Paulo, os manifestantes se reuniram, primordialmente, na Avenida Paulista, principal rua do centro financeiro da capital, em especial próximo ao Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, uma das mais importantes instituições culturais brasileiras; bem como na Marginal Pinheiros, conjunto de avenidas que conecta vários pontos importantes da cidade; e na Praça da Sé, localizada no centro do Município e considerada o marco zero da cidade.

**Figura 23 Avenida Paulista, São Paulo**



Fonte:  
[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ac/Av%2C\\_Paulista\\_900.jpeg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ac/Av%2C_Paulista_900.jpeg)

**Figura 24 Avenida Paulista, São Paulo, com destaque para o MASP**



Fonte:  
<https://abrilveja.files.wordpress.com/2016/12/avenida-paulista-raul-junior.jpg>

Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, os protestantes fizeram passeatas por diferentes ruas da cidade, havendo uma concentração maior de pessoas na Esquina Democrática, cruzamento entre a Avenida Borges de Medeiros e a Rua da Praia, que é considerada um importante espaço para manifestações políticas, tanto que o nome faz referência à democracia. No Rio de Janeiro, os protestos se intensificaram mais na Avenida Presidente Vargas, entre a Igreja de Nossa Senhora da Candelária e a Prefeitura Municipal, um dos principais logradouros da cidade, já que atravessa a maior parte do centro e passa por outros importantes lugares e vias.

Em Salvador, Bahia, os manifestos foram realizados na Praça Campo Grande, ou Largo do Campo Grande, ou, ainda, Praça 2 de Julho, palco de diferentes manifestações ao longo dos anos, possuindo vários edifícios culturais e históricos. Em Fortaleza, Ceará, as pessoas se reuniram em frente ao Palácio da Abolição, sede do Poder Executivo desse estado, localizado na Avenida Barão de Studart. Em Belém, Pará, os manifestantes ocuparam a frente do Palácio Antônio Lemos, sede da Prefeitura Municipal, cuja Avenida abriga outros prédios importantes da cidade.

Em Brasília, os protestos tiveram espaço principalmente na Esplanada dos Ministérios, avenida do centro do Plano Piloto da capital do Brasil, abrigando importantes prédios oficiais do governo do Distrito Federal, como o Palácio do Buriti, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Além disso, comporta também a Praça dos Três Poderes, onde fica o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, prédio este que, por sua vez, foi ocupado pelos manifestantes, em ato histórico.

**Figura 25 Praça dos Três Poderes, Brasília, Distrito Federal (Congresso Nacional ao centro; Supremo Tribunal Federal à esquerda; e Palácio do Planalto à direita)**



Fonte: <https://oquefazeremsuaviagem.com/wp-content/uploads/2017/01/pr%C3%A7a-tres-poderes-brasilia.jpg>

Ora, a cidade é um misto de interações sociais, culturais e econômicas, um emaranhado de contextos sociopolíticos e resultado de encontros e desencontros de pessoas e espaços urbanos construídos por elas e para elas, então a todos ela pertence<sup>168</sup> (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2001; MENEZES, 2016;). Em outra análise,

---

<sup>168</sup> Para Lefebvre, a cidade está entre o meio de duas ordens: a ordem próxima, que é a relação entre indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados e as relações destes grupos entre eles; e a ordem distante, que é a ordem da sociedade, regida por grandes e

os movimentos sociais do século XXI, ao ocuparem espaços urbanos, praças públicas, avenidas emblemáticas e esquinas democráticas, estão exercendo o direito à cidade<sup>169</sup>.

Se fenômenos de dominação e de exercício de poder por determinadas redes podem gerar segregação e exclusão social, a questão de “ir às ruas” acaba por adquirir uma nova significação, especialmente quando essa tomada de espaço ocorre próximo ou defronte a centros e edifícios governamentais e empresariais. Trata-se de um questionamento das estruturas hegemônicas e uma contestação das relações de poder por parte destes movimentos sociais, a fim de, politicamente, mostrarem-se visíveis e, até mesmo, reativos para exigirem a democratização de direitos.

### 3.3 PARA ALÉM DA DEMOCRACIA: A NOVA AÇÃO CONECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI

O compartilhamento de informações para distribuição de significados e valores pela sociedade é a base do processo comunicativo, que, por sua vez, pode se distinguir em comunicação interpessoal e comunicação social. Na primeira hipótese, os emissores e receptores entendem-se protagonistas da relação social, de modo que essa comunicação é interativa, a partir do envio da mensagem de um para outro com a possibilidade de retorno. Na outra hipótese, o conteúdo da comunicação é difundido pela sociedade, numa comunicação de massas, geralmente, no entanto, unidirecional, porquanto a mensagem é enviada de um para muitos, intermediada por livros, jornais, rádio, televisão, dentre outros.

---

poderosas instituições, como Igreja, Estado, de forma abstrata, formal, suprassensível e transcendente na aparência (LEFEBVRE, 2001, p. 52). Por isso, “a cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para a mediação” (LEFEBVRE, 2001, p. 52),

<sup>169</sup> Harvey afirma que “somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que uma delas é o direito inalienável de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha a fazer sentido” (HARVEY, 2014, p. 21), de modo que “o direito à cidade não deve ser entendido como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta: que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental” (HARVEY, 2014, p. 247).

Ocorre que, nos últimos anos, a era digital trouxe uma ressignificação desse processo. Em primeiro lugar, porque existe uma “transformação tecnológica com base na digitalização da comunicação, a interligação de computadores, o software avançado, a maior capacidade de transmissão por banda larga e a onipresente comunicação local-global com redes sem fio” (CASTELLS, 2013, p. 99). É, assim, uma sociedade em rede tecnologicamente conectada, na excelência da palavra, por dispositivos e programas informacionais que aproximam a intermediação da mensagem entre emissores e receptores, possibilitando um maior retorno de resposta para que receptores também sejam emissores e vice-versa.

Em segundo lugar, pois a “definição de emissores e receptores diz respeito à estrutura institucional e organizativa da comunicação, especialmente da comunicação social, em que os emissores e receptores são os *media* da alegada audiência”, ou seja, os próprios emissores e receptores das mensagens são os próprios produtores e consumidores da informação (CASTELLS, 2013, p. 99). Isso também em função da comercialização generalizada de dispositivos informacionais ao redor do globo, da segmentação e diversificação dos mercados informacionais em prol de uma identificação cultural da audiência e de uma convergência empresarial entre os fabricantes e operadores dessas tecnologias.

E, em terceiro lugar, porquanto a “dimensão cultural do processo de transformação multinível da comunicação compreendida no ponto de interseção de dois pares de tendências opostas, mas não compartilháveis” envolve o “desenvolvimento paralelo de uma cultural global e de múltiplas identidades culturais (CASTELLS, 2013, p. 99). Em outras palavras, a capacidade de criação de protocolos de comunicação de compartilhamento de mensagens entre estruturas culturais contraditórias e até mesmo opostas possibilita a superação ou fragmentação de lacunas sociais.

De qualquer forma, essa revolução comunicacional na era digital global, a partir da difusão da internet e da democratização das tecnologias de informação e comunicação, faz surgir uma comunicação social interativa, onde a mensagem é produzida por muitos para muitos, em tempo real, num momento instantâneo, de ponto-a-ponto, sem a necessária intermediação e enquadramento de grandes corporações. Trata-se, pois, de uma autocomunicação de massas, pois “ela mesma gera uma mensagem, define os possíveis receptores e seleciona mensagens

específicas ou o conteúdo da *web* e das redes de comunicação eletrônica que deseja recuperar”, numa coexistência e interação com as outras formas de comunicação, seja interpessoal ou social (CASTELLS, 2013, p. 98).

A novidade histórica reside no fato de que essa mudança cultural da organização social se dá num contexto de hipertexto digital, caracterizado pela interatividade, complexidade e diversidade de expressões culturais resultantes desse misto de convergência comunicacional. Essa autocomunicação é de massa, porque “chega a uma audiência potencialmente global através de redes P2P e da ligação à internet”, sendo multimodal “porque o seu conteúdo é autoproduzido, a sua emissão é autodirigida e a sua recepção é autosselecionada por todos aqueles que se comunicam”, de modo que essa nova comunicação “tem potencial de tornar possível uma diversidade ilimitada e a produção autônoma da maioria dos fluxos de comunicação que constroem o significado do imaginário coletivo” (CASTELLS, 2013, p. 117).

Diante desse cenário, atores sociais, cidadãos, coletivos, grupos, organizações e movimentos sociais de todo o mundo fazem uso desse novo processo comunicativo capaz de possibilitar uma autocomunicação de massas para, de forma multimodal e rizomática, fazer avançar projetos alternativos, defender interesses, cultivar novos valores e reprogramar as redes de poder. Nessa nova dinâmica de mediação social, o empoderamento dos usuários, por meio das tecnologias de informação e comunicação, permite uma maior reflexão crítica da sociedade para produção e ressignificação de valores, a fim de levar em consideração reais necessidades locais, com maior liberdade e autonomia, alheia aos códigos de dominação impostos.

Esses dispositivos informacionais mudam, sobremaneira, a dinâmica do confronto político, de modo que a internet se torna um importante espaço de luta social e importante ferramenta de ação social, criando novas formas de ativismo online e offline. Especialmente a partir da Primavera Árabe, as mobilizações sociais ocorridas ao redor do globo nos últimos anos, que levaram milhões de pessoas às ruas de diferentes países, mostraram que algo novo está acontecendo na ação coletiva de movimentos sociais, já que, com a internet, é possível uma comunicação mais fácil e rápida, uma maior articulação entre manifestantes, uma maior difusão de informações e um maior compartilhamento de indignação.

Os novíssimos movimentos sociais do século XXI não podem ser compreendidos a partir da sociologia da ação coletiva tradicional e os estudos não podem ser reduzidos às organizações formais ou lideranças ou mobilização de recursos, porquanto o risco de mal entender esses recentes fenômenos é grande. O confronto político da sociedade em rede é composto, em maior ou menor escala, por ações conectivas, calcadas na capacidade de “populações fragmentadas e individualizadas, com dificuldade de compartilharem conteúdos pessoalmente, transformarem identidades coletivas e encontrarem novas formas de mobilização de redes de protesto em Wall Street, Madri e Cairo” (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 751).<sup>170</sup>

A ação conectiva, como forma de possibilidade de confronto político entre redes de poder e redes de contrapoder, pressupõe que essas redes alternativas conseguem se ampliar fácil e rapidamente a partir da viralização de mensagens e produzem grandes mobilizações, numa larga escala de manifestação, mediante a participação de muitas pessoas, na ordem de centenas, milhares e milhões, como o caso de alguns países. Ainda, possuem maior flexibilidade para determinar alvos políticos e identificar questões comuns de luta, utilizando-se, dessa forma, de exigências abstratas, e possuem maior capacidade de adaptabilidade às adversidades, dependendo do modo com que as redes de dominação respondem às demandas.

Assim, pode-se dizer que, tipologicamente, há dois tipos de ações com fundamento nas tecnologias de informação e comunicação: a ação coletiva e a ação conectiva (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 756). A ação coletiva trata de um tipo de ação política clássica, mas que se utiliza das mídias digitais para organização, diminuindo custos e aumentando a coordenação do movimento, embora tradicionalmente engajado, conforme já explorado pela teoria da mobilização de recursos e pela teoria dos novos movimentos sociais (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 756).

Por outra linha de pensamento, a ação conectiva aborda um tipo de ação política inovadora, em que os usuários atuam em prol de um conjunto geral de questões, de forma organizacionalmente mediada, personalizando engajamentos e

---

<sup>170</sup> Tradução nossa para “how fragmented, individualized populations that are hard to reach and even harder to induce to share personally transforming collective identities somehow find ways to mobilize protest networks from Wall Street to Madrid to Cairo” (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 751).

impulsionando ações políticas nos próprios termos de cada indivíduo, porém com uma identidade de adesão ou identidade de ideologia (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 756). A ação conectiva é formada por uma densidade de indivíduos organizados e integrados a partir das redes sociais digitais, de modo que, cada qual com um próprio enquadramento, compartilha uma indignação e essa se conecta em rede com demais indignações, formando um grande emaranhado de contrapoderes mobilizados.

Nesse sentido, a ação conectiva, com base na personalização da comunicação, permite a mobilização em larga escala de milhares de usuários para resistirem e protestarem por dois elementos específicos: uma mínima inclusividade simbólica e uma abertura tecnológica (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 744-745). A inclusividade simbólica refere-se à utilização de pautas sociais abertas e conteúdos políticos abstratos, onde os usuários se relacionam uns com os outros, por meio de linguagens comuns e emoções compartilhadas, muito embora cada um tenha o próprio enquadramento da indignação<sup>171</sup>; e uma abertura tecnológica onde a viralização de conteúdos políticos por meio das redes sociais tornam possível o compartilhamento da indignação, sendo que, por meio de publicações, fotografias, vídeos, *streamings* e tuítes, tais ambientes virtuais tornam a experiência tão personalizável que inspiram outros usuários a participarem desse processo comunicativo<sup>172</sup>.

Assim, a sociedade em rede permite a criação de novos protocolos de comunicação, de colaboração e de cooperação entre usuários e grupos, em diferentes nações e continentes, possibilitando uma infinidade de encontros e aproximações em variadas formas para agir em conjunto. Nesse contexto, emerge a multidão, uma

---

<sup>171</sup> Daí porque os emblemas dos movimentos sociais do século XXI facilitam a identificação de ideias, ainda que personalizadas, na forma de *slogans* gerais, como “Democracia Real Ya”, quando dos Indignados, na Espanha, requerendo melhores condições de vida; como “We are the 99%”, quando do Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, em referência ao 1% da população americana que acumula mais riquezas, enquanto os outros sofrem os efeitos da crise do sistema financeiro; como “não é por R\$0,20, é por direitos”, nas Jornadas de Junho, em referência que os protestos não eram tão somente pela redução da tarifa do transporte público, mas por diferentes exigências populares; ou, ainda, “vem pra rua”, conclamando a população para manifestar por direitos de toda ordem.

<sup>172</sup> Nesse aspecto, convém trazer que uma das maiores críticas levantadas contra os movimentos sociais do século XXI diz respeito à multiplicidade de pautas, de tal maneira que, sem a eleição de uma ou poucas bandeiras, não é possível o real atendimento da exigência. Bennett e Segerberg (2012) parecem entender em sentido contrário, argumentando que é essa própria individualização ou, nas palavras dos autores, personalização das questões sociais, em que cada um protesta por uma ou cada coisa, que gera uma identificação entre os atores sociais, porque demonstra que a luta é real e é de todos, já que, por meio do compartilhamento de enquadramentos pessoais nas mídias digitais, os usuários percebem que aquela pauta é da família, dos amigos, dos colegas de trabalho, o que gera uma reação em cadeia e uma identificação política.

alternativa viva surgida no interior do Império, entendida como “uma rede aberta e em expansão na qual todas as diferenças podem ser expressas livre e igualitariamente, uma rede que proporciona os meios da convergência para que se possa trabalhar e viver em comum”, como resultado de uma segunda face do processo de globalização. (HARDT; NEGRI, 2004, p. 12).

Ora, a multidão acaba se transformando num sujeito social, porque, pelo contrário da unidade, é múltiplo, composto por inúmeras diferenças internas, não reduzíveis a uma identidade única, formado por diferenças culturais, raciais, étnicas, sexuais, de gênero, de orientações sexuais, de religiões, de trabalho, de visões de mundo, de ideologias, de cores, numa multiplicidade de singularidades.<sup>173</sup> O conceito de multidão, conforme proposto, é – e deve ser – aberto e incluyente, porque pretende abraçar cada e toda característica diferente dos atores sociais, em atenção às recentes mudanças ocorridas na sociedade, independentemente do tempo e lugar social, para formar um corpo social de defesa comum, já que, enquanto persiste o Império, subsiste um não-tempo e um não-lugar de dominação hegemônica (HARDT; NEGRI, 2001, p. 14-15)<sup>174</sup>.

Para além disso, convém destacar que a multidão, enquanto corpo de resistência, rebeldia ou revolução, é eminentemente política, porquanto calcada cada vez mais em formas democráticas, organizadas e conectadas em rede, de maneira que a autoridade e liderança passam para relações colaborativas, superando o paradigma de centralização de comando ou ditadura revolucionária. E, por essa razão, a multidão, democrática por si só, constitui-se também meio para lutar por uma democracia, que, por sua vez, “vem-se tornando uma exigência cada vez mais disseminada em escala global, às vezes explícita, mas não raro implícita nas inúmeras

---

<sup>173</sup> A multidão difere-se de povo, pois essa expressão está tradicionalmente associada a uma concepção unitária, como um corpo único, uno, dotado das mesmas características e vontades; também, difere-se de massas, porquanto estas podem ser reduzidas à indiferença, já que se movem em movimento uníssono, como um conglomerado uniforme, cinza; ainda, difere-se de classe operária, uma vez que esse conceito está classicamente ligado aos trabalhadores industriais, ou pelo menos, assalariados, excluindo diferentes profissões ou formas de trabalho, ao contrário da multidão que é um conceito aberto (HARDT; NEGRI, 2004, p. 12-13).

<sup>174</sup> Propõe-se, como ilustração, que “uma rede distributiva como a internet constitui uma boa imagem de base ou modelo para a multidão, pois, em primeiro lugar, os vários pontos nodais se mantêm diferentes mas estão todos conectados na rede, e além disso as fronteiras externas da rede são de tal forma abertas que novos pontos nodais e novas relações podem estar sendo constantemente acrescentados” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 14).

queixas e resistências manifestadas contra a atual ordem global” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 15).

A movimentação dessa multidão, então, estabelece uma nova geografia, porque ocupa espaços, residências, jornadas e fronteiras, num inovador fluxo produtivo e tecnológico de corpos e subjetivações, sendo que “as cidades da terra se tornarão de imediato grandes depósitos de humanidade cooperativa e locomotivas para a circulação, residência temporárias e redes de distribuição em massa de ativos seres humanos” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 421). Ocorre que a circulação de um projeto alternativo de democracia, especialmente graças às tecnologias de informação e comunicação, traz uma maior autonomia à multidão, tornando-a sujeito político de uma rede de contrapoderes.

Então, o Império, ou melhor, as redes de poder como um todo contra-atacam, restringindo e isolando os movimentos sociais para impedir que a multidão conquiste legitimidade política e desestabilize as relações de dominação. Nesse ínterim, é preciso que o Império, para manter o controle sobre a vida da multidão, “use seus poderes para administrar e orquestrar as várias forças de nacionalismo e fundamentalismo; [...] e disponha seus poderes militares e policiais para impor a ordem entre os turbulentos e os rebeldes”, em uma violenta repressão social para impor os códigos determinantes de hegemonia (HARDT; NEGRI, 2001, p. 423).

Os movimentos sociais na era da internet, especialmente as mobilizações sociais ocorridas no século XXI, servem como um bom exemplo para compreender a lógica multidão *versus* Império. As redes de poder, especificamente governos e grandes corporações empresarias, estão organizadas para manter a ordem hegemônica tradicional em detrimento dos menos favorecidos; por outro lado, as tecnologias de informação e comunicação, a partir de um processo comunicativo autônomo, fizeram surgir uma multidão indignada com essa dominação imperial, o que resultou, após alguma centelha inflamar os ânimos, na ocupação das ruas, praças e lugares simbólicos por milhões de pessoas em diferentes países, exigindo melhores condições de vida, compartilhando projetos alternativos e reivindicando uma real democracia, numa multiplicidade de pautas e direitos.

Em contrapartida, esses movimentos sociais na era da internet foram intensamente reprimidos e criminalizados por uma violenta reação das redes de poder. Na Islândia, na Tunísia, no Egito, na Espanha, na Grécia, na Turquia, nos

Estados Unidos, no México, no Chile, no Brasil, e certamente noutros países que experimentaram a fúria desses movimentos sociais, não faltaram relatos de brutalidade e truculência policial, abusos de autoridade, violação de direitos e garantias fundamentais, autuações, buscas, apreensões e prisões ilegais, vigilância, camuflagem, infiltração e hackeamento de informações, utilização desmedida de mecanismos para dispersão de grupos, como bombas de gás lacrimogênio, sprays de pimenta e outros gases, jatos de água, balas de borracha, dentre outras atuações estatais para manutenção da ordem e repressão da multidão, o que fez com que, inclusive, mais pessoas aderissem às causas.<sup>175</sup>

O enquadramento dado pela mídia tradicional também não é nada favorável aos movimentos sociais na era da internet, sendo quase que instantaneamente classificados e vendidos como vândalos, baderneiros, inconsequentes, criminosos e outros adjetivos pejorativos, numa tentativa de desmerecer os protestos e fragilizar as bandeiras levantadas. Logo depois do hackeamento das narrativas proposto por atores e processos de contravigilância em rede, as notícias sobre as manifestações mudam radicalmente e a atuação estatal é transformada, de repressão à vigilância, de tentativa de dissolução desde o início para um monitoramento e acompanhamento dos manifestantes, sendo os protestos enquadrados como um exercício de democracia, cujas vozes merecem ser ouvidas e as demandas merecem ser atendidas na medida do possível.

E, de fato, algumas demandas foram atendidas pelas redes de poder, exigências foram aceitas para dispersar os grupos, governos e ditaduras foram depostas, investimentos e melhorias foram feitos, projetos de lei foram aprovados ou

---

<sup>175</sup> Caso emblemático de resposta das redes de poder foi a detenção de Rafael Braga, acusado de portar material explosivo, quando levava para casa, a qual ficava próxima ao local onde os manifestantes do violento dia 20 de junho de 2013 protestavam, um frasco plástico de desinfetante Pinho Sol e outro de água sanitária da marca Barra, o que, na versão dos policiais, poderia ser utilizado como “coquetel *molotov*”, sendo, posteriormente, definido, por um laudo técnico, a impossibilidade daqueles produtos funcionarem como dispositivo explosivo. Ainda assim, anos depois, Rafael Braga foi preso, acusado e condenado por tráfico de drogas e associação para o tráfico, num flagrante envolto em polêmicas (EX-MORADOR..., 2017, s/p). Recentemente, a Justiça Estadual do Rio de Janeiro condenou, em primeira instância, vinte e três participantes dos protestos realizadas na cidade carioca em 2013 e 2014, imputando aos sentenciados as sanções dos crimes de formação de quadrilha, dano qualificado, lesão corporal e corrupção de menores (JUSTIÇA..., 2018, s/p). A sentença foi recebida com indignação nas redes sociais, porque há uma dúbia interpretação quanto à própria definição do tipo penal de formação de quadrilha, que, por sua vez, exige uma ação coordenada e consciente dos indivíduos para agirem juntos, mas, tratando-se daquelas redes de indignação e protestos sociais do início da década, muitos manifestantes acabavam se conhecendo no momento da fúria, o que poderia indicar, quando muito, uma coautoria ou participação de menor potencial.

arquivados, acordos e compromissos foram firmados. No entanto, percebe-se que, apesar de alguns avanços realizados, as redes de poder novamente reagiram para manter a dominação hegemônica, logo se seguindo uma onda de violência institucional, conflitos políticos, instabilidade econômica e social, dualismos ideológicos, austeridade econômica e repressão de novas manifestações sociais<sup>176</sup>.

Verifica-se, conforme mencionado anteriormente, que o estado de exceção, calcado nessa violação e violência, é contínuo e generalizado pelo globo, numa busca constante por inimigos e num estado de guerra global, que “tende a ir ainda mais longe, transformando-se numa relação social permanente” (NEGRI; HARDT, 2004, p. 33). Em outras palavras, “a guerra transforma-se na matriz geral de todas as relações de poder e técnicas de dominação, esteja ou não envolvido o derramamento de sangue”, sendo que “a guerra transformou-se num regime de biopoder, vale dizer, uma forma de governo destinada não apenas a controlar a população, mas a produzir e a reproduzir todos os aspectos da vida social” (NEGRI; HARDT, 2004, p. 34).

Nessa linha de pensamento, necessária, pois, uma biopolítica de vigilância institucional social perpetrada pelas redes de poder, com o fim de controlar o corpo-indivíduo, o corpo-população e o corpo-multidão, antecipando a ação das redes de contrapoder, em especial dos movimentos sociais de contestação da ordem, e mantendo o domínio imperial sobre todas as formas de vida. Não é de se estranhar, então, que as redes de contrapoder, inclusive por intermédio de um ativismo<sup>177</sup>, atuem no sentido de neutralizar e resistir à dominação interposta pelas redes de poder institucionais, criando, excluindo ou alterando protocolos de comunicação e

---

<sup>176</sup> Com fundamento na expressão “Primavera Árabe” para explicar os protestos sociais florescidos na Liga Árabe por melhores condições de vida a partir de 2010, cunha-se o termo “Inverno Árabe” para representar a violência institucional e as crises sociais por que passam aqueles países após a onda de manifestações ocorridas, em razão da volta ao poder de redes de radicais islâmicos em detrimento dos movimentos pró-democracia, o que gerou uma intensificação de conflitos sociais e busca por refúgio no exterior, sendo a Guerra Civil Síria um dos maiores exemplos dessa questão. Sugere-se, aqui, todavia, que o termo possa representar o resultado, temporariamente, do embate entre multidão e Império, sendo o inverno social dos países que experimentaram a fúria dos movimentos sociais uma resposta das redes de poder para resistir à inversão da lógica e manter a dominação.

<sup>177</sup> Nesse aspecto, cabe destacar que “o logal [neologismo advindo do verbo em inglês ‘to log’, que significa conectar] é uma das qualidades que distingue a nova mídia e o ativismo explicando seu caráter intempestivo. Ele se contrapõe ao glocal, que é a marca da presença do Império globalizado nas localidades através do controle exercido por suas agências de comando e empresas de distribuição. O glocal instaura um regime de tempo informacional produzido pela antecipação científica do futuro no presente, restaurando o poder da propriedade em sua forma intelectual (ANTOON; MALINI, 2013, p. 146).

reprogramando mensagens, de modo que a contravigilância e o hackeamento de narrativas parece ser uma estratégia nessa guerra em rede<sup>178</sup>.

A razão imperial, isto é, o direcionamento das redes de poder é determinado por atores sociais estatais e empresarias, que não necessariamente representam a multiplicidade da multidão, de modo que, para manutenção da hegemonia, por meio de uma vigilância e controle sociais, esses *clusters* dominantes se sobrepõem a direitos e garantias fundamentais, mesmo em tempos de crise. Esse panorama corrompe o próprio ideal democrático, já que “toda tentativa de realizar a democracia por intermédio da reforma das instituições imperiais seria vã e inútil” (HARDT; NEGRI, 2002, p. 163).

A multidão, então, pode ser entendida como uma rede de contrapoder e um caminho para a programação de uma democracia revolucionária, dentro de um contexto de resistência, de insurreição e de poder constituinte como um processo para encontrar uma nova formação social alternativa (HARDT; NEGRI, 2002, p. 165)<sup>179</sup>. Enquanto arma política, a resistência deve ser pensada de forma conjunta e os atos de rebeldia não podem ser tomados de maneira isolada, porque um ou poucos não conseguem transformar as estruturas de poder; a insurreição, como ato de revolta coletiva, deve transpor a ideia de guerra civil nacional e abarcar a noção de luta entre

---

<sup>178</sup> Arquilla e Ronfeldt cunharam o termo “guerra em rede” (*netwar*) como “a contraparte de baixa intensidade no nível social de nosso conceito de guerra do controle (*cyberwar*), mais antigo e muito mais militarizado. A guerra em rede tem uma dupla natureza, como o deus romano de duas faces Janus, a qual é composta, por um lado, de conflitos travados por terroristas, criminosos e etnonacionalistas extremistas; e, por outro lado, por ativistas da sociedade civil. O que distingue a rede de guerra como uma forma de conflito é a estrutura organizacional em forma de rede de seus adeptos – com vários grupos estando atualmente estruturados no modo sem líder (*leaderless*) – e na sua ultraflexível habilidade de chegar rapidamente juntos em ataques de infecção por afluência popular (*swarming attacks*). Os conceitos de guerra do controle (*cyberwar*) e de guerra em rede (*netwar*) abrangem um novo espectro de conflito que emergiu na esteira da revolução da informação (ARQUILLA; RONFELDT, 2001 *apud* ANTOUN; MALINI, 2013, p. 68-69). Antoun e Malini, complementando, referem que “enquanto a guerra do controle (*cyberwar*) compreenderia a luta de alta intensidade conduzida através de alta tecnologia militar travada por dois Estados (como, por exemplo, a Guerra do Golfo), a guerra em rede (*netwar*) seria a luta de baixa intensidade travada de modo assimétrico por um Estado e grupos organizados em rede através do uso de táticas e estratégias que envolvem o intenso uso das novas tecnologias comunicacionais, da comunicação distribuída e das redes interativas mundiais, como a Internet (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 68).

<sup>179</sup> Hardt e Negri questionam de que maneira a multidão organiza e concentra suas energias contra a repressão e as incessantes segmentações territoriais do Império, respondendo que “a ação da multidão se torna política sobretudo quando começa a fazer face diretamente, e com a consciência adequada, às operações repressivas centrais do Império. É questão de reconhecer e dar combate às iniciativas imperiais e não lhes permitir que restabeleçam a ordem continuamente; é questão de contrariar e subverter os limites e segmentações impostos à nova força coletiva de trabalho; é questão de reunir esses instrumentos de resistência e empunhá-los de comum acordo contra os centros nervosos do comando imperial” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 423).

dominados contra dominadores numa sociedade global imperial de poderes em rede; e o poder constituinte, como projeto político alternativo, não pode ser outorgado pelas redes de poder, mas emergir da própria multidão (HARDT; NEGRI, 2002, p. 164-165).

Esse contrapoder é, pois, uma força excessiva e arrasadora, que um dia há de ser liberada, especialmente se pensar que “a forma dominante de democracia legada pela modernidade e pela história europeia – uma democracia popular e representativa – não está somente inacabada, senão que é irrealizável” (HARDT; NEGRI, 2002, p. 164-165).<sup>180</sup> Então, resta “inventar uma democracia nova, absoluta, ilimitada e incomensurável [...]; uma democracia de multidões poderosas, não somente de indivíduos iguais, senão também de poderes abertos à cooperação, à comunicação, à criação” (HARDT; NEGRI, 2002, p. 165)<sup>181</sup>.

Isso não quer dizer que a multidão, especialmente se imaginada a partir dos movimentos sociais, vai, em um ato heroico ou episódico, pôr fim às redes de poder imperial, uma vez que estes, eventualmente, deixam de existir, ou pelo menos, se retraem, se dissolvem, se capilarizam, muito embora alguns se transformem em

---

<sup>180</sup> Sobre a crise da democracia representativa, especialmente nos países do ocidente, ver a recente análise de Manuel Castells, na obra “Ruptura: a crise da democracia liberal”, onde o autor refere “a ruptura da relação entre governantes e governados. A desconfiança nas instituições, em quase todo o mundo, deslegitima a representação política e, portanto, nos deixa órfãos de um abrigo que nos protege em nome do interesse comum. Não é uma questão de opções políticas, de direita ou esquerda. A ruptura é mais profunda, tanto emocional quanto cognitivamente. É o colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal tinha sido estabelecida contra os Estados autoritários e arbitrários institucional através de lágrimas, suor e sangue nos últimos dois séculos. Quer em Espanha, nos Estados Unidos, na Europa, no Brasil, na Coreia do Sul e múltiplos países, nós assistimos há um tempo as amplas mobilizações populares contra o atual sistema de partidos políticos e democracia parlamentar sob o lema “Não nos representam!”. Não é uma rejeição à democracia, mas da democracia liberal, como existe em cada país, em nome da “democracia real”, como o movimento 15-M proclamou na Espanha. Um termo evocativo que convida a sonhar, deliberar e agir, mas que ultrapassa os limites institucionais estabelecidos” (CASTELLS, 2018, p. 12).

<sup>181</sup> No prefácio de 2013 para a América Latina da obra “*Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet*”, Assange escreve, em tom de manifesto em defesa do movimento *cypherpunk*, que “os *cypherpunks* originais, meus camaradas, foram em grande parte libertários. Buscamos proteger a liberdade individual da tirania do Estado, e a criptografia foi a nossa arma secreta. Isso era subversivo porque a criptografia era de propriedade exclusiva dos Estados, usada como arma em suas variadas guerras. Criando nosso próprio software contra o Estado e disseminando -o amplamente, liberamos e democratizamos a criptografia, em uma luta verdadeiramente revolucionária, travada nas fronteiras da nova internet. A reação foi rápida e onerosa, e ainda está em curso, mas o gênio saiu da lâmpada. O movimento *cypherpunk*, porém, se estendeu além do libertarismo. Os *cypherpunks* podem instituir um novo legado na utilização da criptografia por parte dos atores do Estado: um legado para se opor às opressões internacionais e dar poder ao nobre azarão. A criptografia pode proteger tanto as liberdades civis individuais como a soberania e a independência de países inteiros, a solidariedade entre grupos com uma causa em comum e o projeto de emancipação global. Ela pode ser utilizada para combater não apenas a tirania do Estado sobre os indivíduos, mas a tirania do império sobre a colônia. Os *cypherpunks* exercerão seu papel na construção de um futuro mais justo e humano. É por isso que é importante fortalecer esse movimento global” (ASSANGE, 2013, p. 22).

partido político ou agência de poder. O grande legado de um movimento social é “a produtividade histórica e social de sua prática e seu efeito sobre os participantes como pessoas e sobre a sociedade que ele tentou transformar”, consistindo na mudança cultural produzida pela ação (CASTELLS, 2017, p. 242).

No século XXI, os movimentos sociais da era da internet foram às ruas, tomaram os espaços públicos e exigiram uma alternativa ao processo de subjetivação e controle social a que estão submetidos diariamente, explorando os princípios democráticos na própria organização e na prática das ações coletivas e conectivas. Daí que, entremeio à ira, à fúria e à indignação, surgiu uma esperança de “reinventar a democracia, encontrar maneiras que possibilitem aos seres humanos administrar coletivamente suas vidas de acordo com os princípios amplamente compartilhados em suas mentes e em geral negligenciados em sua experiência diária” (CASTELLS, 2017, p. 243-244)<sup>182</sup>.

A partir da interação entre o local e o logal, os movimentos sociais da era da internet se conectaram em rede e reconstruíram a esfera pública, demonstrando um novo tipo de organização e manifestação social para reivindicação de direitos. Por meio de atores e processos de contravigilância fundados nas tecnologias de informação e comunicação, os movimentos sociais da era da internet hackearam as narrativas e mostraram-se como fontes de contrapoder para fazer frente às relações de hegemonia e dominação social, acreditando num projeto inovador e afirmando a possibilidade de reaprender e conviver com as maiores diferenças, numa verdadeira democracia.

---

<sup>182</sup> Nessa linha de pensamento, Pierre Rosanvallon, na obra “La contrademocracia: la política en la era de la desconfianza”, ainda sem tradução para o português, prescreve que, diante da sociedade da desconfiança e da crise da democracia representativa, torna-se necessário fortalecer e consolidar mecanismos e dispositivos de contrademocracia, que, por sua vez, não se trata de algo antidemocrático ou de negação da democracia, mas da própria reafirmação desse ideal, por outros vieses, numa espécie de contrapeso àquela corrompida pelas redes de poder. Nesse caminho, é preciso estimular a *accountability*, de modo que, com essa transparência, a multidão pode vigiar, julgar e, até mesmo, impedir ações das instâncias de poder, seja por meio da denúncia, do veto, da resistência, da desobediência civil, dentre outras práticas; é preciso criar meios para expressar uma democracia imparcial, distante de posições partidárias e interesses particulares, próxima de expressões plurais do bem-comum, desde que reconhecidas as singularidades e particularidades desse sujeito político multifacetado (ROSANVALLON, 2007).

## CONCLUSÃO

Desde o século passado, as tecnologias de informação e comunicação, especialmente por meio da internet, revolucionam a arquitetura da sociedade e potencializam as relações sociais, em um emaranhado fluxo de interações entre usuários ao redor do mundo, estando as relações de poder também submetidas à lógica das redes. Por um lado, as redes de poder disciplinam e controlam o corpo social, vigiando e programando todas as formas de vida, objetivando manter a dominação global; mas, por outro lado, as redes de contrapoder protestam e mobilizam o corpo social, tentando reprogramar valores e lutar por direitos e melhorias democráticas, especialmente por meio de atores sociais, como movimentos sociais, e práticas contra-hegemônicas, dentre elas a contravigilância.

Nesse contexto, a presente pesquisa perquiriu acerca de democracia, vigilância e movimentos sociais na sociedade em rede, especificamente o estudo de uma contravigilância. Em outras palavras, teve-se como objeto de análise a possibilidade de vigilância de quem até então vigiava, como expressão de contrapoder, para questionar as relações de poder na sociedade em rede e para reivindicar direitos e melhorias sociais em favor de interesses de grupos politicamente excluídos ou menos favorecidos, por meio de nova ação conectiva dos movimentos sociais do século XXI, graças às tecnologias de informação e comunicação, especialmente a partir da Primavera Árabe e localizados e conectados ao redor do globo.

O trabalho teve como objetivo geral analisar a contravigilância, a partir da nova ação coletiva dos movimentos sociais do século XXI, como expressão de contrapoder, para representar um exercício de democracia. Em termos de objetivos específicos, pretendeu-se a) investigar o recrudescimento de técnicas de vigilância sobre indivíduos e populações, apresentando, historicamente, uma evolução da disciplina e controle de corpos para compreender o biopoder na sociedade em rede; b) identificar atores e processos de contravigilância permitidos com o aperfeiçoamento das tecnologias de informação, em virtude da reconfiguração dos movimentos sociais no século XXI, especialmente a partir da Primavera Árabe; e, por fim, c) discutir sobre a resignificação de uma teoria dos movimentos sociais, a partir de novos conceitos, novos espaços, novas ações e novos processos de ação conectiva no século XXI,

especialmente no que tange à vigilância, à tomada de espaços públicos, à reivindicação de direitos e de esperança voltada à democracia.

O primeiro capítulo, intitulado “Redes de controle: vigilância e poder na sociedade em rede” lançou algumas teses sobre a consolidação de uma vigilância institucional e estrutural em favor das redes de poder dominantes nos últimos anos. Partiu-se da premissa de que o poder é uma relação social e que, devido a essa característica, guarda estrita relação com a arquitetura social e o contexto histórico onde os atores interagem entre si, de modo que, na sociedade em rede, o poder também está baseado no fluxo de informação e comunicação entre redes globais, a partir de um recrudescimento dos mecanismos e dispositivos de biopoder.

Nesse capítulo, o item 1.1, sob título “Da sociedade de disciplina e a vigilância institucional: o controle do corpo-indivíduo”, fez uma retomada teórica acerca da sociedade disciplinar, que tivera expansão a partir do século XVIII e perdurou até meados do século XX. Viu-se que o poder estivera capilarizado em diferentes dispositivos, isto é, discursos, instituições, organizações, legislações, dentre outras técnicas baseadas na submissão e docilização do corpo do indivíduo para moldá-lo conforme a verdade dominante. Referiu-se que o panoptismo dos arquétipos totalizantes viabilizara um controle social e subjetivara o indivíduo à uma disciplina por meio de uma vigilância institucional.

Adiante, no primeiro capítulo, o tópico 1.2, sob título “Da sociedade de controle e a emergência da biopolítica: o controle do corpo-população”, fez uma análise sobre a utilização de técnicas de biopoder, que, para além de dispositivos disciplinares do corpo-sujeito, foram direcionadas ao controle do corpo-social, enquanto pluralidade e multiplicidade. Percebeu-se que o poder era – e é - disseminado em técnicas e dispositivos biopolíticos, dentre eles a vigilância social repensada a partir da profusão das tecnologias de informação e comunicação, a fim de sujeitar o corpo-população a um processo de subjetivação contínua e de modulação de pessoas.

Ainda no primeiro capítulo, a seção 1.3, sob título “‘O Grande Irmão está de olho em você’: o Império e a vigilância na sociedade em rede”, fez um estudo sobre a transmutação da governamentalidade no contexto de intenso fluxo global de pessoas, valores e saberes, especificamente a partir do século XX. Notou-se que o poder é baseado num jogo de interações entre redes dominantes, numa lógica imperial de dominação e subjetivação. Mencionou-se que a vigilância global, ou melhor, o estado

de vigilância geral, que intercepta e monitora informações e comunicações entre sujeitos, grupos, instituições e massas, desenvolvido principalmente por agências de segurança e de inteligência e por grandes corporações econômicas, procura controlar todas as formas de vida e de viver, num estado de exceção permanente em favor de uma rede imperial.

Por outro lado, o segundo capítulo, intitulado “Redes de indignação: contravigilância e contrapoder na sociedade em rede”, evidenciou algumas antíteses sobre ações conectivas de contravigilância a partir de redes de contrapoder, especialmente de movimentos sociais, como uma forma de contestação à dominação imperial global percebida anteriormente. Levou-se em consideração que, se o poder está submetido à lógica das redes e estas podem cooperar ou competir umas com as outras, surgem, então, as redes de contrapoder, com o objetivo de resistir em nome de interesses, valores e projetos excluídos ou menos representados. Daí que os movimentos sociais também se beneficiaram da revolução das tecnologias de informação e comunicação, para mobilizar a resistência e compartilhar indignação.

Nesse capítulo, o item 2.1, sob título “A Primavera Árabe floresceu: a indignação e os novíssimos movimentos sociais do século XXI”, fez uma reconstrução histórica das grandes mobilizações sociais que ocorreram neste século, onde milhões de pessoas saíram as ruas e ocuparam praças e espaços públicos para reivindicar direitos e melhorias políticas ao redor do globo, baseadas na interação permitida pelas redes sociais virtuais e pela radicalização da relação off-line-online. Viu-se como surgiram e como se estabeleceram as manifestações ocorridas a partir de 2010, especialmente os protestos desenvolvidos na Islândia, na Tunísia, no Egito, na Turquia, na Índia, na Espanha, na Itália, na Grécia, nos Estados Unidos, no México, no Chile e no Brasil.

Em profundidade, o tópico 2.2, sob título “O gigante acordou do berço esplêndido: os novíssimos movimentos sociais do século XXI no Brasil”, fez uma análise pormenorizada das manifestações sociais acontecidas a partir das Jornadas de Junho de 2013, que, inicialmente, foram motivadas pela indignação quanto ao aumento de tarifas de transporte público, mas logo abraçaram múltiplas causas sociais e demandas políticas de magnitude nacional, levando multidões às ruas e avenidas brasileiras nos próximos anos. Percebeu-se que, tal como nos outros países que receberam a fúria desses novíssimos movimentos sociais, as redes de poder,

personificadas nas agências estatais e policiais, reprimiram violentamente os protestos sociais, gerando ainda mais revolta na multidão, que se viu obrigada a mudar a narrativa determinada pelas forças dominantes.

Por isso, a seção 2.3, sob título “Do contrapoder de resistir na sociedade em rede: relações de contravigilância nos movimentos sociais do século XXI”, fez demonstrar como a contravigilância, isto é, o conjunto de atores, processos, atuações e dispositivos, conectados pelas redes sociais, objetivando proteção em desfavor da vigilância institucional e de vigiar também quem vigia o corpo social, é capaz de contrabalancear as relações de poder e contrapoder na sociedade em rede. Denotou-se que as redes de contrapoder, por meio dessa contravigilância, conseguem mudar as narrativas policiais e midiáticas, contestar versões trazidas pela mídia tradicional, lançar argumentos no imaginário coletivo e revelar a criminalização dos movimentos sociais pelas redes de poder.

Por fim, o terceiro capítulo, intitulado “Redes de esperança: movimentos sociais e democracia na sociedade em rede”, demonstrou algumas sínteses desse ciclo de relação entre poderes, procurando analisar uma reformulação da democracia como resultado desse embate entre vigilância e contravigilância. Para tanto, verificou-se que houve uma transformação dos próprios conceitos acerca da sociologia dos movimentos sociais, tendo em vista as milhões de pessoas que saíram às ruas e ocuparam praças e espaços públicos no início do século XXI, mobilizadas pelas tecnologias de informação e comunicação.

Dessa forma, o item 3.1, sob título “Da ressignificação de conceitos: a nova teoria dos movimentos sociais” fez um exame sobre a necessidade de alteração das categorias analíticas sobre movimentos sociais, em virtude do advento das tecnologias de informação e comunicação e da reconfiguração da ação coletiva política. Abordou-se que novas e diferentes tipologias acerca do ativismo coletivo foram surgidas, tratando sobre movimentos sociais organizados; manifestações ou marchas dos movimentos sociais; manifestações amplas da cidadania e/ou dos “indignados”; manifestações-bloqueio ou “formas de ação nas ruas” e ação-manifesto sociocultural, “antigos” movimentos sociais, “novos” movimentos sociais, “novíssimos” movimentos sociais, “redes de indignação e esperança”, bem como características marcantes dos movimentos sociais na era da internet, em especial a contravigilância.

Por sua vez, o tópico 3.2, sob título “Movimento sociais e(m) luta: o ativismo na sociedade em rede”, fez um diagnóstico dos conceitos, formas e locais de ativismo, bem como do perfil dos manifestantes que saíram às ruas e ocuparam os espaços públicos em diferentes países. Para isso, estudou-se que outras tipologias analíticas para melhor entender os movimentos sociais na era da internet fizeram-se necessárias, em especial classificações relativas ao ciberativismo ou ativismo online. Ainda, trouxe-se ao conhecimento as diferentes redes sociais virtuais que ajudaram a mobilização online dos manifestantes neste século. E investigou-se que os locais de manifestação ao redor do globo, especificamente as praças e ruas que receberam a fúria dos movimentos sociais, possuem um significado emblemático para questionamento das estruturas hegemônicas.

Por derradeiro, a seção 3.3, sob título “Para além da democracia: a nova ação conectiva dos movimentos sociais do século XXI”, fez uma análise sobre o surgimento de uma nova ação coletiva social baseada nas tecnologias de informação e comunicação, isto é, uma ação conectiva, característica-chave dos movimentos sociais da era da internet, a fim de contestar as redes de poder e alterar as narrativas policiais e midiáticas. Tratou-se, então, de estudar a emergência de uma multidão, em detrimento à força de dominação imperial, uma grande rede de contrapoder, que proporciona um projeto político alternativo, a partir da luta por direitos e melhorias sociais, numa reformulação da própria democracia.

Com a realização dos objetivos gerais e específicos desse trabalho procurou-se responder em que medida a contravigilância, como expressão de contrapoder na sociedade em rede, podia representar um exercício de democracia, especialmente a partir da nova ação conectiva dos movimentos sociais do século XXI. Isso, porque visualiza-se existir uma lógica de dominação imperial global, onde as redes de poder exercem um controle social sobre o corpo-indivíduo, sobre o corpo-população e sobre as massas, num estado de vigilância geral e total, a fim de moldar, modular e monitorar os processos comunicativos mundiais, em favor de interesses políticos e econômicos e em detrimento de pautas excluídas ou programas sub-representados, havendo, assim, uma crise de desconfiança e de legitimidade democrática.

Não obstante, é possível observar o recrudescimento dos mecanismos e dispositivos de vigilância social sobre a multidão, de forma que, num primeiro momento, percebe-se ser o panoptismo a figura ideal para representar a vigilância,

que recai sobre o corpo, vindo de técnicas exteriores e verticais, subjugando o indivíduo à economia política; num segundo momento, para além dessas técnicas exteriores e verticais, compreende-se ser o sinóptico outra imagem ideal para ilustrar a vigilância, que, agora, não mais somente recai sobre o corpo, mas surge do próprio corpo-multidão, na medida em que as próprias pessoas se submetem aos regimes de vigilância, muitas vezes inconscientemente, objetivando, sobretudo, pertencimento, já que, por exemplo, numa sociedade de consumo, é dificultoso viver dignamente sem possuir um telefone celular, cujo eletrônico, na posse de alguém, exige uma configuração que permite a vigilância pelas redes imperiais. Trata-se, hodiernamente, de um consumo de vigilância pelos próprios vigiados.

Conclui-se que, efetivamente, a nova ação conectiva dos movimentos sociais do século XXI, que baseiam a mobilização social a partir das tecnologias de informação e comunicação, das redes sociais virtuais e, sobretudo, da internet, fez implementar – ou, pelo menos, potencializar – uma contravigilância, isto é, a alteração do sentido de vigilância para observar as redes de poder que praticam uma vigilância institucional global, que, como expressão de contrapoder na sociedade em rede, ou seja, como articulação social para questionar os discursos hegemônicos e contestar as narrativas e verdades dominantes, pode representar um exercício de democracia, uma vez que reconstitui a esfera pública, permite a convivência de diferentes pautas e histórias, revela a violência estrutural e dá visibilidade a projetos políticos alternativos de uma multidão colorida e plural.

Ora, verificou-se que as redes de poder dominantes, formadas por agências estatais e grandes corporações empresariais, praticam uma vigilância social institucional para controlar a multidão e acabam por ameaçar direitos e garantias individuais e coletivos, colocando em risco noções de liberdade, privacidade, intimidade, reunião, associação e, propriamente, de democracia, já que a estrutura estatal é utilizada para proteger interesses e objetivos obscuros. Por outro lado, percebeu-se que as redes de contrapoder alternativas, formadas essencialmente por movimentos sociais, ou, pelo menos, por manifestantes organizados em multidões, podem representar um espaço para discussões e iniciativas democráticas, buscando reivindicar direitos e melhorias políticas, a partir da neutralização de práticas hegemônicas, do constrangimento de instituições, da revelação de violações e violências sociais, da performance de desobediências civis, da alteração de narrativas

mediáticas, da popularização de novos enquadramentos sociais, de modo a viabilizar uma reconfiguração da vontade política.

Nesse diapasão, a presente pesquisa avançou nas investigações já realizadas sobre os novíssimos movimentos sociais do século XXI, trazendo a utilização de atores, processos, dispositivos e mecanismos de contravigilância como nova característica dessas mobilizações da era da internet, a fim de unir conhecimentos trazidos pela ciência da informação, da comunicação, da sociologia e jurídica, numa reflexão sobre os exercícios de democracia na sociedade em rede. Desse modo, essa investigação liga-se em rede com outras pesquisas realizadas na área, com o escopo de estudar cientificamente os movimentos sociais, especialmente como espaços de construção democrática de saberes e de denúncia de violações sociais.

Nessa linha de pensamento, a pesquisa procurou abordar sobre lacunas remanescentes importantes para serem discutidas teoricamente acerca dos movimentos sociais, não procurando, contudo, esgotar a temática ou trazer significados definitivos sobre os embates produzidos na academia. Assim, tratou-se de discutir a respeito do conceito de movimento social frente à teoria da ação social; de perfilar as pessoas, grupos, multidões, tempos e espaços que compõem essas novas mobilizações; de traçar semelhanças e diferenças entre as ações coletivas tradicionais; e de qualificar os tipos e formas desse ativismo civil digital, calcado nas tecnologias de informação e comunicação, das redes sociais virtuais e da internet, como, por exemplo, a contravigilância.

Considerando a importância desse assunto, torna-se fundamental o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a temática, agregando-se cada vez mais fatores para debate e popularizando tais conhecimentos, especialmente em favor de grupos politicamente ativos de resistência e contra-hegemônicos. Nesse ínterim, sugere-se, pelo menos, três pontos para estudos futuros, que, por limitações pessoais, substanciais, temporais, espaciais e técnicas não foram objeto do presente estudo: a) análises pormenorizadas de atores e dispositivos de contravigilância, inclusive tratando acerca de questões técnicas envolvendo as tecnologias de informação e comunicação; b) análises empíricas e detalhadas sobre a existência e eficácia dos resultados advindos do hackeamento de narrativas a partir da utilização de práticas de contravigilância; e c) análises teóricas sobre uma (suposta) crise de democracia

representativa no século XXI, trazendo-se a multidão digitalmente conectada como um novo sujeito político.

Por derradeiro, cumpre observar que a revolução das tecnologias de informação e comunicação empoderou os indivíduos, que, por si só, começaram a refletir e debater sobre si mesmos como objetos de vigilância, parecendo crescer um movimento de indignação quanto e de reação em desfavor das subjetivações ativadas pelas redes imperiais, que, no presente estudo, tratou-se como uma contravigilância. Assim, propriamente, estudar, falar, explicar, divulgar e fazer a contravigilância é romper com a lógica de dominação, é rebelar-se contra o sistema hegemônico, é desvelar parte da matriz que move o mundo, é unir-se, sob os olhos do Partido, à Confraria, ao estilo orwelliano, é ver como, se erguida a clava forte da justiça, um filho não foge à luta - e, isso, nas mãos da multidão, é algo poderoso.

## REFERÊNCIAS

- 4º PROTESTO contra tarifa em SP tem novo confronto e mais de 200 detidos. G1, 14/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/4-proteto-contra-tarifa-em-sp-tem-novo-confronto-e-mais-de-150-detidos.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Não à tatuagem biopolítica**. Folha de São Paulo, 18/01/2004b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1801200404.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Ufmg, 2007.
- ALBUQUERQUE, Ricardo. **Policiais de Elite Xingando e Ofendendo Cidadão - Manifestação contra o aumento da tarifa de ônibus**. [YouTube] 13/06/2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EDL1UI79UqI>>. Acesso em: 04 jul. 2018.
- AMARAL, Luciana; GARCIA, Gustavo. **Temer sanciona a lei que estabelece a reforma do ensino médio**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/temer-sanciona-a-medida-provisoria-da-reforma-do-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.
- ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- APP ANNIE. **The most popular iOS apps of all time**. Disponível em: <<https://www.appannie.com/en/insights/market-data/popular-ios-apps-time/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.
- ARAÚJO, Paulo César de; CARVALHO, Edilson Alves de. **Leituras cartográficas e interpretações estatísticas II**. 2ª. ed. Natal: UFRN, 2012. Disponível em: <[http://www.sedis.ufrn.br/bibliotecadigital/site/pdf/geografia/Le\\_Ca\\_II\\_Z\\_WEB.pdf](http://www.sedis.ufrn.br/bibliotecadigital/site/pdf/geografia/Le_Ca_II_Z_WEB.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2018.
- ARAUJO, Willian Fernandes; FREITAS, Ernani Cesar de; MONTARDO, Sandra Portella. Ciberativismo como cultura de mobilização imanente à internet. In: PUHL, Paula Regina; SARAIVA, Juracy Assmann. (Org.). **Processos culturais e suas manifestações**. Novo Hamburgo: Feevale, v. 1, p. 163-190, 2012. Disponível em: <<https://www.feevale.br/Comum/midias/ba627cf6-91c3-4fff-bd91-856c53638e8d/Processos%20Culturais%20e%20suas%20Manifesta%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- ARIAS, Juan. **Los servicios secretos brasileños comienzan a vigilar las redes sociales**. El País, 21/06/2018. Disponível em:

<[https://elpais.com/internacional/2013/06/20/actualidad/1371752867\\_919753.html](https://elpais.com/internacional/2013/06/20/actualidad/1371752867_919753.html)>. Acesso em: 04 jul. 2018.

ARISTOTELES. **Politics**, v. III. 1997. Disponível em: <[http://www.constitution.org/ari/polit\\_03.htm](http://www.constitution.org/ari/polit_03.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

ASSANGE, Julian. **Cypherpunks: liberdade e futuro da internet**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ASSIS, Pablo de. **O que é tag?** Tecmundo, 06/05/2009. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/navegador/2051-o-que-e-tag-.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2018

AVALANCHE de novas denúncias marcam ano político de 2017. G1, 29/12/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/retrospectiva/2017/noticia/avalanche-de-novas-denuncias-marcam-ano-politico-em-2017.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BATISTA, Maik. **Não é para curtir, é para compartilhar**. [Facebook] 17/06/2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/maik.batista.92/videos/395195287255656/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. A transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida: diálogos com David Lyon**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

BAUMAN, Zygmunt; MAURO, Enzo. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BEAL, Vangie. **Cookies**. Webopedia, [2018a]. Disponível em: <<https://www.webopedia.com/TERM/C/cookie.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BEAL, Vangie. **Spyware**. Webopedia, [2018b]. Disponível em: <<https://www.webopedia.com/TERM/S/spyware.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BEAL, Vangie. **Tagging**. Webopedia, [2018c]. Disponível em: <<https://www.webopedia.com/TERM/T/tagging.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BEAL, Vangie. **Web beacons**. Webopedia, [2018d]. Disponível em: <[https://www.webopedia.com/TERM/W/Web\\_beacon.html](https://www.webopedia.com/TERM/W/Web_beacon.html)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BEN Ali gets refuge in Saudi Arabia. Al Jazeera, 16/01/2011. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/01/201111652129710582.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BENITES, Afonso; BORGES, Rodolfo. **PMDB abandona Dilma e celebra mais um passo para “Temer presidente”**. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459293666\\_164652.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459293666_164652.html)>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BENNET, Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p. 739-768, jun. 2012. Disponível em: <<http://ccce.com.washington.edu/about/assets/2012iCS-LCA-Bennett&Segeberberg-LogicofConnectiveAction.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

BENTHAM, Jeremy. O panóptico ou a casa de inspeção. In: TADEU, Tomaz (Org.). **O panóptico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 13-88.  
BERCITO, Diogo. **Primavera de Praga, iniciada há 50 anos, ainda inspira resistência pacífica**. Folha de São Paulo, 05/01/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/01/1948190-primavera-de-praga-iniciada-ha-50-anos-ainda-inspira-resistencia-pacifica.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BETIM, Felipe. **“Cura gay”**: o que de fato disse o juiz que causou uma onda de indignação. El País, 20/09/2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454\\_712122.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html)>. Acesso em: 11 jul. 2018.

BEZERRA, Arthur Coelho. Grande mídia versus coletivos midiativistas: a disputa de narrativas. **E-metropolis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 60-63, set. 2013. Disponível em <[http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\\_pdfs/000/000/014/original/emetropolis\\_n14.pdf?1447896350](http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/014/original/emetropolis_n14.pdf?1447896350)>. Acesso em: 09 jul. 2018.

BEZERRA, Arthur Coelho; GRILLO, Carolina Christoph. Batalhas nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 195-210, maio. 2014. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3544/3041>>. Acesso em: 09 jul. 2018

BEZERRA, Arthur Coelho; ORMAY, Larissa Santiago; PIMENTA, Ricardo. Vigilância, vigilância inversa e democracia: do panoptismo ao midiativismo. In: XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação, 15, 2014, Belo Horizonte, p. 2528-2543. **Anais...** Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt5/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BEZERRA, Arthur Coelho; ORMAY, Larissa Santiago; PIMENTA, Ricardo. Vigilância, vigilância inversa e democracia: do panoptismo ao midiativismo. XV Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2014, Belo Horizonte. **Anais...**, 2014. v. 1. p. 2528-2543. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt5/>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

BEZERRA, Arthur Coelho; PIMENTA, Ricardo. **Vigilância inversa e contra-vigilância em coletivos midiativistas do Rio de Janeiro**, 2015. Disponível em: <<http://lavitsrio2015.medialabufri.net/lavits-abstract/vigilancia-inversa-e-contra-vigilancia-em-coletivos-midiativistas-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastassia. **Terror, insecurity and liberty: illiberal practices of liberal regimes after 9/11**. New York: Routledge, 2008.

BLAS, Elsa García de. **Las 14.700 propuestas de cambio del 15-M**. El País, 10/05/2012. Disponível em: <[https://elpais.com/politica/2012/05/10/actualidad/1336649244\\_037483.html](https://elpais.com/politica/2012/05/10/actualidad/1336649244_037483.html)>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**: volume 1. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOULLOSA, Luciana. **Acompanhava minha filha na emergência do Hospital Santa Catarina, na Av. Paulista, na noite do dia 11 de junho às 22 horas, quando ouvi um grande estouro vindo da rua**. [Facebook] 14/06/2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/luciana.boullosa.5/posts/655862371095413>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL vive um despertar social, aponta mídia internacional. O Globo, 21/06/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-vive-um-despertar-social-aponta-midia-internacional-8765898>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BRASIL. Decreto n.º 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. **Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm)>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BRASIL. Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018b. **Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet)**. Disponível em: <[http://portal.impresanacional.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/36849373/do1-2018-08-15-lei-no-13-709-de-14-de-agosto-de-2018-36849337](http://portal.impresanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/36849373/do1-2018-08-15-lei-no-13-709-de-14-de-agosto-de-2018-36849337)>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Conclusão do processo de impeachment no Senado é o grande destaque da semana**, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/02/conclusao-do-processo-de-impeachment-no-senado-e-o-grande-destaque-da-semana>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Presidente do TSE proclama resultado provisório das eleições para presidente da República**, 2014a. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Outubro/presidente-do-tse-proclama-resultado-provisorio-das-eleicoes-para-presidente-da-republica>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Presidente do TSE proclama resultado provisório das eleições para presidente da República no 2º turno**, 2014b. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Outubro/presidente-do-tse-proclama-resultado-provisorio-das-eleicoes-para-presidente-da-republica-no-2o-turno>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise e recuperação da confiança. In: **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 01, p. 133-149, jan/mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BRUNO, Fernanda. Mapas de crime: vigilância distribuída e participação na cibercultura. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v.12, n. 2, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/viewFile/409/352>>. Acesso em: 25 maio 2018.

BUDÓ, Marília de Nardin et al. Manifestantes ou criminosos? A legitimação discursiva da tática Black Bloc como organização criminosa no jornalismo de revista. **Universitas Jus**, Brasília, v. 27, n. 2, p.67-85, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/view/4009/3162>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

BUDÓ, Marília de Nardin. **Mídia e controle social**: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à reprodução da violência estrutural. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

BUDÓ, Marília de Nardin. Mídia e crime: a contribuição do jornalismo para a legitimação do sistema penal. **Unirevista**, [s.l.], v. 1, n. 3, p. 01-14, jul. 2006. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/12502-12503-1-PB.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

BUDÓ, Marília De Nardin. **Mídias e discursos do poder**: a legitimação discursiva do processo de encarceramento da juventude pobre no Brasil. 2013. 542 f. Tese (Doutorado) – Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/34641/R%20-%20T%20-%20MARILIA%20DE%20NARDIN%20BUDO.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

BUDÓ, Marília Denardin; GINDRI, Eduarda Toscani; LEÃO, Ivanderson Pedroso; SILVA, Caroline Loureiro. Violência e Criminalização: o discurso das revistas *Época*, *Carta Capital* e *Veja* na construção da identidade da tática *black bloc*. In: SEMINÁRIO DIREITO, PESQUISA E MOVIMENTOS SOCIAIS, 4, 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2014. p. 476- 496. Disponível em: <<https://ipdms.files.wordpress.com/2014/12/anais-ipdms-2014.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BURNS, John. **Iceland names new Prime Minister**. New York Times, 01/02/2009. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2009/02/02/world/europe/02iceland.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

CADWALLADR, Carole; CONFESSORE, Nicholas; ROSENBERG, Matthew. **How Trump Consultants Exploited the Facebook Data of Millions**. The New York Times, 17/03/2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/03/17/us/politics/cambridge-analytica-trump-campaign.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

CALGARO, Fernanda; CARAM, Bernardo; MODZELESKI, Alessandra. Por 251 votos a 233, **Câmara rejeita enviar ao STF segunda denúncia contra Temer**. G1, 25/10/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/segunda-denuncia-contra-temer.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CALGARO, Fernanda; GARCIA, Gustavo; LIS, Laís; MATOSO, Filipe; RODRIGUES, Mateus. **Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume**. G1, 31/08/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CÂMARA aprova proposta que ajuda a reduzir tarifa do transporte coletivo. G1, 26/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/camara-aprova-proposta-que-ajuda-reduzir-tarifa-do-transporte-coletivo.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CAMOZZATO, Mauro Marafiga. **Poder constituinte, contrademocracia e novas tecnologias**: limites e possibilidades do processo democrático na sociedade em rede. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6387/CAMOZZATO,%20MAURO%20MARAFIGA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

CANOFRE, Fernando. **Dia da Consciência Negra une pautas e movimentos do povo negro em Marcha Zumbi Dandara**. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/11/dia-da-consciencia-negra-une-pautas-e-movimentos-do-povo-negro-em-marcha-zumbi-dandara/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

CAPITAIS do Brasil anunciam redução nas tarifas de ônibus após protestos. G1, 19/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/capitais-do-brasil-anunciam-reducao-nas-tarifas-de-onibus-apos-protestos.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CÁRMEN Lúcia suspende a posse de Cristiane Brasil no Ministério do Trabalho. G1, 22/01/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/carmen-lucia-suspende-a-posse-de-cristiane-brasil-no-ministerio-do-trabalho.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CARVALHO, Salo de. Contracultura e ativismo na web: os movimentos sociais, a “era das marchas” e a reinvenção da política. In: OLIVEIRA, Rafael Santos de (Org.). **Direitos e novas tecnologias da informação**. Curitiba: Íthala, 2015. Disponível em: <[http://www.academia.edu/12796766/Contracultura e Ativismo na Web os Movimentos Sociais a Era das Marchas e a Reinven%C3%A7%C3%A3o da Pol%C3%ADtica](http://www.academia.edu/12796766/Contracultura_e_Ativismo_na_Web_os_Movimentos_Sociais_a_Era_das_Marchas_e_a_Reinven%C3%A7%C3%A3o_da_Pol%C3%ADtica)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CARVALHO, Salo de. Contracultura e ativismo na web: os movimentos sociais, a “era das marchas” e a reinvenção da política. In: OLIVEIRA, Rafael Santos de (Org.). **Direito e novas tecnologias da informação**. Curitiba: Íthala, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura, vol. 3. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra.. 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTILHOS, Roniara. **'Estou pensando nisso', diz Temer sobre a possibilidade de se candidatar à reeleição**. G1, 22/03/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/estou-pensando-nisso-diz-temer-sobre-a-possibilidade-de-se-candidatar-a-reeleicao.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CAVALLINI, Marta. **Nova lei trabalhista entra em vigor no sábado; veja as principais mudanças**. G1, 10/11/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/nova-lei-trabalhista-entra-em-vigor-no-sabado-veja-as-principais-mudancas.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CETIC.BR. **TIC Domicílios**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: <[http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC\\_DOM](http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM)>. Acesso em: 02 jul. 2018.

CETIC.BR. **TIC Kids Online**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. Disponível em: <[http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC\\_KIDS](http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_KIDS)>. Acesso em: 02 jul. 2018.

CIRIACO, Douglas. **Como funciona a RFID?** 2009. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/tendencias/2601-como-funciona-a-rfid-.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

COMO nasceu a militância pela internet livre. CartaCapital, 02/12/2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-nasceu-a-militancia-pela-internet-livre-8374.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

CONSELHO EUROPEU. European Commission for Democracy Through Law. Conference on Constitutional Justice as a Guarantee of the Supremacy of the Constitution, de 28 de setembro de 2015. **The Icelandic Constitutional Experiment**. Disponível em: <[http://www.venice.coe.int/webforms/documents/?pdf=CDL-PI\(2015\)020-e](http://www.venice.coe.int/webforms/documents/?pdf=CDL-PI(2015)020-e)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

COSTA, Ana Cláudia; GOULART, Gustavo. **Após protesto contra aumento das passagens, cidade exibe marcas do vandalismo**. O Globo, 11/06/2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/apos-protesto-contr-aumento-das-passagens-cidade-exibe-marcas-do-vandalismo-8649373>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

COSTA, Fabiano; MENDES, Priscilla; PASSARINHO, Nathalia. **Dilma propõe 5 pactos e plebiscito para constituinte da reforma política**. G1, 24/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

COSTA, Fabiano; PASSARINHO, Nathália. **Câmara decide arquivar projeto que autoriza “cura gay”**. G1, 02/07/2013a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/camara-decide-arquivar-projeto-que-autoriza-cura-gay.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

COSTA, Fabiano; PASSARINHO, Nathalia. **Câmara derruba PEC que tentava limitar o poder de investigação do MP**. G1, 25/06/2013b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/camara-derruba-pec-que-tentava-limitar-o-poder-de-investigacao-do-mp.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

COSTA, Fabiano; PASSARINHO, Nathália. **Câmara destina 75% dos royalties para educação e 25% para saúde**. G1, 26/06/2013c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/camara-destina-75-dos-royalties-para-educacao-e-25-para-saude.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

COSTA, Fabiano; PASSARINHO, Nathália. **Manifestantes deixam entrada do Congresso após 6 horas de protesto**. G1, 18/06/2013d. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/manifestantes-deixam-entrada-do-congresso-apos-6-horas-de-protesto.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

COSTA, Luciano; FRAGA, Joni; OBELHEIRO, Rafael. **Introdução à biometria**. 2006. Disponível em: <[http://gcseg.das.ufsc.br/wssec/pubs/costa06\\_sbseg.pdf](http://gcseg.das.ufsc.br/wssec/pubs/costa06_sbseg.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2018.

COSTA, Rogério da. Sociedade de controle. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 161-167, mar. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000100019](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100019)>. Acesso em: 26 mar. 2018.

CRACKS in the crust. The Economist, 11/12/2008. Disponível em: <<https://www.economist.com/briefing/2008/12/11/cracks-in-the-crust>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

DAMASCENO, Marcio. **Revista alemã compara protestos no Brasil à revolta que derrubou Muro**. DW Brasil, 22/06/2013. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/revista-alem%C3%A3-compara-protestos-no-brasil-%C3%A0-revolta-que-derrubou-muro/a-16900169>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

DAMÉ, Luiza. **Dilma classifica como 'legítimas e democráticas' manifestações pelo país**. O Globo, 17/06/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-classifica-como-legitimas-democraticas-manifestacoes-pelo-pais-8720449>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Conversações: 1972-1990**. São Paulo: 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1996.

DEZ manifestantes continuarão presos sem direito a fiança após protesto contra reajuste de tarifa. O Globo, 11/06/2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/dez-manifestantes-continuarao-presos-sem-direito-fianca-apos-protesto-contrareajuste-de-tarifa-8662544>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

DIAS, Fernando Nogueira. **O medo social e os vigilantes da ordem emocional**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

DIEMINGER, Carlise Clerici. **A efetividade dos ciberfeminismos em combate ao assédio sexual por meio da análise de casos**. 2016. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2824/Dieminger\\_Carlise\\_Clerici.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2824/Dieminger_Carlise_Clerici.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

DOZE cidades do Brasil têm protestos contra a Copa do Mundo. G1, 15/05/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/05/doze-cidades-do-brasil-tem-protestos-contracopa-do-mundo.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

EDUARDO Campos morre em acidente de avião em Santos. Carta Capital, 13/08/2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/eduardo-campos-estava-em-aviao-que-caiu-em-santos-9376.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

EFRATI, Amir. **Facebook dumps secret plan to build satellite**. The Information, 08/06/2015. Disponível em: <<https://www.theinformation.com/articles/Facebook-Dumps-Secret-Plan-to-Build-Satellite>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

EGYPTIAN policemen jailed over activist death. Al Jazeera, 26/10/2011. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/10/2011102614381282471.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

EL MOVIMIENTO #Yosoy132 rechaza el resultado de las elecciones en México. El País, 05/07/2012. Disponível em:

<[https://elpais.com/internacional/2012/07/05/mexico/1341464347\\_979388.html](https://elpais.com/internacional/2012/07/05/mexico/1341464347_979388.html)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

ELY, Débora. **Governo Temer coleciona 14 polêmicas em 14 dias**: relembre. Gaúcha ZH, 26/05/2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2016/05/governo-temer-coleciona-14-polemicas-em-14-dias-relembre-5810662.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

EM ENTREVISTA a rádio, Alckmin diz que bloquear vias “é caso de polícia”. G1, 11/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/em-entrevista-radio-alckmin-diz-que-bloquear-vias-e-caso-de-policia.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

ENNAHDA wins Tunisia’s elections. Al Jazeera, 28/10/2011. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/africa/2011/10/2011102721287933474.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

ENTENDA o caso de Bradley Manning, condenado por vazar segredos. G1, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/08/entenda-o-caso-de-bradley-manning-condenado-por-vazar-segredos.html>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

ENTRE protestos, Parlamento aprova medidas de austeridade na Grécia. G1, 29/06/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/06/entre-protestos-parlamento-aprova-medidas-de-austeridade-na-grecia.html>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

EQUIPE da Globo é expulsa da manifestação em SP. Pragmatismo Político, 17/06/2018. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/equipe-da-globo-e-expulsa-de-manifestacao-em-sp.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

ESTADÃO. **Snowden**: 1 ano. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/especiais/snowden/revelacoes.html>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

EX-MORADOR de rua preso em protesto de 2013 é condenado a 11 anos de prisão por tráfico. G1, 21/04/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/ex-morador-de-rua-presos-em-protesto-de-2013-e-condenado-a-11-anos-de-prisao-por-trafico.ghtml>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

FACEBOOK. **Sobre**, 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/facebook/about/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

FALANGA, Guilherme. **3 ferramentas para mapear a navegação dos visitantes do site**. Disponível em: <<https://na5.com.br/blog/ferramentas-para-mapear-navegacao-visitantes-site/>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

FGV. **Atlas Histórico**: Greve Geral de 1917. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/greve-geral-de-1917>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Editorial: retomar a Paulista.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

FOLHA. **Datena muda de ideia sobre protestos em SP após enquete.** Disponível em: <<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2013/06/1294753-datena-muda-de-ideia-sobre-protestos-em-sp-apos-enquete.shtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

FONSECA, Elcio. **Noticias de uma guerra (muito) suspeita.** [Facebook] 13/06/2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/elcio.fonseca.14/posts/610691765616547>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Perspectivas, 1972

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** História da violência nas prisões. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRIER, Sarah. **Facebook diz que dados de maioria dos 2 bi de usuários são vulneráveis.** Exame, 05/04/2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/facebook-diz-que-dados-de-maioria-2-bi-usuarios-sao-vulneraveis/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

GALHARDO, Ricardo. **Cena presenciada pelo iG contraria versão da PM para início do confronto.** iG São Paulo, 14/06/2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-14/cena-presenciada-pelo-ig-contraria-versao-da-pm-para-inicio-de-confronto.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

GAREA, Fernando. **La Junta Electoral prohíbe por un solo voto las concentraciones.** El País, 20/05/2011. Disponível em: <[https://elpais.com/diario/2011/05/20/espana/1305842404\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2011/05/20/espana/1305842404_850215.html)>. Acesso em: 17 jun. 2018.

GARI morre após manifestação em Belém. G1, 21/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/06/gari-morre-apos-manifestacao-em-belem.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

GARIJO, Marta. **"Es necesario que la sociedad civil tenga voz propia"**. El País, 11/05/2011. Disponível em: <[https://elpais.com/sociedad/2011/05/11/actualidad/1305064806\\_850215.html](https://elpais.com/sociedad/2011/05/11/actualidad/1305064806_850215.html)>. Acesso em: 17 jun. 2018.

GIBSON, Felipe. **Manifestantes e PM relatam versões diferentes sobre confrontos em Natal**. G1, 15/05/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/05/manifestantes-e-pm-relatam-versoes-diferentes-sobre-confrontos-em-natal.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. In: **Caderno CRH**, Salvador, v.27, n.71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792014000200013>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

GÓMEZ-ROBLEDOS, Marina. **Qué fue de #YoSoy132**. El País, 07/04/2015. Disponível em: <[https://elpais.com/internacional/2015/04/02/actualidad/1427927341\\_113541.html](https://elpais.com/internacional/2015/04/02/actualidad/1427927341_113541.html)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

GONZÁLEZ, Miguel. **El Movimiento 15-M mantiene el pulso ante el veto a las manifestaciones**. El País, 20/05/2011. Disponível em: <[https://elpais.com/diario/2011/05/20/espana/1305842403\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2011/05/20/espana/1305842403_850215.html)>. Acesso em: 17 jun. 2018.

GOULART, Gustavo; WERNECK, Antonio. **Após protestos coordenados, Abin eleva risco para grandes eventos**. O Globo, 07/06/2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apos-protestos-coordenados-abin-eleva-risco-para-grandes-eventos-8627202>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

GOVERNO recua e endurece regras de fiscalização do trabalho escravo. G1, 29/12/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/em-nova-portaria-sobre-trabalho-escravo-governo-amplia-definicao-de-jornada-exaustiva-e-condicao-degradante.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

GOVERNO Temer tem aprovação de 6% e reprovação de 70%, diz Datafolha. G1, 31/01/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-tem-aprovacao-de-6-e-reprovacao-de-70-diz-datafolha.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

GREENWALD, Gleen. **Sem lugar para se esconder**: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo americano. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

GREENWALD, Glenn; MacASKILL, Ewen. **NSA Prism program taps in to user data of Apple, Google and others**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/us-tech-giants-nsa-data>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

GUROVITZ, Helio. **Naufraga a reforma da Previdência**. G1, 02/02/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/2018/02/02/naufraga-a-reforma-da-previdencia.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

HADDAD cancela licitação para contratar empresas de ônibus em SP. G1, 26/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/haddad-cancela-licitacao-para-contratar-empresas-de-onibus-em-sp.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. São Paulo: Record, 2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. La multitud contra el Imperio. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Org.). **Observatório Social da América Latina**, n. 07, p. 159-167, jun. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/osal/20110213105541/11hardtnegri.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERDY, Thiago. **Protestos contra o aumento da passagem tem princípio de confronto em São Paulo**. O Globo, 07/06/2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/protesto-contr-aumento-da-passagem-tem-principio-de-confronto-em-sp-8622437>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

HERDY, Thiago. **São Paulo vira 'praça de guerra' no confronto mais violento em ato contra aumento de tarifa**. O Globo, 11/06/2013b. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo-vira-praca-de-guerra-no-confronto-mais-violento-em-ato-contr-aumento-de-tarifa-8656180>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

HERMANN, Jennifer. Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao Paraíso. In: **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 01, p. 133-149, jan/mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

HONORATO, Renata; TOZETTO, Claudia. **Biochip, você ainda vai usar um.** 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/tecnologia/biochip-voce-ainda-vai-usar-um/>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

HOSNI Mubarak resigns as president. Al Jazeera, 11/02/2011. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/02/201121125158705862.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

IBOPE. **Pesquisa CNI-IBOPE:** Edição Especial de Julho de 2013. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Pesquisa%20CNI-IBOPE%20Especial%20Julho%202013.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

INQUÉRITO diz que manifestante preso no Rio não portava coquetel molotov. G1, 24/07/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/inquerito-diz-que-manifestante-preso-no-rio-nao-portava-coquetel-molotov.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

INSTAGRAM. **About Us**, 2018. Disponível em: <<https://www.instagram.com/about/us/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

INTERNET.ORG. **Missão.** Disponível em: <<https://info.internet.org/pt/mission/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

JABOR, Arnaldo. **Amigos, eu errei.** É muito mais do que 20 centavos. CBN, 17/06/2013a. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

JABOR, Arnaldo. **Arnaldo Jabor fala sobre ondas de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus.** Jornal da Globo, 12/06/2013b. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2631566/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

JORDÃO, Fábio. **Como funciona um circuito integrado?** Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/electronica/45954-como-funciona-um-circuito-integrado-ilustracao-.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

JUNGMANN demite Fernando Segovia e escolhe Rogério Galloro como diretor-geral da Polícia Federal. G1, 27/02/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/jungmann-decide-trocar-comando-da-pf-e-demite-fernando-segovia-rogerio-galloro-sera-o-novo-diretor-geral.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

JUSTIÇA do RJ condena à prisão 23 participantes de protestos em 2013 e 2014. Justificando, 18/07/2018. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/07/18/justica-do-rj-condena-a-prisao-23-participantes-de-protestos-em-2013-e-2014/>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

KRIEGER, Renate. **Ascensão da Mídia Ninja põe em questão imprensa tradicional no Brasil**. DW Brasil, 01/08/2013. Disponível em:

<<https://www.dw.com/pt-br/ascens%C3%A3o-da-m%C3%ADdia-ninja-p%C3%B5e-em-quest%C3%A3o-imprensa-tradicional-no-brasil/a-16989948>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

LA MANIFESTACIÓN de 'indignados' reúne a varios miles de personas en toda España. El País, 15/05/2011. Disponível em:

<[https://elpais.com/elpais/2011/05/15/actualidad/1305447428\\_850215.html](https://elpais.com/elpais/2011/05/15/actualidad/1305447428_850215.html)>. Acesso em: 17 jun. 2018.

LAFUENTE, Javier. **López Obrador é eleito presidente do México com maior respaldo popular da história**. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/02/internacional/1530528010\\_797985.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/02/internacional/1530528010_797985.html)>. Acesso em: 02 jul. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. Atlas: São Paulo, 2003.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antônio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 2011.

LICENTIA, Henrique. **Policia Quebra Vidro da própria viatura**: Manifestação SP 13-06-2013. [YouTube] 15/03/2013. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=5qTAlvGZo-E>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

LIMA, Gabriel. **Abuso de autoridade e informação sem procedimento, mostra uma polícia sem preparo e desonesta**. [YouTube] 13/06/2013. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=V18ctB7ydY>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

LIMA, Gabriela Bezerra. **A publicidade do Terceiro Setor nas redes sociais digitais**: o contrato de comunicação bidirecional. 2012. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em:

<[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10887/1/mestrado\\_GabrielaLima\\_040312\\_01.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10887/1/mestrado_GabrielaLima_040312_01.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2018.

LOON. **O que é o Projeto Loon?** Disponível em: <[https://x.company/intl/pt-BR\\_br/loon/](https://x.company/intl/pt-BR_br/loon/)>. Acesso em: 15 jun. 2018.

LOPES, Eduardo Simonini. A realidade do virtual. In: **Psicologia em revista**. Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 96-112, jun, 2005. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682005000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682005000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

LUDD, Ned (Org.). **Urgência das ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global**. São Paulo: Conrad, 2002.

MANN, Steve; NOLAN, Jason; WELLMANN, Barry. Sousveillance: inventing and using wearable computing devices for data collection in surveillance environments. **Surveillance & Society**, v. 1, n. 3, p. 331-355, 2003. Disponível em: <<https://ojs.library.queensu.ca/index.php/surveillance-and-society/article/view/3344/3306>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

MAPA das manifestações no Brasil, domingo, 15/03. G1, 15/03/2015. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/15-03-2015/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MAPA das manifestações no Brasil. G1, 2017. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/todos/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MARTELLO, Alexandro; MATOSO, Filipe; MAZUI, Guilherme. **Aos 2 anos, governo Temer festeja economia, mas enfrenta impopularidade, denúncias e crise política**; relembre. G1, 12/05/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/aos-2-anos-governo-temer-festeja-economia-mas-enfrenta-impopularidade-denuncias-e-crise-politica-relembre.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MARTELLO, Alexandro; MAZUI, Guilherme. **Relator da reforma tributária apresenta proposta a Temer e a ministros**. G1, 18/08/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/relator-da-reforma-tributaria-apresenta-sua-proposta-ao-governo.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos**. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARX, Gary. A tack in the shoe: neutralizing and resisting the new surveillance. **Journal of Social Issues**, v. 59, n. 2, s/p, maio 2003. Disponível em: <<http://web.mit.edu/gtmarx/www/tack.html>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

MARX, Gary. An ethics for the new surveillance. **The Information Society**, v. 14, n. 3, s/p, 1998. Disponível em: <<http://web.mit.edu/gtmarx/www/ncolin5.html>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

MAZUI, Guilherme. **General Silva e Luna é o primeiro militar a assumir Ministério da Defesa**. G1, 26/02/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/general-silva-e-luna-e-o-primeiro-militar-a-assumir-ministerio-da-defesa.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MAZUI, Guilherme. **Governo reduz tempo de cumprimento de pena para concessão de indulto de Natal**. G1, 22/12/2017. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-reduz-tempo-de-cumprimento-de-pena-em-indulto-de-natal-de-2017.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MAZUI, Guilherme; PALMA, Gabriel. **Raul Jungmann toma posse como ministro da Segurança Pública**. G1, 27/02/2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/raul-jungmann-toma-posse-como-ministro-da-seguranca-publica.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

McCARTHY, Tom. **NSA director defends plan to maintain 'backdoors' into technology companies**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2015/feb/23/nsa-director-defends-backdoors-into-technology-companies>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDES, Priscilla. **Dilma adia viagem internacional devido a manifestações, diz Planalto**. G1, 20/06/2013a. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-adia-viagem-internacional-devido-manifestacoes-diz-planalto.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MENDES, Priscilla. **Dilma defende protestos e diz que governo ouve “vozes pela mudança”**. G1, 18/06/2013b. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-defende-protestos-e-diz-que-governo-ouve-vozes-pela-mudanca.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MENEZES, Cristiane Penning Pauli de. **(Res)significando o direito à cidade sustentável**: os grafismos urbanos como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6409/MENEZES%2c%20CRISTIANE%20PENNING%20PAULI%20DE.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

MÍDIA NINJA. **@MídiaNINJA**. Facebook. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MÍDIA NINJA. **@midianinja**. Instagram. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/midianinja/>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MÍDIA NINJA. **@MidiaNINJA**. Twitter. Disponível em:

<<https://twitter.com/midianinja>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MÍDIA NINJA. **Mídia NINJA**. Disponível em: <<http://midianinja.org/>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

MÍDIA NINJA. **Ninja 2013**: Retrospectiva Multimídia. Medium, 30/01/2014.

Disponível em: <<https://medium.com/@MidiaNINJA/ninja-2013-f6d5618375b2>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MÍDIA NINJA. **Perguntas frequentes**. Disponível em:  
<<http://midianinja.org/perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

MÍDIA NINJA. **Vandalismo de Estado** - Policiais infiltrados começam violência nos protestos do Rio #EagoraCabral? [YouTube] 25/07/2013. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=xK9ZdV1Ao-4>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MILHARES saem às ruas contra o impeachment de Dilma Rousseff. Carta Capital, 31/03/2016. Disponível em:  
<<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/milhares-saem-as-ruas-em-defesa-da-democracia-e-contra-o-impeachment>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Caso Lava Jato**. Disponível em:  
<<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MOHAMED Morsi sworn in as Egypt's president. Al Jazeera, 01/07/2012. Disponível em:  
<<https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2012/06/20126307128551518.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

MONTES, Rocío. **Camila Vallejo assume el cargo como diputada**. El País, 11/03/2014. Disponível em:  
<[https://elpais.com/internacional/2014/03/11/actualidad/1394547841\\_397074.html](https://elpais.com/internacional/2014/03/11/actualidad/1394547841_397074.html)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MORA, Marcelo. **Após fechar Marginal Pinheiro, ato contra tarifa volta à Avenida Paulista**. G1, 07/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/apos-fechar-marginal-pinheiros-ato-contra-tarifa-volta-avenida-paulista.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MORA, Marcelo; VIANA, Julia Basso. **Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em SP**. G1, 11/06/2013. Disponível em:  
<<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contra-tarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MORAES, Camila. **Impeachment de Collor revisitado**: história joga luz sobre pontos cruciais da crise. Disponível em:  
<[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459370703\\_082305.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/30/politica/1459370703_082305.html)>. Acesso em: 02 jul. 2018.

MORENO, Ana Carolina. **Manifestantes depredam estação de Metrô, banca e shopping na Paulista**. G1, 06/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-depredam-estacao-de-metro-banca-e-shopping-na-paulista.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

MOROZOV, Evgeny. Iran: downside to the “Twitter Revolution”. In: **Dissent**. Pensilvânia, v. 56, n. 4, p. 10-14, 2010. Disponível em:  
<[https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33456858/Evgeny\\_Morozov\\_-\\_Iran\\_Downside\\_to\\_the\\_Twitter\\_Revolution.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYG](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33456858/Evgeny_Morozov_-_Iran_Downside_to_the_Twitter_Revolution.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYG)>

[Z2Y53UL3A&Expires=1530036048&Signature=R8kc7nDUMoKFqdZPhT5R%2BwsGZxY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DIran\\_Downside\\_to\\_the\\_Twitter\\_Revolution.pdf](https://www.iran-downside-to-the-twitter-revolution.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Disponível em: <<http://tarifazero.org/mpl/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

MST. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

MTST. **As linhas políticas do MTST**. Disponível em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

NAVARRO, Fredson. **Antes de manifestação, Prefeitura de Aracaju reduz tarifa de ônibus**. G1, 19/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/06/antes-de-manifestacao-prefeitura-de-aracaju-reduz-tarifa-de-onibus.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

NEGRI, Antonio. **La sovranità fra governo, eccezione e governance**. Disponível em: <<http://www.uninomade.org/la-sovranita-fra-governo-eccezione-governance/>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

NÉRI, Felipe. **Comissão regulamenta eleição em caso de vacância da Presidência**. G1, 06/06/2013a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/comissao-regulamenta-eleicao-em-caso-de-vacancia-da-presidencia.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

NÉRI, Felipe. **Senado aprova projeto que torna corrupção crime hediondo**. G1, 26/06/2013b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/senado-aprova-texto-base-de-projeto-que-torna-corrupcao-crime-hediondo.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

NORTON-TAYLOR, Richard. **Not so secret: deal at the heart of UK-US intelligence**. 2010. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2010/jun/25/intelligence-deal-uk-us-released>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

NUNES, Brunella. **Marcha da Maconha: 10 anos de luta pela legalização e pelo fim da guerra às drogas**. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2018/05/marcha-da-maconha-10-anos-de-luta-pela-legalizacao-e-pelo-fim-da-guerra-as-drogas/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

NUNES, Fábio Oliveira. **CTRL+ALT+DEL: Contexto, arte e tecnologia**. 2007. 238 f. Tese (Doutorado) - Curso de Artes, Escola de Comunicação e Artes, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27131/tde-05072009-202105/publico/5062792.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

O QUE é a Marcha das Margaridas. Disponível em: <[http://transformatoriomargaridas.org.br/?page\\_id=139](http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=139)>. Acesso em: 29 jun. 2018.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

OS PRINCIPAIS pontos da política econômica de Temer e Meirelles. Carta Capital, 17/05/2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/Os-principais-pontos-da-politica-economica-de-temer-e-meirelles>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**. O que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital**. Ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEREGIL, Francisco. **Michelle Bachelet promete un Chile más justo tras asumir la presidencia**. El País, 11/03/2014. Disponível em: <[https://elpais.com/internacional/2014/03/11/actualidad/1394564577\\_678693.html](https://elpais.com/internacional/2014/03/11/actualidad/1394564577_678693.html)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

POITRAS, Laura; RISEN, James. **N.S.A. Gathers Data on Social Connections of U.S. Citizens**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/09/29/us/nsa-examines-social-networks-of-us-citizens.html>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

POMPÉO, Wagner Augusto Hundertmarck. **Guerra ao terror e terror à guerra: políticas e práticas antiterror, liberdade e o futuros das TIC's**. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6384/POMPEO,WAGNERAUGUSTOHUNDERTMARCK.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

PORTO ALEGRE inspira outras capitais em protestos contra o aumento das passagens de ônibus. Gaúcha ZH, 07/06/2013. Disponível: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/06/porto-alegre-inspira-outras-capitais-em-protestos-contr-aumento-das-passagens-de-onibus-4163129.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

PREFEITO de BH faz proposta para reduzir passagens após protestos. G1, 19/06/2013a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/prefeito-de-bh-faz-proposta-para-reduzir-passagens-apos-protestos.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

PREFEITO do Rio apresenta planilha e anuncia auditoria nos transportes. G1, 25/06/2013b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/prefeito-do-rio-apresenta-pacto-pela-transparencia-nos-transportes.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

PRESIDENT Morsi overthrown in Egypt. Al Jazeera, 04/07/2013. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2013/07/20137319828176718.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

PROTESTO contra aumento da tarifa de ônibus gera tumulto no Centro do Rio. G1, 06/06/2013a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/protesto-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-gera-tumulto-no-centro-do-rio.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

PROTESTO contra aumento de passagens fecha Av. Presidente Vargas e tem quatro pessoas presas. O Globo, 06/06/2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/protesto-contr-aumento-de-passagens-fecha-av-presidente-vargas-tem-quatro-pessoas-presas-8616234>>. Acesso em: 04 jul. 2018

PROTESTO contra tarifa do transporte coletivo bloqueia ruas em Goiânia. G1, 08/05/2013b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/05/protesto-contr-tarifa-do-transporte-coletivo-bloqueia-ruas-em-goiania.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

PROTESTO por aumento da passagem de Porto Alegre termina em tumulto. G1, 27/03/2013c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/03/grupo-faz-novo-ato-contr-aumento-da-passagem-em-porto-alegre.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

PROTESTOS pelo país reúnem mais de 250 mil pessoas. G1, 18/06/2013a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil-pessoas.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

PROTESTOS pelo país têm 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos. G1, 21/06/2013b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

PROVAVELMENTE vai ser no dia 1º, diz Haddad sobre aumento dos ônibus. G1, 17/05/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/05/provavelmente-vai-ser-no-dia-1-diz-haddad-sobre-aumento-dos-onibus.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

QUEM apoia quem no 2º turno das eleições presidenciais. Época, 08/10/2014. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2014/10/quem-apoia-quem-no-2-turno-das-eleicoes-presidenciais.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

RAMALHO, Renan. **Fachin inclui temer em inquérito da Lava Jato que investiga Padilha e Moreira Franco.** G1, 02/03/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/fachin-inclui-temer-em-investigacao-sobre-eliseu-padilha-e-moreira-franco.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

RENCA: governo revoga decreto que liberava mineração em reserva na Amazônia. G1, 26/09/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/decreto-que-revoga-extincao-da-renca-e-publicado.ghtml>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

REVISTA 'Time' escolhe 'manifestante' como sua personalidade do ano. G1, 14/12/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/12/time-escolhe-manifestante-como-personalidade-do.html>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

RIO suspende aumento das tarifas de ônibus, trem, metrô e barcas. G1, 19/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/apos-protestos-cai-tarifa-de-onibus-no-rio.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

ROEDEL, Patrícia. **Diretas Já**: 30 anos, 2014. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/infograficos-html5/diretas/index.html>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

ROHR, Altieres. **Conheça a diferença entre vírus, backdoors e spywares**. G1, 10/11/2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL856176-6174,00-CONHECA+AS+DIFERENCAS+ENTRE+VIRUS+BACKDOORS+E+SPYWARES.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ROHR, Altieres. **Saiba como os 'cookies' ou 'web beacons' rastreiam você**. G1, 05/01/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/blog/seguranca-digital/post/saiba-como-os-cookies-ou-web-beacons-rastreiam-voce.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ROSANVALLON, Pierre. **La contrademocracia**: la política en la era de la desconfianza. Buenos Aires: Manantial, 2007.

RUSHKOFF, Douglas. **As 10 questões essenciais da era digital**. Programe seu futuro para não ser programado por ele. São Paulo: Saraiva, 2012.

RYAN, Yasmine. **How Tunisia's revolution began**. Al Jazeera, 26/01/2011a. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/01/2011126121815985483.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

RYAN, Yasmine. **The tragic life of a street vendor**. Al Jazeera, 20/01/2011b. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/01/201111684242518839.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

SANTIAGO, Leonardo Sagrillo. **Os "novíssimos" movimentos sociais e a sociedade em rede**: a criminalização das "Jornadas de Junho" de 2013 e a consolidação de um Estado delinquente. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6399/SANTIAGO%2c%20LEONARDO%20SAGRILLO.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

SANTIAGO, Tatiana. **Haddad pede ajuda em decisão sobre tarifa e diz que pode “se subordinar”**. G1, 18/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/haddad-pede-ajuda-em-decisao-sobre-tarifa-e-diz-que-pode-se-subordinar.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

SÃO PAULO e Rio anunciam redução das tarifas do transporte público. G1, 19/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/sao-paulo-e-rio-anunciam-reducao-das-tarifas-do-transporte-publico.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. In: **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 13-34, set/dez, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p13>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**. Florianópolis: UFSC. 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias**. Curitiba: Appris, 2012.

SEVERIANO, Adneison. **Durante protesto, estudantes fazem Judas com foto do prefeito de Manaus**. G1, 30/03/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/03/durante-protesto-estudantes-fazem-judas-com-foto-do-prefeito-de-manaus.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

SIDDIQUE, Haroon. **Mob rule: Iceland crowdsources its next constitution**. The Guardian, 09/06/2011. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2011/jun/09/iceland-crowdsourcing-constitution-facebook>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

SIMÕES, Helton Gomes. **Em depoimento de 5 horas ao Senado americano, Mark Zuckerberg admite erros do Facebook**. G1, 10/04/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/mark-zuckerberg-depoe-ao-senado-sobre-uso-de-dados-pelo-facebook.ghtml>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SISI takes power in Egypt. Al Jazeera, 08/06/2014. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/06/sisi-be-sworn-as-egypt-president-20146843619902534.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

SLEDGE, Matt. **Reawakening The Radical Imagination: The Origins Of Occupy Wall Street**. Huffington Post, 10/11/2011. Disponível em: <[https://www.huffingtonpost.com/2011/11/10/occupy-wall-street-origins\\_n\\_1083977.html](https://www.huffingtonpost.com/2011/11/10/occupy-wall-street-origins_n_1083977.html)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

STELTER, Brian. **Camps are cleared, but ‘99 Percent’ still occupies the Lexicon**. The New York Times, 30/11/2011. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2011/12/01/us/we-are-the-99-percent-joins-the-cultural-and-political-lexicon.html>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

TAURION, Cezar. **Volume, variedade, velocidade, veracidade e valor: os cinco Vs do Big Data.** Disponível em: <<http://computerworld.com.br/volume-variedade-velocidade-veracidade-e-valor-os-cinco-vs-do-big-data>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

TIMELINE: Egypt's revolution. Al Jazeera, 14/02/2011. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/01/201112515334871490.html>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

TOKARNIA, Mariana. **Movimentos fazem ato contra a Copa do Mundo.** Agencia Brasil, 14/05/2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-05/mais-de-12-mil-confirmam-presenca-em-protestos-contra-copa-do-mundo>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

TOURAINÉ, Alan. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje.** Petrópolis: Vozes, 2006.

TRUFFI, Renan. **Manifestantes pedem e major da PM se senta em avenida de São Paulo;** assista. iG São Paulo, 17/06/2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-17/manifestantes-pedem-e-major-da-pm-se-senta-em-avenida-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

TUMBLR. **About**, 2018. Disponível em: <<https://www.tumblr.com/about>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

TWITTER. **Sobre**, 2018. Disponível em: <<https://about.twitter.com/pt.html>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

TYBUSCH, Francielle Benini Agne; TYBUSCH, Jerônimo Siqueira. Ciberativismo ambiental e a produção de novos espaços democráticos: reflexões sobre comunicação e poder. In: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 2, 2013, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2013. p. 510-523. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/4-4.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

TYBUSCH, Jerônimo Siqueira. **Sustentabilidade multidimensional: elementos reflexivos de produção da técnica jurídico-ambiental.** 2011. 222 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/103349/290640.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

UM morre e 12 ficam feridos durante protesto em Ribeirão Preto; veja vídeo. G1, 20/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/06/um-morre-e-12-ficam-feridos-durante-protesto-em-ribeirao-veja-video.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Relatório de 11 de julho de 2001 sobre a existência de um sistema global de interceptação de comunicações privadas e económicas (sistema de interceptação "ECHELON").** Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=->

[//EP//TEXT+REPORT+A5-2001-0264+0+DOC+XML+V0//PT](#)>. Acesso em: 04 jan. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) n.º 2016/673 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 27 de abril de 2016. **Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados)**. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32016R0679>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

URAS, Umut. **What inspires Turkey's protest movement?** Al Jazeera, 05/06/2013. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/features/2013/06/20136513414495277.html>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

VALENTE, Jonas. **Senado aprova projeto de lei sobre proteção de dados pessoais**. Agência Brasil, 10/07/2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/senado-aprova-projeto-de-lei-de-protacao-de-dados-pessoais>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

VARGAS LLOSA, Mario. **A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

VEGH, Sandor. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, Martha; AYERS, Michael (Org.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. London: Routledge, 2003. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=KHCjMkNRaKYC>>. Acesso em 25 jun. 2018.

VEJA e leia o pronunciamento na TV da presidente Dilma Rousseff. G1, 21/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/veja-e-leia-o-pronunciamento-na-tv-da-presidente-dilma-rousseff.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

VÍDEO mostra ataque de grupo contra PMs no Centro do Rio de Janeiro. G1, 18/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/video-mostra-ataque-de-manifestantes-aos-policiais-no-centro-do-rio.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

VIOLÊNCIA toma conta de onda de protestos na Grécia. Estadão, 19/10/2011. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,violencia-toma-conta-de-onda-de-protestos-na-grecia,88841e>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

VOLPI, Jorge. **La “primavera mexicana”**. El País, 24/06/2012. Disponível em: <[https://elpais.com/elpais/2012/06/20/opinion/1340208194\\_030975.html](https://elpais.com/elpais/2012/06/20/opinion/1340208194_030975.html)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

WATERFIELD, Bruno. **Protesters pelt car of Icelandic prime minister**. **The Telegraph**, 21/01/2009. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/iceland/4308669/Protesters-pelt-car-of-Icelandic-prime-minister.html>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

WATTS, Jonathan. **Brazil's ninja reporters spread stories from the streets**. The Guardian, 29/08/2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/aug/29/brazil-ninja-reporters-stories-streets>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

WE ARE THE 99 PERCENT. [Tumblr], 201-. Disponível em: <<http://wearethe99percent.tumblr.com/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

WHATSAPP. **About**, 2018. Disponível em: <<https://www.whatsapp.com/about/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

WIKILEAKS. **What is WikiLeaks**. Disponível em: <<https://wikileaks.org/What-is-Wikileaks.html>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no direito. São Paulo: Saraiva, 2015.

WRAY, Stefan. **Electronic Civil Disobedience and the World Wide Web of Hacktivism: a mapping of extraparliamentarian direct action net politics**, 1998. Disponível em: <<https://www.webpagefx.com/research/electronic-civil-disobedience-hacktivism.html>>. Acesso 20 jun. 2018.

YOUTUBE. **About**, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/about/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.